

5

relatório e contas 2024

[página em branco]

Jur r

ÍNDICE

MENSAGEM DO PRESIDENTE	9
2024 EM DESTAQUE	
FACTOS RELEVANTES DO EXERCÍCIO	
SITUAÇÃO EMPRESARIAL	
LICENCIAMENTO	
OBRAS E EMPREITADAS	
RECONHECIMENTOS/PRÉMIOS	
COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL	
síntese de indicadores	
QUEM SOMOS	24
MISSÃO,VISÃO E COMPROMISSOS	
DESCRIÇÃO DA EMPRESA E DA ATIVIDADE	
CADEIA DE VALOR	
OS NOSSOS STAKEHOLDERS	
ORGANIZAÇÃO	
ESTRUTURA ACCIONISTA, ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E ÓRGÃOS SOCIAIS	
AS NOSSAS AMBIÇÕES DE SUSTENTABILIDADE	
COMPROMISSO DE INTEGRADADE	
COMPROMISSO DE SUSTENTABILIDADE	
O NEGÓCIO	
ENVOLVENTE	
CONTEXTO MACROECONÓMICO	
O SECTOR	
A ENERGIA NO GRUPO ADP	
CONTEXTO REGULATÓRIO	
ENQUADRAMENTO REGULATÓRIO	
ORIENTAÇÕES ESTRATÉGIAS	
ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS GERAIS	
ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS ESPECÍFICAS	
CIRCUNSTÂNCIAS TRANSITÓRIAS E EXCECIONAIS	
AS NOSSAS PESSOAS	
CARACTERIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS	

Ho A h

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	
ATIVIDADE	60
INTRODUÇÃO	60
OUTROS NEGÓCIOS	
ATIVIDADE OPERACIONAL	
GESTÃO DE ATIVOS	
MANUTENÇÃO	
COMERCIAL	
O SISTEMA DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL	
RISCO E CONTROLO	
CONTROLO DE RISCO INTERNO	
gestão de Risco financeiro	
CONTRAPARTE DE DEPÓSITOS	
RISCO DE EXPLORAÇÃO	
DESEMPENHO ECONÓMICO-FINANCEIRO	
EVENTOS RELEVANTES DO EXERCÍCIO	
EVENTOS RELEVANTES SUBSEQUENTES	
PERPETIVAS FUTURAS	
CONSIDERAÇÕES FINAIS	
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	
ANEXO I – CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS	
ANEXO AO RELATÓRIO	
CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2024	
CONTAS INDIVIDUAIS	
DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA	
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS E DO RENDIMENTO INTEGRAL	
DEMONSTRAÇÃO DASVARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO	
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	I25
DEMONSTRAÇÕES DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES	
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	
RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO	
CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	

MAR

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Portas Abertas ComSines	16
Figura 2 - Desafios Geoestratégicos Globais e o seu impacto – 30 anos AdP	
Figura 3 - Jornadas de Engenharia - Melhorias operacionais na Barragem de Morgavel	
Figura 4 – Feira SANTIAGRO	
Figura 5 – Galardão Bandeira de Ouro	
Figura 6 – Visita ao Observatório inserida no VIII Encontro dos Trigémeos	
Figura 7 – Eventos e parceiras	
Figura 8 – Parceria – Hortas Comunitárias	
Figura 9 – Atletas Individuais	
Figura 10 – Campanha Nacional Água é Vida, Não a desperdice	
Figura 11 - Campanhas Comerciais – Contact Center	
Figura 12 – Relações com órgãos de comunicação social	
Figura 13 - Ações de Educação Ambiental	
Figura 14 - Ações de praia com parceiros	
Figura 15 – Dia Mundial da Água	
Figura 16 – Dia Mundial do Ambiente	
Figura 17 – Dia Nacional da Água	
Quadro I - Indicadores Económicos e de atividade	
Figura 18 – Área de Intervenção	
Figura 19 - Variação de preços dos mercados elétricos	
Figura 20 – Análise das componentes que influenciam o preço da energia	
Figura 2 I - Tarifas de Acesso a Redes (TAR)	
Figura 22 - PCQA 2024	
Figura 23 - Caracterização de recursos humanos	
Figura 24 - Antiguidade dos Recursos Humanos	
Figura 25 - Distribuição de trabalhadores por género	
Figura 26 - Habilitações académicas dos trabalhadores	
Figura 27 - Distribuição por categoria profissional	53
Figura 28 - Variação média de trabalhadores trabalho temporário	
Figura 29 - Taxa de absentismo	
Figura 30 - Evolução do triénio	

Hat h

Figura 31 - Número de estagiários	55
Figura 33 - Exames ocasionais	56
Figura 34 - Número de horas de formação	57
Figura 35 - Percentagem de participação na formação	57
Figura 36 – Organograma	
Figura 37 – Volumes captados ao longo de 2024	63
Figura 38 - Volumes anuais captados - últimos 3 anos	63
Figura 39 - Percentagem de Perdas os últimos 3 anos	64
Figura 40 - Percentagem de perdas da rede de distribuição ZASA e ZAZILS	65
Figura 41 - Percentagem de perdas nos últimos 3 anos, desagradado para as duas redes de distribuição	66
Figura 42 - Total de resultados do PCQA 2024	
Figura 43 - Volumes de água total captada na Estação Elevatória de Ermidas Sado nos últimos 3 anos	67
Figura 44 - Evolução do volume de água na Albufeira de Morgavel, ao longo dos últimos 3 anos	68
Figura 45 - Volumes produzidos na ETA de Morgavel nos últimos três anos	68
Figura 46 - Volume total distribuído nos últimos três anos	68
Figura 47 - Percentagem de volumes recolhidos	69
Figura 48 - Evolução dos caudais afluentes à ETAR de Ribeira dos Moinhos desde 2022	70
Figura 49 - Evolução da população equivalente e a respetiva taxa de cumprimento, no período de 2022 a 2024	71
Figura 50 - Evolução de resíduos confinados no RESIM desde 2022	73
Figura 51 - "reforço do abastecimento de Água Potável à ZILS Norte"	76
Figura 52 - Execução da empreitada de "Reabilitação do Canal de Ermidas"	76
Figura 53 - Empreitada de "Execução da Caixa d medição de caudal na Barbuda	76
Figura 54 - Total de ordens de trabalho por área de negócio em 2024	77
Figura 55 - Divisão do total de ordens de trabalho por atividades em cada área de negócio	78
Figura 56 - Divisão do total de ordens de trabalho por tipo de intervenção	
Figura 57 - Problemas com manutenção corretiva por tipologia	79
Figura 58 - Número de manutenções preventivas por atividade e por área de negócio	79
Figura 59 - Volumes fornecidos e faturados por atividade (hm³/ton))	82
Figura 60 - Vendas por atividade (M€)	82
Figura 61 - Número de acidentes de trabalho com baixa e número de dias perdidos nos últimos 3 anos	
Figura 62 - Energia AdSA 2024 por período horário	86
Figura 63 - Evolução Anual do Consumo de Energia vs Caudal e respetivos consumos específicos	86
Figura 64 – Rendimentos e ganhos	96
Figura 65 – Gastos	
Figura 66 – Resultados	97

M G h

Figura 67 – Ativo	
Figura 68 - Capital Próprio	
Figura 69 - Passivo	
Figura 70 - Média da Retribuição Base Mensal, por Género e Categoria (%)	
Figura 7 I - Média da Remuneração Total Mensal, por Género e Categoria (%)	106
Figura 72 - Demonstração da posição financeira	
Figura 73 - Demonstração dos Resultados por naturezas	
Figura 74 - Alterações do Capital Próprio	124
Figura 75 - Demonstrações dos fluxos de Caixa	
Figura 76 - Decomposição de caixa e seus equivalentes	
Figura 77 - Ratings	

Mr. A. h

[página em branco]

H Ah

MENSAGEM DO PRESIDENTE

FRANCISCO MARIA RAMALHO

PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O atual Conselho de Administração da Águas de Santo André, iniciou funções no dia 3 de fevereiro de 2025, data em que se encontrava em curso o processo de encerramento das contas da sociedade relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

A expressão financeira e contabilística da atividade da sociedade no ano de 2024, sob direção da anterior equipa de Administração, seguem a trajetória de degradação da conta de resultados consequência, por um lado, da redução expressiva do volume de vendas de água industrial, de água residual e de resíduos não industriais, fruto da variação da atividade das principais indústrias, Indorama, Repsol Polímeros e Petrogal, assim como da limitação existente relativamente à deposição de resíduos não perigosos, o que determinou, neste seguimento, uma redução do volume de vendas de 18,8 hm³ e de 9.079ton em 2023, para 16,2 hm³ e de 5.401ton, no final do ano 2024, traduzindo-se numa redução de faturação de 14,5M€ em 2023 para 11M€ em 2024.

Por outro lado, face à necessidade de investimentos realizados e a realizar, para a continuidade da empresa bem como para o desenvolvimento da Zona Industrial e Logística de Sines (ZILS), a Águas de Santo André (AdSA) está em vias de exceder o investimento futuro constante no contrato de concessão em vigor (2001-2031), o qual se não for alterado continuará a ter impacto muito significativo nas contas, como ocorrido já em 2024, na medida em que a adjudicação de cerca de 21,4 M€ em investimentos foi reconhecido 1/8 (2,6 M€) em gastos com amortizações.

A Empresa reafirmou, em 2024, a capacidade de adaptação numa conjuntura económica conturbada ao nível económico, social e político, ainda, sob o efeito de uma crise geopolítica de caráter internacional com impacto na indústria. A nossa contínua dedicação em contextos complexos, é uma clara demonstração da resiliência da Empresa, em garantir as condições necessárias para que haja uma adequação rápida e eficaz aos desafios futuros, permitindo que a AdSA evolua continuamente, demarcando-se como uma empresa de referência na região.

A AdSA, sendo uma empresa com características substancialmente distintas das restantes entidades gestoras do país, presta um conjunto de serviços de abastecimento de água, de tratamento de água residual e de receção de resíduos, cuja diversidade a tornam uma empresa atípica e complexa. Foca-se, pois, na gestão dos vários sistemas concebidos, construídos e reabilitados ao longo de quatro décadas (e sob a sua gestão desde 2001), para responder a necessidades da sua área de implantação, em termos de abastecimento de água industrial e de água para consumo humano, esta última em alta e em baixa, do tratamento de água residual industrial e urbana, de água residual industrial salina e, ainda, da receção e acondicionamento de resíduos industriais não perigosos no seu aterro.

A empresa, em consonância com a evolução da sua experiência, está dotada de meios, e sobretudo de conhecimento, para desenvolver as referidas atividades que lhe garantem atuar com elevado nível de eficiência e sustentabilidade num território que compreende um dos polos industriais mais importantes do país. O reforço do quadro de pessoal, alcançado em 2024, veio reforçar a capacidade de resposta da empresa, sendo agora importante a integração e formação dos recursos humanos dada a especificidade das atividades da AdSA.

Ao longo do ano 2024, a expansão de alguns dos atuais clientes industriais e a contínua manifestação de interesse por parte de novos operadores, que avaliam a Zona Industrial e Logística de Sines (ZILS) para sua instalação, constituem boas notícias para o futuro da AdSA, mas também representam novos desafios no que diz respeito ao acréscimo significativo na procura de água e nos restantes serviços ambientais prestados pela AdSA.

As novas perspetivas de crescimento exigem, de forma clara, decisões de diversos intervenientes para garantir o nosso papel no desenvolvimento sustentável da região e dos seus clientes.

MRI

Estando previstos novos investimentos na ZILS, alguns com um grau de maturidade elevada, prevê-se o arranque de novas indústrias a partir de 2025 e 2026. Tendo presente o tempo necessário para o desenvolvimento dos projetos e execução das empreitadas, e dada a previsão a curto/médio prazo do aumento de área loteada e infraestruturada, bem como do aumento de consumidores industriais, torna-se premente, para além da intervenção na ETAR de Ribeira dos Moinhos e na ETA de Morgavel, a elaboração e implementação de um plano geral de infraestruturas para toda a área da ZILS, e, em concreto, para as infraestruturas que asseguram as seguintes vertentes:

- Abastecimento de Água Potável (AP);
- Abastecimento de Água Industrial (AI);
- Recolha de Águas Residuais Industriais (ARI)
- Recolha de Água Residual Salina (ARS).

Neste enquadramento, foi desenvolvido pela AdSA e o Acionista (Águas de Portugal) um novo Contrato de Concessão, Decreto-Lei e respetivo EVEF de Expansão, entregue ao Concedente em março de 2024 que visa assegurar o substancial reforço nos quantitativos de água industrial a fornecer à ZILS. No presente ano, foi ainda solicitada autorização do Concedente para os investimentos necessários para a remodelação da ETAR de Ribeira dos Moinhos e expansão do RESIM, investimentos de grande impacto, que visam assegurar uma transformação da AdSA numa empresa mais resiliente e tecnologicamente adaptada aos desafios futuros. Paralelamente a AdSA solicitou ao Acionista a autorização para realização, de outro dos investimentos fundamentais para assegurar o alinhamento da nossa missão com os mais elevados padrões de qualidade e eficiência – a reabilitação da Estação de Tratamento de Água de Morgavel, que logo que autorizado será enviado ao Concedente para aprovação do investimento.

Importa ainda referir que o ano de 2024 foi marcado pelo arranque de vários projetos estruturantes e decisivos para a transformação da AdSA numa empresa mais resiliente e tecnologicamente adaptada aos desafios futuros. Marcam assim, o ano de 2024, o arranque da Empreitada de Execução da "Conduta Adutora entre a ETA de Morgavel e o Reservatório de Monte Chãos", tendo sido concedido pelo Tribunal de Contas o visto necessário para o efeito. Esta empreitada representa um investimento de 11 milhões de euros e surge da necessidade de garantir a fiabilidade e a redundância do sistema de abastecimento de água industrial ao polo industrial da Zona Industrial e Logística de Sines (ZILS).

Relativamente à atividade de distribuição de Água Potável, destaca-se a continuidade das iniciativas visando a promoção da eficiência hídrica do sistema, nomeadamente, a continuidade do processo de gestão e controlo de perdas.

No que respeita à atividade de receção de resíduos industriais não perigosos, e dado que a atual célula do aterro RESIM encontra-se em fim de vida útil, foram realizadas ações com vista ao prolongamento da capacidade de encaixe da referida célula, nomeadamente, através da apresentação de um pedido de licenciamento, junto da APA, para o alteamento da atual cota máxima da célula em exploração. Paralelamente, está em curso o desenvolvimento do projeto de expansão e o respetivo EIA do RESIM, que permitirá à AdSA dar continuidade a esta importante área de negócio, para a região e para o país.

Durante este ano teve ainda início a Empreitada de Execução da "Reabilitação do canal de Ermidas", tendo sido concedido pelo Tribunal de Contas o visto necessário para o efeito. Esta empreitada representa um investimento de 5,33 milhões de euros e surge da necessidade de garantir a fiabilidade e aumentar a eficiência hídrica do sistema de abastecimento de água industrial ao polo industrial da Zona Industrial e Logística de Sines (ZILS).

Por último, iniciou-se a Empreitada de Execução da "Emissário da Petrogal à Bacia da ZIP 3 e duplicação da Bacia da ZIP3". Esta empreitada representa um investimento de 3,79 milhões de euros e surge da necessidade de aumentar a robustez do sistema de recolha e drenagem de água industrial residual do polo industrial da Zona Industrial e Logística de Sines (ZILS).

Estes investimentos refletem o ciclo extremamente exigente do mandato atual da Águas de Santo André, em termos de dimensionamento da capacidade instalada, complexidade dos desafios estratégicos e cronograma de execução do programa de investimentos suportado por fundos europeus.

Entre os vários marcos atingidos no decorrer de 2024, a AdSA foi, ainda, distinguida pela Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE) com o "Selo da Igualdade Salarial" 2024, pelas suas boas práticas na promoção da Igualdade

Remuneratória entre Mulheres e Homens por trabalho igual ou de igual valor. Este reconhecimento é um testemunho do compromisso contínuo da AdSA com a igualdade de género e a eliminação das disparidades salariais entre mulheres e homens.

Outro marco importante, onde o destaque da AdSA ficou marcado, foi a distinção e reconhecimento obtido na Cerimónia de Prémios de Mérito, promovida pela Junta de Freguesia de Santo André, onde tivemos o privilégio de receber o Prémio de Mérito na categoria de Desenvolvimento Económico, o qual valoriza a missão de serviço público essencial que a AdSA presta a Santo André e a toda a região.

A AdSA prosseguiu ainda a sua estratégia de estabelecer e desenvolver parcerias com as partes interessadas para a prossecução da sua missão. Neste âmbito, destaco e agradeço o trabalho conjunto realizado com os Municípios de Santiago do Cacém e de Sines, com os nossos clientes, com a APA, com a ARH/Alentejo, com a CCDR/Alentejo, com a AICEP Global Parques, com a COMSINES, com a Quercus e com o INCF-Alentejo.

Por último, agradeço a dedicação e empenho dos nossos trabalhadores, assim como o apoio permanente do nosso Acionista (AdP SGPS), pois os resultados alcançados, a transformação e preparação do futuro da empresa só é possível com o envolvimento de todos sem exceção.

48

[página em branco]

M At

2024 EM DESTAQUE

FACTOS RELEVANTES DO EXERCÍCIO

Destacam-se alguns factos e projetos relevantes de 2024, não só pela sua importância atual, mas sobretudo pelo impacto que alguns deles podem ter para o futuro da Empresa, tendo em vista os desafios para os quais se deverá preparar, bem como os empreendimentos decorrentes dos novos paradigmas de gestão que hoje assistimos.

Em 2024, a AdSA continuou a ser abordada por várias empresas, solicitando informação acerca da possibilidade de virem a beneficiar dos serviços que a AdSA presta. Neste sentido, foram mantidos os contactos com a AICEP Global Parques, enquanto entidade dinamizadora do Polo Industrial de Sines, tendo sido preparada e disponibilizada a informação solicitada com vista à fixação de potenciais novas indústrias.

SITUAÇÃO EMPRESARIAL

Durante o ano de 2024, a Empresa continuou a promover o controlo e racionalização dos gastos operacionais de forma eficaz.

Tendo presente o tempo necessário para o desenvolvimento dos projetos e execução das empreitadas, e dada a previsão a curto/médio prazo do aumento de área loteada e infraestruturada, bem como do aumento de consumidores industriais, torna-se premente, a elaboração e implementação de um plano geral de infraestruturas para toda a área da ZILS, e, em concreto, para as infraestruturas que asseguram o abastecimento de Água Potável (AP); o abastecimento de Água Industrial (AI); a recolha de Águas Residuais Industriais (ARI) e a recolha de Água Residual Salina.

Neste enquadramento, foi desenvolvido pela AdSA e o Acionista (Águas de Portugal) um novo Contrato de Concessão, Decreto-Lei e respetivo EVEF de Expansão, entregue ao Concedente em março de 2024 que visa assegurar o substancial reforço nos quantitativos de água industrial a fornecer à ZILS.

No entanto, face à necessidade de investimentos realizados e a realizar, para a continuidade da empresa bem como para o desenvolvimento da Zona Industrial e Logística de Sines (ZILS), a Águas de Santo André (AdSA) está em vias de exceder o investimento futuro constante no contrato de concessão em vigor (2001-2031), o qual se não for alterado continuará a ter impacto muito significativo nas contas, como ocorrido já em 2024, na medida em que a adjudicação de cerca de 21,4 M€ em investimentos foi reconhecido 1/8 (2,6 M€) em gastos com amortizações.

LICENCIAMENTO

No que respeita aos licenciamentos inerentes às várias atividades sob sua responsabilidade, a AdSA dispõe dos seguintes diplomas:

- Contrato de Concessão relativo à Utilização dos Recursos Hídricos para Captação de Água Subterrânea do Domínio Público do Estado no Sistema Aquífero de Sines destinada ao Abastecimento Público do Sistema de Abastecimento de Santo André - Contrato Concessão nº 1/CSB/SD/2013
- Contrato de Concessão relativo à Utilização dos Recursos Hídricos para Captação de Águas Superfícies destinadas ao Abastecimento Público e à produção de Energia Hidroelétrica no rio Sado e Albufeira de Morgavel
 Contrato de Concessão nº I/CSP/SD/2009

Em 2022, foi emitida, pela ARH-Alentejo, a Licença de Utilização dos Recursos Hídricos para descarga de Águas Residuais nº L009603.2022.RH6, relativa à descarga de água residual tratada na ETAR de Ribeira dos Moinho.

ANCE

Em novembro de 2024, a AdSA recebeu o 1º Averbamento à Licença de Utilização dos Recursos Hídricos acima referida, o qual considera uma derrogação temporária, por um período de 48 meses (enquanto for válida a licença em vigor), relativamente ao cumprimento dos Valores Limite de Emissão dos parâmetros CBO5 e CQO, a vigorar a partir do dia 4 de outubro de 2023.

Aguarda-se por parte da ARH-Alentejo, a renovação da Licença de Utilização dos Recursos Hídricos para Rejeição de Águas Residuais Salinas nº L013478.2018.RH6, solicitada em 2020.

Em 2022, a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) emitiu, para o RESIM – Gestão de Resíduos Industriais de Santo André (aterro de resíduos não perigosos), o Título Único Ambiental n.º TUA20220111000018, do qual faz parte integrante a Licença de Exploração para a Operação de Deposição de Resíduos em aterro n.º 2/2022/CCDR-Alentejo, emitida pela CCDR-Alentejo. Em maio de 2024, foi solicitada uma alteração ao TUA, com vista ao aumento da cota máxima de exploração da célula do RESIM, aguardando-se apreciação por parte da APA.

OBRAS E EMPREITADAS

Neste capítulo destaca-se a conclusão da empreitada "Reforço do Abastecimento de Água Potável à ZILS Norte", o qual permitiu o aumento da resiliência do abastecimento de água potável ao Parque Industrial ZILS Norte, eliminando problemas associados um extenso histórico de ruturas, quase diárias.

Após obtenção do visto do Tribunal de Contas, deu-se início à da empreitada de execução, da "Conduta Adutora entre a ETA de Morgavel e o Reservatório de Monte Chãos", a qual permitirá a materialização de uma nova infraestrutura, crítica para abastecimento de água industrial ao polo industrial da Zona Industrial e Logística de Sines (ZILS), e a execução dos trabalhos de reabilitação necessários na atual conduta, afetada por patologias diversas.

No primeiro trimestre de 2024, foi consignada a empreitada de "Reabilitação do Canal de Ermidas", e foram iniciados os trabalhos de reabilitação com vista ao prolongar a vida da infraestrutura, fundamental para transporte de água bruta entre Ermidas do Sado e a albufeira de Morgavel, eliminando patologias e reduzindo as perdas de água ao longo da mesma.

Também em 2024 foi assinado o contrato e a consignação da empreitada para execução do "Emissário da Petrogal à bacia da ZIP 3 e Bacia de Retenção ZIP3". Com a realização desta empreitada pretende-se assegurar o desvio, em caso de emergência, de caudais industriais não conformes para uma bacia de retenção, e o seu retorno gradual para o sistema de drenagem, defendendo assim a ETAR a jusante de choques suscetíveis de colocar em causa o normal funcionamento da sua linha de tratamento, e protegendo o meio ambiente.

Ainda em 2024, foi assinado o contrato e a consignação referente à empreitada "Execução da caixa de medição de caudal, ARU, na Barbuda", com vista à execução de uma caixa de medição de caudal, no atual coletor de água residual proveniente da cidade de Sines, de modo a otimizar na medição de caudal neste coletor, e assim permitir a boa gestão e monitorização desses efluentes.

Por último, foi ainda assinado o contrato e a consignação referente à empreitada "Sistema de Neutralização de Fugas de Cloro da ETA de Morgavel", que visa a substituição do atual sistema de neutralização de fugas de cloro existente, e dotar a instalação das normas de segurança em vigor associadas ao armazenamento/ doseamento desse reagente.

RECONHECIMENTOS/PRÉMIOS

A Águas de Santo André, S.A. (AdSA) recebeu, em 2024, o Selo de Qualidade Exemplar da Água para Consumo Humano relativo ao ano de 2023, atribuídos pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) numa cerimónia que contou com a colaboração de entidades representativas do setor, designadamente: a Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas (APDA), a Associação Portuguesa de Engenharia Sanitária e Ambiental (APESB), a Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos (APRH), a Associação para a Gestão de Resíduos (ESGRA), a Associação

HO CZ I

Portuguesa de Empresas de Tecnologias Ambientais (APEMETA), a Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor (DECO) e o Jornal Água e Ambiente.

Os " Selo de Qualidade ERSAR " são atribuídos às entidades gestoras que cumprem os critérios mínimos identificados no regulamento anual da iniciativa e Prémios de Excelência às entidades gestoras com melhor desempenho. A atribuição destes prémios, por parte da ERSAR, visa igualmente sensibilizar as entidades gestoras para as questões da qualidade na conceção, execução, gestão e exploração dos sistemas. Indicadores como água segura, perdas reais de água, ocorrência de falhas no abastecimento, reciclagem de resíduos de recolha seletiva, resposta a reclamações e cobertura de gastos são alguns dos parâmetros avaliados.

Assim, receber este galardão é um motivo de orgulho, um justo prémio para a empresa e para todos os seus colaboradores e um forte incentivo para prosseguir na senda da melhoria contínua, mas é, acima de tudo, o reconhecimento da prestação de um serviço de elevada qualidade, que proporciona valor acrescentado para os clientes, bem como elevada qualidade de vida da população e proteção do ambiente.

Outro marco importante, momento onde a AdSA foi destacada, foi a distinção e reconhecimento obtido na Cerimónia de Prémios de Mérito, promovida pela Junta de Freguesia de Santo André, onde tivemos o privilégio de receber o Prémio de Mérito na categoria de Desenvolvimento Económico, o qual valoriza a missão de serviço público essencial que a AdSA presta a Santo André e a toda a região.

COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

As atividades de comunicação realizadas ao longo do ano 2024, realizadas com uma abordagem integrada e colaborativa, tiveram como objetivo a manutenção da imagem, reforço de identidade e fortalecer as parcerias que têm vindo a ser desenvolvidas, junto dos públicos interno e externo, garantindo o envolvimento da comunidade em práticas sustentáveis e de preservação dos recursos hídricos, alinhando os valores com as metas estabelecidas.

A Águas de Santo André, S.A.(AdSA) atua na região através da Comunicação Externa por meio da Comunicação Institucional, Comunicação Digital e da Educação Ambiental. Ao nível de Comunicação interna, procurando valorizar os recursos humanos que trabalham na AdSA, a empresa mantém as ações que visam estimular o espírito de equipa e coesão de grupo.

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

A comunicação institucional desempenha um papel crucial na construção da imagem da AdSA, tanto na promoção de transparência, como na disseminação de informações relevantes através de canais diversos, numa procura constante de estabelecermos uma ponte entre a empresa e a comunidade.

Em 2024, a AdSA concentrou-se em diversas iniciativas que retratamos de seguida.

EVENTOS

Um dos primeiros eventos do ano realizados, o "Portas Abertas", acontece na ETA de Morgavel e em parceria com a COMSINES – Conselho das Comunidades de Sines. Associada da COMSINES desde a sua génese, a AdSA participa pela primeira vez nesta iniciativa, na qual conta voltar a colaborar, considerando que está totalmente alinhada com os seus compromissos, procurando promover relações de transparência e confiança com a comunidade onde se insere.

MA



Figura I - Portas Abertas ComSines

Num ano em que o Grupo Águas de Portugal celebra 30 anos, a AdSA assinala a sua presença na cerimónia de arranque das celebrações deste marco tão importante, onde se reuniram os Presidentes do Grupo nestas três décadas, numa partilha de episódios relevantes da nossa história e das suas perspetivas para confrontar os desafios atuais e de futuro. Marcos Sá, Presidente Executivo da Águas de Santo André, participou na sessão "Desafios Geoestratégicos Globais e o seu impacto".



Figura 2 - Desafios Geoestratégicos Globais e o seu impacto - 30 anos AdP

Outro evento com impacto no setor são as Jornadas de Engenharia do grupo Águas de Portugal, onde a AdSA participou numa sessão técnica intitulada "Eficiência na Gestão de Ativos", tendo a oportunidade de apresentar os trabalhos desenvolvidos no âmbito das "Melhorias operacionais na Barragem de Morgavel", com o objetivo de partilhar com os participantes, como tem a AdSA fomentado o aumento de eficiência e resiliências dos sistema de abastecimento de água industrial ao Complexo Industrial de Sines.



Figura 3 - Jornadas de Engenharia - Melhorias operacionais na Barragem de Morgavel

Tal como nos anos anteriores, a participação na Santiagro, feira anual organizada pelo Município de Santiago do Cacém, onde a AdSA marcou presença com um novo stand institucional e teve oportunidade de dar a conhecer os projetos da empresa, assim como, através de ações de educação ambiental, promovendo a conscientização sobre a gestão responsável da água e a importância da preservação dos recursos hídricos.



Figura 4 - Feira SANTIAGRO

Outra cerimónia que merece especial destaque é a distinção com a bandeira "Qualidade de Ouro 2024," atribuída pela Quercus.

Este galardão é um reconhecimento do trabalho desenvolvido pela Águas de Santo André e pela Câmara Municipal de Sines, na área do ambiente e, valorizando o trabalho realizado pela AdSA no tratamento de águas residuais, atividade fundamental para restituir ao ambiente marinho a água com a qualidade necessária à manutenção dos ecossistemas.



Figura 5 - Galardão Bandeira de Ouro

Este ano a AdSA, foi também convidada, pela Unidade de Saúde Pública do Alentejo Litoral, a participar no VIII Encontro dos Trigémeos, que visa celebrar objetivos comuns e definir estratégias futuras, recebendo os profissionais de saúde numa das nossas instalações mais apreciadas – Observatório da Estação Elevatória de Santo André. Local único onde a preservação da Natureza é uma prioridade!



Figura 6 - Visita ao Observatório inserida no VIII Encontro dos Trigémeos

PARCERIAS AMBIENTAIS

A Águas de Santo André (AdSA), ao longo do ano de 2024, marcou presença em diversos eventos locais, maioritariamente como patrocinador oficial, consolidando a sua estratégia de comunicação e de responsabilidade social, fortalecendo desta forma laços com entidades parceiras e com a comunidade local. Destaca-se a presença da AdSA nas "Férias em movimento

18 (

2024", na "27° Corrida da Lagoa de Santo André", nas "Festas de São Romão", na "8ª edição do Festival Gastronómico da Lagoa de Santo André", bem como na "Feira Anual da Freguesia de Santo André".



Figura 7 – Eventos e parceiras

Outra das parcerias estratégicas que visam desenvolvimento comunitário e de preservação do meio ambiente, foi a que se estabeleceu, também com a Junta de Freguesia de Santo André, no âmbito da intervenção para construção das Hortas Comunitárias de Santo André.



Figura 8 – Parceria – Hortas Comunitárias

F

PARCERIAS DESPORTIVAS

No âmbito do desporto, A Águas de Santo André, S.A. (AdSA) assume, uma vez mais, apoio aos atletas individuais mantendo o seu compromisso com o desenvolvimento desportivo dos jovens talentos residentes na área de atuação da empresa, através da assinatura de protocolos de colaboração, para a época desportiva de 2024, com 6 atletas individuais. Em 2024, foram renovados os protocolos com os jovens atletas de motociclismo: Pedro Fragoso, Martim Jesus, Pedro Matos e Alexandre Cabá e com a cavaleira Margarida Dias Lopes, na modalidade de equitação por obstáculos. A atleta Diana Cruz, cavaleira na modalidade de Dressage, juntou-se, este ano, ao grupo.

A AdSA apoia ainda o Volly4All, um projeto novo, com provas dadas do esforço colocado em prol da comunidade mais jovem, procurando oferecer uma alternativa às camadas mais jovens, nesta modalidade.



Figura 9 – Atletas Individuais

18 186

CAMPANHAS

No âmbito da categoria campanhas, foram divulgadas campanhas externas, de cariz comercial, institucional e ambiental, na imprensa e nas redes sociais.

A continuidade da campanha – "Água é vida – não a desperdice" - promovida pelo Grupo Águas de Portugal e a Agência Portuguesa do Ambiente, no quadro das Medidas de Combate à Seca e contou com a parceria da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos e financiamento do Fundo Ambiental do Ministério do Ambiente e Ação Climática, foi lançada a nível nacional, tendo a AdSA aderido e promovido a sua divulgação.

Esta foi uma iniciativa que pretendeu sensibilizar a população para a redução dos consumos de água visando promover práticas que fomentem o seu uso eficiente no atual contexto de seca e escassez de água.



Figura 10 – Campanha Nacional Água é Vida, Não a desperdice

Relançamento da Campanha de promoção do Contact Center, com forte cariz comercial e de relação com o cliente, com o objetivo de garantir que o cliente tem ao seu dispor um serviço 24/7 para tratar de todos os assuntos com a nossa empresa, no conforto da sua casa.



Figura II - Campanhas Comerciais - Contact Center

COMUNICAÇÃO DIGITAL

Dando continuidade à decisão estratégica de promover a comunicação digital com a comunidade, iniciada no ano transato, mantivemos uma presença ativa nas redes sociais (Facebook, Instagram e Linkedin) e também no nosso website. Esta estratégia que acompanha as tendências atuais na área digital, assenta na elaboração e planeamento de conteúdos que visam o fortalecimento de uma relação de transparência e confiança com a nossa comunidade, com especial foco não só na manutenção de seguidores, mas também no alcance de novos públicos e divulgando todos os serviços da empresa e sensibilizando para as questões ambientais junto dos seguidores.

FACEBOOK

Com um total de 155.800 visualizações, foram alcançadas 158.400 pessoas, com um aumento de 1.200 seguidores, perfazendo um total de 3.615 seguidores e 501 interações. Durante o ano, esta rede social foi visitada por 22.900 pessoas, com um aumento de 15% em relação ao ano anterior.

INSTAGRAM

A AdSA publicou 29.900 visualizações nesta rede social, com um alcance de 4.900 pessoas e 220 interações. Dos 647 seguidores totais, foram conquistados 130 durante o ano e as 1.200 visitas ao perfil representaram um aumento de 42,5% em relação ao ano passado.

LINKEDIN

Foram obtidas 41.378 impressões nesta rede, com 1.305 reações e 1.468 visualizações da página. Dos 1.256 atuais seguidores, 379 foram conquistados em 2024, tudo 100% orgânico se, recurso a conteúdo pago.

RELAÇÕES COM A COMUNICAÇÃO SOCIAL

Em 2024, foram emitidos II comunicados de imprensa onde se destacam marcos importantes como a apresentação de várias obras e empreitadas, prémios, certificações e outras distinções, eventos institucionais, ações no âmbito da Educação Ambiental e celebração de dias comemorativos, assinatura de protocolos com entidades estratégicas e decisões internas de priorização de bem-estar dos nossos colaboradores.

Os meios de comunicação social (imprensa e rádio) partilharam 95 notícias da AdSA, sendo a imprensa e os meios digitais os principais impulsionadores de conteúdos, contribuindo para que, no primeiro trimestre do ano, 6 % da população portuguesa estivesse exposta às mensagens. Ao longo do ano, cada cidadão português foi impactado, em média, 6 vezes (um aumento de 304% em relação ao ano anterior). O valor financeiro anual equivalente estimado pela ocupação de espaço nos média foi de 37.553€.



Figura 12 - Relações com órgãos de comunicação social

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Na área da Educação Ambiental, e tal como temos feito nos anos anteriores, continuamos a apostar na sensibilização de crianças e jovens para a importância de cuidar do Planeta e de adotar hábitos de vida mais sustentáveis, numa estreita colaboração com a comunidade escolar no que respeita ao desenvolvimento de atividades e conteúdos relacionados com o ambiente e a eficiência hídrica.

Em 2024, a Águas de Santo André (AdSA) intensificou os seus esforços com iniciativas no âmbito da educação Ambiental, realizando 25 ações que envolveram cerca de 1000 jovens, crianças do pré-escolar, primeiro e segundo ciclo de várias escolas dos municípios de Santiago do Cacém e Sines.

A convite da Junta de Freguesia de Santo André, a AdSA juntou-se a mais uma iniciativa para assinalar o mês da Água, numa atividade de sensibilização na Escola N°I de Vila Nova de Santo André para turmas do 5° ano.

O ciclo urbano da água e as boas práticas no uso deste recurso, foram os temas escolhidos pela nossa equipa para apresentar aos cerca de 106 jovens participantes, que tiveram a oportunidade de fazer algumas experiências para compreender melhor as propriedades deste elemento, assim como construir um puzzle gigante num momento lúdico de pura diversão. A atividade terminou com um grito pela preservação deste bem tão precioso: Água é vida, vamos poupá-la!





Figura 13 - Ações de Educação Ambiental

Foram realizadas 4 ações de verão na Praia Vasco da Gama a convite da Câmara Municipal de Sines e 1 ação de Educação Ambiental na Lagoa de Santo André a convite da Saúde Comunitária da Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano.



Figura 14 - Ações de praia com parceiros

Outro dos momentos onde a AdSA teve a oportunidade de educar para a sustentabilidade foi na sua participação na Feira OBSERVA LAGUNAS 2024, promovida pela Cogestão – Comissão à qual a empresa pertence, onde foram realizadas 2 ações no Centro de Educação Ambiental o Monte do Paio.

No âmbito da Educação Ambiental, foram ainda assinaladas algumas datas comemorativas que têm relação direta com atividade da Águas de santo André.

DIA MUNDIAL DA ÁGUA

No Dia Mundial da Água a AdSA convidou alguns dos seus parceiros, a Junta de Freguesia de Santo André, o Crassa -Centro de Recuperação de Animais Selvagens de St. André e Associação Pais Encarregados de Educação EB N4 St André, para que se juntassem numa manhã dedicada à Água e à Sustentabilidade Ambiental, na Escola Básica nº4 de Santo André, onde 160 crianças realizaram várias atividades como oficinas experimentais, jogos e ações de sensibilização.



Figura 15 – Dia Mundial da Água

Hr (

DIA MUNDIAL DO AMBIENTE

Para celebrar o Dia Mundial do Ambiente, a Águas de Santo André recebeu cerca de 80 crianças da Escola Básica n.º4 de Santo André, alunos do Pré Escolar, para participarem num conjunto de atividades relacionadas com a consciencialização para a importância da água e da preservação do ambiente, dando assim continuidade à nossa estratégia de educação ambiental.



Figura 16 - Dia Mundial do Ambiente

DIA NACIONAL DA ÁGUA

Assinalado no próprio dia 1 de outubro, foi organizada uma atividade na Escola Básica n°.3 de Santo André, contando com a participação de cerca de 150 crianças do primeiro ciclo, onde foram sensibilizadas para a importância da água nas nossas vidas e para o papel de cada uma delas na gestão da água do amanhã. Esta atividade contou mais uma vez com parceiros da região, fundamentais para o sucesso do evento: Crassa - Centro de Recuperação de Animais Selvagens de St. André, Saúde Comunitária e Saúde Ambiental da Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano.



Figura 17 – Dia Nacional da Água

COMUNICAÇÃO INTERNA

Na AdSA, a Comunicação Interna é um dos elementos-chave para garantir que todos os colaboradores estão alinhados com a visão, missão e valores da empresa e se sintam incluídos e integrados nas atividades da mesma.

Para existir uma imagem consolidada é também necessário transformar os nossos trabalhadores em verdadeiros "mensageiros", por isso é essencial tornar os nossos trabalhadores pessoas integradas naquela que é a atividade e no que acontece na empresa, fazendo-os sentir parte integrantes desta.

Com o foco nesta mensagem, a AdSA manteve algumas iniciativas habituais, com destaque para a celebração do dia de Reis, Dia da Mulher, 23.º Aniversário da AdSA, Teambuilding – "A Fantástica viagem da felicidade" e o habitual lanche de Natal para os filhos dos colabores.

O ano de 2024 marca o início do envio trimestral da Newsletter AdSA SSE News. Um trabalho conjunto estre duas áreas transversais à empresa. A par desta iniciativa, ocorreram outras comunicações realizadas por email interno tais como: processos de recrutamento, informação de parcerias, notícias relacionadas com o mundo AdSA, convites para eventos internos entre outras informações relevantes.

SÍNTESE DE INDICADORES

	2024	2023	2022
Capital Social (€)	1 000 000	1 000 000	1 000 000
Capital Próprio (€)	33 313 369	35 247 057	34 5 353
Ativo Líquido Total (€)	72 395 216	75 727 521	76 702 345
Investimento (€)	6912343	2 707 016	I 820 725
Vendas e Serviços. Prestados (€)	10 786 060	16 299 741	16 142 313
Resultados Operacionais (€)	2 927 600	1 951 479	6 083 506
Resultados Financeiros (€)	733 025	191 743	-3 639
Resultados Antes de Impostos	-2 194 575	2 143 222	6 079 868
Resultado Líquido do Exercício (€)	-1 863 489	57 744	4 499 706
Números de Colaboradores em 31 de dezembro	84	83	70
Abastecimento de Água			
Número de clientes	5792	5833	5825
Número de Municípios Abastecidos	2	2	2
População Residente na Área Abastecida	22.710	28 650	28 650
Acessibilidade Física ao Serviço em Alta (%)	100%	100%	100%
Acessibilidade Física ao Serviço em Baixo (%)	100%	100%	100%
Água Total Fornecida (m³)	10.572.519	12.416.976	17.959.011
Água Total Captada (m³)	13 958 983	15.926.646	12.328.446
Capacidade Diária de Tratamento Água Industrial (m³)	130 000	130 000	130 000
Capacidade Diária de Tratamento de Água Potável (m ³)	20 000	20 000	20 000
Qualidade da Água para Consumo Humano em Alta (%)	100%	99,8%	99,7%
Qualidade de Água para Consumo Humano em Baixa (%)	100%	100%	100%
Tratamento de Água Residual			
Acessibilidade Física ao Serviço (%)	100%	100%	100%
Água Residual Total Tratada (m³)	6 047 716	6 320 1 1 7	7 819 651
Capacidade Diária de Tratamento de Água Residual (m³)	43 000	43 000	43 000
Cumprimento dos parâmetros de descarga (%)	100%	88,3%	84,8%,
Receção de Resíduos Industriais			
Resíduos Não Perigosos Confinados (ton)	5.494	11.548	19.723

Quadro I - Indicadores Económicos e de atividade

ARRA

QUEM SOMOS MISSÃO, VISÃO E COMPROMISSOS

MISSÃO

Garantir o abastecimento de água para consumo humano e industrial, a recolha e tratamento das águas residuais e a receção e o confinamento de resíduos industriais, num quadro de eficiência e sustentabilidade económica, social e ambiental, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e para o crescimento económico da região, e em particular da Zona Industrial e Logística de Sines.

VISÃO

Ser uma empresa de referência nacional no setor ambiental, prestando um serviço público de qualidade à população e à indústria. Ser um parceiro ativo para o desenvolvimento económico da região e do país, atingindo um elevado nível de eficiência e sustentabilidade.

VALORES

- O enfoque no Cliente e no Ambiente
- A qualidade e a fiabilidade do serviço prestado
- A valorização do Capital Humano e o trabalho em equipa
- Ética nas relações laborais e comerciais
- Uma sólida cultura de segurança e proteção da saúde pública
- A melhoria contínua
- A garantia de competências especializadas
- A eficiência energética
- A inovação e o desenvolvimento tecnológico
- A transparência na atuação
- O compromisso ambiental e social em toda a área de atuação
- O compromisso entre a vida profissional e familiar

OBJETIVOS

	Maximização do retorno dos investimentos Redução de custos, sem colocar em causa a redução dos
Na perspetiva financeira	valores justos de mercado que garantem a dignidade salarial
	Diversificação de negócios
	Consolidação da confiança das partes interessadas
	Garantia de origens de água
Na perspetiva de clientes	Garantia de novas fontes de água
	Garantia da fiabilidade de todos os Serviços
	Satisfação dos nossos clientes pelo Serviço prestado
	Otimização da gestão de recursos
	Redução de perdas
	Eficiência e autonomia energética
No portoctivo do processos	Otimização da medição e controlo
Na perspetiva de processos	Preservação do ambiente
	Implementação das melhores práticas na contratação, com elevados níveis de exigência ao nível da transparência
Na perspetiva de aprendizagem, desenvolvimento e	Disponibilização da plataforma de telegestão
conhecimento	Disponibilização do serviço de telemetria a todos os
	clientes
	Criação de portal da empresa
	Desenvolvimento de partilha de informação interna
	Enfoque no desenvolvimento e investigação
	Aposta na formação contínua

POLÍTICA EMPRESARIAL

A AdSA num quadro de respeito integral da legislação e das normas aplicáveis, de modo socialmente responsável, ambientalmente sustentável e prevenindo lesões e afeções para a saúde e riscos para os colaboradores e consumidores, assume os seguintes compromissos, antecipar, avaliar e promover de uma forma contínua a satisfação das necessidades e expetativas dos seus clientes, colaboradores, comunidade e restantes partes interessadas relevantes, nomeadamente através de:

- Promoção e satisfação dos interesses dos clientes e demais Partes Interessadas, nos termos do Contrato de Concessão e outros contratos aplicáveis;
- Estabelecimento e revisão dos objetivos da Qualidade, Ambiente e Segurança Alimentar, adequados à natureza das atividades, produtos e serviços da Empresa, atuando sempre de forma a proteger o ambiente, prevenir a poluição ambiental e focalizando esforço na otimização do desempenho energético e na garantia da segurança em toda a cadeia alimentar;
- Estabelecimento e revisão dos objetivos da Segurança adequados à natureza e à escala dos perigos e riscos associados às atividades da Empresa, atuando sempre de forma a prevenir, eliminar e reduzir lesões e afeções da saúde, através da implementação de medidas coletivas e individuais;
- Disponibilização de informação e de todos os recursos necessários ao cumprimento dos objetivos da AdSA e proporcionar aos colaboradores uma formação regular e adequada ao desempenho das respetivas funções;
- Promoção da segurança, bem-estar e satisfação dos colaboradores da Empresa em todos os aspetos profissionais e humanos, proporcionando condições de trabalho seguras e saudáveis;

- Estimular o envolvimento dos colaboradores no processo de informação, consulta e participação no âmbito da segurança e saúde;
- Encorajar a aquisição de produtos e serviços energeticamente eficientes e a conceção orientada para a melhoria do desempenho energético;
- Procura da satisfação da sociedade envolvente e das entidades oficiais, quer pela qualidade do serviço prestado quer pela garantia do cumprimento dos requisitos legais laborais, sociais, fiscais e ambientais, incluindo os relacionados com a gestão energética;
- Promover a Segurança Alimentar no abastecimento e distribuição de água potável;
- Manter ativa a comunicação nas questões relacionadas com a Segurança Alimentar com todas as partes interessadas relevantes;
- Sensibilização dos fornecedores no sentido da sua consciencialização e do seu comprometimento para a adesão aos requisitos da Sustentabilidade Empresarial da AdSA;
- Promover as compras sustentáveis na organização;
- Orientação das práticas de gestão pelo princípio da Melhoria Contínua, e para o cumprimento dos requisitos normativos adotados, com persistente empenho na melhoria de eficácia do Sistema de Sustentabilidade Empresarial.

DESCRIÇÃO DA EMPRESA E DA ATIVIDADE

A EMPRESA

A Águas de Santo André, S.A. (AdSA), é uma sociedade de capitais públicos, criada pelo Decreto-Lei n.º 171/2001, de 25 de maio, a quem foi atribuída a concessão de gestão e exploração do sistema de captação, tratamento e distribuição de água, de recolha, tratamento e rejeição de efluentes e de recolha, tratamento e destino final de resíduos sólidos de Santo André.

A empresa foi constituída por um capital social de € 500.000,00, sendo atualmente de € 1.000.000,00 integralmente realizado e detido a 100 % por Águas de Portugal, SGPS, S.A.

A sociedade tem por objetivo a exploração e gestão do sistema de abastecimento de água, de saneamento e de resíduos sólidos de Santo André, que serve a ZILS, a zona urbana de Vila Nova de Santo André e, parcialmente, os municípios de Sines e Santiago do Cacém.

ATIVIDADE

O SISTEMA DE SANTO ANDRÉ

O Sistema de Santo André abrange três vertentes: abastecimento de água, água residual e resíduos industriais.

Este sistema serve a Zona Industrial e Logística de Sines (ZILS) e ainda, parcialmente, os municípios de Santiago do Cacém (cidade de Vila Nova de Santo André e costa de Santo André) e de Sines. Neste último, no que respeita ao abastecimento de água potável, pontualmente e sempre que solicitado, fornece água ao Município.

A

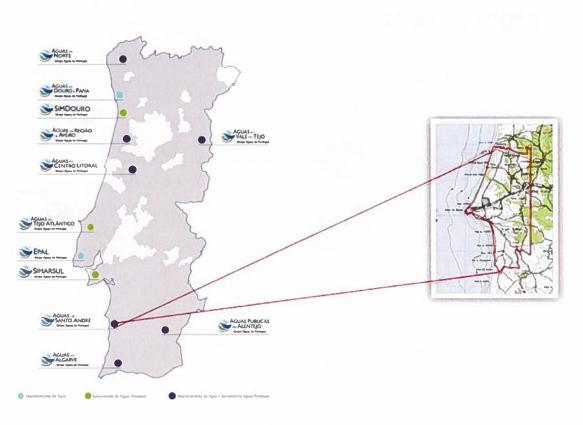
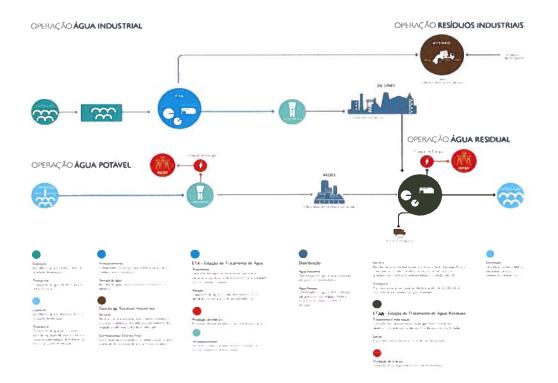


Figura 18 – Área de Intervenção

Ho (s





OS NOSSOS STAKEHOLDERS

Por stakeholder entende-se uma pessoa ou grupo que podem afetar e/ou são afetados pelos resultados estratégicos obtidos e que têm reivindicações aplicáveis, respeitantes ao desempenho da empresa.

A envolvência dos stakeholders na atividade da AdSA passa por um exercício de partilha e transparência da empresa na sua relação com a sociedade e, em particular, com as entidades que têm impacto ou são impactadas pelas empresas do Grupo. A AdSA identificou como principais stakeholders os seguintes grupos:



Através da Direção de Regulação, Planeamento e Controlo de Gestão, da Holding, a AdSA pretende manter um adequado relacionamento institucional e informativo com o universo dos stakeholders acima descritos.

Esta direção atua como interlocutora entre a comissão executiva da holding e os stakeholders, garantindo um envolvimento e uma comunicação profissional e constante com estes, sendo responsável pela celeridade, credibilidade e robustez de toda a informação disponível.

Para tal, são desenvolvidos esforços e estabelecidas competências que garantem o fluxo de comunicação constante com todas as entidades interessadas, disponibilizando toda a informação necessária e observando todas as disposições formais, legais e regulamentares aplicáveis. Só assim se torna possível dar resposta às solicitações de informação que lhe são dirigidas.

A responsabilidade da AdSA neste âmbito é acrescida e particularmente sensível pelo facto de prestar serviços de caracter público, constituindo o seu core business uma contribuição decisiva para o desenvolvimento sustentável do país.

A Águas de Santo André cumpre todas as obrigações legais, estatutárias e contratuais em matéria de divulgação de informação, de acordo com o princípio da transparência e assegurando o cumprimento dos deveres inerentes ao adequado relacionamento com o universo de stakeholders.

ORGANIZAÇÃO

ESTRUTURA ACCIONISTA, ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E ÓRGÃOS SOCIAIS

Esta empresa é constituída por um capital social de € 1.000.000,00 integralmente realizado e detido a 100 % pela Águas de Portugal, SGPS, S.A..

Os Órgãos Sociais para o mandato 2023/2025, foram eleitos pelo Acionista, por Deliberação Unânime Escrita, de 24 de abril de 2023, com efeitos imediatos.

Os Órgãos Sociais, eleitos, têm as seguintes competências:

ASSEMBLEIA-GERAL

A Assembleia-Geral é o órgão que representa o acionista, sendo as suas deliberações vinculativas nos termos da Lei e dos Estatutos. A este órgão competem importantes poderes, como deliberar sobre os documentos de prestação de contas e a proposta de aplicação de resultados, a apreciação da administração e fiscalização da sociedade, a alteração dos estatutos, transformação e dissolução da empresa, a emissão de obrigações, o aumento de capital, a eleição dos membros dos órgãos sociais bem como a fixação das remunerações dos Órgãos Sociais.

Tendo em conta o estipulado no n.º I do artigo 14.º do Contrato de Sociedade, a Mesa da Assembleia Geral é constituída por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário, sendo estes escolhidos entre o acionista ou outros.

A Assembleia Geral é convocada e dirigida pelo Presidente da Mesa ou, na sua ausência ou impedimento, pelo Vice-Presidente. Todos os membros são eleitos por um período de três anos, em Assembleia Geral.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nos termos do n.º 1 do artigo 18º do Contrato da Sociedade, o Conselho de Administração é composto por três

Administradores, sendo um Presidente e os restantes Vogais.

1/4

O Conselho de Administração é eleito pela Assembleia Geral que designa, também, o seu Presidente de entre os Administradores eleitos. Nos termos do n.º 2 do artigo 11.º do Contrato da Sociedade, e à semelhança dos restantes órgãos sociais, o Conselho de Administração exerce as suas funções por períodos de três anos, podendo ser reeleito.

Os membros dos órgãos sociais consideram-se empossados logo que tenham sido eleitos, permanecendo em funções até à posse dos membros que os venham substituir, ressalvando-se os casos previstos na lei, nomeadamente, de suspensão, destituição ou renúncia.

Nos termos do artigo 19.º do Contrato de Sociedade, o Conselho de Administração tem os poderes de gestão e representação da Sociedade que lhe forem cometidos por lei, pelos presentes estatutos e pelas deliberações do acionista.

COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Os órgãos sociais da Sociedade apresentam, a 31 de dezembro de 2024 a seguinte composição:

Mesa da Assembleia-Geral

Presidente - Paulo Manuel Marques Fernandes

Secretário - Ana Cristina Rebelo Pereira

<u>Conselho de Administração</u>

Presidente Executivo – Marcos Sá Rodrigues Vogal Executiva – Carla Sofia de Oliveira dos Reis Cupido Vogal Executivo – José Eduardo Esperança Fialho

Secretário da Sociedade – Carlos Casado Neves

Foram eleitos pelo Acionista, por Deliberação Unânime Escrita, de 3 de fevereiro de 2025, os novos membros do Conselho de Administração, para o mandato 2025-2027, os quais assinam este relatório.

Fiscal Único

Para o mandato de 2023-2025 (exercícios 2024 e 2025), e na sequência da Deliberação Social Unânime por Escrito de oito de maio de 2024, foi eleita a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Deloitte & Associados, SROC, S.A., como Fiscal Único, representada por Ana Alexandra Dornelas Pinheiro, ROC n.º 1496, e pelo suplente, João Carlos Henriques Gomes Ferreira, ROC n.º 1129.

CARTEIRA DE PARTICIPAÇÕES E SUCURSAIS

Não aplicável.

AS NOSSAS AMBIÇÕES DE SUSTENTABILIDADE

As nossas atividades têm impactos relevantes na saúde e bem-estar das pessoas, na qualidade ambiental e no desenvolvimento económico da região onde operamos, o que nos confere uma responsabilidade acrescida àquela que assumimos na prestação de serviços públicos essenciais.

Hr (4

As alterações climáticas, o esgotamento de recursos e a degradação dos ecossistemas e poluição ambiental são desafios significativos, que enfrentamos com um compromisso reforçado para com o ambiente e a sociedade e ao nível da governance.

COMPROMISSO DE INTEGRADADE

Destacamos o Compromisso de Integridade, subscrito pela AdSA em dezembro de 2021, representando um comprometimento com a implementação do modelo de integridade consubstanciado na Política de Integridade (<u>https://grupoadp.form.maistransparente.com/</u>) e de todos os instrumentos que lhe estão associados para assegurar continuamente a capacitação interna que favoreça uma cultura de integridade.

O referencial ético é coadjuvado por normas de conduta e por um conjunto de outras políticas e procedimentos internos que garantem a conformidade com os diferentes instrumentos que regulam a nossa atividade e atuação, nomeadamente: Código de Ética e de Conduta (https://www.adsa.pt/contents/homeleft/codigo-de-etica_revisto-a-dez-2023.pdf) ; Plano Prevenção de de Riscos de Corrupção е Infrações Conexas (https://www.adsa.pt/contents/homeleft/pprcic_adsa_2023.pdf); Regulamento de Denúncias Voluntárias de Irregularidades (https://www.adsa.pt/contents/documents/regulamento-de-denuncias-e-irregularidades.pdf); Manual de Contratação Pública do Regime Geral (file:////adsafs2/Grupos/05-Grupos%20de%20Trabalho/SSE_Webs/REG%20AdPhtm); Manual de Compras (file:////adsafs2/Grupos/05-Grupos%20de%20Trabalho/SSE_Webs/REG%20AdP.htm).

A governação da ética organizacional está cometida a dois órgãos com atribuições distintas e complementares: Conselho de Ética, um órgão consultivo com estatuto de independência, que visa promover os mais elevados padrões éticos no Grupo Águas de Portugal, ao nível da cultura, da conduta e dos comportamentos; a Comissão de Ética, um órgão executivo com estatuto de independência, que visa promover a análise de denúncias, questões e dilemas éticos reportados através dos canais de comunicação, confidenciais e seguros, constituídos para o efeito, particularmente no que ao reporte de irregularidades diz respeito.

A AdSA dispõe de uma Linha de Integridade, sendo este um canal específico de comunicação, dirigido à Comissão de Ética do Grupo Águas de Portugal, cuja função principal é receber das partes interessadas, internas ou externas, todas as comunicações relativas a questões éticas, que possam colocar em causa a integridade do grupo como um todo ou de uma das suas empresas. A linha de integridade agrega todas as comunicações que possam, de alguma forma, violar os princípios e a essência da Política de Integridade.

COMPROMISSO DE SUSTENTABILIDADE

O Compromisso de Sustentabilidade do Grupo Águas de Portugal fixa as suas ambições de forma a garantir os princípios de eficiência, inovação e qualidade de serviço, no quadro de responsabilidade empresarial, ambiental e social estabelecido.

As ambições de sustentabilidade estão alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas e focam-se no propósito do nosso trabalho, na ação pelo clima, na economia circular, na valorização dos territórios, na inovação com impacto, na cooperação para uma gestão sustentável da água a nível internacional e na educação para a sustentabilidade.

Hr Ce

AS NOSSAS AMBIÇÕES

As Ambições de Sustentabilidade do Grupo Águas de Portugal e da AdSA] relevam o trabalho com propósito, a ação climática, a economia circular da água,

a valorização dos territórios, a inovação com impacto, a cooperação internacional para a gestão da água e a educação para a sustentabilidade.



Promovemos um ambiente de trabalho que valoriza o desenvolvimento profissional e pessoal dos colaboradores, a igualdade de oportunidades, a diversidade e inclusão, bem como a segurança, saúde no trabalho e o equilíbrio entre vida profissional e pessoal. Em termos de ação climática, focamo-nos na neutralidade e autossustentabilidade energética, na redução de emissões de gases com efeito de estufa e na resiliência dos sistemas face às alterações climáticas.

A aposta na economia circular da água visa a gestão eficiente do ciclo urbano da água, conservando recursos hídricos e minimizando desperdícios. A valorização dos territórios assenta na prestação de um serviço público de excelência, fortalecendo a relação com comunidades, protegendo a biodiversidade e promovendo a saúde pública. Paralelamente, a inovação é incentivada através de projetos de IDI, transformação digital e desenvolvimento de soluções sustentáveis.

Na dimensão internacional participamos em projetos do Grupo Águas de Portugal ao nível da cooperação para a gestão sustentável da água, partilhando conhecimentos e apoiando programas em países em desenvolvimento. A educação para a sustentabilidade é uma das nossas ambições, que prosseguimos visando sensibilizar para o valor da água no contexto do desenvolvimento sustentável.

EM 2024

As principais ações, projetos e programas de sustentabilidade encontram-se detalhados no Relatório de Sustentabilidade do Grupo AdP, ao qual se remete para informação complementar.

O NEGÓCIO

R

ENVOLVENTE CONTEXTO MACROECONÓMICO

A evolução recente da economia mundial tem sido caraterizada por diferenças significativas de crescimento entre regiões e setores. O dinamismo da economia americana e das economias emergentes (excluindo a China) contrasta com a fraqueza das grandes economias europeias e o abrandamento na China. O dinamismo dos serviços continua a apoiar a atividade, em contraste com o enfraquecimento da indústria. A dinâmica da economia mundial permanece frágil, com riscos significativos de uma escalada dos conflitos geopolíticos ou do protecionismo.

GLOBAL

O crescimento global para o ano 2024 estima-se em 3,2% e é esperado um crescimento de 3,3% para 2025 e 2026.

A desinflação continua, mas existem sinais de que o processo está estagnado em alguns países e que em alguns casos, a inflação mantém-se elevada. A inflação global deverá cair para 4,2% em 2025 e 3,5% em 2026, convergindo para a meta definida de forma mais acelerada nas economias avançadas do que nas economias emergentes.

ZONA EURO

A atividade na área do euro deverá acelerar gradualmente, beneficiando da redução das taxas de juro, da recuperação do poder de compra das famílias e da robustez do mercado de trabalho. No terceiro trimestre de 2024, o PIB da área do euro registou um aumento de 0,4% em cadeia, acima do esperado, traduzindo em larga medida o ligeiro crescimento da atividade na Alemanha e o maior crescimento da economia francesa associado ao impacto dos Jogos Olímpicos. Nos primeiros três trimestres de 2024, a Alemanha e a Itália apresentaram um desempenho económico bastante aquém do observado na média da área do euro, em contraste com o dinamismo da economia espanhola. As projeções para a atividade na área do euro foram ligeiramente revistas em baixa face a outubro, apontando para crescimentos de 0,7% em 2024, 1,1% em 2025, 1,4% em 2026 e 1,3% em 2027.

As projeções apontam para que a inflação na área do euro se reduza de 2,4% em 2024 para 2,1% em 2025, estabilizando em torno de 2,0% nos anos seguintes. Espera-se uma diminuição do preço do petróleo, particularmente em 2025, num contexto de abrandamento da procura na China.

As taxas de juro de curto prazo deverão continuar a diminuir, de forma mais rápida e em maior magnitude do que as projeções de outubro. Os futuros da Euribor a 3 meses indicam uma descida de 1,4 pp em 2025, para 2,1%, com uma relativa estabilização nos anos seguintes.

PORTUGAL

De acordo com as previsões do Instituto Nacional de Estatística (INE) e do Banco de Portugal, os principais indicadores económicos para 2024 são os seguintes:

H1 (4

	Estimativa 2024	Ano 2023
Taxa crescimento Produto Interno Bruto	1,7%	2,5%
Taxa crescimento Consumo Privado	3,0%	2,0%
Índice Harmonizado de Preços ao	2,6%	5,3%
Consumidor		
Taxa de desemprego	6,4%	6,5%
Euribor 6 meses (fim do ano)	2,562%	3,861%
Taxa de juro OT 10 Anos (média do ano)	2,96%	3,24%

A economia portuguesa deverá crescer 1,7% em 2024, projetando-se em 2,2% para 2025 e 2026, reduzindo para 1,7% em 2027.A inflação manterá uma trajetória descendente, com a variação anual do IHPC a reduzir-se de 5,3% em 2023 para 2,6% em 2024 e 2,1% em 2025, estabilizando em 2,0% em 2026–2027.

O maior dinamismo da atividade nos próximos dois anos reflete um enquadramento mais favorável, com a melhoria das condições financeiras, a aceleração esperada da procura externa e a maior entrada de fundos da União Europeia. No entanto, o enquadramento externo está sujeito a riscos significativos em baixa de natureza económica e geopolítica.

O mercado de trabalho mantém-se robusto, com aumentos de emprego e de salários reais, a par de um desemprego baixo.

A orientação expansionista e pró-cíclica da política orçamental contribui igualmente para o maior dinamismo da atividade. Em 2027, a desaceleração do PIB decorre, em larga medida, do impacto do fim da execução do Plano de Recuperação e Resiliência.

A taxa de juro implícita na dívida pública portuguesa aumenta gradualmente, de 2% em 2023 para 2,6% em 2027. Esta evolução reflete a substituição de dívida emitida no passado a taxas de juro inferiores às das atuais emissões, bem como o aumento das necessidades de financiamento líquidas por via da deterioração da situação orçamental.

As projeções orçamentais apontam para o retorno a uma situação deficitária, embora o rácio da dívida pública mantenha uma trajetória descendente. Estima-se que o excedente em 2024 possa atingir 0,6% do PIB, acima dos 0,4% previstos no Orçamento do Estado para 2025 (OE 2025). A atual projeção aponta para um saldo de -0,1% do PIB em 2025, inferior aos 0,3% estimados no OE 2025.

O SECTOR

A água constitui um elemento transversal no contexto atual de crise. Este facto é ainda mais evidente quando se associa a crise a uma dimensão de sustentabilidade, quer climática, quer de recursos quer de biodiversidade.

Constituindo-se com um bem cada vez mais escasso, a tendência é no sentido dum agravamento dessa escassez nas próximas décadas.

Para além do crescimento e aumento da população mundial, assiste-se à progressiva e cada vez mais acentuada diminuição das disponibilidades hídricas. Muitas vezes associada aos efeitos das alterações climáticas. Facilmente percetíveis até pela alteração dos padrões de precipitação à escala mundial.

Efetivamente, à medida que os impactos das alterações climáticas aumentam e as populações crescem, há uma necessidade urgente, dentro e entre países, de criar compromissos e verdadeira união em torno da proteção e conservação deste recurso precioso.

A saúde pública e a prosperidade das comunidades, os seus sistemas alimentares e energéticos, a produtividade económica e a integridade ambiental, dependem de um ciclo da água doce que funcione bem e seja gerido de forma equitativa garantindo qualidade e acesso a todos.

HO /2

É, neste contexto e simultaneamente desafio(s) que urge garantir para além da necessidade básica de acesso a água potável absolutamente essencial para o desenvolvimento socioeconómico, a conservação de ecossistemas sustentáveis (equilibrados e saudáveis).

Resulta assim, que a água e os serviços e atividades que lhe estão inerentes, designadamente o abastecimento e o saneamento, se mantêm cada mais no centro do desenvolvimento sustentável, e subjacentes a vários dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030.

No caso dos serviços mencionados, existe ainda a necessidade de assegurar a resiliência nos sistemas, de forma que se consiga resistir a eventos cada vez mais comuns e extremos, de origem climática ou não climática.

Ao longo das últimas décadas, tem-se vindo a assistir a novas tendências na gestão da água, impulsionadas pelos avanços tecnológicos que visam responder aos desafios referidos. Efetivamente, estão hoje nas agendas das estratégias para o setor: o recurso a novos tipos de origens de água, como a dessalinização ou a água residual tratada; a operação dos sistemas com recursos a fontes de energia renovável, de forma a mitigar as emissões de gases com efeito estufa e, consequentemente, a desacelerar as alterações climáticas; ou o incentivo à inovação para uma melhor gestão dos sistemas de águas; e a materialização do paradigma da Economia Circular da Água, mantendo os recursos em circulação o maior tempo possível, e valorizando os subprodutos.

Não obstante, subsistem ainda alguns factos indesmentíveis:

- Três em cada dez pessoas não têm acesso a água potável;
- Mais de 2 mil milhões vivem em países com um elevado nível de "stress" hídrico;
- Cerca de 4 mil milhões de pessoas passam por uma grave escassez de água potável durante, pelo menos, um mês do ano;
- Mais de 3 mil milhões de pessoas em todo o mundo dependem da água que atravessa as fronteiras nacionais. No entanto, apenas 24 países têm acordos de cooperação para toda a água partilhada.
- apenas um quarto da população nos países considerados pobres tem acesso a serviços de saneamento adequados.

e, do ponto de vista empresarial, em zonas mais desenvolvidas constata-se que:

- apesar de existir acessibilidade, existem ainda serviços de gestão de água caracterizados por fraca performance do ponto de vista de eficiência e resiliência;
- subsiste uma capacidade de financiamento das operações desadequada, resultando em baixos níveis de investimento;
- as empresas do setor da água não cobrem os seus custos de operação, sendo escassas as que conseguem fazer face ao serviço da dívida.

Todos estes desafios são acompanhados e por vezes exponenciados pelas incertezas das políticas económicas adotadas nas várias geografias do mundo e pelo surgimento de crises internacionais, de que a guerra na Ucrânia ou no médio oriente são exemplos.

Como já mencionado, continua a ser com este diagnóstico que o World Bank Water Global Practise, através do Plano Estratégico e na prossecução da meta do ODS6, baseado na sustentabilidade dos recursos hídricos, na acessibilidade e na resiliência dos sistemas, assumiu medidas que passam por:

- a transformação de acordos políticos em regras vinculativas;
- o garante da distribuição dos serviços de água e saneamento de forma equitativa;
- o exercício de normas internacionais do trabalho elaboradas pelos governos pelos empregadores e pelos trabalhadores;

o estabelecimento de instrumentos de soft-law (resoluções, comentários gerais, princípios, diretrizes e códigos de conduta) que possam influenciar o desenvolvimento do direito internacional e incentivar as organizações não-governamentais (ONG) a promover a participação ativa do público nestas matérias – já que se verifica que se tornam cada vez mais influentes na formulação de políticas.

HO (4 for

CRISE GEOPOLÍTICA E ENERGÉTICA

Existem, atualmente, um conjunto de conflitos que impactam e agravam, de forma muito acentuada, toda a geografia do globo. A situação é preocupante, continuando a significar e evidenciar, um quadro de crise geopolítica e energética, em termos globais.

Por um lado, mantém-se o conflito na europa oriental (conflito Ucrânia / Rússia), que perturba e condiciona o mercado mundial da energia. A este conflito juntou-se a guerra Israel-Hamas em outubro de 2023 agravando a crise energética pelo aumento do preço do petróleo, do gás natural, do preço dos transportes e atrasos nas encomendas.

Por outro lado, verificam-se outros conflitos que, direta ou indiretamente, impactaram a geopolítica europeia e a crise energética durante o ano de 2024: Tensões no Mar do Sul da China (impacto global, incluindo nas rotas comerciais marítimas que afetam o fornecimento de energia e bens para a Europa); crise no Sahel (afeta a segurança de fornecimentos energéticos, como o urânio, essencial para a energia nuclear em países europeus); conflito na Síria (influencia as dinâmicas de gás natural no Mediterrâneo oriental, uma área estratégica para a Europa); Tensões em Arménia e Azerbaijão (Nagorno-Karabakh) (afetam rotas de energia, já que o Azerbaijão é um exportador importante de gás natural para a Europa, sobretudo no contexto da diversificação em relação à Rússia e disputas no Ártico (com o degelo, a região torna-se um campo de disputa entre grandes potências como Rússia, EUA, Noruega e Canadá, o que afeta a exploração de novos recursos energéticos, incluindo gás e petróleo).

Em maio de 2022, como resposta ao conflito Ucrânia/Russia, a Comissão Europeia a aprovou o Plano REPowerEU Europeia que estabelece uma série de medidas para reduzir com celeridade a dependência dos combustíveis fósseis russos e avançar rapidamente com a transição ecológica, aumentando simultaneamente a resiliência do sistema energético à escala da EU. Em paralelo visa: a poupança energética; a produção de energia limpa e a diversificação do nosso aprovisionamento energético, assentando em medidas financeiras e jurídicas que permitirão criar novas infraestruturas e o novo sistema energéticos de que a Europa necessita.

No contexto deste plano europeu foram estabelecidas várias medidas de diversificação, poupança e aceleração das metas de energia limpa, entre as quais novos planos nacionais no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) com período de execução até 2026 para apoiar investimentos e reformas no valor de 300 mil milhões de euros e o estímulo à descarbonização industrial dado por projetos antecipados no valor de 3 mil milhões de euros no âmbito do Fundo de Inovação (conforme RCM n°136/2022).

Em 2022, também como resposta à crise geopolítica, foi publicado o Plano de Poupança de Energia 2022-2023 em Diário da República. Pela sua importância a vigência do Plano de Poupança de Energia foi prorrogada até 31 de março de 2024.

O Plano de Poupança de Energia 2022-2023 surge como resposta à crise geopolítica que se faz sentir atualmente na Europa, com graves consequências para o setor da energia, sendo um dos instrumentos que responde ao repto da União Europeia com vista à redução voluntária de 15 % do consumo energético. No caso de Portugal, existem derrogações que permitem reduzir a percentagem de redução obrigatória para 7 %.

Entre as medidas previstas no Plano destacam-se as seguintes: reduzir o consumo de energia relacionado com iluminação interior e exterior; reduzir o consumo energético na climatização de espaços; promover práticas de gestão dos recursos humanos que permitam a redução dos consumos energéticos (teletrabalho); promoção local de eletricidade a partir de fontes de energia renovável; capacitar os técnicos da Administração Pública para a implementação, dinamização e monitorização de medidas para a eficiência de recursos.

No 15° Relatório de progresso do Plano de Poupança de Energia, Portugal superou em 159,6% a meta de eficiência energética estabelecida para 2023. No que diz respeito à eficiência hídrica, o relatório indica que o consumo de água nos centros comerciais diminuiu 2,2%. No caso das entidades gestoras (EG) de serviços de água, o consumo de energia médio por volume de água faturada reduziu-se em 3,4%.

Em simultâneo, procedeu-se à revisão do Plano Nacional de Energia e Clima 2021-2023 (PNEC) que foi aprovada em outubro de 2024. Uma das alterações efetuadas é o aumento da meta nacional para a redução de emissões de gases com

H

efeito de estufa para 55% até 2030, em relação aos níveis de 2005. Este plano traça, também, uma meta de 51% para a quota de energias renováveis no consumo final bruto de energia até 2030, acima da meta anterior de 47%.

O Plano Nacional Energia e Clima 2021-2030 (PNEC 2030) estabelece objetivos para a transição energética, incluindo a redução da dependência energética do exterior e o aumento da produção doméstica de energia a partir de fontes renováveis.

Estas iniciativas refletem o compromisso de Portugal em continuar a implementar medidas para mitigar a crise energética, alinhando-se com as diretrizes europeias e promovendo a sustentabilidade energética a longo prazo.

O ABASTECIMENTO DE ÁGUA E O SANEAMENTO EM PORTUGAL

Em Portugal, o setor caracteriza-se pela existência de um grande número de intervenientes: ao nível da administração, a entidade reguladora e as entidades da Administração Central, e na gestão dos sistemas incluem-se os Municípios, as associações de municípios, as empresas municipais e intermunicipais, as empresas públicas (nomeadamente as concessionárias), as empresas privadas concessionárias e as empresas privadas prestadoras de serviços de gestão.

Os modelos de gestão e de organização dos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais encontram-se previstos em diplomas legais que consagram os regimes jurídicos da gestão e exploração dos sistemas de base municipal, multimunicipal e de parceria entre o Estado e as autarquias locais.

O grau de maturidade do setor garante a cada vez maior disponibilidade destes serviços em todo o território, acompanhada da melhoria da qualidade a preços acessíveis para as populações.

Panora	ma Nacional	
Abaster	cimento de Água	

Saneamento de Águas Residuais

- 9,4 milhões de habitantes servidos
- 96% de alojamentos servidos
- 197 litros: consumo médio diário de água por habitante
- Tarifa média ponderada: 0,54EUR/m³
- Indicador de água Segura em Portugal Continental (alta):99,72%
- 8,5 milhões de habitantes servidos com drenagem
- 87% de alojamentos servidos
- 8,5 milhões de habitante servidos com tratamento
- 86% de alojamentos servidos com tratamento
- 1,91 milhões de m³ de águas residuais recolhidas diariamente
- Tarifa média ponderada: 0,572EUR/m

Dados: RASARP 2024 volume | e 2

O setor das águas é de capital-intensivo e com períodos longos de recuperação do investimento. O elevado investimento necessário numa fase inicial, apenas permite o respetivo retorno, através da suavização das tarifas praticadas, ao longo do período de vida útil das infraestruturas. Para além da fase inicial de investimento na infraestruturação dos sistemas, mantémse a necessidade de realização de níveis muito relevantes de investimento e neste sentido a manutenção de longos períodos de recuperação dos mesmos.

A resolução 23/2024 aprova o Plano Estratégico para o Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais e Pluviais 2030 (PENSAARP 2030).

O PENSAARP 2030 estabelece o quadro de desenvolvimento do setor dos serviços de águas (abastecimento de água e saneamento de águas residuais), atualizando o PENSAAR 2020 e introduzindo uma nova componente: a gestão de águas pluviais. Partindo da avaliação da situação atual do setor e tendo presentes, designadamente, os desafios emergentes das alterações climáticas, o PENSAARP 2030 identifica as grandes prioridades estratégicas de investimento e financiamento dos serviços de águas para a presente década.

Em julho de 2024 foi criado um grupo de trabalho que define as linhas de ação da estratégia "Água que Une" - um plano multissetorial que visa assegurar a disponibilidade de água para todos os usos essenciais e promover a sustentabilidade ambiental e social.

Este Grupo de Trabalho tem como objetivo elaborar uma estratégia de desenvolvimento de um quadro de planeamento da água que articule todos os instrumentos de gestão em vigor, promova a sustentabilidade das massas de água, assegure a garantia do abastecimento de água, salvaguardando o bem-estar da população e a viabilidade dos setores económicos, orientada pelo seguinte quadro sequencial de prioridades:

- a) Aumento da eficiência hídrica e promoção do uso racional da água;
- b) Redução das perdas de água nos sistemas de abastecimento publico, agrícola, turística, industrial;
- c) Promoção da utilização de água residual tratada;
- d) Otimização da exploração das infraestruturas existentes, através da promoção da multifuncionalidade do seu uso e do reforço da resiliência e redundância dos sistemas hidráulicos;
- e) Aumento da capacidade de armazenamento das infraestruturas existentes;
- f) Criação de novas infraestruturas e origens de água, onde se incluem infraestruturas de armazenamento, regularização e captação de água, unidades de dessalinização e, em último recurso, a interligação entre bacias hidrográficas.

A estratégia estabelece orientações para a elaboração do Plano Nacional da Água (PNA 2035) e para um novo plano de armazenamento e de distribuição eficiente de água para a agricultura, designado como Plano REGA.

O GRUPO AdP EM 2024

O Grupo AdP constitui-se como instrumento empresarial para a concretização de políticas públicas e de objetivos nacionais nestes domínios do setor do ambiente, visando promover a universalidade, a continuidade e a qualidade do serviço, a sustentabilidade do setor e a proteção dos valores ambientais.

Neste contexto, trabalha em estreita colaboração com os Municípios, não só nas vertentes de clientes e, em alguns casos, co-acionistas, como também na construção de soluções de agregação de operações em baixa aplicando o seu know-how, no sentido promover soluções mais eficientes e com preços mais justos de abastecimento de água e saneamento às populações.

As alterações climáticas estão destacadas no conjunto de desafios endereçados no âmbito do Quadro Estratégico de Compromisso do Grupo AdP, considerando ambos os planos da ação climática, nomeadamente: i) na adaptação, com destaque para a resiliência dos sistemas, a economia circular e eficiência hídrica, a reciclagem da água e a valorização de outros subprodutos de elevado valor ecológico e a sensibilização para o valor da água e para o seu uso eficiente e ii) na mitigação, visando atingir a neutralidade energética em 2030 e promover a descarbonização do ciclo da água, através de programas envolvendo todas as empresas e atividades do Grupo e integrando a redução dos consumos energéticos, o forte aumento da produção própria de energia 100% renovável e a redução das emissões de gases com efeito de estufa.

Na Agenda de Inovação do Grupo AdP, e em linha com as ambições de sustentabilidade, encontram-se identificadas as áreas estratégicas de inovação: neutralidade energética e carbónica, eficiência e resiliência de operações e sistemas, economia circular, digitalização, simbiose com a comunidade e conhecimento.

O Grupo AdP continua a desenvolver, um conjunto de iniciativas com vista a garantir a resiliência dos sistemas, em complemento com o desenvolvimento de planos de adaptação às alterações climáticas nas empresas, de que a task force das empresas de abastecimento de água do Grupo, foi um exemplo no passado recente em contextos de situações de contingência ou de seca meteorológica e hidrológica verificadas.

Outro exemplo recente, foi a prossecução dado ao esforço de definição de regras e medidas adicionais de combate à seca, de que é exemplo o Plano de Eficiência Hídrica do Algarve que se enquadra também no âmbito do PRR.

AAL

No âmbito desta área geográfica, a 8 de fevereiro de 2024 foi aprovado aprovou uma resolução que reconhece a "situação de alerta na região do Algarve, por motivo de seca" e aprova um "quadro de medidas de resposta imediata, de carácter temporário" para redução de consumos e racionalização da utilização dos recursos, com o objetivo de "ultrapassar as necessidades essenciais da época do Verão e terminar o ano de 2024 com reservas para 2025".

Ainda no mês de fevereiro foi assim lançado o concurso público para a a conceção, construção e exploração da Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve que visa garantir a resiliência do abastecimento de água, designadamente em períodos de seca prolongada, através de um acréscimo das disponibilidades hídricas na região.

Complementarmente, foi mantida e reforçada a campanha de sensibilização para a redução dos consumos de água de âmbito nacional, mas com especial incidência nos territórios mais críticos, tanto a norte como a sul do país

Na dimensão da economia circular, a continuação da estratégia de circularidade do Grupo AdP, que se pretende vir a congregar as várias dimensões da economia circular em que o Grupo está envolvido e deseja expandir a sua área de atuação. Salienta-se nesta dimensão a estratégia de Água para Reutilização (ApR), o plano de ação para a integração de materiais reciclados em novas obras do Grupo AdP, as ações ao nível da valorização de biogás e as ações ao nível dos ecoreagentes.

No quadro da promoção da sustentabilidade ambiental e económica das suas operações de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais a gestão da energia constituiu uma das prioridades estratégicas do Grupo AdP, destacandose o Programa de Neutralidade Energética ZERO, cuja concretização deverá permitir ao Grupo posicionar-se como dos primeiros, de dimensão internacional, a atingir a neutralidade energética em todas as suas atividades nacionais e internacionais a nível mundial.

No plano internacional, em 2024, o Grupo AdP deu continuidade a diversos trabalhos de parceria e cooperação, designadamente com o Banco Mundial, com a qual protocolou o alargamento das atividades de parceria, nomeadamente ao nível da "Utilities of the Future".

A ENERGIA NO GRUPO ADP

O PREÇO DA ENERGIA ELÉTRICA EM PORTUGAL

No ano de 2024 verificou-se uma forte variação nos preços dos mercados elétricos: no OMIE (mercado diário de eletricidade), no 1° semestre, existiu uma queda acentuada dos preços devido ao aumento das quotas de mercado, principalmente, pela maior contribuição das energias renováveis e uma recuperação dos valores com o decorrer do 2° semestre; o OMIP (mercado de futuros de eletricidade), no 1° semestre, desceu notoriamente, estabilizando com o decorrer do ano, tal como pode ser confirmado pela observação da seguinte figura.

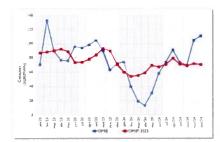


Figura 19 - Variação de preços dos mercados elétricos

Em 2024 a cotação média da eletricidade em Portugal no mercado grossista ibérico (OMIE) foi de 63,25 €/MWh (tendo sido de 88,27 €/MWh em 2023, incluindo o mecanismo de ajuste ibérico). Já a cotação média em 2024 do futuro de energia ibérico para fornecimento em 2025 foi de 66,69 €/MWh, diminuindo (-20,9%) face ao ano de 2023.



Figura 20 – Análise das componentes que influenciam o preço da energia

Analisando as componentes que mais influenciam o preço da energia, destaca-se a descida do preço médio do gás natural face a 2023 (-14,4%); de notar que apesar da descida do preço médio do gás natural, em 2024, o mesmo apresentou uma tendência de aumento ao longo do ano. A cotação mensal média do CO2 desceu face ao ano anterior (-21,9%). A produção hídrica foi significativamente superior (+23,5%), assim como a produção eólica em 2024 (+12,3%). Quanto ao preço do petróleo, o brent apresentou um preço médio em 2024 de 79,9 \$/barril, valor inferior face a 2023 (82,03 \$/barril).

Nos mercados diários europeus e em 2024, as cotações de energia elétrica reduziram-se significativamente face ao ano anterior, resultado de um ano com maior estabilidade nos mercados, apresentando-se no quadro seguinte as variações ocorridas em Portugal, Alemanha e França.

Variação da cotação média da energia elétrica (mercado diário)	2024 (EUR/MWh)	2023 (EUR/MWh)	2024/ 2023 (%)
Portugal	63,25	88,27	-28,4%
Alemanha	78,55	94,92	-17,2%
França	57,90	96,60	-40,1%

Os preços da energia elétrica no mercado de futuros (OMIP), para fornecimento em 2025, reduziram-se face ao ano anterior, apresentando-se no quadro seguinte as variações ocorridas em Portugal, Alemanha e França.

Variação da cotação média da energia elétrica (mercado de futuros)	2024 (EUR/MWh)	2023 (EUR/MWh)	2024/ 2023 (%)
Portugal	66,69	84,32	-20,9%
Alemanha	88,74	122,12	-27,3%
França	76,73	129,21	-40,6%

No ano de 2024, o consumo nacional foi de 51,365 TWh, superior em +1,3% face ao registado em 2023.

No preço da eletricidade para os consumidores (no caso as empresas do Grupo AdP) tem impacto relevante as Tarifas de Acesso a Redes (TAR), fixadas pela ERSE, na qualidade de entidade reguladora, onde, a par dos custos de operação das redes a cargo dos respetivos operadores, são incluídos os Custos de Interesse Económico Geral (também designado por CIEG), nomeadamente, a recuperação do défice tarifário, o pagamento das tarifas renováveis nas energias renováveis e as

convergências tarifárias regionais. Em 2024 foi criado um novo termo tarifário, designado como financiamento da tarifa social, que veio a encarecer o preço de energia em cerca de 2,9 EUR/MWh.

Como sempre se tem referido, o quadro regulatório nacional conduz a uma relação inversa entre a TAR e o custo da energia. A atual diminuição do custo da energia induz um aumento dos CIEG, e consequente aumento da TAR.

Em 2025 as TAR vão descer em todos os níveis de tensão, conforme ilustrado na figura seguinte, que pode induzir que é expectável um aumento do preço da energia elétrica e/ ou uma redução dos CIEG.



Figura 21 - Tarifas de Acesso a Redes (TAR)

Em 2024, verificou-se uma retoma gradual à estabilidade dos mercados elétricos, apesar de algumas flutuações ao longo do ano, tornando a contratação mais complexa. Devido à necessidade de novos contratos de fornecimento de energia em 2024 e em todos os níveis de tensão, a estratégia adotada pelo Grupo consubstanciou-se em 2 eixos:

- em AT, MT e BTE lançamento de dois concursos, um apenas para o fornecimento no 1° semestre, reduzindo a exposição neste período de grande incerteza nos preços de energia e de grande volatilidade dos mercados, e outro para o 2° semestre, já de 12 meses (estendendo-se até jun/2025), porque o mercado ganhou estabilidade ao longo de 2024;
- em BTN, permanência no regime das tarifas transitórias ou reguladas, através da celebração de contratos com o comercializador de último recurso – SU ELETRICIDADE – sem fidelização, isto é, até que os mercados estejam perfeitamente estabilizados e voltem a ganhar a atratividade anterior.

A estratégia seguida em AT, MT e BTE mostrou-se acertada, porque a opção por um único contrato anual de fornecimento teria impedido a redução do custo de energia verificada no 2° semestre (o preço médio de energia de mercado desceu de 95,75 €/MWh no 1° semestre para 78,55 €/MWh no 2° semestre).

Em 2025 e tendo em conta os resultados do contrato de fornecimento de energia contratualizado para o 1° semestre de 2025 (AT, MT e BTE), das TAR e dos preços publicados para o mercado regulado (em BTN) publicados pela ERSE, prevêse que a fatura elétrica do Grupo diminua cerca de 7,8 milhões de euros face a 2024, fixando-se em torno dos 82,8 milhões de euros para um consumo da RESP de 749 GWh (-0,2% face a 2024).

O CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA NO GRUPO ADP

Sendo o consumo de energia elétrica indissociável da atividade das empresas do Grupo Águas de Portugal, representa uma parcela substancial nos custos das entidades gestoras de abastecimento de água e/ ou de saneamento de águas residuais, com um peso muito significativo no FSE e com uma repercussão direta nas tarifas praticadas nos serviços de água e saneamento e/ ou no equilíbrio económico e financeiro das concessões e parcerias constituídas.

Com base nos dados de consumo (em apuramento e estimados em 5 de fevereiro 2024) os consumos elétricos do Grupo AdP aumentaram em 2024 (+1,3% do que em 2023) cifrando-se em 782,08 GWh; em relação aos caudais os dados mais atuais apontam para um aumento de 0,1% do caudal em abastecimento de água e de 8,5% em água residual.

Destes, 751,03 GWh foram consumidos a partir da rede elétrica (RESP), que corresponde a +1,2% do que em 2023 e 31,05 GWh a partir de autoconsumo gerado a partir de fontes endógenas e renováveis (+4,0% do que em 2023). Este valor de 751,03 GWh resulta do fornecimento dos comercializadores de 748,64 GWh e 2,39 GWh fornecidos no âmbito da participação no projeto piloto de Reserva de Regulação desenvolvido pela REN e onde participam 6 infraestruturas de

14/4 HO

5 empresas do Grupo AdP, projeto esse onde a participação das empresas do Grupo AdP foi interrompida por força de novas exigências técnicas que, não podem no momento atual, ser adotadas pelas nossas empresas.

Os dados de 2024 apontam para uma produção de 38,28 GWh/ano (-2,5% face a 2023), o autoconsumo foi de 31,05 GWh (+4,0% do quem em 2023) e a energia vendida à RESP totalizou 7,22 GWh (-23,0% do que em 2023).

Em termos gerais, o saldo com a RESP do Grupo AdP em 2024 foi de 751,03 GWh, o que representa uma variação de +1,2% do que em 2023, onde o saldo foi de 742,01 GWh.A autossuficiência energética do Grupo AdP desceu para 4,9% do seu consumo total de energia.

Em termos nacionais e relativamente a 2024, o Grupo AdP é um dos maiores consumidores de energia do país (representando 1,5% do consumo total de energia elétrica a partir da RESP), e o maior em termos de pontos de ligação à rede.

A fatura com a energia elétrica, com todos os encargos, (em apuramento e estimada a 05 de fevereiro 2024) deverá atingir em 2024 cerca de 92,7 milhões de euros, que corresponde a cerca de -7,84 milhões euros face aos gastos registados no ano anterior (-7,8%).

Uma nota para o consumo de energia da mobilidade elétrica. Em 2024, os 179 veículos 100% elétricos e os 15 veículos plug-in, que integravam a frota de serviço do Grupo AdP, a 31 de dezembro de 2024, percorreram mais de 3,0 milhões de km, estimando-se ter sido evitado o consumo de mais de 258 mil litros de combustíveis de origem fóssil, o que representa uma redução de 928 barris de petróleo. Em termos de energia primária, a redução foi de -61,0% (-135,3 tep), e o consumo elétrico foi de 402 MWh.

Em termos de emissões de CO2, a redução alcançada face aos veículos com motor térmico foi de -615 toneladas

(-89,6%).

No ano de 2024 a frota automóvel de motor térmico em utilização no Grupo AdP (1.363 veículos) consumiu cerca de 3,3 milhões de litros de combustíveis (gasóleo e gasolina) o que representa uma variação de -11,5% face a 2023 – ano em que foram consumidos 3,75 milhões de litros - e uma variação de +11,1% face a 2022, (onde se consumiram 2,99 milhões de litros de combustível), o que representa em termos médios de consumo diário 9.095 l/dia em 2024 (em 2023 o consumo médio diário foi de 10.282 l/dia e em 2022 de 8.190 l/dia).

O consumo de combustíveis em 2024 correspondeu a um gasto total da ordem de 4,1 milhões de euros (sem IVA incluído) que representa uma variação de -11,1% face a 2023 (4,6 milhões de euros, sem IVA incluído) e de +5,2% face a 2022 (3,9 milhões de euros, sem IVA incluído).

No Grupo AdP, o preço médio de aquisição de combustíveis manteve-se praticamente igual ao ano anterior: +0,3% no gasóleo e de +1,5% na gasolina.

Apesar da relevância da frota elétrica do Grupo AdP em utilização, importa referir que a mesma será reforçada ao longo dos próximos anos, em linha com o disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 136/2022, de 22 de dezembro, que determina um apoio do Fundo Ambiental, no montante global de 7,52 milhões de euros, ao processo de renovação e descarbonização da frota automóvel das empresas do Grupo AdP - processo integrado no Programa de Neutralidade Energética - com vista à implementação de uma Frota Verde, visando que a mesma seja integralmente constituída por veículos não poluentes, incluindo veículos de emissões nulas.

Apesar do aumento do consumo de energia por via do uso de viaturas elétricas estar dependente do aumento do seu número, o seu efeito será sempre mais relevante na redução das emissões de gases com efeito de estufa e na redução do consumo de combustíveis de origem fóssil do que no aumento do consumo de energia elétrica.

A ESTRATÉGIA DO GRUPO ADP

O Grupo AdP - Águas de Portugal é o maior consumidor público de energia elétrica. Deste modo, percebe-se a significativa dimensão - económica, social e ambiental - que a energia elétrica assume no desenvolvimento da sua normal atividade,

HY A

sem desconsiderar o significativo impacto que os riscos associados à volatilidade e tendências do mercado energético europeu e mundial induzem ou podem induzir no equilíbrio dos seus negócios.

Pelos fatores e ajustamentos a que o mercado está sujeito e que o condicionam – efeitos dos preços de outras energias e dos preços de CO2 nos mercados, bem como das alterações legislativas, nacionais e comunitárias - e sobre os quais não é possível estimar o seu efeito no preço da energia elétrica nos mercados, a que se soma a experiência adquirida no Grupo AdP pelo acompanhamento continuado dos mercados, a estratégia mais sustentável deverá passar necessariamente pela implementação de medidas e ações que induzam a:

- Redução dos consumos, em resultado da implementação de medidas de gestão operacional, estruturais e outras, promovendo a eficiência energética das infraestruturas,
- Redução dos gastos, melhorando ainda mais o processo de compra, otimizando níveis de tensão, reduzindo potências contratadas, eliminando energia reativa, ajustando o perfil de consumo de energia da rede em função dos períodos tarifários e ciclos de funcionamento, por via de uma gestão eficiente da energia,
- Aumento da produção própria de energia para autoconsumo, por via do aproveitamento do potencial endógeno (em particular potenciando a produção de biogás e a correspondente cogeração e tirando partido de quedas piezométricas existentes para instalação de microhídricas) e de fontes renováveis (solar fotovoltaico e eólico), potenciando uma redução do consumo de energia da rede e, por consequência, diminuindo a dependência dos mercados, e
- Constituição da Comunidade de Energia Renovável do Grupo AdP (CER), com vista a potenciar o consumo da energia 100% renovável produzida, em detrimento da sua venda à rede elétrica nacional.

Não podem deixar de ser tidos em consideração numa estratégia os compromissos internacionais que Portugal assumiu, em particular o de atingir a neutralidade carbónica até 2050, enquanto contributo para as metas globais e europeias assumidas no Acordo de Paris.

Esses compromissos obrigaram o país a definir objetivos exigentes para o país no âmbito de diferentes políticas públicas, as quais estão plasmados nos documentos seguintes:

- O Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC 2050), e
- O Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC 2030).

E naturalmente, o Grupo AdP - enquanto grupo público da área do ambiente - está obrigado a desenvolver políticas que contribuam decisivamente para o cumprimento das obrigações que Portugal se comprometeu a nível internacional, em particular ao nível da neutralidade energética e carbónica. Sendo o maior consumidor público de energia elétrica, entendese a dimensão que uma estratégia bem delineada e exequível terá para as metas e objetivos nacionais.

Apesar dos esforços na redução dos consumos de energia elétrica, sem a realização de um programa com fortes e decisivos investimentos nas áreas da eficiência energética e da produção de energia renovável, o Grupo AdP não conseguiria superar os valores de autossuficiência energética registados entre 2020 e 2024 (em torno dos 5%).

Desta forma, o Grupo AdP tem em curso o desenvolvimento do Programa ZERO, que assenta na redução de consumos de energia nas infraestruturas de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de outras instalações não operacionais e no forte aumento da produção própria de energia 100% renovável (prevendo um mix integrado de produção), principalmente para autoconsumo, com o objetivo de atingir a neutralidade energética até 2030, sendo o primeiro grupo mundial do setor da água a implementar um projeto que vise a neutralidade e a autossustentabilidade energética.

O investimento previsto no Programa ZERO do Grupo AdP é de 363 milhões de euros, respeitando não só à implementação de medidas de eficiência energética e produção de energia renovável, mas envolvendo também investimentos na digitalização orientada para a gestão integrada dos consumos. Em 2024, o investimento acumulado apurado em novembro de 2024, no âmbito do Programa ZERO, totalizava 9,6 milhões de euros.

40/4

Considerando o impacto do Programa de Neutralidade Energética do Grupo AdP nas metas fixadas pelos diversos instrumentos nacionais aprovados, os investimentos relativos ao Programa ZERO, foram autorizados pelo Despacho n.º 77/SEAENE/2022, de 9 de novembro, do Secretário de Estado Adjunto do Ambiente e da Energia.

Em 2018, O Grupo AdP assinou a carta de compromisso "Business Ambition for 1.5°C", iniciativa da United Nations Global Compact, comprometendo-se a evitar que as emissões de GEE em 2030 ultrapassem metade das emissões verificadas em 2010. Adicionalmente, o Quadro Estratégico de Compromisso e o Compromisso de Sustentabilidade vieram reforçar o esforço do Grupo em reduzir as emissões de GEE. De modo a responder a este desafio, o Grupo AdP tem em curso o Programa NEUTRO, com o objetivo de quantificar e reduzir as suas emissões de GEE.

Um dos objetivos do Programa NEUTRO é o desenvolvimento de uma ferramenta que oriente e suporte a elaboração periódica de um inventário que constitua a base física dos inventários anuais de Gases com Efeito de Estufa (GEE) do Grupo AdP e das suas empresas. O inventário de GEE é a ferramenta utilizada para tal contabilização, através de metodologias normalizadas.

Na elaboração do inventário do Grupo AdP foi utilizado o GHG Protocol. Esta ferramenta fornece um conjunto de orientações e requisitos, que permitem às empresas/organizações (de modo uniforme) medir e calcular as suas emissões de GEE, dividindo-as em três âmbitos:

- Âmbito I emissões de GEE diretas decorrentes de operações que pertencem ou são controladas pela empresa;
- Âmbito 2 emissões de GEE provenientes do consumo de energia utilizada nas atividades da empresa;
- Âmbito 3 emissões de GEE indiretas (não contabilizadas no âmbito 2) que ocorrem na cadeia de valor, quer a montante, como a jusante, divididas em 15 categorias.

Em 2023 concluiu-se o desenvolvimento da ferramenta que calcula a pegada carbónica do Grupo AdP e das suas empresas e elaboraram-se os inventários de emissões do Grupo AdP de 2019 e de 2022. Já em 2024, concluiu-se o inventário relativo a 2023, apresentando os seguintes valores:

- Em 2022 as emissões específicas de âmbito 1 e 2 foram de 0,16 kg CO2e/m3 água faturada e 0,44 kg CO2e/m3 água residual faturada;
- Em 2023 as emissões específicas de âmbito 1 e 2 foram de 0,13 kg CO2e/m3 água faturada e 0,41 kg CO2e/m3 água residual faturada;

Em 2025 está em curso o inventário de 2024 e o plano com um conjunto de medidas, por empresa, com vista à redução das emissões ao longo dos próximos anos e em linha com o objetivo de redução que vier a ser acolhido no Grupo AdP, e que consubstanciará o Programa NEUTRO do Grupo.

CONTEXTO REGULATÓRIO

ENQUADRAMENTO REGULATÓRIO

Em 2024, as entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo AdP prestaram serviços no setor das águas, através das atividades de abastecimento público de água e do saneamento de águas residuais, os quais podem incluir, para além dos efluentes domésticos, efluentes industriais ou pluviais.

O setor onde estas entidade atuam é regulado e está sujeito à intervenção da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) nos termos definidos na Lei n.º 10/2014, de 6 de março, no que diz respeito à regulação económica, regulação da qualidade de serviço, da interface com o utilizador, exercendo ainda a ERSAR a atribuição de autoridade competente para a coordenação e a fiscalização do regime da qualidade da água para consumo humano.

Para além da ERSAR, as entidades gestoras estão ainda sujeitas à intervenção da Agência Portuguesa do Ambiente, no que diz respeito à regulação ambiental.

Mº (4

Os serviços prestados assentam nos princípios da defesa do interesse público, do caráter integrado dos sistemas, da eficiência produtiva, que pressupõe a adequada recuperação dos gastos associados à provisão dos serviços, e da prevalência da gestão empresarial, alinhados com as políticas públicas e os planos estratégicos setoriais nacionais.

No decorrer de 2024, as entidades gestoras que integram o Grupo AdP atuaram de acordo com vários modelos de gestão (concessionada ou delegada) e nos segmentos alta (EPAL; sistemas multimunicipais (SMM), AdSA e parceria Estado-Autarquias) da cadeia de valor do setor das águas.

REGULAÇÃO ECONÓMICA

As entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo AdP estão sujeitas à regulação económica por parte da ERSAR e regem-se igualmente pelo disposto nos respetivos diplomas constituintes e estatutários, bem como de acordo com os respetivos contratos de concessão, de parceria e de gestão. Estes contratos dispõem quanto às obrigações mínimas do serviço público, ao plano de investimentos, às regras de cálculo do tarifário e à remuneração contratual.

A Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, trouxe alterações aos estatutos da ERSAR em matéria tarifária. Com efeito, o referido diploma, devolveu o poder de aprovação das tarifas e rendimentos tarifários, quando aplicáveis, ao Concedente, no caso dos sistemas de titularidade estatal (EPAL, SMM e AdSA) geridos por entidades de capital exclusiva ou maioritariamente públicos.

O Decreto-Lei n.º 77/2024, de 23 de outubro que definiu, para o ano de 2024, as tarifas, os rendimentos tarifários e demais valores cobrados nos termos dos contratos de concessão de sistemas multimunicipais, altera os Estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), aprovados pela

Lei n.º 10/2014, de 6 de março, promovendo igualmente o restabelecimento de competências da ERSAR que haviam sido revogadas pela LOE 2021, a partir de 2026.

A intervenção da ERSAR para os sistemas de titularidade municipal (parceria Estado-Autarquias), consiste na verificação da conformidade dos tarifários com as disposições contratuais e na conformidade com o regulamento tarifário, quando este existir. Para todas as entidades supervisiona os demais aspetos económicos e financeiros.

Para 2024, nos SMM, a ERSAR definiu cenários de eficiência produtiva e aprovou o valor dos desvios de recuperação de gastos (DRG) que as entidades gestoras dos sistemas multimunicipais puderam registar nas respetivas contas do exercício.

No decorrer de 2024, o Grupo AdP manteve a sua representação nos dois órgãos de consulta específicos (Conselho Consultivo e Conselho Tarifário) constituídos nos termos da Lei n.º | 0/2014, de 6 de março.

Adicionalmente, em 2024, o Grupo AdP manteve a sua participação no âmbito das consultas públicas e ao setor promovidas pela ERSAR, bem como em diversos trabalhos desenvolvidos por esta entidade com impactos materiais no desenvolvimento das atividades e na definição das tarifas e cenários de eficiência operacional e financeira. Destacam-se, a este propósito a participação na consulta ao setor relativa ao Projeto de Recomendação relativa à divulgação e acesso à informação a disponibilizar no Sítio na Internet das entidades gestoras, ao Projeto de Recomendação relativa à informação a constar das faturas dos serviços, ao Projeto de Regulamento do sistema nacional de aprovação dos produtos em contacto com a água destinada ao consumo humano, e à revisão do Projeto de Regulamento de Procedimentos Regulatórios (RPR).

Realizaram-se trabalhos conducentes à revisão tarifária dos SMM, conforme estabelecido no Decreto-lei n.º 87-C/2022, de 29 de dezembro.

A Águas de Santo André, S.A., (AdSA) exerce, através do contrato de concessão celebrado com o Estado, atividades de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais em "alta" e em "baixa", e de tratamento de resíduos industriais, na zona industrial de Sines e na freguesia de Santo André, no município de Santiago do Cacém.

A AdSA não constitui um sistema multimunicipal. Por ser um sistema de titularidade estatal encontra-se sujeita à mesma intervenção da ERSAR que aqueles sistemas.

Mr Al

As tarifas praticadas por esta entidade gestora são aprovadas pelo Concedente, mediante parecer da ERSAR, sendo considerados encargos a recuperar por via tarifária os gastos operacionais, incluindo as amortizações de investimento, líquidas de subsídios, os gastos financeiros, líquidos de rendimentos financeiros, os impostos sobre o rendimento, e a remuneração acionista.

O contrato de concessão determina que a remuneração acionista a recuperar, por via tarifária, seja estimada com base no valor dos capitais próprios a uma taxa equivalente às das OT a dez anos, acrescida de uma margem mínima de 3%. Para esta entidade gestora, tratando-se de uma remuneração mínima, não se contabilizando qualquer DRG.

REGULAÇÃO DA QUALIDADE DO SERVIÇO

A Água de Santo André, S.A. está sujeita à intervenção da ERSAR em matéria de qualidade de serviço.

A intervenção da ERSAR em matéria de qualidade de serviço resulta de uma avaliação que é aferida anualmente através de um conjunto de indicadores e em que os resultados desta avaliação são parte integrante do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP).

Em fevereiro de 2024, foi apresentado o Volume I do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP 2023) com os resultados do sistema de avaliação da qualidade do serviço prestado pelas entidades gestoras, cuja data de referência é 31 de dezembro de 2022. Sintetiza a informação mais relevante referente à caraterização do setor no ano de 2022, abordando a sua caraterização e evolução, os principais intervenientes, os principais números em termos de recursos do setor, a análise económica e financeira e os principais resultados da avaliação da qualidade do serviço prestado aos utilizadores, com destaque para o primeiro ano de aplicação da 4.ª geração do sistema de Avaliação Qualidade do Serviço, sendo também disponibilizada a avaliação comparada (benchmarking) do desempenho das entidades gestoras. É ainda realizada a análise da relação das entidades gestoras com os utilizadores e apresentação dos principais resultados no que respeita à monitorização legal e contratual das entidades gestoras.

A informação individual da avaliação da qualidade do serviço realizada pela ERSAR é disponibilizada no sítio da internet da Água de Santo André, S.A., disponível em <u>http://www.adsa.pt/atividade/ersar--qualidade-do-serviço</u>.

REGULAÇÃO DA QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO

A Águas de Santo André, S.A., que presta atividade de abastecimento público de água está incumbida, essencialmente, de garantir, sob a fiscalização das entidades competentes, o controlo da qualidade da água para consumo humano, de acordo com os parâmetros legais e regulamentares aplicáveis.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 152/2017, de 7 de dezembro, posteriormente derrogados pelo Decreto-Lei nº 69/2023, de 21 de agosto, a Águas de Santo André, S.A., como Entidade Gestora, elabora anualmente o Programa de Controlo da Qualidade da Água (PCQA), e submete para aprovação da ERSAR, cabendo a esta entidade coordenar e fiscalizar a respetiva implementação.

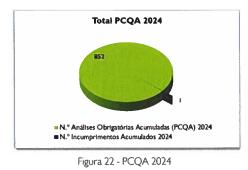
Em 2024, no cumprimento da legislação, a Águas de Santo André, S.A. (AdSA), implementou o PCQA, tendo-se verificado uma situação de incumprimento associado a umado valor paramétrico de chumbo, em "Baixa" sido atribuída à rede predial, contaminação por contacto em tubagens antigas. Desta forma, o referido incumprimento não será contabilizado para o cálculo do indicador Água Segura de 2024.

O PCQA de 2024 da Águas de Santo André, S.A., foi aprovado pela ERSAR em dezembro de 2023. No âmbito deste PCQA, foram efetuadas 852 análises, 348 no sistema em alta e 504 no sistema em baixa.

Os resultados do controlo da qualidade da água realizado pela AdSA serão também incluídos no Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP), em 2025.

HA CAL

Editado a setembro de 2024, o volume 2 do RASARP, elaborado pela ERSAR, com os resultados da qualidade da água para consumo humano, cuja data de referência é 3 I de dezembro de 2023, a AdSA mantém a o indicador de Água Segura com percentagem de cumprimento acima dos 99,7%.



REGULAÇÃO DA INTERFACE COM O UTILIZADOR

A Águas de Santo André, S.A., está sujeita à intervenção da ERSAR em matéria de interface com o utilizador.

Os pedidos de informação e as reclamações efetuadas pelos utilizadores dos serviços de água são analisados pela ERSAR. Para esse efeito a Águas de Santo André, S.A., dispõem de livro físico de reclamações. Adicionalmente é disponibilizado o livro de reclamações eletrónico no sítio da internet.

Em 2024 verificaram-se 2 reclamações com uma taxa de resposta a reclamações de 100%. Este valor corresponde a manutenção/melhoria face ao verificado nos últimos anos.

ORIENTAÇÕES ESTRATÉGIAS

O Conselho de Administração da Águas de Santo André, no desenvolvimento das suas atividades e tarefas teve em conta o estabelecido na legislação em vigor, designadamente no Estatuto do Gestor Público, na sua atual redação, que estabelece para os gestores públicos, em especial, os que exercem funções executivas, as seguintes obrigações:

- Assegurar a concretização da missão, das orientações estratégicas e dos objetivos de gestão, definidas nos termos da lei, designadamente as previstas no Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro;
- Assegurar o tratamento equitativo do acionista e stakeholders e zelar pelo cumprimento de outras orientações que sejam emanadas pelo acionista e pelas Tutelas Setorial e Financeira;
- Assumir a responsabilidade pelo bom desempenho da empresa, pelo cumprimento das metas e responsabilidades estabelecidas e pela concretização dos planos de atividades, orçamentos e planos de investimento anuais devidamente aprovados;
- Acompanhar, verificar e controlar a evolução das atividades e dos negócios da empresa em todas as suas componentes, avaliando e gerindo os riscos inerentes às atividades da empresa;
- Propor as ações que se revelarem apropriadas para a consolidação e desenvolvimento da empresa;
- Considerar as medidas e as ações que venham a ser emanadas pelo Conselho de Administração da AdP Águas de Portugal, SGPS, SA, em particular aquelas que resultem de orientações da tutela setorial.

Os gestores públicos que integram o conselho de administração da Águas de Santo André estão, ainda, sujeitos ao código de ética da empresa, estando igualmente sujeitos ao cumprimento das melhores práticas Corporate e de gestão empresarial, designadamente em matéria de transparência, respeito pela concorrência e pelos agentes do mercado e pela prestação de informação sobre a sua organização e as atividades envolvidas.

Mr (41

ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS GERAIS

Para além do cumprimento de outras orientações que vierem a ser determinadas nos termos do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, o Conselho de Administração da Águas de Santo André, sem prejuízo da sua autonomia de gestão, deve:

- Cumprir a sua missão e exerçam a sua atividade em articulação com as políticas estratégicas setoriais definidas pelo Governo, num quadro de racionalidade empresarial, otimização permanente dos seus níveis de eficiência, qualidade do serviço prestado, respeito por elevados padrões de qualidade e segurança;
- Ser socialmente responsável, prosseguindo na sua atuação objetivos sociais e ambientais e promovendo a competitividade no mercado, a proteção dos consumidores, o investimento na valorização profissional e pessoal, a promoção da igualdade, a proteção do ambiente e o respeito por princípios éticos;
- Promover o equilíbrio adequado entre os níveis quantitativos e qualitativos de serviço público a prestar, tendo em vista a satisfação dos utentes e a respetiva comportabilidade e sustentabilidade económica, financeira e ambiental;
- Adotar sistemas de informação e de controlo interno adequados à sua dimensão e complexidade, que cubram todos os riscos relevantes suscetíveis de auditoria permanente por entidades competentes para o efeito;
- Adotar metodologias que permitam promover a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado e o grau de satisfação dos clientes;
- Implementar políticas de inovação científica e de tecnologia consistentes, promovendo e estimulando novas ideias, novos produtos, novos processos e novas abordagens de mercado, em benefício do cumprimento da sua missão e da satisfação das necessidades coletivas e orientadas para a sustentabilidade económica, financeira, social e ambiental;
- Concretizar políticas de recursos humanos orientadas para a valorização do individuo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo ao aumento da produtividade e satisfação dos colaboradores, num quadro de equilíbrio e rigoroso controlo dos encargos que lhes estão associados, compatível com a respetiva dimensão;
- Desenvolver iniciativas tendentes a promover a igualdade de tratamento e de oportunidades de género, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional;
- Desenvolver ações de sensibilização ambiental, promovendo a utilização eficiente e a proteção dos recursos hídricos.

ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS ESPECÍFICAS

O Conselho de Administração deverá estabelecer um enquadramento estratégico alinhado com a visão e posicionamento da Empresa, inseridos no quadro estratégico do Grupo AdP, bem como assegurar um modelo de governo e organizativo apropriado para garantir a execução de uma agenda de medidas que inclua as que adiante se enunciam (quando aplicável, atendendo ao objeto e atividade da empresa).

I. Reforço da capacidade de resposta aos grandes desafios ambientais, nomeadamente:

I.I. Aumento da eficiência na utilização de recursos primários;

1.2. Reforço da resiliência no fornecimento de água e redução da vulnerabilidade das infraestruturas críticas, privilegiando a interoperabilidade e o desenvolvimento de novas dinâmicas de reengenharia de sistemas;

1.3. Evolução para uma economia circular e neutra de carbono, em especial quanto à reutilização de águas residuais, valorização de lamas e neutralidade energética;

1.4. Aprofundamento da relação com as comunidades e o território na diversificação e interligação de origens, na fiabilidade dos serviços e no cumprimento dos valores limite para descarga dos efluentes nas redes;

1.5. Modernização das operações nos territórios, induzida por novas dinâmicas organizacionais e tecnológicas.

2. Contributo para a consolidação e sustentabilidade do setor em linha com o plano estratégico setorial, em especial:

Ar (Z

2.1. Contribuir para a coesão territorial e equidade no acesso aos serviços, com reforço da preocupação na sustentabilidade económica e ambiental das atividades;

2.2. Contribuir para a adoção de modelos alternativos para a atuação articulada com os sistemas municipais;

2.3. Contribuir para a integração de sistemas de drenagem de águas pluviais;

2.4. Contribuir para a integração dos empreendimentos hidráulicos.

3. Sensibilização para a globalidade dos custos incorridos na prestação do serviço, de entre os quais se destacam os custos ambientais, tendo em vista:

3.1. O maior reconhecimento por parte dos intervenientes no setor de todos os custos efetivamente incorridos no sentido de assegurar a valorização não só do recurso água, mas sobretudo dos serviços essenciais que lhes são prestados por um conjunto de entidades;

3.2.A adoção de um comportamento responsável e de consumos mais racionais por parte dos utilizadores municipais, das atividades económicas e dos consumidores individuais;

3.3. No caso de alguns utilizadores não domésticos, a redução da carga poluente drenada para as instalações de tratamento de águas residuais urbanas, obrigando a investimentos adicionais para assegurar a qualidade mínima da água residual que é rejeitada de modo a não impactar nos meios recetores.

4. Na atuação sobre o modelo de governo, a estrutura empresarial, a organização e o funcionamento:

4.1. Na governação, promover uma ampla e abrangente representatividade das partes interessadas, salvaguardar princípios, valores e práticas alinhadas com os mais elevados padrões de exigência;

4.2. Na definição de políticas corporativas, a simplificação e agilização de processos corporativos e a incorporação do espetro alargado de conhecimento e sensibilidades, designadamente mediante a criação de uma rede multipolar de competências operacionalizada por estruturas especializadas transversais e a incorporação de experiências vivenciadas junto às realidades territoriais;

4.3. Na dinamização de redes de competências em temas estratégicos, num ambiente descentralizado e colaborativo;

4.4. Nas políticas de contratação de bens e serviços que, sem prejuízo da racionalidade económica, promovam o desenvolvimento das atividades económicas regionais.

5. Elevar os níveis de eficiência e consistência, potenciando a natureza empresarial e a capacidade técnica, em especial:

5.1. Quanto à atração, retenção, desenvolvimento e sucessão dos quadros, em linha com os desafios do setor e padrões da regulação;

5.2. No reforço da transição digital, num ambiente de segurança cibernética, alinhado com os objetivos de resiliência, eficiência e ligação às comunidades.

6. Assegurar as boas práticas na gestão do ciclo de vida dos ativos, tendo como referência a norma ISO 55001, conciliando um esforço de otimização com os desafios de preservação e resposta aos grandes desafios ambientais, através da:

6.1. Clarificação da política de gestão de ativos infraestruturais e respetivas prioridades de ação;

6.2. Consolidação e modernização dos sistemas cadastrais e de gestão informação e monitorização;

6.3. Atualização dos processos de planeamento de investimentos;

6.4. Adoção das melhores práticas de gestão de risco e de resposta às alterações climáticas nos processos de planeamento e gestão de ativos;

6.5. Integração consistente e coerente nos exercícios de planeamento económico e financeiro.

7. Capitalizar a nível internacional as competências e capacidades existentes na empresa, quando solicitado pela AdP internacional.

Mr (4+

CIRCUNSTÂNCIAS TRANSITÓRIAS E EXCECIONAIS

O presente mandato da Águas de Santo André, S.A corresponde a um ciclo extremamente exigente em termos de dimensionamento da capacidade instalada, complexidade dos desafios estratégicos e cronograma de execução do programa de investimento suportado por fundos europeus.

Acresce a excecionalidade inerente ao contexto de guerra na Europa, com a necessidade imperiosa de neutralizar as repercussões na atividade corrente e de assumir uma função relevante de estabilização social, de alavanca na recuperação económica e indutora na evolução de paradigma da sociedade.

AS NOSSAS PESSOAS

A Águas de Santo André, S.A. está consciente que o seu maior ativo são as pessoas. Apostar no seu desenvolvimento pessoal e profissional, constitui um dos pilares da nossa estratégia de desenvolvimento e crescimento sustentável.

É por isso que a gestão dos nossos recursos humanos, assenta na valorização do trabalho, na qualificação dos nossos trabalhadores, na igualdade de oportunidades e na promoção de um equilíbrio entre a vida familiar e profissional.

CARACTERIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

Em 31 de dezembro de 2024 a Empresa contava com um total de 84 Recursos Humanos (81 trabalhadores e 3 Órgãos Sociais executivos).

Trabalhadores	Ano 2024
N.º de Trabalhadores/as no início do exercício	83
N.º de Admissões	10
N.º de Saídas	9
N.º de Trabalhadores no final do exercício	84

Durante o ano de 2024 registaram-se 9 cessações de contrato com a Águas de Santo André, S.A, tendo as mesmas os seguintes motivos: uma saída por reforma, seis saídas por iniciativa dos trabalhadores e duas cessações de contrato ao abrigo do período experimental.

Com o objetivo de assegurar o desempenho da sua missão e assegurar a prestação de um serviço público de excelência, a AdSA aposta na qualificação dos seus trabalhadores, na igualdade de género e na retenção de talento.

Analisando as idades dos 84 recursos humanos é possível verificar que as mesmas variaram entre os 22 e os 66 anos de idade, sendo a média de idades 45,39 anos.

A caracterização dos recursos humanos da AdSA é representada pelas figuras seguintes:

JA (4



O gráfico seguinte ilustra a antiguidade dos trabalhadores na AdSA, sendo possível verificar que mais de metade dos trabalhadores tem uma antiguidade superior a 11 anos na empresa.





Na figura seguinte apresenta-se a distribuição dos trabalhadores por género, pelo que se constata que existe uma preponderância do sexo masculino relativamente ao sexo feminino.

Esta diferença resulta principalmente do predomínio de trabalhadores do género masculino em funções operacionais, pelo facto de nos processos de recrutamento para as funções em causa, as candidaturas recebidas serem maioritariamente de candidatos do sexo masculino.

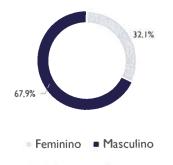
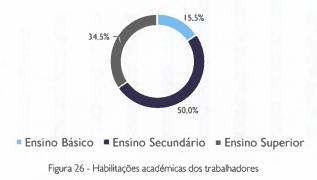
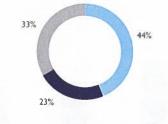


Figura 25 - Distribuição de trabalhadores por género

No que diz respeito ao grau de habilitação académica é possível verificar que 50,0% dos trabalhadores concluíram o ensino secundário, 34,5% finalizaram o ensino superior e 15,5% terminaram o ensino básico.



Relativamente à distribuição por categoria profissional, podemos constatar que 44,0% dos trabalhadores desempenham funções associadas à carreira de Técnico Operativo, 33% desempenham funções associadas à carreira de Técnico Superior e 23% desempenham funções associadas à carreira de Técnico.



Técnico Operativo Técnico Técnico Superior

Figura 27 - Distribuição por categoria profissional

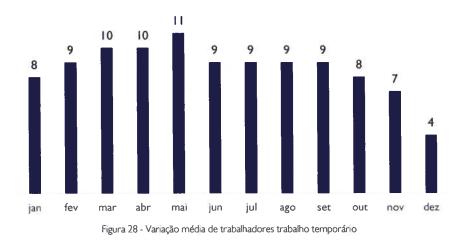
TRABALHO TEMPORÁRIO

Com o objetivo de assegurar os recursos humanos necessários à satisfação de necessidades urgentes de serviço, a AdSA recorreu à contratação de serviços de trabalho temporário.

Tendo-se verificado que no ano de 2024 a média de trabalhadores em regime de trabalhado temporário foi de 9 pessoas (7 homens e 2 mulheres), com a seguinte variação ao longo do ano:

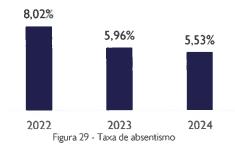
M,

RELATÓRIO E CONTAS 2024 ADSA



ABSENTISMO

A taxa de absentismo no ano de 2024 situou-se nos 5,53%, tendo-se verificado uma descida significativa do ano de 2022 para 2023.



TRABALHO SUPLEMENTAR

No ano de 2024 existiu um acréscimo no número de horas de trabalho suplementar realizadas face ao ano de 2023, justificadas pela saída de trabalhadores, por iniciativa dos próprios, nas equipas de turnos, área operacional (laboração continua).



Figura 30 - Evolução do triénio

Mr C2

GESTÃO DO DESEMPENHO

O Processo de Avaliação de Desempenho utilizado pela AdSA é feito através de um Sistema de Avaliação de Desempenho (SAD) do Grupo Águas de Portugal (AdP).

Este sistema tem como foco a melhoria contínua e o desenvolvimento de todos os trabalhadores, através de um processo de avaliação permanente que integra a observação, acompanhamento, avaliação e desenvolvimento dos trabalhadores.

Os principais objetivos do sistema são:

- Alinhamento do desempenho dos trabalhadores e promoção do seu envolvimento com a estratégia da empresa;
- Promoção da melhoria contínua, estabelecendo elevados padrões de desempenho;
- Promoção do desenvolvimento profissional dos trabalhadores;
- Alinhamento de expetativas relativamente à realização do trabalho e identificação de oportunidades de melhoria;
- Diferenciação de contributos, permitindo à empresa reconhecer o desempenho individual dos trabalhadores com base numa avaliação sistemática e objetiva;
- Partilha de expetativas de carreira e identificação de possibilidades de evolução profissional futura.

ESTÁGIOS

A AdSA recebeu, em 2024, 20 estágios, 16 curriculares para alunos e 4 estágios ao abrigo do Programa de Ocupação dos Tempos livres para filhos e netos dos seus trabalhadores.

Com o objetivo de contribuir para as futuras gerações de novos profissionais e dar a conhecer o serviço que prestamos, a AdSA tem protocolos estabelecidos com entidades de ensino e formação profissional da região, acolhendo estagiários em diversas áreas de atuação da empresa, que com o apoio dos nossos trabalhadores, complementam a formação prática ao adquirirem mais competências para uma integração mais célere no mundo do trabalho.

Por outro lado, a AdSA tem vindo a desenvolver um Programa de Ocupação de Tempos Livres, que visa promover a ocupação dos tempos livres de filhos e netos de trabalhadores da empresa, com idades compreendidas entre os 16 e os 19 anos, procurando potenciar em ambiente de trabalho novas experiências e aprendizagens ao nível do trabalho em equipa, da responsabilidade, da tolerância e dos direitos e deveres.

No gráfico seguinte apresenta-se a distribuição dos estágios realizados por Direção/Área:



MEDICINA NO TRABALHO

Para garantir a promoção da saúde e segurança dos seus trabalhadores a AdSA assegura serviços de Medicina no Trabalho, tendo durante o ano de 2024 sido realizados 84 exames médicos.

No gráfico seguinte descreve-se a tipologia dos exames realizados:

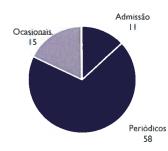


Figura 32 – Tipologia de exames

Relativamente aos exames ocasionais realizados em 2024, registaram-se 15 exames com os motivos apresentados no gráfico seguinte:

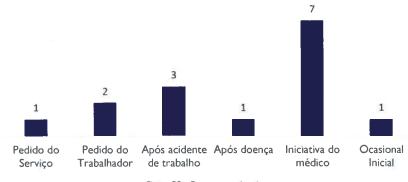


Figura 33 - Exames ocasionais

FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

A formação e o desenvolvimento dos nossos trabalhadores são um dos principais focos da política de gestão de recursos humanos da AdSA.

Consideramos que os trabalhadores devem contribuir, juntamente com as suas chefias, para a definição do seu plano de formação e desenvolvimento, que em conjunto com as ações transversais ao Grupo AdP, permitem adquirir competências, validar e atualizar conhecimentos bem como desenvolver o seu potencial.

Desta forma, acreditamos ser possível aumentar os seus resultados e manter os trabalhadores alinhados com os objetivos da AdSA e do Grupo AdP.

No ano de 2024 realizaram-se 53 ações de formação totalizando 4.758 horas de formação.

Nestas ações de formação participaram os nossos trabalhadores, trabalhadores temporários, estagiários e prestadores de serviço.



M



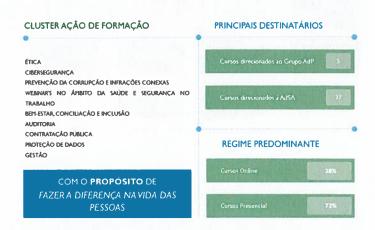
Figura 34 - Número de horas de formação

Como se pode verificar, através da seguinte representação gráfica, todas as categorias profissionais participaram em ações de formação.



Figura 35 - Percentagem de participação na formação

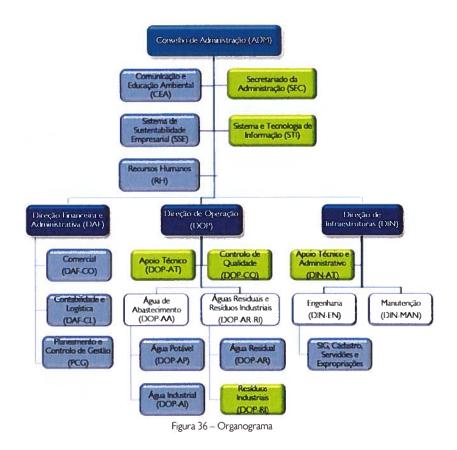
Destacam-se as seguintes formações realizadas no ano de 2024:



14 h

CLUSTER AÇÃO DE FORMAÇÃO	PRINCIPAIS DESTINATÁRIOS	HORAS DE FORMAÇÃO DISPONIBILIZADAS
ÉTICA	Prince Advances	- 22
CIBERSEGURANÇA	Graph	.00
PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS	Grapo	65
SAUDE E SEGURANÇA NO TRABALHO	Daveção de Infraestruturas * Daveção de Operação	(159)
BEM-ESTAR, CONCILIAÇÃO É INCLUSÃO	Rofon or Trabatodrawn	400
AURTIQUA		•
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	larger de Comprehense barde	- 20
PROTEÇÃO DE DADOS	Forman Palance State	16
GESTÃO	Administração - Constân Homenetes Densile Donação - Obrefa, Introne amere	454.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL



Tendo em conta os investimentos e o crescimento significativo previstos pela AdSA para os próximos anos, existiu a necessidade de se efetuar uma reorganização da estrutura orgânica da AdSA, com a criação, em 2023, de uma nova área de suporte à Administração de Planeamento e Controlo de Gestão com a principal responsabilidade de assegurar o cumprimento atempado do reporte a entidades externas, o controlo de gestão e dos indicadores delineados para a empresa, prevenindo a ocorrência de situações indesejáveis que pudessem desviar a empresa dos objetivos a que se propôs e promover ações que conduzam a AdSA a atingir esses objetivos.

A 24 de maio de 2024, o Conselho de Administração deliberou aprovar a alteração do organograma, de forma a integrar a Área de Planeamento e Controlo de Gestão na Direção Administrativa e Financeira.

As principais responsabilidades da área de Planeamento e Controlo de Gestão, são as seguintes:

- Elaborar e acompanhar o orçamento anual da empresa para cada atividade;
- Assegurar a coordenação e controlo dos orçamentos definidos, efetuando a sua revisão e correção;
- Analisar para cada atividade os desvios de orçamento/planeamento vs. realizado;
- Coordenar e, no que for necessário, assegurar, a preparação da informação para controlo e reporte atempado da atividade empresarial, e assegurar o controlo dessa atividade;
- Acompanhar a atualização dos estudos de viabilidade económico financeira de cada atividade;
- Executar pequenos estudos de viabilidade económico-financeira e reportar às entidades encarregues da preparação de estudos de viabilidade e outros planos de médio e longo prazo, de acordo com as regras superiormente estabelecidas;
- Assegurar a recolha de todos os dados (financeiros e operacionais) necessários à compilação do quadro global de indicadores de gestão de cada atividade e garantir a sua distribuição periódica, nomeadamente à estrutura interna (Conselho de Administração e Direções);
- Elaborar e acompanhar o plano de atividades plurianual da empresa através do apuramento e análise de desvios e causas, e propondo as respetivas correções;
- Acompanhar a gestão dos planos de apoio ao investimento, nomeadamente candidaturas e verbas atribuídas;
- Analisar criticamente as contas do balancete, nomeadamente assegurando a justificação de valores e de desvios face ao orçamento;
- Desenvolver cenários de preços corretamente fundamentados, nomeadamente para cálculo e discussão anual das tarifas;
- Realizar todas as atividades conducentes à produção do Relatório e Contas, nomeadamente contribuindo para a definição da informação e conteúdo do Relatório bem como do Relatório de Governo Societário;
- Responder às solicitações da entidade reguladora, designadamente assegurando a elaboração dos relatórios de reporte financeiro obrigatórios;
- Garantir o reporte de resultados financeiros à Holding e restantes acionistas;
- Garantir reporte de informação no âmbito do Fundo de Coesão, do Tribunal de Contas, Entidade Reguladora, Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização, Instituto Nacional de Estatística, Banco de Portugal e outras entidades externas;
- Assegurar a cabimentação de despesas conforme as normas estabelecidas;
- Garantir o reporte atempado de informação de monitorização, assegurando a fiabilidade da mesma, nomeadamente quanto aos dados solicitados no âmbito do Sistema de Gestão Integrado da AdSA;
- Zelar pelo cumprimento dos procedimentos e normas regulamentares do Sistema de Gestão Integrado, de modo a evitar desvios à respetiva Política em vigor;
- Realizar, com zelo, dedicação e espírito de colaboração, todas as tarefas atribuídas e garantir a boa utilização e preservação dos meios de trabalho disponibilizados para exercício das atividades;
- Assegurar, sempre que necessário, o desempenho de outras funções e atividades, de acordo com orientações superiores.

m (4

ATIVIDADE

INTRODUÇÃO

O Sistema de Santo André abrange três vertentes: abastecimento de água, água residual e resíduos industriais.

Este sistema serve a Zona Industrial e Logística de Sines (ZILS) e ainda, parcialmente, os municípios de Santiago do Cacém (cidade de Vila Nova de Santo André e costa de Santo André) e de Sines. Neste último, no que respeita ao abastecimento de água potável, pontualmente e sempre que solicitado, fornece água ao Município.

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

DISTRIBUIÇÃO

REDE DE ÁGUA POTÁVEL

A distribuição de água potável, correspondente à atividade "em baixa", abrange duas zonas de abastecimento: a zona de Santo André e a Zona Industrial e Logística de Sines.

A distribuição em Santo André é efetuada a partir do reservatório, situado na sede da empresa, do qual a água é bombada diretamente para a rede. Na Zona Industrial e Logística de Sines (ZILS) a distribuição é feita a partir dos reservatórios situados em Monte Chãos, por gravidade.

	Agua Polavel
Rede de distribuição (km)	107
Caudal médio diário distribuído (m³/dia)	4.562
Estações Elevatórias	
População servida (habitantes)	17.260

REDE DE ÁGUA INDUSTRIAL

Esta rede destina-se a distribuir água industrial às indústrias da ZILS, sendo efetuada por gravidade a partir de um reservatório situado em Monte Chãos, utilizando uma rede de distribuição própria e independente da de água potável, embora com traçados paralelos.

	Agua Industrial
Rede de distribuição (km)	17
Caudal médio diário distribuído (m³/dia)	24.185
População servida (habitantes)	337.900

ABASTECIMENTO

SISTEMA DE SANTO ANDRÉ

A parte do sistema designado de rede "em alta" compreende a captação feita a norte de Vila Nova de Santo André, no designado sistema aquífero de Sines. Este sistema compreende um conjunto de seis captações subterrâneas ativas. A água captada é bombada por estações elevatórias para um reservatório em Santo André e outro em Monte Chãos, a partir dos quais se desenvolve a rede "em baixa", de distribuição de água.

Sistema de Santo A	
Captações	6
Estação de Tratamento de Água (ETA) *	3
Adutoras (km)	27
Estações Elevatórias	4
Capacidade de produção (m³/dia)	20.000
População servida (habitantes)	22.710
*três pontos de desinfeção do sistema AP, o	conforme definição da ERSAR

SISTEMA DE MORGAVEL

Este sistema compreende a captação no Rio Sado, em Ermidas do Sado, seguido de uma adução com cerca de 40km até à Albufeira de Morgavel, sendo a água posteriormente transportada até ao reservatório em Monte Chãos (50.000 m³).

	Sistema de Morgavel
Captações	1
Estação de Tratamento de Água (ETA)	
Adução em conduta, canal e túnel (km)	39
Capacidade de produção (m³/dia)	130.000

ÁGUAS RESIDUAIS

O Sistema de saneamento de água residual de Santo André é um sistema "em alta" que compreende a recolha, transporte e tratamento de água residual industrial proveniente da Zona Industrial e Logística de Sines e da água residual urbana provenientes das cidades de Santo André, Sines e Santiago do Cacém.

As águas residuais são tratadas na Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) da Ribeira dos Moinhos, sendo depois descarregadas no mar, através de um emissário submarino com 2480 m de comprimento e a 40 m de profundidade.

	Água Residual
Rede de coletores (km)	57,4
Estações Elevatórias	10
Estação de Injeção de oxigénio	1
Bacias de Retenção	2
Estação de Tratamento de Água Residual (ETAR)	1
Emissário Submarino	1
Capacidade de tratamento (m³/dia)	43.000
Volume diário tratado (m³/dia)	16.524
Carga média removida (ton CQO/ano)	3.885
População servida (habitantes)	93 667

RESÍDUOS INDUSTRIAIS

Na vertente de resíduos industriais, a AdSA tem por atribuição receber os resíduos industriais provenientes das indústrias situadas na Zona Industrial e Logística de Sines (ZILS) e ainda os resíduos industriais provenientes dos subsistemas da AdSA.

MA

O aterro de resíduos industriais, com uma extensão total de 59 ha, contempla quatro zonas distintas de resíduos, uma zona de infraestruturas de apoio ao funcionamento do aterro e uma rede piezométrica, constituída por 13 piezómetros, para monitorização da qualidade das águas subterrâneas.

ZONA DE DEPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS (RSU)

A zona destinada à deposição de RSU, cuja área de projeto é de 27.200 m2, entrou em funcionamento em 1977, com a finalidade de servir os concelhos de Santiago do Cacém e Sines, tendo sido encerrado, em abril de 2000, após a entrada em funcionamento do aterro sanitário do sistema de resíduos sólidos do Litoral Alentejano, Aljustrel e Ferreira do Alentejo.

A AdSA, em 2011, procedeu à selagem e requalificação ambiental das Células de RSU. ZONA DE DEPOSIÇÃODE RESÍDUOS SÓLIDOS INDUSTRIAIS (RSI)

A zona destinada à deposição de RSI, constituída por dois alvéolos e com uma área total de deposição de 14.450 m2, iniciou a sua utilização em 1994, tendo sido encerrada em 2008.

A AdSA, em 2011, procedeu à selagem e requalificação ambiental das células de RSI.

ZONA DE DEPOSIÇÃO TEMPORÁRIA DE LAMAS OLEOSAS

Com o objetivo de armazenar temporariamente as lamas oleosas provenientes da ETAR de Ribeira dos Moinhos e das empresas situadas na ZILS foram construídas I 2 bacias, cujo funcionamento se iniciou em 1982 e terminou em 2008.

Em 2015 foi concluída a resolução do passivo ambiental existente através da prestação de serviços de Retirada das Lamas Confinadas no Aterro de Santo André, adjudicada ao consórcio EGEO/SISAV/Carmona/Lena Ambiente, tendo sido, desde o início do projeto e até setembro de 2015, concluídas as 12 bacias existentes. Foram retiradas 82.078,62 toneladas de resíduos (lamas oleosas) e 32.592,74 toneladas de solos saneados, tendo como destinos finais, respetivamente, os CIRVER SISAV, ECODEAL e o Aterro de Resíduos Não Perigosos da Lena Ambiente II. Este foi um projeto cofinanciado pelo Programa Operacional de Valorização do Território (POVT) e pelo Fundo de Intervenção Ambiental (FIA).

ZONA DE DEPOSIÇÃO DE RESÍDUOS NÃO PERIGOSOS (RNP)

A AdSA, em 2010, procedeu à construção de uma célula para receção de resíduos não perigosos (RNP). Esta célula, constituída por dois alvéolos, tem como caraterísticas técnicas principais:

- Capacidade anual para receção de RIB: 6.500 toneladas;
- Vida Útil Espectável: 16 a 23 anos (dependente dos quantitativos de resíduos a receber).

Tendo recebido o seu alvará de licença para a realização de operações de gestão de resíduos em maio de 2011, a AdSA retomou a atividade de receção de RNP em setembro de 2011.

OUTROS NEGÓCIOS

Desde 2006 que têm sido apresentados à AdSA sucessivos pedidos de descarga de lixiviados por invocada incapacidade das unidades de tratamento de lixiviados dos Aterros de Resíduos Sólidos Urbanos e outras unidades industriais fora da área da Concessão da AdSA.

Para a execução desta prestação de serviços a AdSA solicitou autorização ao Concedente para o exercício desta atividade de forma continuada, até um limite máximo de 5% do caudal médio afluente à ETAR, estando em vigor a autorização N° 3/SEAMB/2018, emitida pela Secretaria de Estado do Ambiente, em janeiro de 2018.

Hr (41

ATIVIDADE OPERACIONAL OPERAÇÃO

ÁGUA POTÁVEL

O subsistema de Água Potável abrange toda a produção de água para consumo humano (captação, tratamento e armazenamento) para abastecimento em alta ao município de Sines (Bêbeda e Paiol) e ao município de Santiago do Cacém (Giz, Foros da Quinta e Brescos), e para distribuição em baixa às zonas de abastecimento de Santo André e da ZILS, com origem no Aquífero de Sines.

CAPTAÇÃO SUBTERRÂNEA

O Contrato de Concessão relativo à utilização dos recursos hídricos para captação de água subterrânea do domínio público do Estado no sistema aquífero de Sines para o abastecimento da rede de distribuição de Santo André, foi estabelecido com a APA em 2013.

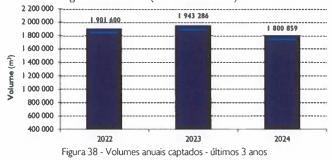
A 24 de maio de 2023, foi publicada a primeira alteração à Portaria n. °119/2015, de 30 de abril, que aprova a delimitação dos perímetros de proteção das captações inseridas na massa de água Sistema Aquífero de Sines – Zona Norte. No entanto, após visita técnica da APA às captações subterrâneas, no dia 23 de setembro de 2024, a AdSA foi informada que deverá ser publicada nova portaria no decorrer do ano de 2025.

Em 2024, foi captado o volume total de 1.800.859 m³. Este volume foi captado de acordo com as necessidades verificadas ao longo do ano, registando-se em julho o maior valor mensal captado, de 206.802 m³, concordante com o mês com maior taxa de turismo da região, e em fevereiro, o valor mensal mais baixo de 102.437 m³.





Em termos anuais e comparando com os anos anteriores, verifica-se uma diminuição do volume total de água captada de cerca de 8% em relação a 2023, justificado pelo menor consumo de água potável nas empresas do complexo industrial, bem como o cessar de atividade de dois grandes clientes (EDP e Indorama).





Em 2024, no âmbito do contrato de concessão estabelecido, a qualidade da água na origem foi monitorizada ao abrigo do respetivo plano de monitorização, tendo-se efetuado um total de 748 determinações analíticas, nas seis captações ativas e nos restantes piezómetros. Esta monitorização incluiu amostragens semestrais, em abril e em outubro, sendo que em outubro a rotina de análise acresce parâmetros anuais, permitindo avaliar as características qualitativas da água captada. A análise dos valores indica que a qualidade da água subterrânea captada se mantém dentro dos valores normais estabelecidos pelo Diploma legal n.º 236/98, de 1 de agosto. A percentagem de cumprimento de qualidade da água bruta foi de 100%.

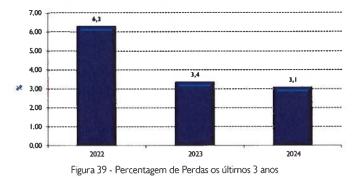
PRODUÇÃO E ABASTECIMENTO

A água produzida nas ETA de Santo André e de Monte Chãos é armazenada nos reservatórios de Santo André e de Monte Chãos, respetivamente, e posteriormente entregue nos pontos de distribuição da cidade de Vila Nova de Santo André (74%) e na ZILS (26%).

Na captação do Porto Peixe é efetuada a cloragem de água que abastece o conjunto de clientes que fazem parte dos suburbanos de Santo André.

Ponto de Entrega		Caudais (m ³)
Centro Operacional de Santo André		1.127.720
Centro Operacional de Monte Chãos		404.173
Suburbano Santo André		169.635
ByPass (adução/distribuição)		941
	Total fornecido	1.702.469

No que respeita ao sistema de abastecimento em alta verificam-se perdas de 3,1 %. Comparativamente ao ano precedente, verificou-se um ligeiro decréscimo, revalidando o investimento efetuado na reabilitação da rede em "Alta".



DISTRIBUIÇÃO

No quadro abaixo apresentam-se os volumes da água distribuída globalmente às duas zonas de distribuição da AdSA bem como a água fornecida e as respetivas perdas.

	2022	2023	2024
Água fornecida (m³)	1.585.162	1.625.831	1.531.584
Água consumida (m³)	1.252.540	1.291.193	1.228.397
Perda de distribuição (%)	20,98	20,58	19,80



As perdas acima consideradas são referentes tanto à rede de distribuição ZASA (Zona de Abastecimento de Santo André) como à rede de distribuição da ZAZILS (Zona de Abastecimento da Zona Industrial e Logística de Sines). A ligeira diminuição do valor de perdas verificado em 2024 face a 2023 deveu-se ao facto de se ter verificado uma diminuição de roturas em ambas as Zonas de Abastecimento, consequências das renovações que têm vindo a ser executadas pela AdSA.

Em 2024, resultante da implementação do Plano Estratégico de redução de perdas, foi possível renovar 1.803,5 metros de condutas da rede de distribuição de Vila Nova de Santo André, em resultado de conjunto de intervenções realizadas pela AdSA, o que representa cerca de 2% da rede. Destas intervenções, destacam-se as seguintes:

- Bairro do Pôr do Sol substituição de 615 m de condutas de distribuição, anteriormente em fibrocimento, para PEAD PN16, com diâmetros de DN32, DN63, DN90 e DN160, bem como a renovação de 38 ramais de abastecimento;
- Bairro da Petrogal: substituição de 260 m de condutas de distribuição, anteriormente em fibrocimento, para PEAD PN16, com diâmetros de DN63, bem como a renovação de 14 ramais de abastecimento;
- ✓ Bairro da Atalaia: substituição de 561,5 m de condutas de distribuição, anteriormente em fibrocimento, para PEAD PN16, com diâmetros de DN75 e DN160, bem como a renovação de 10 ramais de abastecimento;
- Bairro das Panteras: substituição de 179 m de condutas de distribuição, anteriormente em fibrocimento, para PEAD PN16, com diâmetros de DN90, DN110 e DN160;
- Avenida Manuel da Fonseca: substituição de cerca de 157,7 m de condutas de distribuição, de fibrocimento para PEAD PN16, com diâmetros compreendidos entre o DN 110 e DN250;
- Bairro do Liceu: substituição de cerca de 85,3 m de condutas de distribuição, de fibrocimento para PEAD PN16, com diâmetros compreendidos entre DN63, DN75 e DN90.

Paralelamente às ações de renovação da rede, e com vista à minimização das perdas de água na rede de distribuição de água de Vila Nova de Santo André, foi ainda dada continuidade ao projeto WONE, que consiste na implementação de uma metodologia de gestão de Zonas de Monitorização e Controlo de Perdas (ZMC's). Esta estratégia é focada na eficiência, na redução de perdas e na otimização do sistema de abastecimento, cujos resultados são relevantes em termos económicos, sociais e ambientais. É suportado por uma aplicação informática que permite automatizar a integração dos dados de monitorização das Zonas de Monitorização e Controlo (ZMC).

Em 2024, na noite de 24 para 25 de setembro, foi efetuado o fecho das respetivas ZMC (Zona Norte, Zona Centro, Zona Sul, Zona Oeste, Pinhal e Serrotes) e o Teste de Pressão Zero (TPZ) para validar o efeito estanque das condutas. Este

Hol

controlo contínuo permite a monitorização da rede urbana de forma setorizada e a deteção de fugas com maior antecedência, permitindo assim reduzir o volume de perdas no sistema.

No gráfico seguinte é possível observar o valor percentual de perdas nos últimos três anos, de forma desagregada para as duas redes de distribuição.

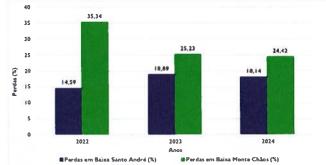


Figura 41 - Percentagem de perdas nos últimos 3 anos, desagradado para as duas redes de distribuição

QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO

A qualidade da água distribuída é controlada através do Programa de Controlo da Qualidade da Água (PCQA), aprovado pela Entidade Reguladora de Águas e Resíduos (ERSAR), de acordo com a legislação em vigor.

No cumprimento do PCQA 2024, aprovado em dezembro de 2023, a AdSA efetuou, através de um laboratório acreditado pelo IPAC, 852 determinações (em alta e em baixa) que asseguraram a monitorização da qualidade da água.

Paralelamente ao PCQA, a AdSA desenvolve anualmente um programa complementar de Controlo Operacional (PCO), constituído por amostras recolhidas nos seus reservatórios, pontos de entrega e pontos de consumo, tendo realizado 1.761 determinações, igualmente por um laboratório externo acreditado, com uma percentagem de cumprimento de 100%.

A percentagem de cumprimento de PCQA, para parâmetros com valores paramétricos, foi de 100% no sistema em Baixa e 100% no sistema em Alta, mantendo a percentagem de Água Segura nos 100%, segundo avaliação da ERSAR.

Apesar de ter sido registado um incumprimento por chumbo, num ponto de consumo da Zona de Abastecimento da ZILS, após investigação de causa e origem, a ERSAR validou que a presença deste parâmetro estava alocada apenas à rede predial do cliente, ilibando a AdSA de responsabilidade do incumprimento. Desta forma, o mesmo não será contabilizado para os cálculos do indicador de Água Segura abastecida pela AdSA.



Figura 42 - Total de resultados do PCQA 2024

40

PLANO DE PREVNEÇÃO E CONTROLO DE LEGIONELLA

Em 2024, a AdSA deu continuidade à implementação do Plano de Prevenção e Controlo de *Legionella* na Água para Consumo Humano, com a realização de amostragens semestrais em todas as instalações e áreas de concessão da AdSA, desde a Captação à Rede de Distribuição, com um total de 96 pontos de amostragem anualmente. Em paralelo, foi efetuada amostragem em todas as captações para analisar a atividade energética ATP produzida por microorganismos, com o equipamento ATP 2ª- Geração *Luminultra PhotonMaster*, que possibilita despistar o risco da presença da *Legionella*.

Este controlo é de grande importância não só para os nossos clientes, como também para os colaboradores da empresa que, zelando pela saúde de todos, realizam purgas e desinfeções (térmicas e/ou químicas) em diversos pontos das nossas instalações (ex: chuveiros, torneiras, termoacumuladores).

ÁGUA INDUSTRIAL

O subsistema de abastecimento de Água Industrial abrange as atividades de captação da água superficial no Rio Sado, através da Estação Elevatória de Ermidas do Sado, o seu transporte através do sistema conduta-canal-túnel para a Albufeira de Morgavel, e posterior bombagem para produção de água industrial na ETA de Morgavel. Após tratamento a água é aduzida e armazenada no Centro Operacional de Monte Chãos, de onde é feita a distribuição de água industrial à ZILS. Este centro é igualmente responsável pela distribuição de água potável para a mesma zona.

<u>CAPTAÇÃO</u>

O subsistema de abastecimento de Água Industrial inicia-se na captação de Ermidas do Sado, de onde é bombeado sempre que existe disponibilidade de água, na origem, quer em termos de qualidade e em quantidade. Na figura seguinte apresentam-se os volumes de água total captada na estação elevatória de Ermidas-Sado nos últimos 3 anos.

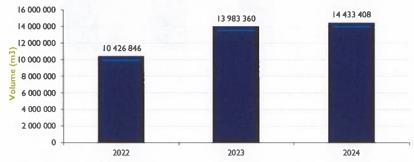


Figura 43 - Volumes de água total captada na Estação Elevatória de Ermidas Sado nos últimos 3 anos

De forma a mitigar os efeitos das alterações climáticas e a escassez hídrica no rio Sado, em março de 2022, foi concluída a obra de ligação física do Sistema da EDIA ao Sistema de Morgavel. Esta redundância traduziu-se numa maior resiliência deste sistema perante os efeitos das alterações climáticas.

A transferência de água do EFMA (Empreendimentos de Fins Múltiplos de Alqueva) para a AdSA, ao abrigo do referido protocolo, permitiu, em 2024, a captação de 0,78 hm3 de água.

A figura seguinte apresenta a evolução do volume de água na Albufeira de Morgavel, ao longo dos últimos 3 anos. Devido à seca severa que se verificou em 2022, o volume da albufeira esteve próximo do volume morto, situação só recuperada a partir do final de novembro desse ano. Em 2023, verificou-se uma recuperação do volume de água armazenada na Albufeira de Morgavel, semelhante ao verificado em igual período de 2022, não tendo sido atingidos os mínimos anteriormente verificados.

Em 2024, devido à Empreitada de Reabilitação do Canal de Ermidas, apenas foi possível captar água em Ermidas do Sado e transferir água do EFMA, até maio, efetuando nesses meses a gestão necessária entre as duas origens de água, para que no início dos trabalhos de reabilitação, a Albufeira estivesse com a sua capacidade máxima de armazenamento.



PRODUÇÃO

Durante o ano de 2024 foram produzidos 12,16 hm3 de Água Industrial na ETA de Morgavel, com vista ao fornecimento dos clientes industriais instalados na ZILS, o que representa um decréscimo de 13% relativamente ao ano anterior. Esta variação está associada à paragem total e/ou parcial da produção por parte de alguns dos grandes clientes da ZILS.

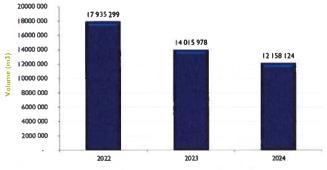


Figura 45 - Volumes produzidos na ETA de Morgavel nos últimos três anos

DISTRIBUIÇÃO

O Centro Operacional de Monte Chãos é responsável pelo armazenamento e distribuição de água industrial aos clientes da ZILS.

Em 2025, o volume total de distribuído foi de 8.79 hm³, o que representa uma diminuição de cerca de 17%, relativamente a 2023. Conforme referido anteriormente, esta variação deve-se à diminuição significativa dos consumos por parte de alguns dos grandes clientes industriais.

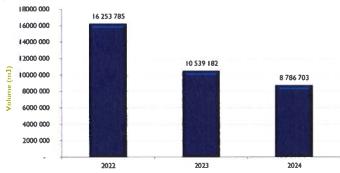


Figura 46 - Volume total distribuído nos últimos três anos

68 881

A qualidade da água distribuída às indústrias da ZILS é controlada através de um Plano de Controlo Interno. De acordo com este plano, a AdSA efetuou, através de um laboratório acreditado pelo IPAC, um valor total de 40.555 análises no ano de 2024. Por forma a monitorizar a qualidade da água industrial, ao longo do processo de tratamento é efetuado diariamente um controlo analítico aos parâmetros turvação, pH, Alumínio e Oxidabilidade, que garantem o controlo da qualidade da água industriais.

ÁGUA RESIDUAL

A atividade do subsistema de Água Residual abrange as atividades de recolha, tratamento e rejeição de água residual urbana e industrial, e ainda a receção e rejeição de água residual salina. São ainda rececionados diretamente na ETAR de Ribeira dos Moinhos lixiviados provenientes de vários Aterros de Resíduos Não Perigosos, atividade acessória e complementar devidamente autorizada pelo Concedente, e ainda águas residuais provenientes de fossas sépticas.

RECOLHA

No quadro seguinte é possível observar a evolução dos caudais recolhidos e transportados pelo subsistema. Os caudais são apresentados de acordo com a sua proveniência: água residual urbana, água residual industrial, lixiviados e água residual salina.

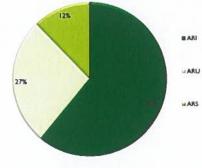
Tipologia de Água Residual	2023	2024	Variação %
Água Residual Urbana	1.734.526	1.772.937	2%
Água Residual Industrial	4.460.643	3.913.418	-12%
Lixiviados	44.338	56.055	26%
Água Residual Salina	1.083.807	806.623	-26%
Total	7.323.313	6.549.033	-11%

Em 2024, registou-se um decréscimo de cerca de 11% do volume total de água residual recolhida pelo subsistema de Água Residual, relativamente a 2023.

Esta variação deve-se ao facto de se ter verificado um decréscimo, relativamente a 2023, de 12% na componente de água residual industrial e 26% na componente de água residual salina, ambos justificados pela diminuição significativa das descargas provenientes de grandes clientes industriais, já registadas em termos de abastecimento de água industrial.

Relativamente à componente de água residual urbana, verificou-se um acréscimo de 2% em relação a 2023, justificado pelo aumento verificado nas descargas provenientes de todos os utilizadores municipais.

Os volumes recolhidos apresentam a seguinte distribuição, conforme a sua origem:







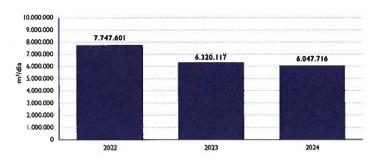
40 (4

O serviço de recolha e tratamento da água residual urbana é regulado pelo Regulamento Geral de Recolha, Tratamento e Rejeição de Efluentes do Sistema de Santo André (RGESA). No que respeita à águas residuais industriais e salinas admitidas no subsistema são regidas pelo Regulamento de Recolha e Tratamento de Água Residual Industrial do Sistema de Santo André (RARISA), aprovado pelo Concedente em abril de 2007, que estabelece as condições em que a AdSA se encontra obrigada a recolher, drenar e tratar Água Residual Industrial, no âmbito da exploração e gestão das infraestruturas que constituem e/ou constituirão o Sistema, bem como as condições de exploração que devem ser asseguradas pelos Utilizadores com ordem a garantir-se os princípios da eficiência e da qualidade de serviço.

A AdSA encontra-se a desenvolver a revisão deste regulamento, de forma a proceder a algumas alterações que visam adequar o conteúdo do regulamento às futuras condições operacionais do sistema de Água Residual da AdSA.

TRATAMENTO

No que respeita aos caudais afluentes à ETAR de Ribeira dos Moinhos, apresenta-se na figura seguinte a evolução registada desde 2022.



Caudal afluente à ETAR

Figura 48 - Evolução dos caudais afluentes à ETAR de Ribeira dos Moinhos desde 2022

Em 2024, registou-se um decréscimo no volume total afluente à ETAR, de cerca de 4%, relativamente ao ano de 2023 que, conforme foi referido anteriormente, é justificado pela diminuição dos volumes de água residual industrial afluente.

As condições de descarga da água residual tratada na ETAR de Ribeira dos Moinhos são estabelecidas pela licença de utilização dos recursos hídricos para descarga de águas residuais nº L009603.2022.RH6, emitida pela APA/ARH do Alentejo em julho de 2022, e válida pelo período de 5 anos.

Com o objetivo de monitorizar a água residual tratada na ETAR de Ribeira dos Moinhos é executado um plano analítico de acordo com o estipulado na licença de descarga acima referida, onde se encontram definidos os parâmetros a analisar, frequências e valores limite de emissão a respeitar pela água residual tratada, antes de esta ser rejeitada no meio hídrico.

Para suportar o controlo de processo da ETAR é ainda executado um extenso plano de controlo analítico, através do laboratório de processo da ETAR.

De acordo com a metodologia de cálculo da ERSAR para o indicador de desempenho AR21 – Cumprimento dos requisitos de descarga, e tendo em considerando a derrogação temporária para efeitos do cumprimento das percentagens de remoção dos parâmetros CQO e CBO5, temos que, para 100% da população equivalente servida pela ETAR de Ribeira dos Moinhos, o tratamento é satisfatório. O gráfico seguinte apresenta a evolução da população equivalente com tratamento satisfatório e a respetiva taxa de cumprimento dos parâmetros de descarga, no período de 2022 a 2024.

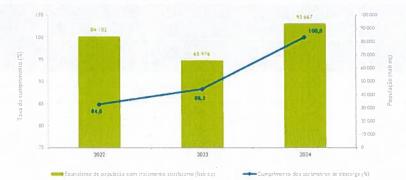


Figura 49 - Evolução da população equivalente e a respetiva taxa de cumprimento, no período de 2022 a 2024

A referida derrogação para os parâmetros CQO e CBO5, foi concedida pela ARH/Alentejo através da emissão do 1° Averbamento à Licença nº L009603.2022.RH6, que vigora desde 04 de outubro de 2023 até ao limite da validade da atual licença.

Apesar das várias ações que a AdSA tem desenvolvido nos últimos anos, no sentido de dotar a instalação de maior capacidade de oxidação da carga orgânica afluente, verifica-se que não existem garantias de cumprimento integral e contínuo das condições de descarga estabelecidas para estes parâmetros, uma vez que a ETAR foi concebida no âmbito de um quadro legal menos restritivo e para uma tipologia de efluentes diversa à que atualmente aflui à infraestrutura.

Para fazer face às dificuldades de comprimento integral das condições de descarga dos parâmetros CQO e CBO5, a AdSA desenvolveu o processo para contratação da empreitada de Remodelação da ETAR de Ribeira dos Moinhos e encontrase a aguardar as respetivas autorizações para realização do investimento e da contratação obra.

Após a conclusão dos investimentos previstos, a instalação ficará totalmente capacitada para dar cumprimento às atuais condições de descarga.

MONITORIZAÇÃO DE EMISSÕES ATMOSFÉRICAS NA ETAR

Desde 2012, que a AdSA monitoriza as emissões difusas provenientes da ETAR da Ribeira dos Moinhos.

A referida monitorização tem por base um plano aprovado pela CCDR-Alentejo, Plano de Monitorização de Emissões Atmosféricas, que contempla a medição em três órgãos distintos dos seguintes parâmetros:

- Compostos orgânicos voláteis não-metânicos (COVNM);
- Metano;
- Pentaclorobenzeno;
- Triclorobenzeno (TCB);
- Amónia.

No que respeita a 2024, foi realizada a comparação do cálculo das emissões anuais, com base nos resultados das medições, com os Limiares de Emissão anuais do regime de prevenção e controlo integrados da poluição (PRTR), tendo-se concluído que estes limiares de reporte não foram excedidos, conforme se pode observar pela análise do quadro abaixo apresentado.

Parâmetro	Local de Medição Emissão total 2024 (kg/ano)			Limiar de Emissão
	NH ₃	268	125	6,2
CH4	<252	<354	<28	100.000
COVNM	2.169	2.263	149	100.000
Pentaclorobenzeno	<0,40	<0,57	<0,044	1
Triclorobenzeno	<0,40	<0,57	<0,044	10

MONITORIZAÇÃO DO AMBIENTE MARINHO

O Programa de Monitorização do Ambiente Marinho (PMAM) junto e na envolvente do Emissário Submarino, está em desenvolvimento, de forma faseada, desde 2007, e tem como objetivo avaliar o impacte ambiental da descarga da ETAR de Ribeira dos Moinhos através do Emissário Submarino de Sines na zona costeira.

Esta monitorização incluiu a recolha de amostras na coluna de água e nos sedimentos para avaliação do estado do meio recetor e uma componente de modelação para interpretação dos processos que determinam o impacte, tendo pretendido determinar impactes a 3 níveis: microbiológico, trófico e sedimentar.

Na segunda e terceira fase do PMAM foi ainda desenvolvida a avaliação da ação potencialmente tóxica dos contaminantes na proximidade do emissário.

A quarta fase do PMAM está a decorrer desde 2021, e em 2024 foi executada a 6ª e última campanha, tendo os resultados desta quarta fase evidenciado que:

COLUNA DE ÁGUA

Não existem indícios de afetação do meio aquático por via da descarga da ETAR, baseado tanto nos resultados analíticos obtidos ao longo da coluna de água, como nos resultados provenientes de deteção remota e dos modelos numéricos.

<u>SEDIMENTOS</u>

O material recolhido apresenta concentrações de contaminantes reduzidas e dentro dos limites impostos, sendo classificado com material sedimentar limpo.

As comunidades de macrofauna bentónica sofreram uma ligeira degradação temporal em termos de abundância, em termos globais, no entanto, o nível de perturbação e a qualidade ecológica tem-se mantido constante e de forma favorável.

A qualidade ecológica dos habitats amostrados foi elevada em todos os locais de amostragem.

TOXICOLOGIA

Não houve qualquer indício de toxicidade nas espécies analisadas.

Este estudo tem demostrado que as condições do meio recetor mantêm padrões de variabilidade espacial e temporal típicos destas zonas costeiras e sem nenhuma influência antropogénica, por isso conclui-se que não há nenhum efeito cumulativo da descarga do emissário na região.

Em suma, a descarga não altera a generalidade das concentrações no meio recetor e como consequência a pluma do emissário não é facilmente detetável a partir dos dados de campo, o que é resultado do elevado efeito de diluição promovido pelo emissário submarino no meio recetor.

KI

RESÍDUOS INDUSTRIAIS

O subsistema de Resíduos Industriais abrange todas as atividades referentes à receção e confinamento de resíduos industriais não perigosos.

CONFINAMENTO DE RESÍDUOS

Durante o ano de 2024 entraram na instalação RESIM – Gestão de Resíduos Industriais de Santo André, 5.494 toneladas de resíduos não perigosos, dos quais 85% correspondem a resíduos de clientes externos e 15% a resíduos internos produzidos nos subsistemas da AdSA. Na figura seguinte apresenta-se a evolução dos resíduos confinados no RESIM no período 2022 a 2024.

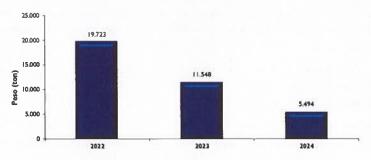


Figura 50 - Evolução de resíduos confinados no RESIM desde 2022

O decréscimo significativo verificado no confinamento de resíduos, desde 2022, prende-se com a necessidade de adequar a estratégia de gestão operacional do RESIM ao espaço disponível na célula em exploração. Ou seja, devido à redução da capacidade remanescente da célula em exploração, foi necessário condicionar a receção de resíduos, por forma a prolongar a sua vida útil.

Para assegurar a continuidade de negócio, a AdSA, em maio de 2024, solicitou uma alteração ao TUA, com vista ao aumento da cota máxima de exploração da célula do RESIM, aguardando-se apreciação por parte da APA. Paralelamente, a AdSA encontra-se a finalizar o projeto de expansão do RESIM, o respetivo Estudo de Impacte Ambiental e o pedido de licenciamento ambiental, para posteriormente ser executada a empreitada de ampliação, estimando-se um período de cerca de 3 anos para a total concretização das etapas acima referidas.

MONITORIZAÇÃO AMBIENTAL

No âmbito da monitorização ambiental, a AdSA procedeu em 2024 ao controlo dos lixiviados do aterro, águas residuais, águas subterrâneas, emissões gasosas, dados meteorológicos e controlo de enchimento e assentamentos do aterro, de acordo com a legislação em vigor e documentos de referência – Título Único Ambiental n.º TUA20220111000018 e Licença de Exploração para a Operação de Deposição de Resíduos em Aterro N.º 2/2022/CCDR-ALENTEJO.

A AdSA, na qualidade de entidade exploradora, elaborou e implementou o seu plano de monitorização, quer para a fase de exploração, quer para a fase de pós-encerramento, verificando-se que os resultados obtidos para os vários descritores ambientais não revelaram alterações relativamente ao histórico.

INFRAESTRUTURAS

Prosseguindo com o objetivo de fomentar a eficiência e a resiliência do sistema de abastecimento de água industrial, está em curso a empreitada de reabilitação do Canal de Ermidas, a construção de novas infraestruturas, onde se destaca a empreitada da conduta entre a ETA de Morgavel e o Reservatório de Monte Chãos, que substituem ativos críticos muito degradados.



O reforço dos sistemas de proteção da ETAR de Ribeira dos Moinhos é também relevante, em particular a empreitada de reforço dos sistemas de retenção de descargas industriais anómalas na ZIP 3, que contribuirá de forma muito relevante para reter efluentes com de elevada carga, e desta forma minimizar o impacto das mesmas na ETAR de Ribeira dos Moinhos.

Relativamente ao aterro de Resíduos Industriais Banais gerido pela AdSA (RESIM), durante o ano de 2024, foi desenvolvido o projeto de execução para a sua expansão, para posteriormente lançar a respetiva empreitada, uma vez que a capacidade da atual célula está quase atingida. Paralelamente encontra-se em desenvolvimento o Estudo de Impacte Ambiental.

Prosseguindo a prioridade estratégica de Digitalização dos serviços na AdSA, mantem-se em curso o desenvolvimento do MasterPlan para telegestão da empresa, o qual prevê a implementação de um sistema de telegestão para o comando, controlo e visualização global de todo o sistema gerido pela AdSA, em que para tal deverá ser implementado todo o Hardware e Software para permita a criação de um novo Datacenter e uma solução resiliente com recurso a um Disaster Recovery, assim como centros de comando onde serão instaladas equipas operacionais para comando e gestão das inúmeras infra estruturas.

Associados a esse sistema de telegestão serão criadas ferramentas adicionais que permitam recolher, armazenar e envio de alarmística às equipas de prevenção, criação de relatórios, assim como indicadores operacionais, manutenção, analíticos e de eficiência (Dashboard).

Serão ainda criados regras e recursos para implementar soluções mais recentes no domínio da Cibersegurança, conforme recomendações do Centro Nacional de Cibersegurança (CNCS) ou as melhores práticas nessa área, referentes à componente IT e OT.

Ainda neste âmbito, está prevista a ampliação e renovação do parque de automação a médio e longo prazo.

ESTUDOS E PROJETOS

Como referido, 2024 foi caracterizado pelo desenvolvimento de ações conducentes à elaboração de estudos e projetos, por forma a dar origem aos respetivos processos de lançamento de empreitada e concretização do Plano de Investimentos.

De entre os trabalhos desenvolvidos destaca-se a continuação do desenvolvimento do Programa Base e das peças procedimentais necessárias para a empreitada de reabilitação da ETAR de Ribeira dos Moinhos, destinada a assegurar a atualização tecnológica desta instalação obsoleta e sua requalificação de forma a ser possível produzir água industrial "verde" para a indústria a partir dos efluentes tratados na ETAR e dos efluentes salinos originados na indústria e atualmente descarregados diretamente no mar.

Esta intervenção pretende assegurar a eficiência global do sistema de água residual com o objetivo de prestar um serviço de elevada qualidade, que proporcione valor acrescentado para os clientes, uma acentuada melhoria da qualidade de vida da população e uma elevada proteção do ambiente, e tal seja devidamente percecionado por todas as partes interessadas, dando cumprimento da licença de utilização dos recursos hídricos para descarga de águas residuais.

Paralelamente está a ser preparada a contratação do Estudo de Impacte Ambiental.

Relativamente ao aterro de Resíduos Industriais Banais gerido pela AdSA (RESIM), durante o ano de 2024, foi desenvolvido o projeto de execução para a sua expansão.

Ainda relativamente ao RESIM, a prestação de serviços contratada inclui o desenvolvimento de uma proposta de ordenamento da totalidade do recinto, incluindo a definição de zonas ambientalmente integradas na envolvência e a reserva de locais para futuras atividades.

Atualmente Sines, nomeadamente a ZILS, está sob uma grande pressão devido ao aumento exponencial de indústrias interessadas em instalarem-se na região, muitas delas associadas à economia "verde" e "azul", como o hidrogénio, situação que, inclusivamente, levou à publicação do Decreto-Lei 80/2023, de 6 de setembro, que estabelece Sines como uma zona de grande procura em termos de energia e estabelece o procedimento excecional de atribuição de capacidade de ligação à rede de instalações de consumo de energia elétrica nessa zona.

Em 2024, manteve-se em desenvolvimento o Programa Base para a Remodelação e Beneficiação da ETA de Morgavel, de forma a responder ao aumento da procura de água industrial por parte, quer dos atuais, quer dos potenciais clientes que se pretendem instalar na ZILS.

Está em desenvolvimento um projeto para alterar o atual Ponto de Entrega de Água Industrial (AI) à Repsol YPF, S.A., com vista a otimizar o existente, estando prevista a substituição a conduta entre as caixas de distribuição Sul e Norte.

Com o encerramento da Central termoelétrica da EDP em Sines, iniciou-se o processo de desmantelamento da mesma, o qual terá impacto em algumas das infraestruturas da AdSA, nomeadamente em condutas de abastecimento de água à zona sul da ZILS. Desta forma a AdSA encontra-se a desenvolver o Projeto de Execução, para as alterações a realizar na implantação e altimetria das tubagens na travessia da VR53, face ao desmantelamento do pórtico existente, previsto pela EDP, e sua substituição por uma galeria técnica sob a VR53/Avenida Circular Sul de Sines.

Encontra-se em fase de revisão de projeto, o Projeto de Execução "Emissário da Caixa da Barbuda à ETAR da Ribeira de Moinhos" o qual visa uma total separação física entre os efluentes industriais e urbano em todo o subsistema existente a montante da ETAR Ribeira de Moinhos, contribuindo assim para a melhoria da eficiência de tratamento da ETAR de Ribeira dos Moinhos.

Durante o ano de 2024, foram ainda realizados estudos com vista à elaboração de um novo plano de investimentos, para integração no novo EVEF para a AdSA.

OUTRAS AQUISIÇÕES DE SERVIÇOS

Mantêm-se também em curso as seguintes Prestações e Aquisições de Serviços:

- Aquisição de Serviços de "Engenharia de Instrumentação e Controlo/ Eletrotécnica (Instalações Elétricas, Instrumentação, Automação, Comunicações e Telegestão);
- Aquisição de Serviços para "Elaboração de Estudos e Projetos na área de intervenção da Águas de Santo André, S.A.";
- Aquisição de Serviços de Consultoria para "Apoio Técnico ao Abate e Compensação de Quercíneas decorrente da construção da nova Conduta Adutora entre a ETA de Morgavel e o Reservatório de Monte Chãos";
- Aquisição de Serviços para "Avaliação do Estado de Conservação da Conduta Adutora ETA de Morgavel Reservatório de Monte Chãos";
- Elaboração do Plano de Expansão do RESIM;
- Levantamentos topográficos e cadastrais na área de intervenção da Águas de Santo André, S.A..

Foram adjudicadas as seguintes Prestações e Aquisições de Serviços:

- Aquisição de Serviços para "Licenciamento Ambiental da Expansão do RESIM";
- Aquisição de Serviços para "Desenvolvimento de Avaliação Custo-benefício das Empreitadas "Remodelação da ETAR Ribeira de Moinhos e Execução do Sistema de Produção de ApR" e "Expansão do RESIM";
- Aquisição de Serviços para "Trabalhos Geológico-Geotécnicos na Área de Concessão da Águas de Santo André"
- Aquisição de Serviços de "Consultoria Especializada para Apoio na Elaboração das Peças Técnicas e Jurídicas para a Empreitada de Reabilitação da ETAR de Ribeira de Moinhos";
- Aquisição de Bens e Serviços de "Detetores na Descarga de Efluentes Descarga de Emergência na Bacia de Retenção da ZIP3-ZIP3S";
- Aquisição de Serviços de Observação e Controlo da Funcionalidade Estrutural da Barragem de Morgavel"
- Fiscalização e Coordenação de Segurança em obra e Acompanhamento Arqueológico da Empreitada de Execução "Adutora ETA de Morgavel – Monte Chãos";
- Fiscalização e Coordenação de Segurança em obra e Acompanhamento Arqueológico da Empreitada de Execução "Emissário da Petrogal à Bacia da ZIP3 e Duplicação da Bacia da ZIP3".

EMPREITADAS

Em 2024 foi concluída fisicamente a seguinte empreitada:

• Empreitada "Reforço do abastecimento de Água Potável à ZILS Norte", adjudicada por € 1.298.0188,84 (um milhão, duzentos e noventa e oito mil, cento e oitenta e oito euros e oitenta e quatro cêntimos).



Figura 51 - "reforço do abastecimento de Água Potável à ZILS Norte"

Em 2024 foram iniciadas as seguintes empreitadas:

• Empreitada de "Reabilitação do Canal de Ermidas", adjudicada pelo valor de €5.334,000,00 (cinco milhões, trezentos e trinta e quatro mil euros).



Figura 52 - Execução da empreitada de "Reabilitação do Canal de Ermidas"

• Empreitada de "Execução da caixa de medição de caudal,ARU, na Barbuda", adjudicada pelo valor de €146.750,61 (cento e quarenta e seis mil setecentos e cinquenta euros e sessenta e um cêntimos).



Figura 53 - Empreitada de "Execução da Caixa d medição de caudal na Barbuda

76 | 186

Ainda no ano de 2024, foram obtidos os vistos do Tribunal de Contas relativo às seguintes empreitadas:

- Empreitada de Execução de "Reabilitação do Canal de Ermidas", no valor de €5.334.000,00 (cinco milhões, trezentos e trinta e quatro mil euros);
- Empreitada de Execução da "Conduta Adutora entre a ETA de Morgavel e o Reservatório de Monte Chãos", no valor de €11.000.000,00 (onze milhões de euros).

Em 2024 foram assinados os contratos, relativos às seguintes empreitas, que se encontram em fase de arranque:

- Empreitada de Execução "Conduta Adutora entre a ETA de Morgavel e o Reservatório de Monte Chãos";
- Empreitada de Execução "Execução do Emissário da Petrogal à Bacia da Zip3 e Duplicação da Bacia da Zip3";
- Empreitada de Execução do "Sistema de Neutralização de Fugas de Cloro da ETA de Morgavel".

GESTÃO DE ATIVOS

O desenvolvimento e implementação da estratégia de Gestão de Ativos (GA) da AdSA iniciou-se em 2017 e compreendeu 3 fases, das quais as duas primeiras já se encontram concluídas.

A fase I consistiu no estabelecimento das linhas-mestras de uma metodologia de planeamento da gestão de ativos especificamente ajustada às especificidades da AdSA.

Na fase 2 procedeu-se ao desenvolvimento da metodologia de planeamento da GA à totalidade dos ativos físicos dos sistemas de água industrial, de água potável e de águas residuais (industriais, urbanas e salinas) da empresa, de onde resultou não só o Plano de Gestão de Ativos AdSA 2021-2040 como também a capacitação dos quadros da empresa nesta matéria, incluindo ao nível da capacidade de tomada de decisão.

Nestes termos, pretende agora a AdSA desenvolver a fase 3, tendo por objetivos proceder à revisão/atualização global do PGA-AdSA 2021-2040, bem como implementar processos de melhoria contínua ao nível da GA, otimizando o reporte à ERSAR em matéria de gestão patrimonial de infraestruturas, recorrendo a assessoria técnica especializada solicitada à AdP Valor.

MANUTENÇÃO

Neste ponto é reportado um conjunto de informações relativas à atividade da Manutenção durante o ano 2024. Toda a informação foi trabalhada e analisada com base nos dados que se registam no software de apoio à gestão da Manutenção (AQUAMAN).

Assim, verifica-se que em 2024 foi emitido um total de 1.427 Ordens de Trabalho (OT), das quais 788 corresponderam a manutenções preventivas, representando aproximadamente 55% do total. Estas Ordens de Trabalho estão distribuídas pelas diferentes áreas de negócio da empresa, conforme indicado na tabela seguinte.

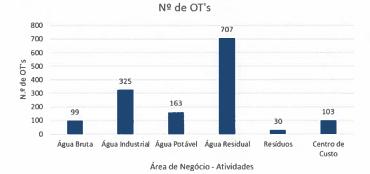


Figura 54 - Total de ordens de trabalho por área de negócio em 2024



A figura seguinte permite, de uma forma abrangente, perceber, por área de negócio, em que atividades principais da empresa existiu maior atuação da equipa de manutenção.

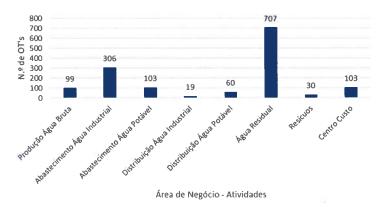


Figura 55 - Divisão do total de ordens de trabalho por atividades em cada área de negócio

Quanto às diferentes naturezas dos trabalhos, a figura seguinte apresenta a divisão do total de ordens de trabalho, das figuras anteriores, por cada tipo de intervenção.

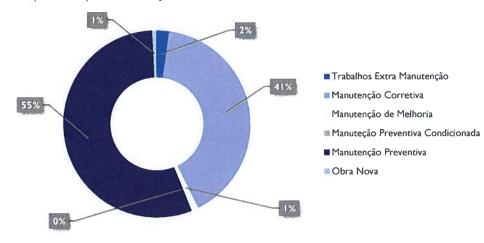


Figura 56 - Divisão do total de ordens de trabalho por tipo de intervenção

Para entendimento do destaque apresentado na figura acima, relativo ao volume de atividades corretivas, apresenta-se de seguida os tipos de problemas que estiveram nas causas das avarias.

1 4

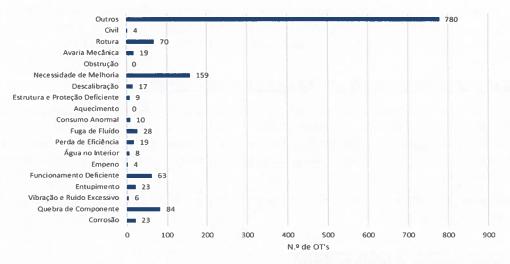
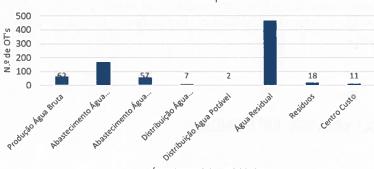


Figura 57 - Problemas com manutenção corretiva por tipologia

Nota: A barra identificada como "Outros", representa o total de ordens de trabalho corretivas em que o tipo de avaria não foi classificado.

Em 2024 deu-se continuidade à revisão, atualização e adequação dos planos de manutenção preventiva existentes, bem como a criação e operacionalização de novos planos.

Na figura seguinte apresenta-se a divisão do volume de trabalho de natureza preventiva sistemática, por atividade da empresa em cada área de negócio.



OT's Preventivas por AN

Área de Negócio - Atividades

Figura 58 - Número de manutenções preventivas por atividade e por área de negócio

Nos pontos seguintes destacam-se exemplos ilustrativos de algumas atividades realizadas pelas equipas de manutenção.

REPARAÇÃO DA CENTRÍFUGA N.º 1 E N.º3 DA ETAR DE RIBEIRA DOS MOINHOS

De forma a garantir a operacionalidade do sistema de desidratação de lamas, foi realizada, no início de 2024, a reparação da centrífuga n.º 3, que permitiu restabelecer temporariamente a capacidade de redundância do equipamento. Até à conclusão desta reparação, a centrífuga n.º 2 era o único equipamento em funcionamento, operando continuamente durante um longo período sem possibilidade de manutenção preventiva.

A sobrecarga da centrífuga n.º 2 resultou em desgaste significativo, levando à necessidade de intervenções de manutenção curativa a curto prazo. Nesse contexto, a reparação das centrífugas n.º 1 e n.º 3 revelou-se essencial para restabelecer a robustez operacional e evitar interrupções no processo crítico de desidratação de lamas.

A conclusão destas reparações foi um passo determinante para assegurar a disponibilidade permanente de, pelo menos, duas centrífugas operacionais. Este esforço contribui diretamente para a qualidade do tratamento dos efluentes e para a sustentabilidade do processo, garantindo a continuidade e eficiência da ETAR de Ribeira de Moinhos.

LAVAGEM E DESINFEÇÃO DOS RESERVATÓRIOS DE ÁGUA - 50.000 m³

A limpeza e desinfeção do reservatório de 50.000 m³, destinado ao abastecimento de água industrial, reveste-se de especial importância para garantir a eficiência e a integridade do sistema. Embora não diretamente abrangido pelas recomendações da ERSAR relativas aos sistemas de abastecimento de água para consumo humano, esta ação alinha-se com as boas práticas do setor, assegurando a qualidade da água industrial e a prevenção de contaminações que possam comprometer os processos produtivos.

A intervenção neste reservatório foi e é essencial para evitar riscos operacionais e garantir o cumprimento dos requisitos técnicos aplicáveis à sua utilização.

ESTAÇÃO ELEVATÓRIA DE ERMIDAS SADO

Foram implementadas diversas ações na Estação Elevatória de Ermidas do Sado, destacando-se como fundamentais a elaboração de pareceres técnicos e/ou orçamentos destinados à reparação e beneficiação da infraestrutura, tais como:

- Inspeção especializada: Realizada nos motores elétricos das bombas, nos grupos de bombagem, bem como nas válvulas e comportas, com o objetivo de identificar eventuais necessidades de reparação e garantir a operacionalidade dos equipamentos.
- Desenvolvimento do projeto de modernização elétrica da subestação: Um projeto com foco na melhoria da eficiência energética e na atualização tecnológica, promovendo a modernização da infraestrutura elétrica e a sua adequação às exigências atuais.

Estas ações evidenciam o compromisso com a melhoria contínua da infraestrutura da Estação Elevatória de Ermidas do Sado, priorizando a eficiência operacional, a durabilidade dos equipamentos e a busca constante por soluções técnicas avançadas que agreguem valor ao sistema.

COMERCIAL

EVOLUÇÃO DO VOLUME DE VENDAS

No ano de 2024 em termos de volumes fornecidos, tratados e recebidos regista-se uma diminuição da atividade global da AdSA em cerca de 14%, em relação ao ano de 2023. Esta diminuição confirma a tendência de decrescimento iniciada no ano 2022 que é justificado essencialmente pelo abrandamento da atividade industrial de algumas empresas localizadas na Zona Industrial Logística de Sines (ZILS) e redução da atividade de receção de resíduos no RESIM em cerca de 40,5%, decorrente da suspensão da receção e deposição de resíduos com origem fora da área de concessão da AdSA.

No ano de 2024 as indústrias situadas na ZILS representam 88,7% do volume de vendas da empresa, os Municípios representam 6% e os clientes situados na cidade de Vila Nova de Santo André apenas 5,3%.

No que se refere á água industrial, em termos de volumes fornecidos e faturados, esta mantem a posição da atividade com maior peso no volume total da empresa, registando um decréscimo do volume fornecido em aproximadamente de 16,6% em relação ao ano de 2023, justificado basicamente pelo abrandamento da atividade industrial de algumas unidades industriais sitas na ZILS.

A atividade de água residual, industrial e salina regista em 2024, em relação ao ano de 2023, no seu conjunto um decréscimo de 14,9% em termos de volumes tratados, decorrente do abrandamento da atividade industrial conforme referido

14

anteriormente, e de um decréscimo acentuado de 32,5% em termos de volume vendas, justificado essencialmente pela melhor qualidade de água residual afluente ao sistema da AdSA, e consequente redução da aplicação de agravamentos por descargas penalizantes. No contexto desta atividade importa assinalar a existência da atividade acessória de receção de lixiviados, que embora represente apenas 1,2% dos volumes tratados em termos de volume de vendas representa cerca de 16% da atividade de água residual, registando um aumento de 80% de volume vendas em relação ao ano de 2023 justificado essencialmente pela atualização do tarifário realizado no início de 2024.

No que se refere á atividade de água potável em alta esta regista, em relação a 2023, um decréscimo de 10,9%, justificado pela redução de solicitações pontuais para fornecimento de água à cidade de Sines, efetuadas pelo de Município Sines. Na atividade de água potável em baixa, esta também regista, em relação ao ano de 2023, uma ligeira diminuição dos volumes fornecidos, cerca de 4,1%, justificado essencialmente pela redução de fornecimento de água para rega, em Vila Nova de Santo André, em cerca de 15% em relação ao ano anterior. Em termos de volume de vendas a atividade de água potável em baixa registou um aumento atividade em 3,5%, justificado pela faturação de consumos em escalões de tarifa mais elevados.

A atividade de água residual urbana regista um ligeiro incremento da atividade face aos níveis de atividade verificado no ano anterior, em cerca de 2,8%, confirmando a tendência de crescimento registada no ano anterior.

A atividade de resíduos industriais regista no ano de 2024 um decréscimo da atividade em cerca de 40,5% face ao ano de 2023, justificado essencialmente pela suspensão da receção e deposição de resíduos com origem fora da área de concessão da AdSA.

Anticidada	Volumes F	ornecidos e	Faturados	(m ³ ou ton)	Distrib	uição po	or Ativio	dade (°•)	Variação (°₀)
Atividade	20 22	2023	2024	Média	2022	2023	2024	Média	2024 vs 2023
Abastecimento	The second		The second		1.5.6.1	N-Dir			
Água Industrial	16 255 398	10 539 1 28	8 786 366	11 860 297	59	56	54	57	-16,6
Água Potável em Baixa	1 052 821	1 101 847	1 056 284	1 070 317	4	6	7	5	-4,1
Água Potável em Alta	299 991	303 934	270 727	291 551	1	2	2	1	-10,9
Saneamento	DI SULLA					SN LT			
Água Residual Industrial	6 062 835	4 458 231	3 910 300	4 810 455	22	24	24	23	-12,3
Água Residual Urbana	1 060 634	1 280 797	1 317 049	1 219 494	4	7	8	6	2,8
Água Residual Salina	2 660 123	1 106 529	806 623	1 524 425	10	6	5	7	-27,1
Lixiviados	48 284	44 3 38	56 027	49 550	0	0	0	0	26,4
Resíduos		A STACE	212-12						
Residuos Industriais Banais	17 932	9 0 7 9	5 401	10 804	0	0	0	0	-40,5
Total	. 27 458 018	18 843 882	16 208 778	20 836 893	100	100	100	100	-14,0

	Vendas (€)					Distribuição por Atividade (%)			
Atividade	2022	2023	2024	Média	2022	2023	2024	Média	2024 vs 2023
Abastecimento			I States		101			102.00	
Água Industrial	7 475 491	4 7 19 947	3 833 110	5 342 849	46	32	35	38	-18,8
Água Potável em Baixa	1 040 567	1 092 999	1 131 741	1 088 436	6	8	10	8	3,5
Água Potável em Alta	128 609	130 042	115 998	124 883	I.	I	I	1	-10,8
Saneamento									
Água Residual Industrial	5 882 216	7 176 944	4 319 180	5 792 780	36	49	39	41	-39,8
Água Residual Urbana	440 272	531 531	546 576	506 126	3	4	5	4	2,8
Água Residual Salina	259 420	110 548	75 100	148 356	2	1	I	1	-32,1
Lixiviados	529 505	464 283	834 490	609 426	3	3	8	4	79,7
Resíduos		MIN NO.	1911201	ALL MUSIC			JUL T		the second second
Resíduos Industriais Banais	593 248	299 490	178 174	356 971	4	2	2	3	-40,5
Total	16 349 327	14 525 785	11 034 369	13 969 827	100	100	100	100	-24,0

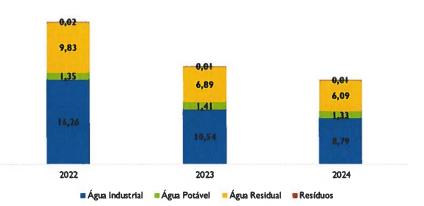
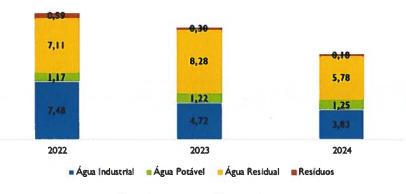
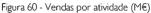


Figura 59 - Volumes fornecidos e faturados por atividade (hm³/ton))





SERVIÇOS DE APOIO A CLIENTES

A AdSA realiza diversos serviços de apoio ao diente, sendo a área de atendimento ao diente a mais visível junto dos mesmos. Esta área disponibiliza vários canais de comunicação, nomeadamente atendimento presencial, atendimento telefónico, efetuado via *contact center*, e balcão digital (correio eletrónico,AdSANET e site). No âmbito de atendimento ao cliente a AdSA registou, no ano de 2024, 2.409 atendimentos via *contact center*, 2.621 atendimentos em modo presencial, na sua loja localizada na sede em Vila Nova de Santo André, e registou via balcão digital 3.547 atendimentos, dos quais apenas 33% tiveram tratamento automático. Do total de atendimentos efetuados 61 % referem-se a solicitações, 27% a informações de clientes, 11% pedidos de esclarecimentos e 1% reclamações e sugestões.

A AdSA, com a finalidade de conceder uma relação de maior proximidade com o cliente, dispõe do balcão de atendimento online, denominado AdSANET, que coloca à disposição dos seus clientes uma multiplicidade de funcionalidades (solicitação de alteração de dados contratuais, comunicação de leituras, adesão à fatura digital, consulta de faturas emitidas desde o início do contrato ou a partir do momento de adesão à fatura digital, solicitação de referências multibanco, adesão / alteração ao débito direto, comunicação de assuntos diversos, solicitação de serviços diversos), que conferem aos clientes aderentes maior autonomia na gestão do seu contrato de fornecimento de água. No final do ano de 2024, 22% dos clientes tinham aderido ao AdSANET, tendo sido registado um crescimento de 37% em relação ao ano de 2023.

Na área de assistência local aos clientes a AdSA realizou, no ano de 2024, 1.940 serviços, sendo que os principais tipos de serviços realizados foram serviços de verificação/confirmação de leitura de contador (1.148), colocação e/ou verificação de contador para contratos novos (135), fecho e abertura de água por débitos em atraso (246) e substituição de

contadores (229). Neste âmbito importa ainda referir que a AdSA realizou 21.025 leituras, sendo que cerca de 500 locais de consumo têm periodicidade de leitura mensal e os restantes são de leitura quadrimestral.

No âmbito do serviço de faturação e cobrança importa mencionar que a emissão de faturas pela AdSA tem uma periodicidade mensal e a empresa tem á disposição dos seus clientes a adesão à fatura digital, que permite ao cliente receber no seu correio eletrónico a fatura da água, beneficiando o aderente na forma de acesso e consulta, contribuindo, em simultâneo, para um processo mais ecológico e desmaterializado. Em 3 I de dezembro de 2024, cerca de 29% dos clientes (1.706) tinham aderido ao envio eletrónico da fatura, registando um aumento de 4% em relação ao ano anterior.

Em termos de cobrança a AdSA tem desenvolvido várias atividades de controlo que têm contribuído para um nível de cobrança célebre e eficaz, tendo registado em 2024 uma taxa média de cobrança de 98%, semelhante à do ano de anterior. As atividades desenvolvidas são essencialmente o envio de cartas de aviso de débitos em atraso, 5 dias úteis após o prazo de vencimento da fatura, análise e acompanhamento de situações pendentes e importância no contato de proximidade com os clientes, no sentido de informar e oferecer a possibilidade de pagamento em prestações, realizando acordos de pagamento, com a vista a apoiar os clientes que demonstrem dificuldades na regularização de faturas em atraso. Neste âmbito importa ainda referir que no universo global dos clientes 66% têm como modalidade de pagamento o débito direto, o que contribui para o eficaz nível de cobrança e demonstra uma confiança explicita que os clientes têm no serviço de faturação e cobrança prestado pela AdSA.

Em termos dos serviços de novos sistemas de ligação, o ano de 2024 continuou a registar uma afluência significativa de novos processos para ligação ao sistema, de empresas que se pretendem instalar na ZILS.

O SISTEMA DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

RECONHECIMENTOS, PRÉMIOS E CERTIFICAÇÕES

A AdSA durante o ano de 2024 realizou uma auditoria de acompanhamento ao sistema de gestão da Qualidade, Ambiente, Segurança e Energia.

A manutenção destas certificações constitui o reconhecimento do forte compromisso da AdSA com o desenvolvimento sustentável nas suas áreas de atuação.

AUDITORIAS REALIZADAS EM 2024 E CONSTATAÇÕES ASSOCIADAS

Com o objetivo de avaliar, com objetividade, imparcialidade e rigor o desempenho da AdSA de acordo com as Normas de Qualidade, Ambiente, Segurança e Energia, foram realizadas 3 auditorias durante o ano de 2024, Auditoria de Conformidade Legal, Auditoria Interna e Auditoria de Acompanhamento.

QUALIDADE E AMBIENTE

A AdSA é, desde 2011, uma empresa certificada nos Sistemas de Gestão de Qualidade (NP EN ISO 9001) e de Gestão Ambiental (NP EN ISO 14001) pela APCER - Associação Portuguesa de Certificação.

No âmbito dos 4 referencias em que a AdSA é certificada, foram otimizadas as ferramentas do Microsoft Office que permitiram uma otimização dos processos associados ao Sistema de Sustentabilidade Empresarial, bem como a automatização dos processos.

Em 2023, a AdSA eliminou um elevado passivo ambiental e, em 2024, reforçou as boas práticas na sua área de concessão, dando um passo decisivo no compromisso com a sustentabilidade ambiental.

AX

SEGURANÇA

A AdSA é, desde 2015, uma empresa certificada no Sistema de Gestão da Segurança e Saúde do Trabalho (NP ISO 45001) pela APCER.

Em 2024 a temática dos Riscos Psicossociais continuou a ser acompanhada e foram disponibilizadas consultas online a todos os trabalhadores.

O dia Mundial da Segurança e Saúde no Trabalho foi comemorado na semana de 28 de abril, em que foram desenvolvidas várias atividades no âmbito da segurança, nomeadamente a realização de campanhas relacionadas com a saúde, bem-estar físico e mental, primeiros socorros e atuação em caso de emergência. Foi também lançado um Quiz com questões relacionadas com a segurança e saúde no trabalho, com a oferta de prémios para os 3 primeiros classificados.

Foi implementada uma ferramenta para recolha dos contributos dos trabalhadores sobre matérias de segurança e ambiente, através do preenchimento de um formulário de Observações disponibilizado por QR code.

Dia 5 de novembro foi assinalado pela AdSA o Exercício Nacional a "Terra Treme", através de um programa que contou com a presença de um técnico da SARTEAM na realização de um simulacro de Sismo na ETAR de Ribeira de Moinhos. Foi também disponibilizado o acesso a um Quiz sobre várias matérias relacionadas com sismos e emergência, com a atribuição de prémios para os vencedores, e entregue uma mochila Kit de Sobrevivência a todos os trabalhadores da AdSA.

Em outubro foi lançada uma Newsletter com notícias relacionadas com o Sistema de Sustentabilidade Empresarial, nomeadamente sobre Segurança e Ambiente.

Em 2024 ocorreram 9 acidentes de trabalho, tendo este número aumentado face ao ano de 2023, em que se registaram 4 acidentes de trabalho. Dos acidentes de trabalho ocorridos, quatro deles originaram incapacidade absoluta temporária, com um total de 237 dias perdidos, valor consideravelmente mais alto comparativamente com os anos anteriores. Foram efetuados os registos, análise e investigação de todos os acidentes ocorridos, e desenvolvidos planos de ações para a mitigação dos riscos associados.

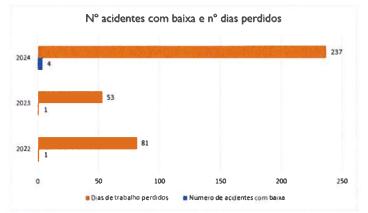


Figura 61 - Número de acidentes de trabalho com baixa e número de dias perdidos nos últimos 3 anos

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

- Foram ministradas cerca de 12 formações de segurança em 2024, onde se salientam as seguintes temáticas:
 - Manobrador de Plataformas Elevatórias
 - SEVESO
 - Primeiros Socorros
 - Combate a Incêndios
 - Espaços Confinados

6

- Segurança na manobra e operação de pontes rolantes
- Segurança na manobra e operação de empilhadores elétrico e mecânico

Foram realizadas 66 Campanhas de Prevenção de Segurança, das quais destacamos as Campanhas relacionadas com os riscos psicossociais, segurança, emergência e condução defensiva.

- Foram promovidas ações de sensibilização no âmbito do acolhimento e indução de segurança.
- Continuação das ações de comunicação semanais, designadas por "Conversas de Segurança", com temas relacionados com a temática de segurança e saúde no trabalho.
- Realização de 5 simulacros:
 - Simulacro de queda em espaço confinado no reservatório de 10.000m3 em Monte Chãos, com a intervenção da empresa prestadora de serviço de limpeza e higienização;
 - Simulacro de derrame de lamas e queda de operador, nas traseiras do edifício de lamas na ETAR;
 - Simulacro de queda em altura numa caixa junto do Posto de Água Salina na ETAR;
 - Simulacro de incêndio no arquivo morto da sede;
 - Simulacro no âmbito do exercício público "A Terra Treme" na ETAR, em conjunto com um elemento da SAR TEAM com o seu cão de resgate.
- Estudos e monitorizações:
 - Níveis de exposição ao ruído
 - Radiações óticas
 - Campos eletromagnéticos
- Acompanhamento das atividades de risco elevado, promovendo ações de formação e sensibilização.
- Acompanhamento das atividades de verificação e manutenção de equipamentos de SCIE.
- Visitas e inspeções de segurança e saúde no trabalho às instalações.
- Consulta geral aos trabalhadores no âmbito das condições de segurança e saúde no trabalho, consulta sobre o DL 50/2005 consulta sobre os EPI, e respetiva análise de resultados.
- Elaboração do programa de prevenção de riscos profissionais para 2025.

ENERGIA

No decorrer do ano de 2024, a Águas de Santo André, S.A., continuou o esforço para prestar aos Clientes Urbanos e Industriais um serviço de excelência, respeitando um compromisso de eficiência energética que vem perseguindo desde anos anteriores.

De forma a monitorizar, analisar e melhorar o seu desempenho, a AdSA possui um Sistema de Gestão de Energia (SGE), certificado pela NP EN ISO 50001:2019, que assegura a compilação e o processamento de diversos dados (consumos energéticos, caudais, temperatura, qualidade dos efluentes) das principais instalações, as quais representam 91,7% do consumo anual de energia elétrica, possibilitando um acompanhamento técnico rigoroso por parte dos responsáveis e a certificação energética das mesmas.

Neste mesmo ano, a AdSA consumiu 8,5 GWh, o que representa uma redução de 5,32 % face ao ano anterior. A razão desta variação prende-se com variações de produção ao nível dos grandes clientes industriais da AdSA.

De um modo geral e sempre que as condições operacionais permitem a AdSA tenta utilizar os equipamentos em períodos vazio e super vazio (períodos em que o valor da energia é economicamente mais vantajoso), conduzindo a uma redução dos custos. No gráfico seguinte está representada a distribuição do consumo pelos diferentes períodos horários onde se demonstra que cerca 48% da energia é consumida em períodos noturnos (vazio e super vazio).

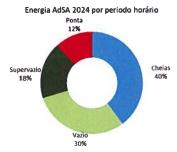


Figura 62 - Energia AdSA 2024 por período horário

Na tabela seguinte é apresentada a evolução anual do consumo de energia elétrica versus caudal nas principais instalações:

		Energia	Caudal	Consumo	Específico	Diferencial 2023 – 2024
Instalação	"peso" no consumo AdSA	∆ 2023-2024 [%]	∆ 2023-2024 [%]	2023 [Kwh/m*]	2024 [Kwh/m ⁴]	[Kwh/m*]
Ermidas	30,82%	3,71%	2,08%	0,181	0,184	-0,003
ETAR R. Moinhos	34,04%	1,92%	-4,31%	0,450	0,480	-0,03
ETA Morgavel	19,46%	-23,18%	-13,19%	0,154	0,136	+ 0,018
EE ZIP3	1,10%	-54.76%	-45,93%	0,121	0,102	+ 0,019
EE Moinho Novo	2,84%	-16,07%	-14,89%	0,207	0,204	+ 0,003
EE COSA	3,14%	-2.09%	-6,28%	0,230	0,238	- 0,008
RESIM	0,20%	19,28%	NA	N/A	N/A	N/A
Edifício-sede	0,39%	-14,83%	NA	N/A	N/A	N/A

Figura 63 - Evolução Anual do Consumo de Energia vs Caudal e respetivos consumos específicos

Do ponto de vista dos encargos com a energia consumida verificou-se um considerável decréscimo. Em 2024 a energia teve um valor aproximado de €1.031.145 comparativamente a cerca de €1.241.938 no ano de 2023. A razão deste decréscimo tem a ver com o novo contrato de fornecimento de energia em que o preço reduziu devido à baixa na cotação do gás natural nos mercados internacionais (matéria-prima para a produção de energia elétrica, nas centrais térmicas), o que resulta numa subida expressiva no valor do MVVh.

MEDIDAS PARA REDUÇÃO DO CONSUMO DE ENERGIA

As medidas implementadas para redução de consumos de energia no seio da AdSA, para além do previsto ao nível das empreitadas a lançar, foram:

- Sensibilização dos Colaboradores para uma utilização mais racional da energia e contribuir também no esforço de poupança de energia;
- Troca da iluminação exterior nas principais instalações para iluminação LED;
- ✓ Manutenção Preventiva às instalações elétricas em AT, MT e BT (Subestações, PTs e Quadros de BT);
- ✓ Controlo do correto funcionamento dos sistemas de CFP.

14

INVENTÁRIO GASES COM EFEITOS DE ESTUFA (GEE) - GRUPO ADP

Paralelamente ao desenvolvimento do Programa ZERO, o Grupo Águas de Portugal tem em curso o Programa NEUTRO, com vista à quantificação e redução das emissões de GEE do Grupo Águas de Portugal. Um dos objetivos deste Programa é o desenvolvimento de uma ferramenta que oriente e suporte a elaboração periódica de um inventário que constitua a base física dos inventários anuais de Gases com Efeito de Estufa (GEE) do Grupo AdP e das suas empresas.

Durante o ano de 2024 concluiu-se o desenvolvimento desta ferramenta e elaboraram-se os inventários de emissões do Grupo AdP de 2019 (ano base do inventário) e de 2023 (último ano com dados disponíveis). Durante 2025, será concluído o inventário relativo a 2024, proceder-se-ão a pequenos ajustes na ferramenta e delinear-se-á o plano com um conjunto de medidas, por empresa, com vista à redução das emissões ao longo dos próximos anos e em linha com o objetivo de redução que vier a ser acolhido no Grupo AdP.

RISCO E CONTROLO

CONTROLO DE RISCO INTERNO

SISTEMA DE CONTROLO INTERNO E GESTÃO DE RISCO EMPRESARIAL

A AdSA e em particular, o seu Conselho de Administração, dedicam especial atenção as temáticas do controlo interno, da gestão do risco, da corrupção e infrações conexas, da transparência da informação e da fiabilidade do relato financeiro e não financeiro.

Tratando-se de preocupações transversais ao grupo AdP, no qual a AdSA se inclui, e por forma a possibilitar o cumprimento das obrigações legais decorrentes do Regime Geral de Prevenção da Corrupção (RGPC) e a existência de uma sistematização e adequada visibilidade do Controlo Interno (CI) existente nas empresas, em 2024 foi concluída a FASE 2 do projeto de implementação do Sistema de Controlo Interno (SCI) do Grupo, assente na metodologia internacionalmente aceite do COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission). A escolha deste modelo assenta na sua flexibilidade, adaptabilidade à estrutura e atividades de negócio das empresas, abrangência, e fiabilidade na resposta que confere aos desafios internos ou externos existentes.

Este modelo possibilita uma correlação direta entre os objetivos que a organização define, ao nível das categorias (Operação, Reporte e Conformidade), e as componentes do CI (Ambiente de Controlo, Avaliação de Risco, Atividades de Controlo, Informação e Comunicação e Monitorização de Atividades), representativas da estrutura funcional da empresa, essenciais para a sua concretização.



AMBIENTE E CONTROLO

Deve refletir a importância do CI e estabelecer a disciplina e estrutura dos restantes elementos SCI. Contempla um conjunto de regras, processos e estruturas que fornecem a base para a realização do CI na organização e <u>define o espírito</u>



da organização, influenciando a consciência que os trabalhadores têm para o risco. É a base de todas as restantes componentes do SCI.

AVALIAÇÃO DE RISCOS

Visa identificar avaliar, acompanhar e controlar todos os riscos que possam influenciar a estratégia e os objetivos definidos pela empresa, assegurar o seu cumprimento e que são tomadas as ações necessárias para responder adequadamente a desvios não desejados.

O risco é definido como a possibilidade de um evento ocorrer e afetar (positiva ou negativamente) a realização dos objetivos definidos pela organização.

Envolve um processo dinâmico e interativo para identificar e analisar os riscos que afetam a realização dos objetivos da organização, servindo de base ao entendimento de como os mesmos deverão ser geridos.

Devem ser definidos objetivos aos diferentes níveis da organização, de forma consistente e por categorias, para as operações, reporte e conformidade, com clareza suficiente para que seja possível identificar e analisar os riscos desses objetivos.

ATIVIDADES DE CONTROLO

Correspondem às atividades recorrentes desenhadas para impedir ou reduzir o impacto adverso dos riscos nos processos de negócio da empresa. Atividades de controlo são ações estabelecidas por políticas e procedimentos que ajudam a assegurar que as diretivas da Administração, para mitigar os riscos na concretização dos objetivos, são realizadas.

As atividades de controlo são realizadas a todos os níveis da organização e em várias etapas dos processos de negócio e sobre o ambiente tecnológico. Podem ser de natureza preventiva ou detetiva e podem abranger uma série de atividades manuais e automáticas, como autorizações e aprovações, verificações, reconciliações e análises de desempenho do negócio.

A segregação de funções é tipicamente incorporada na seleção e desenvolvimento de atividades de controlo. Quando a segregação de funções não é possível, a gestão deve desenvolver e implementar atividades de controlo alternativas.

INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Componente instituída para garantir a captação, tratamento e troca de dados relevantes, abrangentes e consistentes, num prazo e de uma forma que permitam o desempenho eficaz e tempestivo da gestão e controlo da atividade e dos riscos da empresa.

A informação é necessária para a organização exercer as suas responsabilidades de CI em apoio à realização dos seus objetivos. A gestão obtém ou gera e usa informação relevante e de qualidade de fontes internas e externas, para apoiar o funcionamento do CI.

A comunicação é o processo contínuo que permite compreender as responsabilidades do CI e a sua importância para o atingimento dos objetivos. Pode ocorrer tanto interna como externamente e fornece à organização as informações necessárias para a execução dos controlos diariamente. A comunicação interna é o meio pelo qual a informação é disseminada em toda a empresa, fluindo em todos os sentidos e em toda a organização. Esta permite que todos os trabalhadores recebam uma mensagem clara da gestão de que as responsabilidades de controlo devem ser levadas a sério. A comunicação externa tem uma dupla finalidade: permite a entrada de informações externas relevantes e fornece informações a terceiros em resposta a requisitos e expetativas.

MONITORIZAÇÃO DE ATIVIDADES

É executado com vista a assegurar a adequação e a eficácia do próprio SCI ao longo do tempo, que garanta, nomeadamente, a identificação tempestiva de eventuais deficiências ou de oportunidades de melhorias.

Avaliações contínuas, pontuais/independentes ou uma combinação de ambas são usadas para determinar se cada uma das cinco componentes do CI, incluindo os controlos que efetivam os princípios dentro de cada componente, está presente e a funcionar.

As avaliações contínuas, incorporadas nos processos de negócio, nos diferentes níveis da organização, fornecem informações oportunas.

As avaliações pontuais/independentes, realizadas periodicamente, irão variar em âmbito e frequência, dependendo da avaliação do risco, da eficácia das avaliações contínuas e de outras considerações de gestão.

Os resultados são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos pelos reguladores, órgãos normativos reconhecidos ou pela Administração e pelo Conselho de Administração e as deficiências são comunicadas, em tempo útil, à gestão e à Administração, conforme apropriado, sendo que as mais relevantes são comunicadas também ao Conselho de Administração.

Em 2024 foi dada continuidade à Fase 2 do Projeto de Implementação do SCI, com o mapeamento, de parte dos restantes processos identificados como críticos e que compreendeu, entre outras atividades, a elaboração de i) fluxogramas, os quais possibilitam uma rápida compreensão das atividades desenvolvidas, e ii) Matrizes de Riscos e Controlo (MRC) onde se identificam os eventos de risco e os controlos existentes ou a implementar na sua mitigação.

A conclusão deste mapeamento ocorrerá no início de 2025, sendo esse o momento em que será também efetuada a atualização do Manual de Controlo Interno com a inclusão dos documentos que se encontram a ser elaborados.

No âmbito da atividade de controlo interno, será dada continuidade à revisão conjunta com a AdP SGPS, das MRC dos processos já mapeados, de modo a identificar eventuais incoerências ou situações não identificadas, consolidar a informação sistematizada, promover a melhoria dos conteúdos e assegurar a sua aderência com a realidade dos processos mapeados.

Continua a ser efetuada a avaliação das métricas de avaliação do SCI que possibilita, aferir sobre o cumprimento das mesmas, nas várias componentes do CI e obter uma visão global sobre a preocupação da empresa com a temática do CI.

Uma vez concluída a implementação do SCI, a avaliação das métricas estabelecidas, conjugada com os resultados da eficácia no funcionamento dos controlos chave, decorrentes das auditorias a realizar anualmente, possibilitarão a recolha de informação que permitirá identificar se as componentes do controlo interno se encontram a operar de forma integrada, para proporcionar um nível de segurança razoável quanto à sua eficácia à Administração da AdSA.

No decurso de 2024 foi iniciada a sensibilização sobre o CI, e pretende-se a realização de formação específica sobre a temática, conforme previsto nas métricas do SCI, visando assegurar uma monitorização permanente dos controlos implementados, designadamente dos responsáveis dos processos de negócio.

A existência de um SCI conjugado com um Modelo de Gestão de Risco funcional, permitirão ao Conselho de Administração da AdSA, um maior enfoque da sua monitorização e análise nos riscos críticos identificados, inerentes à sua atividade e que resultam da operação diária desenvolvida.

Com efeito, a existência de um Modelo de Gestão do Risco Empresarial possibilita uma avaliação integrada do risco na empresa e um amadurecimento da sua cultura de risco, permitindo i) criar uma linguagem comum na definição e conceito de cada risco, ii) obter o alinhamento dos objetivos com os riscos e respetivos controlos em vigor na empresa, iii) assegurar a redução do risco de perda dos seus investimentos e ativos, e iv) garantir maior fiabilidade das demonstrações financeiras e a conformidade com as leis e regulamentação.

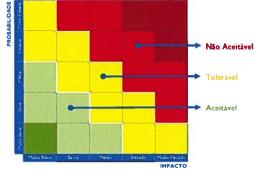
A adequabilidade do SCI encontra-se alinhada com o modelo de gestão do risco, sendo ajustada sempre que, através da avaliação de risco, sejam identificados riscos enquadráveis num patamar considerado não aceitável, ou detetadas insuficiências ou falhas na análise dos controlos que lhe está subjacente.



Visando uma melhoria contínua e adaptação às melhores práticas internacionais, uma maior efetividade e continuidade no processo de avaliação e uma atualização face às alterações verificadas na realidade envolvente do grupo AdP, encontra-se em desenvolvimento a revisão do Modelo de Gestão do Risco Empresarial existente. Esta alteração, engloba todas as suas vertentes, desde a matriz de riscos em vigor no Grupo, já revista e aprovada em 2023, passando pela metodologia utilizada na avaliação, assente numa análise quantitativa baseada em indicadores, ou pela implementação de um modelo de governo da gestão de risco. Encontrando-se alinhada com a metodologia COSO, apresenta os riscos organizados segundo uma estrutura de classes e categorias, a qual se observa abaixo:

CLASSES	GOVERNANÇA, RELAÇÃO COM STAKEHOLDERS E CAPITAL HUMANO	SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA	QUALIDADE DE SERVIÇO		
	Relação com Stakeholders	Contexto externo, regulatório e legal	Qualidade		
	Modelo de Governo	Ciclo Comercial	Resiliência dos Sistemas		
CATEGORIAS	Capital Humano	Financeiros	Resiliência das Operações		
		· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	Eficiência, circularidade e inovação		

A avaliação dos riscos é presentemente realizada na perspetiva da probabilidade de ocorrência e do impacto, considerando os respetivos riscos inerente e residual. Deste modo, procura-se aferir a eficácia do SCI instituído para manter o nível de risco num patamar considerado aceitável, em conformidade com a seguinte matriz:



A avaliação dos riscos na perspetiva do impacto contempla as seguintes dimensões de análise:

- ✓ Financeira;
- Reputacional;
- ✓ Legal ou regulamentar; e
- Nível de alinhamento com os objetivos de negócio.

A perspetiva da probabilidade de ocorrência do risco é avaliada considerando igualmente um conjunto alargado de fatores, nomeadamente:

- Existência e eficácia de controlos;
- Ocorrência anterior do risco;
- Complexidade do risco; e
- Capacidade instalada para gerir o risco (pessoas, processos, sistemas).

A área de Gestão do Risco da Direção de Auditoria Interna e Controlo de Risco (AICR) da AdP SGPS tem por missão, acompanhar a empresa na identificação dos riscos inerentes ao negócio, na caracterização dos elementos-chave de controlo necessários para minimizar ou eliminar o seu impacto, na realização da avaliação interna do nível de risco a que a empresa está sujeita, e no acompanhamento das medidas de mitigação definidas.

Reportando diretamente ao Conselho de Administração da AdP SGPS, a AICR e respetivas áreas de intervenção têm reforçada a sua independência perante as Administrações das empresas auditadas, estando dotada de um adequado grau de autonomia na realização dos trabalhos, otimizando os recursos disponíveis e evitando a duplicação de estruturas.

No âmbito do processo de Gestão do Risco Empresarial, os riscos são tratados e monitorizados pela AdSA sendo periodicamente apreciados pela AdP SGPS, na qualidade de acionista maioritário. Em alguns riscos, a monitorização e tratamento é complementado por estruturas centralizadas de acompanhamento e controlo da atividade do acionista maioritário, as quais têm como responsabilidade identificar e gerir os principais riscos.

Sempre que a avaliação de um risco se enquadre num patamar tolerável ou não aceitável, são elaborados, aprovados e adotados Planos de Tratamento do Risco (PTR) como medida de mitigação, nos quais se identificam as ações corretivas a desenvolver, a estratégia de tratamento que estas consubstanciam (evitar, aceitar, reduzir ou partilhar o risco), a periodicidade de tratamento associada e os responsáveis por cada uma das referidas ações.

De igual modo, do exercício de avaliação de risco, resulta a identificação de potenciais oportunidades de valor para a empresa, materializadas nos Planos de Implementação de Oportunidades (PIO) que, à imagem dos PTR, apresentam igualmente ações a desenvolver, prazos de implementação e responsáveis pelas referidas ações.

No âmbito do projeto de revisão do modelo de Gestão de Risco, atrás indicado, será dada continuidade ao mesmo através do desenvolvimento das seguintes fases/atividades:

- A revisão e/ou atualização da metodologia de avaliação do risco existente no grupo AdP
- ✓ A revisão do Manual de Gestão do Risco Empresarial
- ✓ A integração do Modelo de Gestão do Risco Empresarial com o Modelo de Controlo Interno
- A identificação em empresa piloto, dos indicadores de risco e Key Risk Indicators a utilizar na avaliação futura dos riscos, de modo a tornar a avaliação contínua e mais objetiva
- ✓ A transposição do trabalho realizado na empresa piloto para as restantes empresas do Grupo AdP.

Após a realização em 2023 do exercício de avaliação do Risco, no decurso de 2024, conforme previsto no modelo de gestão de risco em vigor, foi efetuado o acompanhamento dos PTR e dos PIO formalmente definidos pela empresa, no âmbito do referido exercício de avaliação. Esta análise permitiu verificar que a empresa implementou e/ou redefiniu prazos de implementação dos controlos definidos.

Como complemento, apresentam-se abaixo alguns dos principais riscos a que a AdSA se encontra exposta, de acordo com a avaliação do risco efetuada em 2023:

- RISCO I ADEQUAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS
 - Risco de inadequado dimensionamento, alocação e capacitação dos recursos humanos (internos e subcontratados).
- RISCO 2 ATRAÇÃO E RETENÇÃO DE TALENTO
 - Risco de inexistência ou falhas nas competências e qualificações necessárias à prossecução da estratégia definida devido à incapacidade de atração, contratação, desenvolvimento e retenção de talento.
- RISCO 3 SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO
 - o Risco de perda de confidencialidade, integridade e disponibilidade dos sistemas de informação, decorrente de uma inexistente ou inadequada definição de políticas de segurança de informação.
- RISCO 4 NOVOS MEGÓCIOS
 - Risco de insucesso na exploração e dinamização de novos negócios, complementares ao abastecimento, tratamento e reutilização de água, em mercado concorrencial com o setor privado (e.g AdPValor, AdP Energias e AdP Internacional).
- RISCO 5 MANUTENÇÃO E REABILITAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS

10

Risco associado ao aumento da falta de fiabilidade futura das infraestruturas devido à falta de manutenção ou de reabilitação preventiva das mesmas.

GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

FATORES DE RISCO

As atividades do Grupo AdP estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. O Grupo AdP desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da AdP e suas participadas. A gestão do risco é conduzida pelo departamento central de tesouraria com base em políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo AdP. O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito e o investimento do excesso de liquidez. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. Todas as operações realizadas com instrumentos derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração e da Tutela, que define os parâmetros de cada operação e aprova documentos formais descritivos dos objetivos das mesmas.

RISCO DO PREÇO DAS MATÉRIAS-PRIMAS (ENERGIA E COMBUSTÍVEIS)

Os gastos anuais do Grupo Águas de Portugal em energia e combustíveis, representam aproximadamente 30% a 35% do total de fornecimentos e serviços externos. O Grupo através da AdP SGPS negoceia e contratualiza centralmente a aquisição destas matérias-primas para todo o Grupo. No caso da eletricidade é fixado o preço para o horizonte do contrato.

RISCO DE LIQUIDEZ E DE CAPITAL

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria do Grupo AdP pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis. O Grupo efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras nacionais que permitem o acesso imediato a fundos.

A tabela abaixo apresenta as responsabilidades da AdSA por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, a pagar no futuro (sem os juros a que estão a ser remunerados estes passivos).

	< I ano	l a 5 ano	> 5 anos
Fornecedores e outros passivos	4 590 79 4	2 394 230	110 271
THE CONTRACT OF	4 590 794	2 394 230	110 271

O objetivo da AdSA em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face da demonstração da posição financeira é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o custo de capital. O objetivo da gestão do risco de capital é salvaguardar a continuidade das operações do Grupo, com uma remuneração adequada aos acionistas e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.



Jr (4

RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para o Grupo. O Grupo AdP está sujeito ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria.

CONTRAPARTE DE EXPLORAÇÃO

O risco de crédito relacionado com operações está essencialmente relacionado com créditos de serviços prestados a clientes (serviços de água, saneamento e resíduos).

A composição da carteira de clientes do Grupo AdP tem 3 naturezas: (i) autarquias locais, serviços municipalizados ou intermunicipalizados e empresas municipais ou intermunicipais; (ii) particulares, institucionais e empresas abastecidas pela rede de distribuição em baixa; e (iii) grandes clientes industriais na esfera do tratamento de águas residuais, abastecimento de água bruta e resíduos industriais não perigosos.

AUTARQUIAS LOCIAS, SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS

O risco de crédito associado a estes clientes é considerado diminuto ou próximo do risco soberano, observando-se historicamente que o não pagamento dos serviços prestados resulta essencialmente de divergências sobre as faturas traduzidas em processos judiciais.

Não obstante o anterior, o processo administrativo associado à cobrança ou regularização por via de acordos é moroso, o que explica o valor elevado do montante de dívidas vencidas (ver nota 9) bem como os rendimentos financeiros (ver nota 29).

ESTADO E SETOR PÚBLICO. PARTICULARES. INSTITUCIONAIS E EMPRESAS ABASTECIDAS PELA REDE DE DISTRIBUIÇÃO EM BAIXA

O risco de crédito associado a estes clientes é considerado médio (exceto no Estado e Setor Público em que é considerado risco baixo), na medida em que o abastecimento pela rede de distribuição em baixa permite o corte do abastecimento em caso de incumprimento no pagamento atempado das faturas pelos clientes. Não obstante, nos clientes abastecidos pela rede de distribuição em baixa existem dois segmentos a considerar: (i) abastecimento pela rede em baixa no âmbito de Parcerias, em que as perdas por risco de crédito nos clientes são compensadas pelo Desvio de Recuperação de Gastos; e (ii) outros abastecimentos pela rede em baixa, em que o incumprimento no pagamento atempado das faturas se traduz em perda patrimonial. Para este segundo segmento, são constituídas perdas esperadas por imparidade em função da perda esperada. Para a dívida resultante do abastecimento pela rede de distribuição em baixa, a perda esperada é determinada da seguinte forma: i) para faturas vencidas há mais de 6 meses é aplicada imparidade de 100% (prescrição legal de faturas vencidas há mais de 6 meses); ii) para as faturas emitidas e ainda não vencidas ou vencidas há menos de 6 meses é aplicada a qual é agravada por forma a incluir o efeito "forward looking".

GRANDES CLIENTES INDUSTRIAIS E OUTRAS ENTIDADES

O risco de crédito associado a estes clientes é considerado médio, na medida em que se trata de clientes do setor privado. Contudo, anualmente são avaliadas as perdas esperadas por imparidade por risco de crédito, numa base individual, tendo em consideração os seguintes fatores: i) o prazo médio de recebimento; ii) a condição financeira do cliente; e iii) a evolução macroeconómica.

31 de dezembro de 2024

Segmento de negócio	Ne	egócio "Alta	-	Negócio "Baixa" Grandes clientes industrais e outras entidades			Negócio "Baixa"		TOTAL	
Tipologia de clientes	ia de clientes Outros Total	Estado e Setor Público (2)	Outros (3)	Total	Grandes clientes industriais e outras entidades	Empresas do Grupo				
Risco	Baixo	Médio		Baixo	Baixo	Médio		Médio	Baixo	
Exposição bruta Imparidade	9 872 989 -9 896 845	0	9 872 989 -9 896 845	101 988	0	1.121	241 404 -43 214			28 696 33 -25 985 92
Exposição líquida	-23 856	0	-23 856	101 988	0	96 202	198 191	I 575 834	960 044	2 710 212

31 de dezembro de 2023

Segmento de negócio	Neg	gócio "Alta			Negócio "Baixa" Grandes clientes industrais e outras entidades			TOTAL		
Tipologia de dientes	Municipios (1)	Outros	Total	Municipios (1)	Estado e Setor Público (2)	Outros (3)	Total	Grandes dientes industriais e outras entidades	Empresas do Grupo	TOTAL
Risco	Baixo	Médio		Baixo	Baixo	Médio		Médio	Baixo	
Exposição bruta	9 215 682	0	9 215 682	98 873	0	125 561	224 434	18 911 235	704 787	29 056 138
Imparidade	-9 236 580	0	-9 236 580		0	-32 713	-32 713	-13 283 409	0	-22 552 703
Exposição líquida	-20 898	0	-20 898	98 873	0	92 847	191 720	5 627 826	704 787	6 503 435

(1) Autarquias locais, serviços municipalizados ou intermunicipalizados, e empresas municipais ou intermunicipais.

(2) Organismos públicos e Administração Central do Estado.

(3) Clientes domésticos, comércio e indústria.

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 a antiguidade da dívida de clientes e a respetiva imparidade tem o seguinte detalhe:

2024		Negócio	"Baixa"	1 2 4 4	Service and the	1000		377.28	TE HE			181-15
2024	Estado, Setor Público e outros				Grandes dientes industriais e outras entidades				Empresas do Grupo			
Antiguidade da dívida	Exposição bruta	Imparidad e	% Perda	Exposição líquida	Exposição bruta	Imparidade	% Perda	Exposição líquida	Exposição bruta	Imparidad e	% Perda	Exposição líquida
Não vencida	96 202		0%	96 202	1 034 967		0%	1 034 967	960 044			1 995 011
Vencida até 180 dias	-	-	-	•	1 091 826	-	0%	1 091 826		-		1 091 826
Vencida há mais de 180 dias	43 214	(43 214)	100%	43 214	15 494 903	(16 045 862)	104%	(550 959)	-	-		(550 959)
And Stand Street Street	139 416	(43 214)	31%	139 416	17 621 696	(16 045 862)	91%	1 575 834	960 044	S		2 535 878
		Negócio	"Baixa"	100.820		a)	171.401			4-0.	10	1-4401
2023	Esta	do, Setor P	úblico e ou	tros	Grandes di	entes industriai	s e outras e	ntidades		Empresas	do Grupo	6.
Antiguidade da dívida	Exposição bruta	Imparidad e	% Perda	Exposição líquida	Exposição bruta	Imparidade	% Perda	Exposição líquida	Exposição bruta	lmparidad e	% Perda	Exposição líquida
Não vencida	92 847	-	0%	92 847	3 335 096		0%	3 335 096	704 787	-		704 787
Vencida até 180 dias			-	-	2 281 261	-	0%	2 281 261	-	-		
Vencida há mais de 180 dias	32 713	(32 713)	100%	32 713	13 294 878	(13 283 409)	100%	11 469	-	-		
	125 561	(32 713)	26%	125 561	18 911 235	(13 283 409)	70%	5 627 826	704 787		1111-24	704 787

CONTRAPARTE DE DEPÓSITOS

A seguinte tabela representa a exposição máxima do Grupo a risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) a 31 de dezembro de 2024 e 2023 sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos na demonstração da posição financeira, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face da demonstração da posição financeira.

Ja X

RELATÓRIO E CONTAS 2024 ADSA

31.12.2024	31.12.2023
2 1 4 8	2 233
2 441 546	2 156 389
19 000 000	5 000 000
21 443 693	7 158 622
0	0
21 443 693	7 158 622
	2 148 2 441 546 19 000 000 21 443 693 0

Ratings a dezembro 2024:

Banco	rati	ngs
Bailto	2024	2023
Novo Banco	BBB+	BBB-
Caixa Geral de Depósitos	A-	BBB
Banco BPI	A	BBB-
Banco Montepio Geral	BB	B+
IGCP - Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, I. P.	A	A-
Banco Santander Totta	А	A-

RISCO DE EXPLORAÇÃO

RISCO DE CATÁSTROFE

As empresas do Grupo Águas de Portugal estão expostas a riscos de catástrofe e de fenómenos da natureza, que podem colocar em risco a operacionalidade das infraestruturas e a consequente perda de receita. Para fazer face a estes riscos as empresas do Grupo têm contratualizados seguros para a transferência destes riscos.

RISCO REGULATÓRIO

Através da Lei n.º 10/2014, de 6 de março foram aprovados os novos estatutos da ERSAR, a qual passa a assumir o cariz de uma entidade administrativa independente, com uma reforçada autonomia em termos orgânicos, funcionais e financeiros, sendo equiparada a outras entidades reguladoras independentes.

A regulação é a mais significativa restrição à rentabilidade das atividades económicas desenvolvidas pelo Grupo. O regulador pode tomar medidas com impacto negativo no cash-flow, decorrentes da possibilidade contratual de definirem um cenário de eficiência produtiva que estabelece os gastos a serem recuperados pela tarifa podem diferir dos gastos efetivamente incorridos. Nestes gastos incluem-se os gastos financeiros.

HI/4

DESEMPENHO ECONÓMICO-FINANCEIRO

O exercício de 2024 foi encerrado com um resultado líquido negativo de -€1.863.489, cuja decomposição se evidencia nos quadros que se seguem, referentes a rendimentos, gastos e resultados.

i. Rendimentos

Os rendimentos atingiram, no ano de 2024 o valor de € 15.351.613.

	2023	2024
Rendimentos e Ganhos	IFRS	IFRS
Vendas	6 980 429	5 177 127
Prestação de Serviços	9 319 312	5 608 933
Rendimentos Suplementares	491 611	838 734
Perdas por Imparidade e Reversões	0	40 879
Subsídios ao investimento	2 697 073	2 698 501
Outros rendimentos e ganhos	229 430	107 275
Rendimentos e ganhos financeiros	381 954	880 64
Total de Rendimentos	20 099 808	15 351 613
Figura 64 – Rendime	ntos e ganhos	

Ver nota 16; 19; 24; 25; 27 e 29 constantes na parte C – Contas do Exercício de 2024.

ii. Gastos

Os gastos atingiram, no ano de 2024 o valor de € 17.587.067.

Gastos	2023	2024
Gastos	IFRS	IFRS
Custo das vendas / variação de inventários	248 600	219 658
Fornecimentos e Serviços externos	6 584 964	4 982 823
Gastos com Pessoal	2 824 743	3 214 297
Amortizações	4 712 329	7 214 136
Imparidades de dívidas a receber e de inventários	2 695 423	I 408 309
Outros gastos e perdas	701 557	360 630
Gastos e perdas financeiras	190 210	147 140
Total de Gastos	17 957 826	17 587 067
Figura 65 – Gastos		

Ver nota 20; 21; 22; 23; 25; 26 e 28 constantes na parte C – Contas do Exercício de 2024.

Hr An Th

iii. Resultados

O resultado líquido do exercício, no ano de 2024 é negativo em € 1.863.489.

	2023	2024
	IFRS	IFRS
Resultados Operacionais	1 951 479	-2 927 600
Resultados Financeiros	191 743	733 025
Resultados Antes de Impostos	2 143 222	-2 194 575
Imposto sobre o Rendimento	-966 646	-251 417
Impostos Diferidos	-18 832	582 503
Resultado Líquido do Exercício	1 157 744	-1 863 489

Figura 66 – Resultados

iv. Ativo

O total do ativo, no ano de 2024 atingiu o valor de € 72.395.216.

Ativo	2023 IFRS	2024 IFRS
Ativos intangíveis	37 300 331	39 604 647
Ativos fixos tangíveis	51 917	105 542
Ativos sob direito de uso IFRS16	54 568	174 213
Investimentos financeiros	690 380	729 967
Outros ativos não correntes	760 631	772 330
Ativos por impostos diferidos	3 841 384	4 206 29
Inventários	565 63	615 496
Clientes	4 437 647	2 710 212
Estado e outros entes públicos	243 643	713 073
Imposto sobre o Rendimento do Exercício	302 922	961 209
Outras contas a receber	20 3 9 844	358 538
Caixa e depósitos bancários	7 58 622	21 443 693
otal do ativos	75 727 521	72 395 216

Figura 67 - Ativo

v. Capital Próprio

	2023	2024
Capital Próprio	IFRS	IFRS
Capital realizado	1 000 000	1 000 000
Reservas legais	200 000	200 000
Resultados transitados	32 889 313	33 976 857
Resultado líquido do exercício	57 744	-1 863 489
Total do capital próprio	35 247 057	33 313 369

Figura 68 - Capital Próprio

M Z l

97 | 186

O capital próprio, no ano de 2024 atingiu o valor de € 33.3 | 3.369.

vi. Passivo

O passivo, no ano de 2024 atingiu o valor de € 39.081.847.

Deseries	2023	2024	
Passivo	IFRS	IFRS	
Provisões	868 8	1 952 530	
Passivos por impostos diferidos	925 52	707 556	
Outras contas a pagar	2 882 506	2 504 500	
Subsidios ao investimento	21 553 292	18 854 791	
Amortização do investimento Futuro	7 279 675	9 838 71	
Passivos de Locação IFRSI 6	55 663	131 42	
Fornecedores	1 630 737	2 107 15	
Estado e outros entes públicos	719 604	501 53	
Outras contas a pagar	3 565 717	2 483 64	
tal do passivo	40 480 463	39 081 847	

Figura 69 - Passivo

EVENTOS RELEVANTES DO EXERCÍCIO

Foi entregue, em março de 2024, um novo Contrato de Concessão e EVEF de expansão da Águas de Santo André ao Concedente.

EVENTOS RELEVANTES SUBSEQUENTES

Os conflitos na Ucrânia e na faixa de Gaza, terão certamente um impacto negativo indireto na atividade da AdSA no ano de 2025, quer ao nível de gastos, como ao nível de rendimentos, dada a caraterística industrial dos nossos clientes e a sua exposição ao mercado internacional em que operam.

Foram eleitos pelo Acionista, por Deliberação Unânime Escrita, de 3 de fevereiro de 2025, os novos membros do Conselho de Administração, para o mandato 2025-2027, os quais assinam este relatório.

JI / A

PERPETIVAS FUTURAS

A atividade a desenvolver em 2025 passa, naturalmente, pela continuidade da implementação da estratégia da empresa com vista a desenvolver um conjunto de investimentos que permitam assegurar a satisfação da procura estimada e dar continuidade à prestação de serviços de elevada qualidade e garantir a sustentabilidade ambiental, contribuindo para o desenvolvimento da região.

Estão previstos vários projetos de investimento, na maioria estrangeiros, no cluster energético tradicional (petroquímico e refinador), no novo cluster de transição energética em que vai predominar o hidrogénio verde, e no desenvolvimento de um novo cluster de transição digital.

A crise geopolítica atual veio realçar as vantagens estratégicas associadas à localização do Porto de Sines no contexto do processo de descarbonização e de diversificação de fontes de energia para o mercado europeu. A AdSA continuará a acompanhar de perto o desenvolvimento dos possíveis novos projetos de investimento que se pretendem implementar na ZILS, prestando toda a informação solicitada, com vista à sua efetiva concretização.

As atuais perspetivas de expansão têm um impacto na gestão de recursos, nomeadamente, nas necessidades de abastecimento de água e tratamento de águas residuais, quer ao nível da capacidade instalada, quer ao nível das origens de água para suprir a procura solicitada, pelo que o ano de 2025 continuará a ser marcado pelo lançamento de diversas empreitadas, visando o reforço da fiabilidade dos sistemas e a capacidade de gestão e operação dos mesmos. Estes investimentos resultantes de uma criteriosa análise custo-benefício e avaliação do risco, cumprem os critérios de eficiência energética, bem como as boas práticas de operação.

Prevê-se, e dada a urgência dos investimentos nas novas infraestruturas da AdSA, que o Concedente e a ERSAR venham a aprovar, no ano de 2025 o novo contrato de concessão e o EVEF de expansão.

Com a conclusão destes investimentos, prevê-se a melhoria da eficiência operacional e o cumprimento das Licenças Ambientais. Pretende-se promover um futuro com uma construção mais circular e uma melhor aplicação prática do quadro regulamentar da gestão de resíduos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentados os resultados das atividades desenvolvidas em 2024, deseja este Conselho de Administração manifestar o seu mais elevado apreço e consideração a todos quantos, direta ou indiretamente, contribuíram para os resultados obtidos, destacando:

O Concedente, na pessoa de Sua Excelência o Sr. Ministro do Ambiente e da Transição Energética e da Sua Excelência a Sra. Secretária de Estado do Ambiente;

O acionista Águas de Portugal, SGPS, S.A.;

Os Organismos e Serviços Oficiais, como sejam a Câmara Municipal de Santiago do Cacém, a Câmara Municipal de Sines, a Junta de Freguesia de Santo André, a Agência Portuguesa do Ambiente, nomeadamente à sua Administração da Região Hidrográfica do Alentejo, a Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, a Capitania do Porto de Sines, a Administração Regional de Saúde do Alentejo Litoral, o Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, a Aicep Global Parques e a Administração do Porto de Sines;

Os nossos parceiros de projetos;

Os Fornecedores, pelo esforço posto na pronta satisfação das necessidades da empresa;

Os Clientes, pela sua exigência crítica e boa colaboração, em particular, os grandes clientes industriais;

O Revisor Oficial de Contas e Fiscal Único, pelo espírito interessado e positivamente crítico de que deu prova no seguimento das atividades da empresa;

Os Membros da Mesa da Assembleia-Geral; e,

Os Colaboradores de AdSA, pelo seu notável sentido de serviço e de missão.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos do disposto no Artigo 25° dos Estatutos da Águas de Santo André, S.A., propõe este Conselho de Administração que o Resultado Líquido (RL) negativo de 1.863.488,58 Euros (menos um milhão, oitocentos e sessenta e três mil, quatrocentos e oitenta e oito euros e cinquenta e oito cêntimos), tenha a seguinte distribuição:

-1.863.488,58 Euros – para Resultados Transitados.

ANEXO I - CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

1. OBJETIVOS DE GESTÃO (ARTIGO 38º DO RLSPE E PORTARIA N.º 317-A/2021, DE 23 DE DEZEMBRO) E PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO

Alínea a)

 Indicar os objetivos definidos pelo acionista para 2024, explicitando o grau de execução dos mesmos, assim como a justificação dos desvios e das medidas de correção aplicadas ou a aplicar

Nos termos do disposto no art.º 18.º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março (Estatuto do Gestor Público), na sua atual redação, conjugado com o disposto no n.º 13 do art.º 3º da Portaria n.º 317-A/2021, de 23 de dezembro, o Conselho de Administração deve submeter junto da UTAM, uma proposta de objetivos, incluindo indicadores e respetivas metas, para o mandato. Após análise e escrutínio, a referida entidade formula uma proposta, a ser expressamente aprovada pelos membros do Governo responsáveis pela área das finanças e pelo setor de atividade da empresa.

O Conselho de Administração da sociedade Águas de Santo André, S.A., eleito em abril de 2023 para o mandato 2023-2025, deu cumprimento ao disposto no n.º 13 do art.º 3º do referido normativo, aguardando a respetiva aprovação da proposta apresentada.

* :		Calculo	Ano 2024	
Τίρο	Objetivo	Calculo	Escala	Peso
bjetivos esp	ecificos do Gestor (alinea c) n.º 6	artigo 3 Portaria 167-8/2022)		31,39
bjetivos Sete	oriais (aliena b) n.º 6 artigo 3 Por	taria 167-B/2022)		1.
	Qualidade da Água Fornecida	AQA	I. AQA <97,00% 2. 97,00% <= AQA <99,00% 3. AQA>=99,00%	12,5%
Sectorial	Qualidade das Águas Residuais	Materialização de ações	 Lançamento da empreitada 4 meses após autorização; Lançamento da empreitada mais de 4 meses após autorização; Não lançamento da empreitada após autorização. 	na
	Plano de Manutenção	Cumprimento do Plano de Manutenção preventiva	 Nº Ações executadas face ao previsto >=90% Nº Ações executadas face ao previsto <= 80,00% <90,00% Nº Ações executadas face ao previsto < 80,00% 	12,59
bjetivos Esti	ratégicos (alinea a) n.º6 artigo 3	Portaria 167-B/2022)		
Resultado	Eficiência de Gestão	PRC = [(GV+FSE+GP)/VN] Variação face ao PAO proposto	3. var < -0,10 pp 20,10pp <= var <= +0,10pp 1. var > +0,10pp	25%
Operacional	Respeito pelos prazos de pagamento	Variação do PMP face ao proposto em PAO	3. Nr dias n < Nr dias n-1 2. Nr dias n = Nr dias n-1 1. Nr dias n > Nr dias n-1	12,59
Estratégicos	Volume de negócios em euros, em termos nominais, e em base comparável.	Variação do volume de negócios (X) em euros, em termos reais, em base comparável relativamente ao ano anterior	3: X > 2% 2: 1,5%<= X <= 2% 1: X < 1,50%	6,3%
Estratégicos	Água para Reutilização	Materialização de ações	 Jançamento da empreitada 4 meses após autorização; Lançamento da empreitada mais de 4 meses após autorização; Não lançamento da empreitada após autorização. 	na

RELATÓRIO E C	ONTAS 2024 ADSA
---------------	-----------------

The		Calculo	Cumprimento				
Tipo	Objetivo	Calculo		N	NA	Quantificação	
bjetivos espe	ecificos do Gestor (alinea c) n.º 6	artigo 3 Portaria 167-B/2022)			1		
	AdSA – Índice de Satisfação dos Grandes Clientes (n-1)	ISGC= Pc (∑xifi/∑fi), em que x é o grau de satisfação (i= 1-10) registado em cada item e f é a frequência com que ocorre	×			8,3	
Individual	Promoção da eficiência hídrica e operacional 🗆	N.º de ações que visem a eficiência hídrica e operacional	×			2	
	Introdução de novos procedimentos operacionais	Número de novos procedimentos operacionais definidos e implementados		×		1	
bjetivos Set	oriais (aliena b) n.º 6 artigo 3 Por	taria 167-B/2022)	de la chi	1		New York	
	Qualidade da Água Fornecida	AQA	×			99,9%	
Sectorial	Qualidade das Águas Residuais	Materialização de ações			×	na	
Sectorial	Plano de Manutenção	Cumprimento do Plano de Manutenção preventiva				110,5%	
bjetivos Est	ratégicos (alinea a) n.º6 artigo 3	Portaria 167-B/2022)	18.778	1	n Xa	AL 2 1 2 3	
Resultado	Eficiência de Gestão	PRC = [(GV+FSE+GP)/VN] Variação face ao PAO proposto	×			-1,61	
Operacional	Respeito pelos prazos de pagamento	Variação do PMP face ao proposto em PAO	x			menos 4 dia	
Estratégicos	Volume de negócios em euros, em termos nominais, e em base comparável.	Variação do volume de negócios (X) em euros, em termos reais, em base comparável relativamente ao ano anterior		×		-33,8%	
Estratégicos	Água para Reutilização	Materialização de ações			×	па	

Alínea b)

Evidenciar a execução do plano de atividades e orçamento para 2024 (modelo indicativo, infra), obrigatoriamente quanto ao volume de negócios, gastos operacionais, rácio dos gastos Operacionais/Volume de Negócios, resultados e nível de endividamento, apresentando, para o efeito, os valores orçamentados, executados e respetivos desvios, bem como justificação para os incumprimentos e as medidas de correção, quando aplicável.

Indicadores	PAO 2024	Executado 2024	Desvio (+/-)	Observações/medidas
Resultado Líquido	354 375,46 €	-1 863 488,58 €	-2 217 864,04 €	
EBITDA	3 121 013,15 €	1 588 034,80 €	-1 532 978,35 €	
Resultado Operacional ¹⁾ (EBIT)	315 035,12 €	-2 927 599,60 €	-3 242 634,72 €	
Volume de Negócios ³⁾	16 735 426,28 €	10 786 059,27 €	-5 949 367,01 €	Verificou-se, em 2024, a redução da atividade industrial, devido à crise geopolítica à inatividade da Indorama e à redução da capacidade de receção de resíduos não perigosos.
Gastos Operacionais ¹⁾	13 210 702,81 €	8 416 777,85 €	-4 793 924,96 €	
Gastos Operacionais/Volume de N.	78,94%	78,03%	-0,90%	
Endividamento4)	0,00 €	0.00 €	0,00 €	
Divida Financeira Líquida ⁵⁾ /EBITDA	-493,37%	-1351,86%	-858,49%	
Disponibilidades 4)	15 398 099,57 €	2 467 987,08 €	6 069 887.51 €	

Resultado operacional líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor.
 Decalhar e quantificar nas observações sempre que outras parcelas, para além de vendas e serviços prestados, são consideradas no cálculo do Volume de Negócios

3) CMVMC, FSE e Gastos com Pessoal

4) Passivo remunerado

5) Por divida financeira líquida entende-se o valor do endividamento deduzido das disponibilidades.

6) Caixa conforme Balanço

Alínea c)

No que aos investimentos diz respeito, proceder à apresentação de um quadro, devendo, nos casos em que se observe a execução de investimentos não previstos no PAO aprovado, ou, estando previstos no PAO aprovado, excederam o valor orçamentado, explicitando se os mesmos foram objeto de autorização autónoma pelas tutelas e em que termos.

Não aplicável.

102 | 186

Alínea d)

 Na eventualidade da existência de contratos-programa, contratos de prestação de serviço público ou de interesse económico geral celebrados com Estado, a empresa deverá apresentar a execução face ao explicitado nos instrumentos de planeamento.

					Unid: euro
Ano	2024	2023	2022	2021	2020
Encargos Financeiros (€)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Taxa Média de Financiamento (%)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

Alínea e)

Para as empresas públicas que integram o perímetro de consolidação das Administrações Públicas, incluir um quadro que evidencie o grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE, acompanhado de nota justificativa dos respetivos desvios.

Não aplicável.

2. GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

Descrever a evolução da taxa média anual de financiamento, incluindo juros efetivamente suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos associados, nos últimos 5 anos, acompanhada de uma análise da eficiência da política de financiamento, quando aplicável.

Ano	2024	2023	2022	2021	2020
Encargos Financeiros (€)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Taxa Média de Financiamento (%)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

3. LIMITE DE CRESCIMENTO DO ENDIVIDAMENTO

Indicar o eventual crescimento do endividamento, nos termos definidos no n.º 1 do artigo 38.º da Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro (LOE 2024 – Lei do Orçamento do Estado para 2024) e no n.º 1 do artigo 135.º do Decreto-Lei n.º 17/2024, de 29 de janeiro (DLEO 2024 – Decreto-Lei de Execução do Orçamento do Estado para 2024):

		Unid: ei
Ano	2024	2023
Capital estatutário ou social realizado e outros instrumentos de capital próprio	1 000 000,00 €	1 000 000,00 €
Financiamento remunerado	0,00 €	0,00 €
Novos investimentos com expressão material em 2024	0,00 €	
Variação do Endividamento	0,00%]

/4

4. PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO (PMP) A FORNECEDORES "arrears"

РМР	2024	2023	Variação 24/23		
		1023	Valor	%	
Prazo (dias)	33	29	4	13,8%	

					Unid: euro	
Dívida Vencida (>90 dias)	Valor das dívidas vencidas de acordo com o art. 1.º do DL 65-A/2011 conjugado com o n.º 2 do artido 4.º do DL 127/2012					
	2024				2023	
	90-180 dias	180-365	> 360 dias	Total	Total	
I - Aq. de Bens e Serviços	12 307 €	11 724 €	11 063 €	35 094 €	20 297 €	
2 - Aq. de Capital	0€	9717€	0€	9717€	306 €	
3 - Total divida vencida >90 dias (1+2)	12 307 €	21441€	11 063 €	44 811 €	21 603 €	
4 - Situações excluidas (n.º 2 art. 4 DL 127/2012)	0€	0€	11 063 €	11 063 €	11 063 €	
 4.1 - obrigações de pagamento objeto de impugnação judicial até que sobre elas seja proferida decisão final e executória 	0€	0€	11 063 €	II 063 €	063€	
4.2 - Situações de impossibilidade de cumprimento por ato imputável ao credor	0€	0€	0€	0€	0€	
4.3 - montantes objeto de acordos de pagamento desde que o pagamento seja efetuado dentro dos prazos acordados	0€	0€	0€	0 €	0€	
5 - PAGAMENTOS EM ATRASO (3)-(4)	12 307 €	21 441 €	0€	33 748 €	10 540 €	

5. DILIGÊNCIAS TOMADAS E OS RESULTADOS OBTIDOS NO ÂMBITO DO CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO ACIONISTA EMITIDAS AQUANDO DA ÚLTIMA APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

Não foram emitidas recomendações pelo acionista em sede de aprovação dos documentos de prestação de contas. Foi dado cumprimento integral às instruções recebidas no contexto do acompanhamento feito à gestão e atividade da empresa.

6. DILIGÊNCIAS TOMADAS COM VISTA A SOLUCIONAR AS SITUAÇÕES SUBJACENTES À EMISSÃO DE RESERVAS NA ÚLTIMA CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS (SE APLICÁVEL)

Não aplicável.

7. REMUNERAÇÕES/HONORÁRIOS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS E AUDITOR EXTERNO (APÊNDICE I)

No Apêndice I, ao presente Relatório são indicadas as seguintes remunerações dos Órgãos Sociais. Como se poderá confirmar, durante o ano de 2024 a AdSA não atribuiu prémio de gestão aos órgãos sociais.

a) Órgãos Sociais, confirmando a aplicação das orientações relativas às remunerações vigentes em 2024 (Mesa da Assembleia Geral, Conselho de Administração e Conselho Fiscal/ROC ou Fiscal Único); e

Foi dado cumprimento integral às orientações relativas às remunerações vigentes em 2024 dos membros dos Órgãos Sociais da AdSA.

b) Auditor Externo, confirmando a aplicação das orientações vigentes em 2024.

A AdSA não tem auditores externos.

Nome ROC/FU	Contrato de	Prestação de Serviços	Serviços Adicionais		
	Valor Anual €	Identificação do Serviço	Valor Anual €	Identificação do Serviço	
Deloitte & Associados, SROC S.A.	9 735,36 €	Valor dos serviços de revisão de contas	0,00 €		

8. APLICAÇÃO DO DISPOSTO NOS ARTIGOS 32.º E 33.º ESTATUTO DO GESTOR PÚBLICO

Aplicação do disposto nos artigos 32.º e 33.º do Estatuto do Gestor Público, no que se refere, designadamente:

 à não utilização de cartões de crédito nem de outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa;

Foi dado cumprimento integral ao disposto no artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente à utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa.

b) Ao não reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

Foi dado cumprimento integral ao disposto no artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente ao reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

c) Ao valor das despesas associadas a comunicações, que incluem telefone móvel, telefone domiciliário e internet;

Membro do CA (Nome)	Gastos com Comunicações(€)			
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações	
Marcos Sá Rodrigues	80,00 €	180,41 €		
Carla Sofia de Oliveira dos Reis Cupido	80,00 €	0,00 €		
José Eduardo Esperança Fialho	80,00 €	180,02 €		
		360,43 €		

d) Ao valor de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço.

Membro do CA (Nome)	Plafond Mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€)			
		Combustivel	Portagens	Total	Observações
Marcos Sá Rodrigues*	463,32 €	7 546,47 €	3 430,56 €	10 977,03 €	
Carla Sofia de Oliveira dos Reis Cupido	370,65 €	3 993,53 €	54,49 €	5 148,02 €	
José Eduardo Esperança Fialho*	370,65 €	7 793,45 €	5 841,51 €	3 634,96 €	
		1		29 760,01 €	

O gasto anual que ultrapassa o valor anual de combustível e portagens decorre exclusivamente de utilização profissional

105 | 186

I Inidiauna

9. APLICAÇÃO DO DISPOSTO NO N.º 2 DO ARTIGO 16.º DO RJSPE E DO ARTIGO 11.º DO EGP, QUE PROÍBE A REALIZAÇÃO DE DESPESAS NÃO DOCUMENTADAS OU CONFIDENCIAIS

A Águas de Santo André dá integral cumprimento ao disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, assim como ao disposto no artigo 11.º do EGP. Não existem despesas não documentadas ou confidenciais.

10. ELABORAÇÃO, DE TRÊS EM TRÊS ANOS, E DIVULGAÇÃO INTERNA E NO RESPETIVO SÍTIO NA INTERNET, DO RELATÓRIO SOBRE REMUNERAÇÕES PAGAS A MULHERES E HOMENS, CONFORME DETERMINA A RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS N.º 18/2014, DE 7 DE MARÇO.

A sociedade dá integral cumprimento ao disposto no n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março, procedendo à elaboração e divulgação interna e externa, através de publicação no site da sociedade, a cada três anos, do relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens na sociedade.

A distribuição por género demonstra uma preponderância do sexo masculino com 68% dos colaboradores, enquanto o sexo feminino tem uma representação de 33%. Este resultado mantém a representatividade masculina versus feminina dos anos anteriores.

Em cumprimento do previsto no nº 2 da Resolução do Conselho de Ministros nº 18/2014, de 7 de março e no seguimento dos procedimentos implementados no Grupo AdP, a Águas de Santo André, S.A. divulga e demonstra, que a média da remuneração base mensal e a média da remuneração total mensal, entre os dois géneros, apresentam percentagens muito aproximadas.

Nos gráficos seguintes é apresentada a média da retribuição base e a média da retribuição total mensal, por género e categoria.

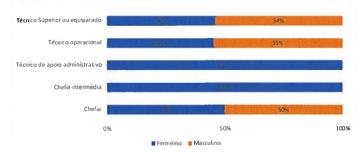


Figura 70 - Média da Retribuição Base Mensal, por Género e Categoria (%)

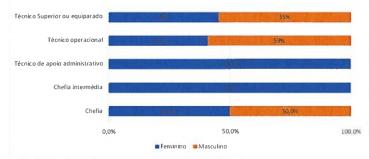


Figura 71 - Média da Remuneração Total Mensal, por Género e Categoria (%)

106 | 186

A Águas de Santo André, SA foi distinguida pela Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego - CITE, pelas suas boas práticas na promoção da Igualdade Remuneratória entre Mulheres e Homens por trabalho igual ou de igual valor, com o "Selo da Igualdade Salarial" 2024.

Este reconhecimento é um testemunho do compromisso contínuo com a igualdade de género e a eliminação das disparidades salariais entre mulheres e homens.

11. ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO NO RESPETIVO SÍTIO NA INTERNET DO PLANO PARA A IGUALDADE (ANUAL), CONFORME DETERMINA O ARTIGO 7.º DA LEI N.º 62/2017, DE 1 DE AGOSTO, E INDICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO DE COMUNICAÇÃO ÀS COMISSÕES COMPETENTES, NOS TERMOS CONJUGADOS DO ARTIGO 3.º E DO N.º 3 DO ARTIGO 6.º DO DESPACHO NORMATIVO N.º 18/2019, DE 21 DE JUNHO.

A Águas de Santo André, reconhece a importância e a mais-valia de uma participação equilibrada dos homens e das mulheres nas atividades profissionais bem como na vida familiar e pessoal, e pretende dar o seu contributo ativo para a implementação das melhores práticas de promoção da igualdade na sociedade.

De forma a solidificar o seu posicionamento a Águas de Portugal manteve o seu compromisso com Fórum Empresas para a Igualdade (IGEN) reforçando o compromisso de promoção da igualdade de género e de melhoria ao nível da sustentabilidade, da justiça organizacional e da satisfação dos seus colaboradores e das suas colaboradoras. Com esta adesão, a Águas de Portugal e as suas empresas subsidiárias comprometem-se a desenvolver ações de promoção de igualdade de género, assumindo compromissos de melhoria em dimensões que incorporam os princípios da igualdade e da não discriminação entre homens e mulheres no trabalho e no emprego, bem como na conciliação entre vida profissional, pessoal e familiar e proteção da parentalidade.

Assim, tendo por base o disposto no artigo 7.º da Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto, e do artigo 3.º do Despacho Normativo n.º 18/2019, de 21 de junho, que veio regulamentar a Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto, as entidades do setor público empresarial têm de elaborar anualmente o Plano para a Igualdade de género, devendo publicá-lo no respetivo sítio na Internet e enviá-lo à Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG) e para a Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE) até 15 de setembro do ano anterior a que diz respeito, nos termos conjugados do artigo 3.º e do n.º 3 do artigo 6.º do Despacho Normativo n.º 18/2019, de 21 de junho.

Face à disponibilização pela CITE de um Portal para a Igualdade no Trabalho e nas Empresas, com o objetivo de facilitar a elaboração dos Planos anuais, servindo de guia e orientação com vista ao cumprimento dos requisitos e prazos em vigor, a Águas de Santo André, realizou, em 2023, o Diagnóstico de Igualdade de Género, que serviu de referência para a elaboração do Plano para a Igualdade de Género 2024, os quais foram enviados às autoridades competentes e que constam no referido despacho normativo, CITE e CIG.

O Plano para a Igualdade de Género 2024 da Águas de Santo André, foi remetido ao SIOE e à CITE

O Plano para a Igualdade de Género para o ano de 2024 encontra-se publicitado no sítio de Internet da Águas de Santo André, podendo ser acedido através do seguinte link: <u>http://www.adsa.pt/empresa/estatutos-e-regulamentos</u>.

12. ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO NO RESPETIVO SÍTIO NA INTERNET DO RELATÓRIO ANUAL SOBRE PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO (N.º 1 DO ARTIGO 46.º DO RJSPE E ARTIGO 6.º DO REGIME GERAL DA PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO (RGPC), APROVADO PELO DECRETO-LEI N.º 109-E/2021, DE 9 DE DEZEMBRO) E DO PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS E INFRAÇÕES CONEXAS (ARTIGO 6.º DO RGPC). INDICAÇÃO QUANTO AO CUMPRIMENTO DO DEVER DE COMUNICAÇÃO PREVISTO NO RGPC.

A empresa adotou em 2019 um Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, também disponível na intranet e internet http://www.adsa.pt/empresa/gestao-de-riscos-de-corrupcao.

No decurso de 2024 foi efetuada a revisão do Plano, aprovado pelo Conselho de Administração da AdSA, por forma a adaptá-lo às recomendações emanadas pelo Conselho de Previsão de Corrupção e ajustá-lo à evolução da realidade da empresa em matéria de corrupção e de infrações conexas.

O PPRCIC tem como principais objetivos, identificar as áreas que potencialmente poderão ser mais sujeitas à ocorrência de atos de corrupção, bem como os riscos daí decorrentes e os controlos instituídos pela empresa visando a sua mitigação. Pretende também reforçar a cultura da empresa e dos respetivos colaboradores no que respeita a comportamentos éticos e de boas práticas no relacionamento comercial com clientes, fornecedores e demais stakeholders.

Abrangendo toda a empresa, este plano dá cumprimento à recomendação do CPC, de 1 de julho de 2009, bem como ao definido no Regime Geral da Prevenção da Corrupção (RGPC) do Decreto-Lei (DL) n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro.

No sentido de observar o previsto no n.º 1 do artigo 46.º do DL n.º 133/2013, de 3 de outubro, no n.º 4 do artigo 6.º do RGPC do Decreto-Lei (DL) n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro e no seguimento dos procedimentos implementados no Grupo AdP, a Águas de Santo André procede à avaliação anual do PPRCIC em vigor na empresa, elaborando um relatório onde se incluem as conclusões sobre as ocorrências identificadas ou, risco de ocorrências e outros factos mencionados na alínea a) do n.º1 do artigo 2.º da Lei n.º54/2008, de 4 de setembro, nomeadamente:

"a) ...Informações relativas à prevenção da ocorrência de factos de corrupção ativa ou passiva, de criminalidade económica e financeira, de branqueamento de capitais, de tráfico de influência, de apropriação ilegítima de bens públicos, de administração danosa, de peculato, de participação económica em negócio, de abuso de poder ou violação de dever de segredo, bem como de aquisições de imóveis ou valores mobiliários em consequência da obtenção ou utilização ilícitas de informação privilegiada no exercício de funções na Administração Pública ou no sector público empresarial".

Por forma a garantir o cumprimento do definido no n.º 2 do artigo 46.º do DL n.º 133/2013, de 3 de outubro, o relatório anual é publicitado no sítio de Internet da Águas de Santo André e remetido às entidades competentes.

Em 17 de dezembro de 2021, o Grupo AdP apresentou a sua Política de Integridade assente num modelo de governação, alinhado com os mais elevados padrões éticos, na transparência, responsabilidade e na excelência das práticas de gestão pública, sendo a AdSA uma das empresas que subscreveu o Compromisso de Integridade, representando o seu comprometimento com a implementação da referida Política de Integridade, bem como de todos os instrumentos que lhe estão associados, visando assegurar continuamente uma capacitação interna que favoreça uma cultura de integridade.

A Águas de Santo André e o grupo AdP reforçam assim, o compromisso assumido relativo ao combate à corrupção e ao empenho em desenvolver e adotar estratégias de promoção da integridade e do desenvolvimento sustentável e a criação de uma sociedade mais justa e equilibrada.

No final de 2022, decorrido um ano após a aprovação Política de Integridade, a empresa efetuou a avaliação do nível de implementação alcançado, o que possibilitou identificar os constrangimentos e os elementos facilitadores, visando a definição dos próximos passos, com vista ao seu robustecimento e integral implementação.

Registe-se ainda que que em 2019, a empresa, subescreveu a Campanha Portuguesa Anticorrupção que vem responder ao Call to Action Anticorrupção, lançada pelo United Nations, Global Compact, que incentiva o setor empresarial a

promover a tomada de medidas de transparência, integridade e boa governação por parte dos Governos, promovendo assim, a adoção do seu Princípio 10, de acordo com o qual "as organizações devem combater a corrupção em todas as suas formas, incluindo, extorsão e suborno".

13. CONTRATAÇÃO PÚBLICA

a) o modo como foram aplicadas as normas de contratação pública vigentes em 2024, sendo que, nas empresas-mãe de grupos públicos, este ponto deverá incluir todas as empresas em que estas participem maioritariamente;

b) os procedimentos internos instituídos para a contratação de bens e serviços e se os mesmos são objeto de revisão periódica, com referência à última atualização;

c) os atos ou contratos celebrados com valor superior a € 5 000 000, independentemente da espécie do ato ou contrato em causa, e se os mesmos foram sujeitos a visto prévio do Tribunal de Contas, conforme determina o artigo 47.º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC).

O Grupo AdP assegurou, através da AdP Serviços, até 31 de julho de 2020 e através da AdP SGPS a partir de 1 de agosto de 2020, a centralização, otimização e racionalização da aquisição de bens e serviços, por forma a contribuir para a captação de sinergias nos processos de compras das empresas, bem como para a disseminação das melhores práticas.

O potencial de captação de valor decorrente de sinergias e economias de escala conseguidas através da centralização de compras de determinadas categorias como energia, comunicações, seguros, reagentes, viaturas, etc., leva à criação e a captação de valor, da qual resulta à obtenção de ganhos financeiros e à redução de custos.

A evolução da função compras no Grupo AdP para um modelo mais integrado, com a definição de novas categorias centralizadas tem levado a uma maior capacidade de planeamento transversal e à implementação de novos processos transversais associados ao planeamento e gestão da função compras, por categorias alicerçados pelo conhecimento mais profundo nas necessidades das empresas.

Na sequência da reorganização do centro corporativo, nos termos expressamente autorizados por despacho da Tutela Setorial, a partir de 1 de agosto de 2020 a Direção de Compras, Jurídica e Sistemas de Informação da AdP Serviços passaram a integrar a estrutura organizacional da AdP SGPS.

Assim, foi estabelecido um modelo relacional entre a AdP SGPS e as empresas participadas do Grupo AdP, em moldes similares ao existente até à data com a AdP Serviços, nos termos do qual a AdP SGPS assegura a disponibilidade de contratação de um conjunto diferenciado de bens e serviços às empresas, cuja contratação se mantém através da Direção de Compras.

A existência desta estrutura interna no Grupo, a 31 de dezembro de 2021, assegurada diretamente pela AdP SGPS, permite tirar partido da escala e sinergias angariadas pelo universo do Grupo e com isso obter condições contratuais mais atrativas para este conjunto de empresas, ao mesmo tempo que as liberta da necessidade de tramitarem procedimentos de contratação autónomos, com a inerente carga administrativa e financeira associada, acrescentando valor à sua atividade.

Acresce que boa parte dos bens e serviços de que as empresas participadas necessitam para desenvolver as suas atividades, se revestem de assinalável complexidade técnica, atendendo à sua especificidade, designadamente os seguros, energia, reagentes químicos e materiais de laboratório usados pelos segmentos de tratamento de água/efluentes encontrando-se implícita à respetiva contratação um elevado nível de especialização dos intervenientes nos processos.

O Decreto-Lei n.º 78/2022, de 7 de novembro, introduziu alterações à Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, que aprova medidas especiais de contratação pública, bem como ao Código dos Contratos Públicos e ao Decreto-Lei n.º 60/2018, de 3 de agosto, que procede à simplificação de procedimentos administrativos necessários à prossecução de atividades de investigação e desenvolvimento.

Por conseguinte, no quadro da uniformização de práticas ao nível de procedimentos de contratação pública no seio do grupo AdP, mas igualmente para concertação de metodologias e entendimentos para garantia e coerência das atuações implementadas no domínio da tramitação e execução de contratos, incorporando as inovações introduzidas pelo citado

Decreto-Lei n.º 78/2022 de 7 de novembro, foram promovidas formações explicativas aos diversos intervenientes nos processos de contratação pública, avançando os esclarecimentos ou aclaração de interpretações e entendimentos de índole jurídica.

14. ADESÃO DA EMPRESA AO SISTEMA NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS (SNCP)

As empresas que integram o Grupo AdP aderiram ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) a 3 de março de 2014 na qualidade de entidades compradoras voluntárias.

Desde então foram conduzidos procedimentos de contratação pública, com recurso ao SNCP abrangendo diferentes acordos quadro, nomeadamente:

- ✓ Papel e economato;
- ✓ Vigilância e segurança;
- ✓ Combustíveis rodoviários;
- Veículos automóveis e motociclos;
- Licenciamento de software e serviços conexos;
- ✓ Higiene e Limpeza.

É ponderado o recurso a este figurino jurídico, quando validada a correspondência entre as necessidades aquisitivas do Grupo AdP, agregadas pela Direção de Compras e Logística da AdP SGPS, e a doutrina dos respetivos cadernos de encargos, perspetivando-se a captura de valor não só pela alavancagem da procura resultante da escala, mas também pela simplificação e rapidez que caracterizam esta modalidade, permitindo assim uma gestão mais eficiente dos nossos recursos.

15. EFICIÊNCIA OPERACIONAL, PREVISTA NOS N. 1, 2 E 3 DO ARTIGO 134.º DO DLEO 2023, E EVOLUÇÃO DOS GASTOS OPERACIONAIS, PREVISTA NOS N. 4 E 5 DO ARTIGO 134.º DO DLEO 2023

EFICIÊNCIA OPERACIONAL - n.º 1 e 2 do artigo 134º do DLEO	2024 Exec.	2024 0	2022 5	2024/2023		2024/2024 Orç	
2024	2024 Exec.	2024 Orç.	2023 Exec.	∆ Absol.	Var. %	∆ Absol.	Var. %
(I) CMVMC	219 658,11 €	409 370,40 €	248 600,22 €	✓ -28 942,11	-11,64%	🖌 -189 7l 2,29	-46,34%
(2) FSE	4 982 822,96 €	8 817 923,55 €	6 584 964,27 €	√ -1 602 141,31	-24,33%	√ -3 835 100,59	-43,49%
(3) Gastos com o pessoal	3 214 296,78 €	3 983 408,86 €	2 824 743,29 €	X 389 553,49	13,79%	✓ -769 112,08	-19,31%
(4) Impactos nos gastos decorrentes de imposições legais	206 648.26 €	202 343,51 €	427 647,30 €	√ -220 999,04	-51,68%	X 4 304,75	2,13%
(5) Gastos operacionais ajustados= (1)+(2)+(3)-(4)	8 210 1 29,59 €	13 008 359,30 €	9 230 660,48 €	√-1 020 530,89	-11,06%	√ .4 798 229,71	-36,89%
(6) Volume de negócios (VN)	10 786 059,27 €	16 735 426,28 €	16 299 741,29 €	X -5 513 682,02	-33,83%	¥ 5 949 367,01	-35,55%
Vendas	5 177 126.64 €	8 947 285.89 €	6 980 428,95 €	X -1 803 302,31	-25,83%	X 3 770 59,25	-42,14%
Prestações de Serviços	5 608 932,63 €	7 788 40,39 €	9 319 312,34 €	X -3 710 379,71	-39,81%	X -2 179 207,76	-27,98%
(7) Impactos no VN decorrentes de imposições legais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!
(8) Volume de negócios ajustado (6)+(7)	10 786 059,27 €	6 735 426.28 €	16 299 741,29 €	X -5 513 682,02	-33,83%	X -5 949 367,01	-35,55%
(9) Peso dos Gastos/VN = (6)/(9)	76,12%	77,73%	56,63%	🗙 -19,49 p.p	-34,41%	🗙 -0,02 р.р	-2,07%

110 186

				2024/2	023	2024/202	4 Orç
INFORMAÇÃO ADICIONAL	2024 Exec.	2024 Orç.	2023 Exec.	∆ Absol.	Var. %	∆ Absol.	Var. %
(I) Gastos com o pessoal	3 214 296,78 €	3 983 408,86 €	2 824 743,29 €	X 389 553,49	13,79%	✓ -769 112,08	-19,31%
i. (-) Gastos relativos aos órgãos sociais	393 697.36 €	342 045,45 €	265 011,21 €	× 128 686,15	48,56%	\$1 651,91	15,10%
ii. (-) Efeito do cumprimento de disposições legais	206 648,26 €	202 343,51 €	427 647,30 €	✓ -220 999,04	-51,68%	× 4 304,75	2,13%
iii. (-) Valorizações remuneratórias decorrentes do acordo para a melhoria do rendimento (Despacho de 29/12/2023-MF)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!
iv. (-) Valorizações remuneratórias decorrentes da aplicação de Regulamentos/IRCT	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!
v. (+) Efeito do Absentismo	81 338,10 €	35 673,00 €	70 651,78 €	10 686,32	15,13%	X 45 665,10	128,01%
v. (-) Efeito das indemnizações pagas por rescisão (exceto por mútuo acordo)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!
(2) Gastos com pessoal sem os impactos de i a vi	2 695 289,26 €	3 474 692,90 €	2 202 736,56 €	X 492 552,70	22,36%	✓ -779 403,64	-22.43%
(3) Gastos com deslocações e alojamento	22 977,42 €	48 893,64 €	17 720,21 €	\$ 257,21	29,67%	-25 916,22	-53,01%
(4) Gastos com ajudas de custo	1 302,29 €	4 200,00 €	604,51 €	-302,22	-18,84%	-2 897,71	-68,99%
(5) Gastos associados à frota automóvel	332 915,84 €	411 974,49 €	3 3 2 0,72 €	¥ 19 705,12	6,29%	-79 058,65	-19,19%
(6) Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	57 654,59 €	170 637,74 €	61 981,51 €	-4 326,92	-6,98%	✓ -112 983,15	-66,21%
(7) Total dos gastos (3) a (6)	414 850,14 €	635 705,87 €	394 516,95 €	20 333,19	5,15%	✓ -220 855,73	-34,74%
(8) N.° de viaturas (operacional)	35	36	33	2,00	6,06%	-1,00	-2,78%
(9) N.º de viaturas (não operacional)	0,00	0,00	0,00	0,00	#DIV/01	0,00	#DIV/0!

16. RECURSOS HUMANOS E MASSA SALARIAL (ARTIGOS 132.º A 134.º DO DLEO 2024 | DESPACHO, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2023, DO SENHOR MINISTRO DAS FINANÇAS).

	2024 5	2024 0	2022 5-100	2024/20	23	
	2024 Exec.	2024 Orç.	2023 Exec.	∆ Absol.	Var. %	
N.º Órgãos Sociais (OS)	3	3	3	0	0,00%	
N.º Cargos de Direção (CD)	3	3	3	0	0,00%	
N.° Trabalhadores (sem OS e sem CD)	78	92	77		1,30%	
TOTAL	84	98	83		1,20%	
N.° Trabalhadores/N.° CD	27	32	27	0	1,25%	
Gastos com Pessoal/Total (OS+CD+T)	38 265,44 €	40 647,03 €	34 033,05 €	4 232,39 €	12,44%	
Massa Salarial Global	3 2 1 4 296,78 €	3 983 408,86 €	2 824 743,29 €	389 553,49 €	13,79%	

Despachos de 15-12-2022 e 12-5-2023, SET e SEF						
Taxa de atualização da massa salarial (2024-2023) AdSA	4,77%					
Taxa de atualização da massa salarial (2024-2023) Grupo AdP	4,60%					

2 H/

The

			Movime	entos de Pesso	oal - 2024		
Grupo Profissional	Situação a Saídas 31/12/2023 (reformas/ou)		Trabalhadores ausentes por mobilidade/cedên cia/licença	Contratação para substitução de saidas	a contratações ução (Despacho	Entradas ao abrigo do (normativo legal, despacho, etc.)*	Situação a 31/12/2024
	(1)	(2)		(3)	(4)	(5)	(6) = (1) - (2) + (3) + (4) + (5)
Órgãos Sociais (OS)	3						3
Cargos de direção (s/ OS)	3						3
Técnico Superior A	0						0
Técnico Superior B	17	T			2		18
Técnico Superior C	2						2
Técnico A	0						0
Técnico B	7						7
Técnico C	12	1			T		12
Técnico Operativo A	10						10
Técnico Operativo B	8						8
Técnico Operativo C	21	1			I.		21
Tota	83	3	0	0	4	0	84
** especificar							

17. PRINCÍPIO DA UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO (ARTIGO 28.º DO RJSPE, ARTIGO 105.º DA LOE 2024 E ARTIGO 91.º DO DLEO 2024).

IGCP	I.° Trimestre €	2.° Trimestre €	3.° Trimestre €	4.° Trimestre €
Disponibilidades	4 712 238,42 €	3 978 981,80 €	1 785 571,93 €	940 585,45 €
Aplicações financeiras	687 442,79 €	687 442,79 €	726 836,73 €	19 726 836,73 €
Total	5 399 681,21 €	4 666 424,59 €	2 512 408,66 €	21 667 422,18€

Banca Comercial e IGCP*	I.° Trimestre €	2.° Trimestre €	3.° Trimestre €	4.° Trimestre €
Novo Banco	30 515,89 €	20 738,94 €	24 640,35 €	24 763,96 €
BPI	20 248,33 €	20 227,53 €	20 206,73 €	20 185,93 €
Santander	94 412,25 €	77 106,17 €	167 696,40 €	42 403,7 €
CGD	88 56,69 €	443 41,88 €	325 313,67 €	299 792,66 €
Montepio Geral	5 978,18 €	4 473,50 €	14 146,78 €	13 813,82 €
IGCP	4 712 238,42 €	3 978 981,80 €	1 785 571,93 €	1 940 585,45 €
IGCP - Aplicações CP	0,00 €	0,00 €	0,00 €	19 000 000,00 €
Total	6 051 549,76 €	5 554 669,82 €	2 337 575,86 €	21 441 545,53 €
Juros auferidos**	15 996,32 €	21 298,01 €	22 878,25 €	51 149,03 €

* - Identificar a Instituição junto da qual se encontram as disponibilidades e/ou aplicações financeiras, acrescentando as linhas necessárias.

** - Identificar os juros auferidos de todas as aplicações financeiras que se encontram junto da Banca Comercial.

Ar A h

18. DIVULGAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DIRIGIDAS À EMPRESA RESULTANTES DE AUDITORIAS CONDUZIDAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS, BEM COMO DAS MEDIDAS TOMADAS E O RESPETIVO RESULTADO.

Não foram feitas recomendações pelo Tribunal de Contas dirigidas à empresa nos últimos três anos.

19. ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA, PREVISTA NOS ARTIGOS 66.º-B OU 508.º-G DO CSC, CONTENDO, NO MÍNIMO, A INFORMAÇÃO INDICADA NOS N.O 2 DOS MENCIONADOS ARTIGOS. ESTA INFORMAÇÃO DEVERÁ SER PREFERENCIALMENTE APRESENTADA EM RELATÓRIO SEPARADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO, EM ANEXO AO RGS (VIDE MANUAL PARA A ELABORAÇÃO DO RGS, DISPONÍVEL NO SÍTIO DA INTERNET DA UTAM).

Esta informação encontra-se disponível no RGS - Relatório do Governo Societário.

20. DEVERÁ SER PREENCHIDO O QUADRO INFRA RELATIVO À INFORMAÇÃO QUE SE ENCONTRA DIVULGADA A 31 DE DEZEMBRO DE 2024, NO SÍTIO DA INTERNET DO SEE (PORTAL DGTF)

Conforme orientações da DGTF a AdSA não divulga informação no sítio do SEE na internet em virtude de não ser participada diretamente pelo Estado.

	Div	vulgação	
Informação a constar no Site do SEE	s/n/n.a.	Data Atualização	Comentários
Estatutos	N.A.	-	-
Caracterização da Empresa	N.A.		-
Função de tutela e acionista	N.A.	-	-
Modelo de Governo / Membros dos Órgãos Sociais	N.A.		-
- Identificação dos órgãos sociais	N.A.	-	-
- Estatuto Remuneratório Fixado	N.A.	-	-
- Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	N.A.	-	-
 Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração 	N.A.	-	-
- Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	N.A.	-	-
Esforço Financeiro Público	N.A.	-	
Ficha Síntese	N.A.	-	_
Informação Financeira histórica e atual	N.A.	-	-
Princípios de Born Governo	N.A.	-	-
- Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	N.A.	-	-
- Transações relevantes com entidades relacionadas	N.A.		_
- Outras transações	N.A.	-	=
- Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios:	N.A.	-	-
Económico	N.A.	-	
Social	N.A.	-	-
Ambiental	N.A.	-	(- ,
- Avaliação do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo	N.A.	-	: ()
- Código de ética	N.A.	-	

Hr/

APÊNDICE 1

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Número de Senhas Pagas	Valor Bruto Auferido no Ano (€)
2023 - 2025	Presidente	Paulo Manuel Marques Fernandes	425,00 €	0	0,00 €
2023 - 2025	Secretário	Ana Cristina Rebelo Pereira	213,00 €	0	0,00 €
			11.7 C		0,00 €

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

	Remuneração mensal fixada - EGP							
Membro do CA	Fixado Classificação		Remunera	ção mensal bruta (€)				
(Nome)	[\$/N]	[A/B/C]	Vencimento mensai	Despesas Representação				
Marcos Sá Rodrigues	S	С	6 145,48 €	1 966,55				
Carla Sofia de Oliveira dos Reis Cupido	S	с	3 933,11 €	I 573,24 (
José Eduardo Esperança Fialho	S	с	6 145,48 €	1 573,24				

			Designação			OPRLO ou Opção pela Média dos últimos 3 anos (2)				
Mandato CA (Início - Fim)	Cargo	Nome	Forma (I)	Data	Sim/Não	Entidade de Origem	Entidade Pagadora (O/D)	Identificação da data da autorização e Forma	do número total de mandatos	
2023 - 2025	Presidente (executivo)	Marcos Sá Rodrigues	DUE	24/04/2023	Sim	EPAL - Empresa das Águas Livres, S.A.	D	26/04/2023 - DUE	2	
2023 - 2025	Vogal (executivo)	Carla Sofia de Oliveira dos Reis Cupido	DUE	24/04/2023	Não	AdTA - Águas do Tejo Atlântico, S.A.	D	26/04/2023 - DUE	2	
2023 - 2025	Vogal (executivo)	José Eduardo Esperança Fialho	DUE	24/04/2023	Sim	EPAL - Empresa das Águas Livres, S.A.	D	26/04/2023 - DUE	- 1	

(1) indicar Resolução (R)/AG/DUE/Despacho (D)

(2) Opção Pela Remuneração do Lugar de Origem ou opção pela média dos últimos 3 anos - prevista nos n **8 e 9 do artigo 28 * do EGP, indicar entidade pagadora (O-Origen/D-Destino)

Em 3 de fevereiro de 2025, por Deliberação Social Unânime por Escrito, foi eleito o Conselho de Administração para o mandato 2025-2027, com a seguinte composição:

			Desig	Indicação do	
Mandato CA (Início - Fim)	Cargo Nome		Forma	Data	número total de mandatos
2025 - 2027	Presidente (executivo)	Francisco Maria Freitas de Morais Sarmento Ramalho	DUE	03/02/2025	1
2025 - 2027	Vice Presidente (executivo	Simone Ferreira Pio	DUE	03/02/2025	I I
2025 - 2027	Vogal (executivo)	Rui Miguel da Silva André	DUE	03/02/2025	I

	Acumulação de Funções								
Membro do CA	Entidade	Função	Regime	Identificação da data da					
Marcos Sá Rodrigues	AdSA - Águas de Santo André, S.A.	Presidente Executivo	Público	24/04/2023 - DUE					
Marcos Sá Rodrigues	COMSINES - Conselho das Comunidades de Sines Associação privada sem fins lucrativos	Presidente da Direção	Privado - sem remuneração	16/02/2023 - AG					
Carla Sofia de Oliveira dos Reis Cupido	AdSA - Águas de Santo André, S.A.	Vogal Executivo	Público	24/04/2023 - DUE					
Carla Sofia de Oliveira dos Reis Cupido	AdP Valor - Serviços Ambientais, S.A.	Vogal Executivo	Público	08/05/2023 - DUE					
José Eduardo Esperança Fialho	AdSA - Águas de Santo André, S.A.	Vogal Executivo	Público	24/04/2023 - DUE					

JA (

					Unid: euro				
Membro do CA (Nome)	Remuneração Anual Auferida 2024 (€)								
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3)=(1)+(2)	Reduções Remuneratórias (4)	Valor Bruto Final (5) = (3)-(4)				
Marcos Sá Rodrigues	121 169,38 €	0,00 €	121 169,38 €	6 058,70 €	115 110,68 €				
Carla Sofia de Oliveira dos Reis Cupido	73 942,28 €	0,00 €	73 942,28 €	3 697,00 €	70 245,28 €				
José Eduardo Esperança Fíalho	116 962,33 €	0,00 €	116 962,33 €	5 848,10 €	1 4,23 €				
Total	312 073,99 €	0,00 €	312 073,99 €	15 603,80 €	296 470,19 €				

(I) O valor da remuneração Flata corresponde ao vencimento+despesas de representação (sem reduções).

(2) Prémios de Gestão.

(4) Redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

Membro do CA				Bene	ficios Sociais (€))		
a the second of the physical second of the	Subsid	Subsídio de Refeição		gime de Proteção Social		Encargo Anual Seguro	Outros	A PLAN
(Nome)	Valor / Dia	Montante pago Ano	Identificar	Encargo Anual	Anual Seguro	de Vida	Identificar	Valor
Marcos Sá Rodrigues	7,60 €	1 870,06 €	Segurança Social	28 424,11 €	738,92 €	1 436,69 @	Seguro Acidentes Trabalho	966,96 €
Carla Sofia de Oliveira dos Reis Cupido	7,60 €	892,40 €	Segurança Social	17 470,18 €	598.50 €	951,99 €	Seguro Acidentes Trabalho	550,96 €
José Eduardo Esperança Fialho	7,60 €	862,46 €	Segurança Social	27 176,53 €	1 232,25 €	1 334,48 €	Seguro Acidentes Trabalho	848,82 €
		5 624,92 €		73 070,82 €	3 569,68 €	3 723,15 €		2 366,75 €

CHEROLEUS CONTRACTOR	Encargos com Viaturas										
Membro do CA (Nome)	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade (1)	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal	Gasto Anual com Rendas	Prestações Contratuais Remanescentes		
Marcos Sá Rodrigues	s	S	50 774,00 €	Rent a Car	26/04/2023	30/04/2025	617,50 €	4 940,00 €	16		
Carla Sofia de Oliveira dos Reis Cupido	S	S	36 815,00 €	Rent a Car	24/05/2023	30/04/2025	617,50 €	4 940.00 €	16		
José Eduardo Esperança Fialho	s	S	36 815,00 €	Rent a Car	26/04/2023	30/04/2025	617,50 €	4 940,00 €	16		

(I) aquisição; ALD; Leasing ou outra

Membro do CA	Gastos anuais associados a Desiocações em Serviço (€)								
	Deslocações	Custo com Alojamento	Ajudas de	Out	Gasto total				
(Nome)	em Serviço		custo	Identificar	Valor	com viagens			
Marcos Sā Rodrigues	0.00 €	0.00 €	0,00 €	na	0,00 €	0,00 €			
Carla Sofia de Oliveira dos Reis Cupido	0,00 €	0,00 €	0,00 €	na	0.00 €	0,00 €			
José Eduardo Esperança Fialho	0.00 €	0.00 €	0,00 €	na	0,00 €	0,00 €			

FISCALIZAÇÃO

ROC/FISCAL ÚNICO

Mandato		Identificação SR	entificação SROC/ROC			Designação	0	N° de anos de	N° de anos de
(Início - Cargo Fim)	Nome	Nº de inscrição na OROC	N° Registo na CMVM	Forma ^(I)	Data	Data do Contrato	funções exercidas no grupo	funções exercidas na sociedade	
2024 - 2025	SROC	Deloitte & Associados, SROC S.A.	43	20161389	DUE	08/05/2024	15/07/2024	1	1
2024 - 2025	ROC	Ana Alexandra Dornelas Pinheiro	1496	20161106	DUE	08/05/2024	15/07/2024	1	Т
2024 - 2025	ROC (suplente)	João Carlos Henriques Gomes Ferrei	29	20160741	DUE	08/05/2024	15/07/2024	1	1.1

Nota: Deve ser identificada o efetivo (SROC e ROC) e suplente (SROC e ROC)

(1) Indicar AG/DUE/Despacho (D)

	_			Unid: euro
Nome ROC/FU	Contrato de	Prestação de Serviços	Servi	ços Adicionais
Nome Roch o	Valor Anual €	Identificação do Serviço	Valor Anual €	Identificação do Serviço
Deloitte & Associados, SROC S.A.	9 735,36 €	Valor dos serviços de revisão de contas	0,00 €	

Para o mandato de 2023-2025 (exercícios 2024 e 2025), e na sequência da Deliberação Social Unânime por Escrito de oito de maio de 2024, foi eleita a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Deloitte & Associados, SROC, S.A., como Fiscal Único, representada por Ana Alexandra Dornelas Pinheiro, ROC n.º 1496, e pelo suplente, João Carlos Henriques Gomes Ferreira, ROC n.º 1129.

Em 2024 estão considerados oito meses (1.103,42 euros/mês) acrescidos das despesas, no montante de 908 euros, o que perfaz o montante anual de 9.735,36 euros.

APÊNDICE 2

Cumprimento das Orientações Legais	Cumprimento	Quantificação/Identificação	Justificação / Referência ao ponto do	
contention and ententiones refers	S/N/N.A.		Relatório	
Objectivos de Gestão	Declaration (1)			
Individuais	s	8,3		
Qualidade da Água Fornecida	s	99,9%		
Qualidade das Águas Residuais	N.A.			
Plano de Manutenção	5	110,5%	the second se	
Eficiência de Gestão	S	-1,61		
Respeito pelos prazos de pagamento	S	-4	Perda do cliente Indorama em 2024.	
Volume de negócios em euros, em termos nominais, e em base comparável.	N	-3.3,8%	alteração da atividade das indústrias da 2165 (Repsol e Petrogal) com impacto muit	
Água para Reutilização	N.A.		significativo no VN da AdSA.	
Metas a atingir constantes no PAO 2024			And the second second	
Investimento	N.A.			
Nível de endividamento	5	100% cumprimento		
Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE	N.A.			
Gestão do Risco Financeiro	N.A.			
Limites de Crescimento do Endividamento	N.A.			
Evolução do PMP a fornecedores	s	4 dia (29d em 2023 e 33d em 2024)		
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	s			
Recomendações do acionista na última aprovação de contas	N.A.			
Reservas emitidas na última CLC	N.A.			
Remunerações/honorários				
CA - reduções remuneratórias vigentes em 2024	s			
EGP - artigo 32ª e 33.º do EGP				
Não utilização de cartões de crédito	s			
Não reembolso de despesas de representação pessoal	N.A.			
	N.A.			
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	2			
Valor máximo de combustivel e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	N		O gasto anual que ultrapassa o valor anual de combustivel e portagens decorre exclusivamente de utilização profissional	
Despesas não documentadas ou confidenciais n.º 2 do artigo 16º do RJSPE e artigo 11.º do EGP	L'INTERNE			
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	N.A.			
Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens - n.º 2 da RCM n.º 18/2014				
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	5	http://www.adsa.pt/contents/documents/r torio-econometrico-adsa_2fev.pdf	eta	
Elaboração e divulgação de relatório anual sobre prevenção da corrupção	5	http://www.adso.pt/contents/documents/r torio-anual-pprcic_2023.pdf	<u>eko</u>	
Contratação Pública		CONTRACTOR AND		
Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa	s			
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	N.A.			
Contratos submetidos a visto prévio do TC	N		and the second second second	
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas	5			
Gastos Operacionais das Empresas Públicas	5			
Principio da Unidade de Tesouraria do Estado (artigo 28.º do DL 133/2013)				
Disponibilidades e aplicações centralizadas na IGCP	s	97,66% disponibilidades e aplicações no IGC	P	
		em 31 de dezembro		
Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	S	500.960,08 euros		
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	N,A			
Auditorias do Tribunal de Contas 🕅	N.A.			
Elaboração do Plano para a Igualdade conforme determina o art.º 7.º da Lei 62/2017, de 1 de agosto	S	http://www.adsa.pt/contents/documents/r torio-econometrico-adsa_2fev.pdf	200	
Apresentação da demonstração não financeira	N.A.			

(a) Indicar cada objetivo de gestão da empresa. (b) Deverão ser indicadas também recomendações resultantes de auditorias transversais ao sector de atividade e/ou SEE

MAK

ANEXO AO RELATÓRIO

O Capital Social ascende a € 1.000.000, representado por 200.000 ações da Classe A, com o valor nominal de 5 Euros cada, detido a 100 % por AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A.

O Conselho de Administração

Nos termos do artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais, cumpre informar que no exercício de 2024:

- A sociedade não tem ações próprias;
- Não se registaram quaisquer negócios entre a sociedade e os seus administradores; e,
- A sociedade não tem qualquer sucursal.

Francisco Maria Freitas de Morais Sarmento Ramalho (Presidente Executivo) Simone Ferreira Pio (Vice-Presidente Executiva) Rui Miguel da Silva André (Vogal Executivo)

AS CONTA DO EXERCÍCIO DE 2024

CONTAS INDIVIDUAIS

Nos termos da Lei e dos estatutos vem o Conselho de Administração da AdSA, submeter à apreciação da Assembleia Geral desta empresa as Contas do Exercício do ano de 2024.

Em termos de apresentação o presente documento contém as seguintes informações financeiras:

- Demonstração da Posição Financeira;
- Demonstração dos Resultados e do Rendimento Integral;
- Demonstração das Alterações no Capital Próprio; e,
- Demonstração dos Fluxos de Caixa.
- Constituem, também, elementos do Relatório as Notas às Demonstrações Financeiras.

No final do presente Relatório encontram-se à disposição do acionista os seguintes documentos:

- Relatório e Parecer do Fiscal Único; e,
- Certificação Legal de Contas.

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

I T I I I	notas	31.12.2024	31.12.2023
Ativos não correntes			
Ativos intangiveis	5	39 604 647	37 300 331
Ativos fixos tangiveis	6	105 542	51 917
Ativos sob direito de uso	7	174 213	54 568
Outros ativos não correntes	8	772 330	760 631
Outros ativos financeros	8	7 29 967	690 380
Impostos diferidos ativos	30	4 206 291	3 841 384
Total dos Ativos não correntes	111.84	45 592 991	42 699 211
Ativos correntes			A 11-
Inventirios	11	6 15 496	565 631
Clientes	9	2710 212	4 437 647
Imposto sobre o Rendimento do Exercicio	30	961 209	302 922
Outros ativos correntes	10	1 071 615	20 563 488
Caica e seus equivalentes	12	21 443 693	7 158 622
Total dos Ativos correntes		26 802 225	33 028 310
Total do ativo	TICLERIC	72 395 216	75 7 27 521
Capital próprio			
Capital realizado	13	1 000 000	1 000 000
Reservas e outros ajustamentos	13	200 000	200 000
Resultados transitados	13	33 976 857	32 889 313
Resultado líquido do exercicio	13	-1 863 489	1 157 744
Total do capital próprio	TE III	33 3 13 369	35 247 057
Passivos não correntes			
Provisões	14	1 952 530	1868 118
Acréscimo de gastos de investimento contratual	15	9838716	7 279 675
Subsidios ao Investimento	16	18854791	2 553 292
Passivos de Locação	7	0	C
Fomecedores e Outros passivos não correntes	17	2 504 500	2 882 506
Impostos diferidos passivos	30	707 556	925 152
Total dos passivos não correntes	1 and 1	33 858 093	34 508 743
Passivos comentes			
Passivos de Locação	7	131 425	55 663
Fom ecedores e outros passivos correntes	17	5 092 328	5 9 16 057
Imposto sobre o rendimento do exercício	30	0	c
Total dos passivos correntes		5 2 23 754	5 971 720
Total do passivo		39 081 847	40 480 463
Total do passivo e do capital próprio		72 395 216	75 7 27 52

Figura 72 - Demonstração da posição financeira

O Conselho de Administração

Francisco Maria Freitas de Morais Sarmento Ramalho (Presidente Executivo)

Simone Ferreira Pio (Vice-Presidente Executivo)

Rui Miguel da Silva André (Vogal Executivo)

O Contabilista Certificado

Marisa Isabel Pereira do Carmo

M (4 L pr ¢

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS E DO RENDIMENTO INTEGRAL

	notas	31.12.2024	31.12.2023
Rédito de contratos com clientes	19	10 786 059	16 299 741
Gasto com mercadorias e matérias consumidas	lle20	-219 658	-248 600
Fornecimentos e serviços externos	21	-4 982 823	-6 584 964
Gastos com pessoal	22	-3 214 297	-2 824 743
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	23	-7 214 136	-4 712 329
Provisões e reversões do exercício	24	-40 075	0
Perdas por imparidade e reversões do exercício	25	-1 367 430	-2 694 182
Subsídios ao investimento	16	2 698 501	2 697 073
Outros gastos e perdas operacionais	26	-360 630	-701 557
Outros rendimentos e ganhos operacionais	27	986 888	721 041
Resultados operacionais		-2 927 600	1 951 479
Gastos financeiros	28	-147 140	-190 210
Rendimentos financeiros	29	880 164	381 954
Resultados financeiros		733 025	191 743
Resultados antes de impostos		-2 194 575	2 143 222
Imposto do periodo	30	-251 417	-966 646
Imposto diferido	30	582 503	-18 832
Resultado líquido do Exercício		-1 863 489	1 157 744
Resultado por ação (básico e diluído)	13	-9,3	5,8

Figura 73 - Demonstração dos Resultados por naturezas

O Conselho de Administração

Francisco Maria Freitas de Morais Sarmento Ramalho (Presidente Executivo)

Simone Ferreira Pio (Vice-Presidente Executivo)

Rui Miguel da Silva André (Vogal Executivo)

O Contabilista Certificado

Marisa Isabel Pereira do Carmo

Mr (A M Br &

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO

	nota	Capital social	Reservas e outros ajustamentos	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	TOTAL
Saldo a 31 de dezembro de 2022		1 000 000	200 000	28 451 648	4 499 706	34 151 353
Aplicação do resultado líquido do exercicio	13			4 499 706	-4 499 706	0
Distribuição de dividendos ao Acionista	13			-62 040		-62 040
Resultado líquido do exercício	13				I 157 744	1 157 744
Saldo a 31 de dezembro de 2023		1 000 000	200 000	32 889 313	1 157 744	35 247 057
Aplicação do resultado líquido do exercicio	13	- Illen weeten be		1 157 744	-1 157 744	0
Distribuição de dividendos ao Acionista	13			-70 200		-70 200
Resultado líquido do exercicio	13				-1 863 489	-1 863 489
Saldo a 31 de dezembro de 2024		1 000 000	200 000	33 976 857	-1 863 489	33 3 13 369

Figura 74 - Alterações do Capital Próprio

O Conselho de Administração

Francisco Maria Freitas de Morais Sarmento Ramalho (Presidente Executivo)

Simone Ferreira Pio (Vice-Presidente Executivo)

Rui Miguel da Silva André (Vogal Executivo)

O Contabilista Certificado

Marisa Isabel Pereira do Carmo

123 | 185

(F) (F)

th

P

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	notas	31.12.2024	31.12.2023
Atividades operacionais		· · · · ·	
Recebimentos de clientes		13 472 399	14 647 966
Pagamentos a fornecedores		-6 898 805	-7 768 385
Pagamentos ao pessoal		-3 112 695	-2 816 021
Pagamento de IRC		-1 040 535	-1 471 607
Outros recebimentos/pagamentos		-286 315	⇒I 050 770
Total das atividades operacionais (I)		2 134 048	1 541 183
Atividades de investimento			
Recebimentos de Juros e rendimentos similares		335 344	6 461
Recebimentos de Apoio de Tesouraria	10	20 000 000	0
Pagamentos de investimentos financeiros		-39 394	-38 265
Pagamentos de ativos fixos tangiveis		-87 802	0
Pagamentos de ativos intangiveis		-7 962 388	-3 310 663
Pagamentos de Apoio de Tesouraria	10	0	-20 000 000
Total das atividades de investimento (2)		12 245 760	-23 342 467
Atividades de financiamento	124194		
Outros recebimentos		23 096	59 366
Pagamentos de juros e gastos IFRS16		-1 696	-2 070
Pagamentos de dividendos	13	-70 200	-62 040
Outros pagamentos		-22 840	-2 176
Total das atividades de financiamento (3)		-71 640	-6 920
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	14. J. 14	14 308 168	-21 808 204
Caixa e seus equivalentes no inicio do periodo	12	7 158 622	28 968 023
Caixa e seus equivalentes no fim do período	12	21 443 693	7 158 622

Figura 75 - Demonstrações dos fluxos de Caixa

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado Marisa Isabel Pereira do Carmo

Francisco Maria Freitas de Morais Sarmento Ramalho (Presidente Executivo)

Simone Ferreira Pio (Vice-Presidente Executivo)

Rui Miguel da Silva André (Vogal Executivo)

L Z

DEMONSTRAÇÕES DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

	31.12.2024	31.12.2023
Caixa	2 1 4 8	2 233
Depositos a ordem	2 441 546	2 1 56 389
Depositos a prazo	19 000 000	5 000 000
	21 443 693	7 158 622
Descobertos bancários	0	0
	21 443 693	7 158 622
	31.12.2024	31.12.2023
Caixa	2 148	2 2 3 3
Novo Banco	24 764	27 085
Caixa Geral de Depósitos	299 793	808 301
Montepio Geral	13 814	6 4 1 2
IGCP	20 940 585	6 246 041
Santander	142 404	48 280
	21 443 693	7 158 622

Figura 76 - Decomposição de caixa e seus equivalentes

Ratings a dezembro 2024:

	ratio	ngs
Banco	2024	2023
Novo Banco	888+	B 88-
Caixa Geral de Depósitos	Α-	868
Banco BPI	A	888+
Banco Montepio Geral	88	B+
IGCP - Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, I. P.	А	A-
Banco Santander Totta	A	A-

Figura 77 - Ratings

A (31

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. INFORMAÇÃO GERAL

1.1 INTRODUÇÃO

A AdSA – Águas de Santo André, S.A. (adiante designada também por AdSA, ou Empresa), com sede social na Cerca da Água, Rua dos Cravos, em Vila Nova de Santo André, foi constituída em 25 de maio de 2001. Tem como atividade principal a exploração e gestão do sistema de abastecimento de água para consumo humano e industrial, recolha e tratamento das águas residuais e receção e confinamento de resíduos industriais, num quadro de eficiência e sustentabilidade económica, social e ambiental, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e para o crescimento económico da região, e em particular da Zona Industrial e Logística de Sines.

1.2 ATIVIDADE ECONÓMICA E ACIONISTAS

A Água de Santo André, S.A. é uma sociedade anónima, constituída pelo Decreto-Lei n.º 171/2001, de 25 de maio, com um capital social de € 1.000.000, realizado a 100 %.

A sociedade tem por objeto, nos termos do artigo 3.º dos estatutos, a "...exploração e gestão do sistema de abastecimento de água, de saneamento e de resíduos sólidos de Santo André." Tendo por base o contrato de concessão celebrado com o Estado Português, à sociedade é atribuída, em regime de exclusividade, a concessão da exploração e gestão, incluindo igualmente a conclusão da conceção, a construção das obras e equipamentos, bem como a sua exploração, reparação, renovação e manutenção do sistema de abastecimento de água, de saneamento e de resíduos sólidos de Santo André, pelo prazo de 30 anos.

A AdSA tem como acionista único a Águas de Portugal, SGPS, S.A., com sede na Rua Visconde de Seabra, n.º 3, 1700 - 421 Lisboa, que detém uma participação correspondente a 100 % do capital.

1.2.1 ATIVIDADE REGULADA (CONCESSIONADA)

O modelo do contrato de concessão da AdSA possui as seguintes características:

- (i) as infraestruturas e equipamentos da concessão são construídos ou adquiridos pela empresa concessionária;
- (ii) o financiamento destas aquisições/construções é efetuado parcialmente com recursos a subsídios comunitários a fundo perdido e a financiamentos de longo prazo efetuados maioritariamente pelo Banco Europeu de Investimentos;
- (iii) os preços de venda (tarifa) praticados são genericamente fixados e sufragados pela entidade reguladora (ERSAR) e incluem uma parcela de remuneração do capital investido, correspondente a um indexante (taxa das Obrigações do Tesouro), acrescida de três pontos percentuais a título de prémio de risco. A AdSA tem assegurada a sua remuneração através das cláusulas de reequilíbrio do contrato de concessão.

A AdSA desenvolve a sua atividade num sector regulado, estando sujeita à intervenção da ERSAR (Lei 10/2014, de 6 de março, que aprova os novos estatutos da ERSAR, no quadro das novas atribuições das entidades reguladoras fixadas pela Lei 67/2013, de 28 de agosto). O principal efeito da regulação sobre a atividade da empresa está no escrutínio que a entidade reguladora faz da tarifa a aplicar aos serviços prestados aos utilizadores, bem como do respetivo orçamento anual. Com a alteração dos estatutos da ERSAR, operada pela Lei 10/2014, de 6 de março, as tarifas aplicadas aos serviços prestados aos utilizadores passaram a ser aprovadas pela entidade reguladora, tendo deixado de estar sujeitas a qualquer intervenção por parte do Concedente. Com a alteração introduzida aos Estatutos da ERSAR, aprovados pela Lei 10/2014,

de 6 de março, pelo art.º 428.º da Lei 75-B/2020, de 31 de dezembro, os poderes da Entidade Reguladora sobre as tarifas passam a ser exercidos pelo Concedente.

A AdSA está ainda sujeita à intervenção da entidade reguladora em matéria de qualidade de serviço, aferida por um conjunto de indicadores avaliados anualmente, e em matéria de qualidade da água para consumo humano, no âmbito dos poderes da ERSAR enquanto autoridade nacional da água para consumo humano.

1.3 APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 19 de março de 2025. É opinião do Conselho de Administração que as mesmas refletem de forma fidedigna as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa.

2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES, JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS

2.1 BASES DE APRESENTAÇÃO

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) emitidas pelo "International Accounting Standards Board" ("IASB") e Interpretações emitidas pelo "International Financial Reporting Interpretations Committee" ("IFRIC") ou pelo anterior "Standing Interpretations Committee" ("SIC"), adotadas pela UE, em vigor para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2024.

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritas nas respetivas notas relacionadas com as demonstrações financeiras. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, exceto quando referido em contrário.

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em euros (EUR).

As demonstrações financeiras da AdSA foram preparadas tendo por base o princípio da continuidade das operações e segundo a base do custo histórico, exceto no que respeita aos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, os quais se encontram registados ao respetivo justo valor (valor de mercado).

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com os IAS/IFRS requer o uso de estimativas e assunções que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da gestão em relação aos eventos e ações correntes, em última análise, os resultados reais podem diferir dessas estimativas. No entanto, é convicção da gestão que as estimativas e assunções adotadas não incorporam riscos significativos que possam causar, no decurso do próximo exercício, ajustamentos materiais ao valor dos ativos e passivos.

2.2 CONVERSÃO CAMBIAL

2.2.1 MOEDA

As demonstrações financeiras da AdSA e respetivas notas são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário.

2.2.2 TRANSAÇÕES E SALDOS EM MOEDA ESTRAGEIRA

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes da liquidação das transações bem como da conversão pela taxa à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, exceto quando respeitam a uma extensão do investimento numa operação estrangeira,

situação em que serão diferidos em capital próprio de acordo com a IAS 21. Os elementos não monetários valorizados ao justo valor são atualizados pela taxa de câmbio à data da determinação do mesmo, sendo o efeito da variação cambial registado conjuntamente com a variação registada no justo valor desses mesmos elementos. As diferenças cambiais apuradas são assim registadas em resultados do exercício ou em "Reservas e outros ajustamentos", consoante o registo apropriado para o reconhecimento de ganhos ou perdas para o elemento não monetário em causa. A conversão em moeda funcional da AdSA de elementos não monetários valorizados ao custo histórico é obtida pela aplicação da taxa de câmbio à data da transação.

2.3 DIREITO DE UTILIZAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS ("DUI") - CONCESSÕES 2.3.1 CLASSIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA

A IFRIC 12 define as regras a observar na contabilização dos contratos de concessão, atendendo aos serviços que presta e ao poder de controlo sobre os ativos da concessão. Nos termos desta norma a AdSA presta dois tipos de serviços: (i) o de construção, modernização e renovação das infraestruturas afetas ao sistema; e (ii) o de exploração e gestão (operar e manter) do sistema constituído pelas infraestruturas, necessárias à prestação de serviços aos utilizadores.

Se o operador (ou concessionária) construir ou modernizar as infraestruturas, o valor (tarifa) recebido ou a receber pelo operador deve ser reconhecido pelo seu justo valor, e este corresponde a um valor que se materializa num direito que corresponde a: (a) um ativo financeiro, ou (b) um ativo intangível.

Adicionalmente, nos termos da IFRIC 12, a infraestrutura não deve ser reconhecida como ativo tangível do operador (ou concessionária) porque o contrato de concessão não lhe dá o direito de a controlar. O operador tem acesso e opera a infraestrutura para prestar um serviço público em nome do concedente, de acordo com os termos do contrato. Nos termos do contrato de concessão, no âmbito desta norma, o operador (ou concessionária) atua como um prestador de serviços. O operador (ou concessionária) constrói ou moderniza as infraestruturas (construção ou modernização dos serviços) utilizadas para prestar serviços públicos e opera e mantém as infraestruturas (operação) durante um período específico de tempo.

O operador (ou concessionária) deve reconhecer um ativo financeiro na medida em que tem um direito contratual de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços prestados, que correspondem a montantes específicos ou determináveis. Neste modelo, o concedente dispõe de poucos ou nenhuns poderes discricionários para evitar o pagamento em virtude de o acordo ser em geral legalmente vinculativo (o operador (ou concessionária) tem um direito incondicional de receber dinheiro se o concedente garantir contratualmente esse pagamento ao operador que corresponde a (a) um montante específico, ou (b) à diferença, se existir, entre os montantes recebidos dos utilizadores do serviço público, e outro montante específico, mesmo que o pagamento seja contingente ao facto de a concessionária assegurar que a infraestrutura está de acordo com os requisitos de qualidade e eficiência).

O operador (ou concessionária) deve reconhecer um ativo intangível na medida em que recebe um direito (licença) de cobrar os utilizadores por um serviço público. O direito a cobrar aos utilizadores por um serviço público não é um direito incondicional de cobrança, porque os montantes estão condicionados ao facto de os utilizadores utilizarem o serviço.

Atendendo à tipologia do contrato de concessão da AdSA, nomeadamente no que diz respeito ao seu enquadramento legal (direito a cobrar aos utilizadores por um serviço público que é inerente ao facto de os utilizadores utilizarem esse serviço), o modelo que se adequa à realidade da empresa é o do intangível. Deste modo, a AdSA como concessionária classifica as infraestruturas do sistema que explora como ativos intangíveis – Direito de utilização de infraestruturas.

2.3.2 RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

Os ativos intangíveis (direitos de exploração) são registados ao custo de aquisição ou produção, incluindo os gastos e rendimentos (líquidos) diretos e indiretamente relacionados com os projetos de investimento, que são capitalizados em ativos intangíveis em curso. Os gastos que podem ser capitalizados são os relacionados com a realização do investimento. Os gastos operacionais são afetos ao ativo intangível em curso através de uma percentagem calculada em função da afetação do pessoal aos respetivos projetos. Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos para



financiamento do investimento em curso são capitalizados na sua totalidade até à entrada em exploração do sistema, que coincide com a sua disponibilidade para uso.

As despesas com grandes reparações e benfeitorias às infraestruturas da concessão (incluindo bens de substituição), por via da regulação económica da concessão, são especificamente remuneradas na medida em que concorrem igualmente para a formação da tarifa (ou seja, têm uma recuperação implícita na aceitação da amortização pelo regulador), são contabilizadas no ativo intangível e amortizadas nos mesmos termos do restante ativo. As despesas de conservação e manutenção correntes, são reconhecidas em resultados nos respetivos exercícios em que ocorrem.

2.3.3 AMORTIZAÇÕES

O ativo intangível, direito de utilização de infraestruturas, é amortizado numa base sistemática de acordo com o padrão de obtenção de benefícios económicos associados ao mesmo, e são determinados pela regulação económica e pela aceitação dos gastos de amortização na formação anual das tarifas por parte do regulador.

As amortizações na AdSA são calculadas pelo método constante, isto é, pela amortização dos investimentos contratuais, que constam do estudo de viabilidade económico e financeira, utilizado, tendo como base o número de anos do contrato de concessão (30 anos).

A taxa de amortização em 2024, do direito de utilização de infraestruturas é a seguinte:

Fotal do investimento do contrato de concessão	Número de anos do contrato de concessão	Total do investimento da concessão revisto	Número de anos da concessão	Taxa média de amortização do ano de
CONTRATO de CONCESSÃO CONTRATO	contrato de concessão	(último EVEF submetido)	(último EVEF submetido)	2024
43 962 525	30	43 962 525	30	12,50%

2.3.4 ACRÉSCIMOS DE GASTOS DE INVESTIMENTO CONTRATUAL

Em cumprimento do estipulado no contrato de concessão e com as regras regulatórias, e sempre que aplicável, é registada a quota-parte anual dos gastos estimados para fazer face às responsabilidades em investimentos contratuais (regulados) ou em investimentos de expansão (regulados) da concessão. Estes acréscimos são calculados com base no padrão de benefícios económicos associados ao investimento contratual definido no modelo económico de suporte ao contrato de concessão.

No caso da AdSA, os benefícios económicos obtidos são determinados pela regulação económica. Saliente-se que os acréscimos de gastos para investimentos contratuais visam garantir o princípio da especialização dos exercícios e o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão com o Estado, dos rendimentos (tarifas) e dos gastos (incorridos e a incorrer) que constituem a sua base de cálculo. Na prática estes acréscimos, correspondem a uma responsabilidade por reembolso a tarifas futuras, permitindo um nível de estabilização das mesmas, bem como o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão com o Estado, dos rendimentos (tarifas) e dos gastos (incorridos e a incorrer) referidos anteriormente.

Estes acréscimos são reconhecidos em gastos na rubrica amortizações do exercício e no passivo (não corrente), em acréscimo de gastos de investimento contratual, sendo transferido o passivo para amortizações acumuladas aquando da concretização do investimento subjacente.

2.3.5 RÉDITO DA CONSTRUÇÃO

De acordo com o IFRIC 12 – Contratos de concessão, a construção da infraestrutura pelo operador constitui um serviço que é prestado ao Concedente, distinto do serviço de operação e manutenção, e que, como tal deverá por esta, ser remunerado. O rédito da atividade de construção deve ser reconhecido de acordo com o IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes. No entanto, e na aplicação da IFRIC 12 é assumido que não existe margem na construção, uma vez que esta

atividade é subcontratada externamente a entidades especializadas, transferindo os riscos e os retornos a um terceiro (que constrói), pelo que o rédito e os gastos associados à construção são de igual montante. Não obstante o acima exposto, os rendimentos de construção e os gastos associados são registados na demonstração dos resultados do exercício atendendo ao disposto na IFRIC 12.

2.4 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da AdSA são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis. A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados.

O impacto das alterações de estimativas é reconhecido de forma prospetiva, enquanto que o impacto das alterações nas políticas contabilísticas são reconhecidos de forma retrospetiva.

As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte, encontram-se descritos ao longo do Anexo nas divulgações associadas às respetivas rubricas:

- Nota 5.2 vida útil e imparidade de ativos intangíveis
- Nota 6.2 vida útil e imparidade de ativos fixos tangíveis
- Nota 7.2 vida útil de locações
- Nota 9.2 imparidade de ativos financeiros
- Nota 14.2 provisões, ativos e passivos contingentes
- Nota 30.1 estimativa de imposto e impostos diferidos

2.5 EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira, se materiais são divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

3. NOVAS NORMAS E ALTERAÇÃO DE POLÍTICAS 3.1 ALTERAÇÕES VOLUNTÁRIAS DE POLÍTICAS CONTIBILÍSTICAS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 apresentada nos comparativos.

3.2 NOVAS NORMAS, INTERPRETAÇÕES E ALTERAÇÕES, COM DATA DE ENTRADA EM VIGOR A PARTIR DE 1 DE JANEIRO DE 2024

Estas normas e alterações são de aplicação efetiva para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2024, e foram aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras.

Descrição	Alteração	Data efetiva
Emendas à norma IAS I - Apresentação das demonstrações financeiras – Classificação de passivos como correntes e não correntes; Diferimento da data de aplicação; Passivos não correntes com "covenants"	Estas emendas publicadas pelo IASB clarificam a classificação dos passivos como correntes e não correntes, analisando as condições contratuais existentes à data de reporte. A emenda relativa a passivos não correntes com covenants clarificou que apenas as condições que devem ser cumpridas antes ou na data de referência das demonstrações financeiras relevam para efeitos da classificação como corrente/não corrente. A data de aplicação das emendas foi adiada para 1 de janeiro de 2024.	l de janeiro de 2024
Emenda à norma IFRS 16 - Locações - Passivo de locação numa transação de venda e relocação	Esta emenda publicada pelo IASB clarifica como um vendedor locatário contabiliza uma transação de venda e relocação que cumpre os critérios da IFRS I 5 para ser classificada como venda.	I de janeiro de 2024
Emenda às normas IAS 7 – Demonstrações dos Fluxos de Caixa - e IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações – Supplier Finance Arrangements	Requisitos de divulgação adicionais sobre acordos de financiamento de fornecedores (ou "reverse factoring"), o impacto nos passivos e fluxos de caixa, bem como o impacto na análise de risco de liquidez e como é que a entidade seria afetada caso estes acordos deixassem de estar disponíveis.	l de janeiro de 2024

Da aplicação destas alterações de normas, novas normas e interpretações não existiram impactos relevantes para as demonstrações financeiras da Empresa.

3.3 NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES JÁ EMITIDAS, MAS QUE AINDA NÃO SÃO OBRIGATÓRIAS

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após I de janeiro de 2025 ou posteriores e que a Empresa não adotou antecipadamente são as seguintes: <u>ENDOSSADAS PELAS EU</u>

Descrição	Alteração	Data efetiva
Emenda à IAS 21 – Efeitos das alterações das taxas de câmbio: Falta de permutabilidade	Esta emenda publicada pelo IASB em agosto de 2023 define a abordagem para avaliar se uma moeda pode ou não ser trocada por outra moeda. Caso se condua que a moeda não pode ser trocada por outra, indica como se determina a taxa de câmbio a aplicar e as divulgações adicionais necessárias.	l de janeiro de 2025

Esta emenda apesar de aprovada ("endorsed") pela União Europeia, não foi adotadas pela Empresa em 2024, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não se estima que da futura adoção da referida emenda decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras.

Y _ & t in Be of

AINDA NÃO ENDOSSADAS PELO EU

Descrição	Alteração	Data efetiva
Emenda a IFRS 9 e IFRS 7 Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	Requisitos de divulgação adicionais sobre acordos de financiamento de fornecedores (ou "reverse factoring"). o impacto nos passivos e fluxos de caixa, bem como o impacto na análise de risco de liquidez e como é que a entidade seria afetada caso estes acordos deixassem de estar disponíveis.	l de janeiro de 2026
Emenda à IFRS 9 e IFRS 7 – Contratos relacionados com eletricidade dependente da natureza	Esta emenda publicada pelo IASB em dezembro de 2024 inclui guidance e divulgações adicionais relacionadas com contratos de fornecimento de eletricidade provenientes de energias renováveis, bem como possibilidade de designar esses contratos como instrumentos de cobertura se cumprirem determinados requisitos.	l de janeiro de 2026
Melhoramentos anuais das normas internacionais de relato financeiro (volume 11)	Corresponde essencialmente a emendas nas normas IFRS 1, IFRS 7, IFRS 9, IFRS 10 e IAS 7.	l de janeiro de 2026
IFRS 18 - Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras	O objetivo da IFRS 18 é estabelecer requisitos para a apresentação e divulgação de informação nas demonstrações financeiras para ajudar a assegurar que estas proporcionam informação relevante que representa fielmente os ativos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos de uma entidade.	l de janeiro de 2027
IFRS 19 - Subsidiárias sem responsabilidade pública: Divulgações	Esta norma permite que uma subsidiária elegível possa optar por divulgações reduzidas nas suas demonstrações financeiras preparadas em IFRS.	l de janeiro de 2027

Estas normas não foram ainda adotadas ("endorsed") pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pela Empresa no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Relativamente a estas normas e interpretações, emitidas pelo IASB mas ainda não aprovadas ("endorsed") pela União Europeia, a empresa encontra-se em fase de identificação dos impactos para as demonstrações financeiras decorrentes da sua futura adoção.

3.4 NORMAS EM REVISÃO

IFRS 14 CONTAS DE DEFIRIMENTO RELACIONADAS COM ATIVIDADES REGULADAS

Esta norma permite que uma entidade cujas atividades estejam sujeitas a tarifas reguladas continue a aplicar a maior parte das suas políticas contabilísticas do anterior normativo contabilístico relativas a contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas ao adotar as IFRS pela primeira vez.

Não podem aplicar a norma: (i) as entidades que já preparam as demonstrações financeiras em IFRS, (ii) as entidades cujo atual normativo contabilístico não permite o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios e (iii) as entidades cujo atual normativo contabilístico permite o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios, mas que não tenham adotado tal política nas suas contas antes da adoção das IFRS.

As contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas devem ser apresentadas numa linha separada da demonstração da posição financeira e os movimentos nestas contas devem ser apresentados em linhas separadas na demonstração de resultados e na demonstração do resultado integral. Deve ser divulgada a natureza e os riscos associados à tarifa regulada da entidade e os efeitos de tal regulamentação nas suas demonstrações financeiras.

As alterações são aplicáveis prospectivamente para exercícios iniciados em ou após I de janeiro de 2016. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A União Europeia (UE) decidiu não lançar o endosso desta norma intermédia e esperar pela norma final.

Em janeiro de 2021 o IASB apresentou o Exposure Draft da nova norma IFRS 14 – Ativos e passivos regulatórios, tendo terminado em 30 de julho de 2021 o período para receção de comentários. A nova versão do IFRS 14 propõe que os ativos e os passivos regulatórios sejam mensurados através da estimativa de todos os cash-flows futuros descontados à data de relato. A taxa de desconto deverá corresponder à taxa regulatória, caso a taxa regulatória não permita compensar a empresa do efeito de variação temporal do dinheiro, então deverá ser usada uma taxa que permita efetuar esta compensação. Em cada data de relato a empresa deverá atualizar a estimativa de todos os cash-flows futuros e descontálos à taxa regulatória inicial. A norma prevê requisitos adicionais de divulgação sobre os ativos, passivos, rendimentos e gastos regulatórios bem como uma análise de maturidade aos ativos e passivos regulatórios. Em dezembro de 2021 o IASB após análise dos comentários recebidos ao Exposure Draft identificou as áreas que necessitam de trabalho adicional. Ocorreram reuniões do IASB e em 2024 ocorrerão outras reuniões, para análise e revisão de algumas propostas ao Exposure Draft.

4. POLÍTICAS DE GESTÃO DE RISCO

4.1 FATORES DE RISCO

As atividades da AdSA estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. O Grupo AdP desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da AdP e suas participadas. A gestão do risco é conduzida pelo departamento central de tesouraria com base em políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo AdP. O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito e o investimento do excesso de liquidez. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. Todas as operações realizadas com instrumentos derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração e da Tutela, que define os parâmetros de cada operação e aprova documentos formais descritivos dos objetivos das mesmas.

4.2 RISCO DE PREÇOS DAS MATÉRIAS-PRIMAS (ENERGIA E COMBUSTÍVEIS)

Os gastos anuais da AdSA em energia e combustíveis, representam aproximadamente 22% do total de fornecimentos e serviços externos. O Grupo através da AdP SGPS negoceia e contratualiza centralmente a aquisição destas matérias-primas para todo o Grupo. No caso da eletricidade é fixado o preço para o horizonte do contrato.

4.3 RISCO DE LIQUIDEZ DE CAPITAL

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria da AdSA pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis. A Empresa efetua a gestão do risco de liquidez

133 | 185

através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras nacionais que permitem o acesso imediato a fundos.

A tabela abaixo apresenta as responsabilidades da AdSA por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, a pagar no futuro (sem os juros a que estão a ser remunerados estes passivos).

	< I ano	l a 5 ano	> 5 anos
Fornecedores e outros passivos*	4 590 794	2 394 230	0 27
	4 590 794	2 394 230	110 271

* Excluindo valores a pagar ao Estado (501.535 euros)

O objetivo da AdSA em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face do balanço é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o custo de capital. O objetivo da gestão do risco de capital é salvaguardar a continuidade das operações da Empresa, com uma remuneração adequada ao acionista e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.

4.4 RISCOS DE CRÉDITO

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para a Empresa. A AdSA está sujeita ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria.

CONTRAPARTE DE EXPLORAÇÃO

O risco de crédito relacionado com operações está essencialmente relacionado com créditos de serviços prestados a clientes (serviços de água, saneamento e resíduos).

A composição da carteira de clientes da AdSA tem 3 naturezas: (i) autarquias locais ou serviços municipalizados; (ii) particulares, institucionais e empresas abastecidas pela rede de distribuição em baixa; e (iii) grandes clientes industriais na esfera do tratamento de águas residuais e abastecimento de água bruta.

1 - AUTARQUIAS LOCAIS OU SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS

O risco de crédito associado a estes clientes é considerado diminuto ou próximo do risco soberano, observando-se historicamente que o não pagamento dos serviços prestados resulta essencialmente de divergências sobre as faturas traduzidas em processos judiciais. Nos termos da legislação e regulação em vigor, aplicável aos sistemas multimunicipais, a alteração dos valores em dívida, por acordo voluntário ou extrajudicial entre as entidades gestoras e estas entidades ou por sentença judicial, releva para efeito do recálculo das tarifas ou rendimentos tarifários a cobrar na prestação de serviços futuros.

Não obstante o anterior, o processo administrativo associado à cobrança ou regularização por via de acordos e imputação ao desvio de recuperação de gastos é moroso, o que explica o valor elevado do montante de dívidas vencidas (ver nota 9) bem como os rendimentos financeiros (ver nota 29).

O Conselho de Administração da AdSA entende que sobre esses saldos não existem à data indicadores que conduzam ao reconhecimento de perdas prospetivas por imparidade (exceto em situações muito específicas e que resultam de acordos celebrados).

II - PARTICULARES INSTITUCIONAIS E EMPRESAS ABASTECIDAS PELA REDE DE DISTRIBUIÇÃO EM BAIXA

O risco de crédito associado a estes clientes é considerado médio, na medida em que o abastecimento pela rede de distribuição em baixa permite o corte do abastecimento em caso de incumprimento no pagamento atempado das faturas pelos clientes. Não obstante, no caso de incumprimento no pagamento atempado das faturas este traduz-se em perda patrimonial, pelo que são constituídas perdas esperadas por imparidade em função da perda esperada. Para a divida resultante do abastecimento pela rede de distribuição em baixa, a perda esperada é determinada da seguinte forma:i) para faturas vencidas há mais de 6 meses é aplicada imparidade de 100% (prescrição legal de faturas vencidas há mais de 6 meses); ii) para as faturas emitidas e ainda não vencidas ou vencidas há menos de 6 meses é aplicada a percentagem de perda histórica verificada a qual é agravada por forma a incluir o efeito "forward looking".

III - GRANDES CLIENTES INDUSTRIAIS

O risco de crédito associado a estes clientes é considerado médio, na medida em que se trata de clientes do setor privado. Contudo, anualmente são avaliadas as perdas esperadas por imparidade por risco de crédito, numa base individual, tendo em consideração os seguintes fatores: i) o prazo médio de recebimento; ii) a condição financeira do cliente; e iii) a evolução macroeconómica.

31 de dezembro de 2024

Segmento de negócio Tipologia de clientes M	Negócio "Alta"			Negócio "Baixa"				Grandes clientes		TOTAL
	Municipios (1)	Outros	Total	Municipios (1)	Estado e Setor Público (2)	Outros (3)	Total	Grandes dientes Industriais e outras entidades	Empresas do Grupo	TOTAL
Risco	Важо	Médio		Baixo	Baixo	Médio		Médio	Вахо	
Exposição bruta	9 872 989	0	9 872 989	101 988	0	139 416	241 404	17 621 696	960 044	28 696 133
Imparidade	-9 896 845	0	-9 896 845		0	-43 214	-43 214	-16 045 862	0	-25 985 92
Exposição líquida	-23 856	0	-23 856	101 988	0	96 202	198 191	1 575 834	960 044	2 7 10 212

(1) Indui Autarquias locais, serviços municipalizados ou intermunicipalizados e empresas municipais ou intermunicipals

(2) Indui organismos públicos e Administração Central do Estado

(3) Indui clientes domésticos, comércio e indústria

31 de dezembro de 2023

Segmento de negócio	N	egócio "Alta	t.	Negócio "Baixa"			Grandes ellentes industriais e outras entidades		TOTAL	
Tipologia de clientes	Municipios (1)	Outros	Total	Municipios (1)	Estado e Setor Público (2)	Outros (3)	Total	Grandes dientes industriais e outras entidades	Empresas do Grupo	TOTAL
Risco	Важо	Medio		Baixo	Baixo	Medio	1	Medio	Baixo	
Exposição bruta	9 215 682	0	9 215 682	98 873	0	125 561	224 434	18 911 235	704 787	29 056 138
Imparidade	-9 236 580	0	-9 236 580		0	-32 713	-32 713	-15 349 198	0	-24 618 492
Exposição líquida	-20 898	0	-20 898	98 873	0	92 847	191 720	3 562 038	704 787	4 437 647

(1) Indui Autarquias locais, serviços municipalizados ou intermunicipalizados e empresas municipais ou intermunicipais

(2) Indui organismos públicos e Administração Central do Estado

(3) Indui dientes domésticos, comércio e indústria

HA (T L Be &

CONTRAPARTE DE DEPÓSITOS

A seguinte tabela representa a exposição máxima da AdSA a risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) a 31 de dezembro de 2024 sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos na demonstração da posição financeira, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face da demonstração da posição financeira.

31,12.2024	31.12.2023
2 148	2 233
2 441 546	2 156 389
19 000 000	5 000 000
21 443 693	7 158 622
0	0
21 443 693	7 1 58 622
	2 148 2 441 546 19 000 000 21 443 693 0

4.5 RISCO DE EXPLORAÇÃO

4.5.1 RISCO DE CATÁTROFE

A AdSA está exposta a riscos de catástrofe e de fenómenos da natureza, que podem colocar em risco a operacionalidade das infraestruturas e a consequente perda de receita. Para fazer face a estes riscos a empresa tem contratualizados seguros para a transferência destes riscos.

4.5.2 RISCO REGULATÓRIO

Através da Lei n.º 10/2014, de 6 de março foram aprovados os novos estatutos da ERSAR, a qual passa a assumir o cariz de uma entidade administrativa independente, com uma reforçada autonomia em termos orgânicos, funcionais e financeiros, sendo equiparada a outras entidades reguladoras independentes.

A regulação é a mais significativa restrição à rentabilidade das atividades económicas desenvolvidas pela AdSA. O regulador pode tomar medidas com impacto negativo no cash-flow, decorrentes da possibilidade contratual de definirem um cenário de eficiência produtiva que estabelece os gastos a serem recuperados pela tarifa podem diferir dos gastos efetivamente incorridos. Nestes gastos incluem-se os gastos financeiros.

5. ATIVOS INTANGÍVEIS

5.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

DIREITO DE UTILIZAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS ("DUI2) - CONCESSÕES

Para as políticas contabilísticas relativas ao Direito de Utilização de Infraestruturas, consultar divulgação na nota 2.3.

OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis (despesas de desenvolvimento de software, as despesas com propriedade intelectual e outros direitos) são contabilisticamente relevados pelo seu valor de custo líquido de amortizações acumuladas. Os gastos de investigação e desenvolvimento que não cumprem com os critérios de reconhecimento de despesas de desenvolvimento enquanto ativos intangíveis são reconhecidos em gastos do período quando incorridos. Os gastos de desenvolvimento previamente reconhecidos como gastos do exercício não são reconhecidos como ativos intangíveis em períodos subsequentes. Investimentos que aumentem a performance dos programas de software para além das suas especificações originais são adicionados ao custo original do software.

Estas rubricas são amortizadas pelo método das quotas constantes normalmente por um período de três a dez anos. Os custos de implementação do software reconhecidos como ativos são amortizados usando o método das quotas constantes sobre as suas vidas úteis, nomeadamente de três a seis anos.

IMPARIDADE

Os ativos da AdSA são analisados à data de cada demonstração de posição financeira por forma a detetar indicações de eventuais perdas por imparidade. Se essa indicação existir, o valor recuperável do ativo é avaliado.

Para outros ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é avaliado anualmente à data do relato.

Tendo em conta as premissas dos contratos de concessão, o valor recuperável do direito de utilização de infraestruturas (DUI) corresponde ao valor de uso, e este por sua vez corresponde à remuneração garantida (dividendo) em cada um dos anos ao longo do prazo da concessão. Estes montantes são parte integrante do EVEF (estudo de viabilidade económica e financeira) anexos aos contratos de concessão que são reenviados periodicamente para o regulador do sector.

Sempre que, existem indicações de potenciais perdas por imparidade é determinado o valor recuperável dos ativos da empresa. Quando o valor contabilístico de um ativo, ou da unidade geradora de caixa onde o mesmo se encontra inserido, excede a quantia recuperável, é reduzido até ao montante recuperável, sendo esta perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício.

Para as unidades geradoras de caixa com atividade iniciada há menos que um certo período de tempo (2 a 3 anos) a AdSA efetua uma análise da imparidade. No caso em que os respetivos negócios não terão atingido ainda maturidade suficiente, são reconhecidas perdas por imparidade quando existam indicadores inequívocos de que a sua recuperabilidade é considerada remota.

Determinação da quantia recuperável dos ativos

A quantia recuperável é a mais alta do seu preço de venda líquido e do seu valor de uso. Na determinação do valor de uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão. A quantia recuperável dos ativos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

Reversão de perdas por imparidade

As perdas por imparidade são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respetiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de amortizações, que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

5.2 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

<u>VIDA ÚTIL</u>

A determinação das vidas úteis do Direito de Utilização de Infraestruturas bem como o respetivo método de amortização é essencial para determinar o montante de amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados.

Estes dois parâmetros foram definidos de acordo com a melhor estimativa da Administração para os ativos e negócios em questão. No entanto, tratando-se de uma atividade concessionada e regulada, a vida útil do Direito de Utilização de Infraestruturas está associada ao padrão de benefícios económicos obtidos e que são determinados pela regulação económica (prazo da concessão), e de acordo com o respetivo contrato de concessão. No fim da concessão o Direito de Utilização de Utilização de Infraestruturas está amortizado a 100%.

Na determinação do investimento contratual a AdSA utiliza para efeitos de base de amortizações o valor dos investimentos contratuais previstos no contrato de concessão e/ou EVEFs (Estudos de Viabilidade Económica e Financeira) submetidos posteriormente ao Concedente, os quais poderão estar sujeitos a revisão e aprovação por parte do mesmo, com consequente impacto nas demonstrações financeiras da empresa.

Em 2024, a AdSA obteve aprovação do Concedente e contratualizou investimentos não previstos no EVEF em vigor, mas necessários ao equilíbrio da concessão.

IMPARIDADE

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da empresa, tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou a manutenção da atual estrutura regulatória do mercado, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas, quer externas à AdSA.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos (ou de conjunto de ativos) implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

5.3 DETALHES E MOVIMENTOS

O detalhe dos ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 é como segue:

	31.12.2024	31.12.2023
Direito de utilização de infraestruturas - IFRIC 12	30 151 247	34 148 432
Projetos de desenvolvimento	68 315	78 074
Ativos intangiveis em curso (DUI)	9 385 085	3 073 826
	39 604 647	37 300 331

A AdSA não reconhece ativos intangíveis gerados internamente.

O movimento ocorrido nos ativos intangíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 é como segue:

M/X BI

Valor bruto	31.12.2023	Aumentos	Diminuições / Abates	Transferência	31.12.2024
Direito de utilização de Infraestruturas	1 16 252 050	590 183	0	10 901	116 853 134
Projetos de desenvolvimento	292 777	0	0	0	292 777
Ativos intangiveis em curso (DUI)	3 073 826	6 322 161	0	-10 901	9 385 085
	1 19 6 18 653	6912 343	0	0	126 530 996
Amortizações Acumuladas	31.12.2023	Aumentos (Nota 23)	Diminuições / Abates	Transferência (Nota 15)	31.12.2024
Direito de utilização de infraestruturas	-82 103 618	-4 149 244	0	-449 025	-86 70 887
Projetos de desenvolvimento	-214 703	-9 759	0	0	-224 462
	-82 3 18 32 1	-4 159 003	0	-449 025	-86 926 349
Valor líquido	37 300 331	2 753 340	0	-449 025	39 604 647

Em 31 de dezembro de 2024 a rubrica "Ativos intangíveis em curso" corresponde a obras em curso em infraestruturas da empresa (investimentos de reabilitação de infraestruturas de tratamento e transporte de água e saneamento).

O movimento das transferências, no montante de 10.901 euros deve-se à passagem a firme, de pequenas obras que se encontravam em curso, com as necessárias implicações nas amortizações.

Os principais investimentos em curso a 31 de dezembro de 2024, são os seguintes:

Descrição	Total		
Reabilitação do Canal de Ermidas	4 051 312		
Gestão da Baixa de Vila Nova de Santo André	1 536 681		
Reabilitação da Conduta de Distribuição	I 294 706		

O movimento ocorrido nos ativos intangíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 é como segue:

nsferência 78 730 0	31.12.2023 116 252 050 292 777
0	292 777
-78 730	3 073 826
0	1 19 618 653
nsferência Nota 15)	31.12.2023
-319 954	-82 103 618
0,00	-214 703
-319 954	-82 318 321
	0 asferência lota 15) -319954

139 | 185

Em 2023, a rubrica "Ativos intangíveis em curso" corresponde a obras em curso em infraestruturas da empresa (investimentos de reabilitação de infraestruturas de tratamento e transporte de água e saneamento).

O movimento das transferências, no montante de 78.730 euros deve-se à conclusão de uma obra que passou durante o exercício de 2023 a imobilizado firme, com as necessárias implicações nas amortizações.

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

6.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

RECONHECIMENTOS E MENSURAÇÃO

Os ativos fixos tangíveis encontram-se globalmente mensurados ao custo, deduzido de eventuais perdas de imparidade, sendo depreciado em função da sua vida útil estimada. Os dispêndios diretamente atribuíveis à aquisição dos bens e à sua preparação para entrada em funcionamento estão a ser considerados no seu valor contabilístico.

Os gastos subsequentes são incluídos no valor contabilístico do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos fluirão para a empresa e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. A depreciação dos mesmos é efetuada durante a vida útil remanescente do bem ou até à próxima reparação, das duas a que ocorrer mais cedo. A componente substituída do bem é identificada e reconhecida em resultados.

Os demais dispêndios com reparações e manutenção são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

DEPRECIAÇÕES

A depreciação dos ativos fixos tangíveis afetos à exploração é efetuada com base na vida útil estimada a partir do momento em que os mesmos estejam aptos a entrar em funcionamento. O valor depreciável é obtido mediante a dedução do valor residual expectável no final da vida útil estimada.

No final de cada exercício o Conselho de Administração revê os métodos de depreciação e as vidas úteis estimadas para cada ativo de forma que sejam fielmente refletidos os padrões de consumo de benefícios dos ativos durante os anos da sua utilização. Eventuais alterações destes pressupostos serão tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e alvo de aplicação prospetiva.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis são traduzidas nos seguintes prazos médios:

Naturezas	Intervalo de anos		
Edifícios e outras construções	10 - 75		
Equipamento básico	3 - 55		

Os terrenos não são objeto de depreciação.

A depreciação dos bens para os quais existe uma intenção de venda é suspensa, passando os mesmos a serem classificados como ativos detidos para venda.

IMPARIDADE

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

No final de cada exercício o Conselho de Administração revê os métodos de depreciação e as vidas úteis estimadas para cada ativo de forma que sejam fielmente refletidos os padrões de consumo de benefícios dos ativos durante os anos da sua utilização. Eventuais alterações destes pressupostos serão tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e alvo de aplicação prospetiva.

Determinação da quantia recuperável dos ativos

A quantia recuperável é a mais alta do seu preço de venda líquido e do seu valor de uso. Na determinação do valor de uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão. A quantia recuperável dos ativos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

Reversão de perdas por imparidade

As perdas por imparidade são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respetiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de amortizações, que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

DESRECONHECIMENTO

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia contabilística do ativo, e são reconhecidos como rendimentos ou gastos na demonstração dos resultados.

6.2 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

VIDA ÚTL

A determinação das vidas úteis dos ativos fixos tangíveis é essencial para determinar o montante de depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados consolidados. Este parâmetro foi definido de acordo com a melhor estimativa da Administração para os ativos em questão.

IMPARIDADE

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da empresa, tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou a manutenção da atual estrutura regulatória do mercado, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas, quer externas à AdSA.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos (ou de conjunto de ativos) implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

6.3 DETALHE E MOVIMENTO

O detalhe dos ativos fixos tangíveis em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 é como segue:

31.12.2024	31.12.2023	
10 417	15 224	
24 909	36 693	
35 584	0	
34 633	0	
105 542	51 917	
	10 417 24 909 35 584 34 633	

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como segue:

Valor bruto	31.12.2023	Aumentos	Diminuições / Abates	Transferência	31.12.2024
Edificios e Outras Construções	71 942	0	0	0	71 942
Equipamento Básico	185 539	0	0	0	185 539
Equipamento Administrativo	0	42 592	0	0	42 592
Equipamento ferramentas e Outros	0	37 218	0	0	37 218
	257 481	79 810	0	0	337 291
Depreciações acumuladas	31.12.2023	Aumentos (Nota 23)	Diminuições / Abates	Transferência	31.12.2024
Edificios e Outras Construções	-56718	-4 807	0	0	-61 525
Equipamento Básico	- 148 847	-11 784	0	0	- 160 630
Equipamento Administrativo	0	-7 009	0	0	-7 009
Equipamento ferramentas e Outros	0	-2 585	0	0	-2 585
	-205 565	-26 184	0	0	-231 748
Valor líquido	51 917	53 626	0	0	105 542

Os aumentos verificados em equipamento administrativo e equipamento de ferramentas e outros, que não estejam associados diretamente às áreas de negócio, não são considerados DUI.

L

Valor bruto	31.12.2022	Aumentos	Diminuições / Abates	Transferência	31.12.2023
Edificios e Outras Construções	71 942	0	0	0	71 942
Equipamento Básico	185 539	0	0	0	185 539
	257 481	0	0	0	257 481
Depreciações acumuladas	31.12.2022	Aumentos (Nota 23)	Diminuições / Abates	Transferência	31.12.2023
Edificios e Outras Construções	-51 911	-4 807	0	0	-56 718
Equipamento Básico	-136 392	-12455	0	0	-148 847
	- 188 303	-17 261	0	0	-205 565
Valor líquido	69 178	-17 261	0	0	51 917

7. LOCAÇÕES

7.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As locações nas quais a AdSA é locatário, são reconhecidas, mensuradas e apresentadas de acordo com um modelo único. Através deste modelo as locações são contabilizadas na demonstração da posição financeira. Na data de entrada em vigor da locação, a empresa reconhece o passivo relativo aos pagamentos futuros da locação (isto é, o passivo da locação) e o ativo que representa o direito de uso do ativo durante o período da locação (isto é, o ativo sob direito de uso). A AdSA reconhece separadamente o custo financeiro relacionado com o passivo da locação e o custo com a depreciação ou amortização do ativo sob o direito de uso.

A AdSA só tem locações enquanto locatária.

A) IDENTIFICAÇÃO DE UMA LOCAÇÃO

No início de um contrato, uma entidade deve avaliar se o contrato é, ou contém, uma locação. Um contrato é ou contém uma locação se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de uma remuneração:

- a) O ativo subjacente à locação deve ser especificamente identificado ou o ativo está implicitamente especificado no momento em que fica disponível para uso pelo locatário; e
- b) A locação deverá conceder o direito de controlar o uso do ativo subjacente por um determinado período de tempo, isto é, a locação deverá conceder o direito ao locatário de obter substancialmente todos os benefícios económicos da utilização do ativo identificado.

SEPARAR COMPONENTES DE UM CONTRATO

Se um contrato é, ou contém uma locação, a AdSA contabiliza cada componente da locação de forma separada da componente não-locação (ex: prestação de serviços) implícita no contrato, exceto, nos casos em que a empresa (como locatário) opte por não separar a componente não-locação da componente locação, e como tal, contabilizar tudo como sendo apenas uma única componente de locação.

A remuneração do contrato é separada entre a componente locação e componente não-locação, com base no preço relativo em base individual para cada componente locação e com base no somatório dos preços em base individual para

as componentes não locação. O preço relativo em base individual da componente locação equivale ao preço que um locador/fornecedor praticaria para a componente locação de forma separada.

A não ser que o expediente prático permitido aos locatários seja utilizado, um locatário deve contabilizar a componente não-locação de acordo com os IFRS que lhe sejam aplicáveis.

PRAZO DE LOCAÇÃO

O prazo da locação corresponde ao período não-cancelável em que o locatário tem o direito de usar um ativo subjacente, em conjunto com as seguintes condições:

- i) Períodos cobertos por opções em estender a locação, se o locatário tiver uma certeza razoável em como irá exercer essa opção; e
- ii) Períodos cobertos por uma opção de terminar a locação, se o locatário tiver uma certeza razoável em como não irá exercer essa opção.

O prazo da locação inclui os meses de carência de rendas, caso existam. A data de entrada em vigor da locação ("commencement date") corresponde à data em que o locador coloca o ativo subjacente da locação disponível para uso do locatário.

B) CONTABILIZAÇÃO DOS LOCATÁRIOS

RECONHECIEMNTO E MENSURAÇÃO INICIAL DA LOCAÇÃO

Na data de entrada em vigor da locação a AdSA reconhece um ativo sob direito de uso e um passivo da locação.

Mensuração inicial do ativo sob direito de uso ("Right-of-use asset")

Na data de início da locação o ativo sob direito de uso é mensurado ao custo, o qual equivale ao valor do passivo da locação adicionado de custos com desmantelamento do ativo (quando os mesmos sejam uma obrigação), de custos iniciais diretos de instalação do ativo e de pagamentos deduzidos de incentivos que possam ter ocorrido antes da data do contrato.

Mensuração inicial do passivo da locação

Na data de início da locação o passivo da locação é mensurado pelo valor atual dos pagamentos fixos e variáveis (baseados em índices ou taxas) futuros da locação, das penalidades por antecipação contratual, do valor residual que seja expetável ser pago pelo locatário e da opção de compra, se certa. Os pagamentos variáveis futuros da locação não incluem remunerações indexadas ao volume de negócios do locatário.

Os pagamentos futuros da locação são descontados utilizando a seguinte taxa de juro:

- Nos contratos em que se dispõe da taxa implícita do respetivo contrato, é utilizada essa taxa (taxa de juro que iguala o justo valor do ativo subjacente ao somatório do valor atual das rendas da locação e do valor residual);
- Nos restantes contratos, utiliza-se a taxa incremental de financiamento (taxa de juro que seria obtida para um financiamento para o prazo da locação destinado à aquisição do ativo subjacente da locação).

MENSURAÇÃO SUBSEQUENTE DA LOCAÇÃO

Mensuração subsequente do ativo sob direito de uso

O ativo sob direito de uso é mensurado pelo modelo do custo, em que o ativo sob direito de uso é mensurado pelo custo deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas e é ajustado por quaisquer remensurações do passivo da locação.

144 | 185

As depreciações são calculadas de forma linear desde a data de início da locação e pela vida útil do ativo subjacente nos casos em que exista opção de compra na locação e a mesma tenha sido considerada na mensuração inicial do ativo sob direito de uso. Nos restantes casos as depreciações são calculadas de forma linear pelo prazo da locação. As depreciações são contabilizadas como um gasto na demonstração dos resultados.

As vidas úteis utilizadas para os ativos sob direito de uso são traduzidas nos seguintes prazos médios:

Naturezas	Intervalo de anos
Equipamento de transporte	- 4

Mensuração subsequente do passivo da locação

O passivo da locação é mensurado ao custo amortizado. Após a data de início da locação, a empresa mensura o passivo da locação por:

- Aumentos para refletir os juros corridos (calculados com a taxa de desconto utilizada na mensuração inicial do passivo da locação e reconhecidos na demonstração dos resultados);
- ii) Reduções para refletir os pagamentos da locação efetuados;
- iii) Remensuração para refletir modificações na locação (ex: prazo, rendas):

a. Implica ajustar o valor contabilístico do direito de uso do ativo da locação;

b. Se a remensuração resultar de alteração do prazo da locação, então, é definida uma nova taxa de desconto a aplicar a partir da data de alteração do prazo da locação.

EXPEDIENTES PRÁTICOS PELA ADSA ENQUANTO LOCATÁRIO

A AdSA utiliza os seguintes expedientes práticos previstos no IFRS 16:

- i) Contratos com as componentes de locação e de serviços, a componente de serviços é tratada como uma locação no âmbito do IFRS 16;
- ii) Contratos de locação com término contratual até 12 meses, são excluídos do âmbito do IFRS 16;
- iii) Contratos de locação para os quais o ativo subjacente tenha um valor estimado de aquisição em estado inferior a 5.000 USD (máquinas impressoras e fotocopiadoras, bebedouros, reservatórios) são excluídos do âmbito do IFRS 16.

Nos contratos de locação em que a AdSA é locatário e cujos ativos subjacentes tenham pouco valor como, por exemplo, um computador pessoal) e nos contratos de locação a curto prazo (isto é, contratos com uma duração de 12 meses ou inferior), o reconhecimento e mensuração da locação não é efetuada através do modelo único acima descrito, sendo as rendas da locação reconhecidas como um gasto numa base linear durante o período da locação na demonstração dos resultados na rubrica "Fornecimentos e serviços externos – Rendas e alugueres".

CONTABILIZAÇÃO DOS LOCADORES

As locações são contabilizadas como locação financeira ou locação operacional:

- i) Locação financeira: se transferir substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à detenção do ativo subjacente;
- ii) Locação operacional: se não transferir substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à detenção do ativo subjacente.

Aos locadores não é permitido o expediente prático de tratar a componente não-locação como uma locação.

145 | 185

Numa locação financeira, o locador reconhece um ativo financeiro ao custo amortizado no balanço e reconhece na demonstração dos resultados o proveito dos respetivos juros.

Numa locação operacional, o locador reconhece como um proveito de forma linear os recebimentos da locação.

O AdSA é locador apenas em locações operacionais.

7.2 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

VIDA ÚTIL

A determinação das vidas úteis dos ativos é essencial para determinar o montante de depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados.

7.3 ATIVOS SOB DIREITO DE USO

O detalhe e movimento dos ativos sob direito de uso em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como segue:

		31.12.2023		Exercicio de 2024				Exercicio de 2024						
Ativos sob direito de uso	Valor Bruto 2023	Depreciações Acumuladas 2023		Au mentos e o Valor Bruto 2024	Abates e diminuições no Valor Bruto 2024	Valor Bruto (2024)	Depreciações do exercicio (Nota 23)	Abates e diminuições nas depreciações 2024	Depreciações Aciemuladas 2024	Valor Liquido 2024				
Edificios e outras construções			-		÷									
Equipamento de transporte	1 54 408	(99839)	54 569		(5 809)	1 48 5 99	(16 980)	\$ 809	(111-010)	37 589				
Licenças de Soltware	(0)		(0)	140 5 28		1 40 5 28	(3.904)	-	(3 904)	136 624				
	154 408	(99 839)	54 568	140 528	(5 809)	289 127	(20 883)	5 809	(114 913)	174 213				

		31.12.2022		Exercicio de 2023						
At was sob direito de uso	Valor Bruto Acumuladas Líquido Aumentos no dimir 2022 Valor Bruto 2023		Abates e diminuições no Valor Bruto 2023	siminuições no (2023)		Depreciações Abates e diminuições Depreciações do exercício nas depreciações Acumuladas (Nota 23) 2023 2023		Valor Liquido 2023		
Edificios e outras construções		•	-	-	-					
Equipamento de transporte	1 40 680	(92 037)	48 643	73 469	(59.741)	154 408	(66 949)	59 47	(99 839)	54 569
Licenças de Software	57 389	(39.854)	17 535		(57 389)	(0)	(17536)	57 389		(0)
	1 98 069	(131 891)	66 178	73 469	(117 131)	154 408	(84 484)	1 16 536	(99 839)	54 568

JAN (T A A

7.4 PASSIVOS DE LOCAÇÃO

O detalhe dos passivos de locação em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como segue:

31.12.2024	31.12.2023
131 425	55 663
	8
131 425	55 663
31.12.2024	31.12.2023
39 095	55 663
92 330	
131 425	55 663
31.12.2024	31.12.2023
133 262	57 236
6 08 i	
139 343	57 236
31.12.2024	31.12.2023
I 837	1 573
6 08 1	
and the second	
7 918	1 573
31.12.2024	31.12.2023
131 425	55 663
• MAS, confined	
131 425	55 663
	131 425 131 425 31.12.2024 39 095 92 330 131 425 31.12.2024 133 262 6 081 139 343 31.12.2024 1 837 6 081 31.12.2024 1 837 6 081 31.12.2024 1 837 6 081



6

8. OUTROS ATIVOS NÃO CORRENTES

8.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Para as políticas contabilísticas relativas aos outros ativos financeiros, consultar divulgação na nota 9.1.

8.2 DETALHE

O detalhe dos outros ativos financeiros em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 é como segue:

	31.12.2024	31.12.2023
Fundo de reconstituição ⁽¹⁾	727 373	687 786
Fundo de Compensação do Trabalho	2 594	2 594
	729 967	690 380

1) As empresas concessionárias e reguladas são obrigadas, de acordo com os contratos de concessão, a constituir um Fundo de Reconstituição de Capital numa instituição autorizada pelo Banco de Portugal, no montante correspondente à anuidade de amortização do capital (no final da concessão o valor constituído no Fundo terá de igualar o valor do capital social das empresas concessionárias), que será gerido pela concessionária e a que esta terá direito no termo do contrato. Na salvaguarda dos interesses dos utilizadores, uma vez que é incorporada na tarifa a margem de remuneração do capital investido, os rendimentos do fundo serão em cada ano, deduzidos aos gastos e encargos. Estes fundos encontram-se depositados, desde 2010, junto do IGCP – Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública.

O detalhe dos outros ativos relativos a cauções prestadas a entidades terceiras em 31 de dezembro de 2024 é como segue:

	31.12.2024	31.12.2023
APA - Licença n.º L009603.2022.RH6	450 000	450 000
REN - Decreto-Lei n.º 80/2023, de 6 de setembro	312 735	312 735
Outras (Aicep+ cauções)	9 596	-2 104
	772 331	760 631

9. CLIENTES

9.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

<u>CLASSIFICAÇÃO</u>

No reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados numa das seguintes categorias:

- a) Ativos financeiros pelo custo amortizado;
- b) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral; ou
- c) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados:
 a.Ativos financeiros detidos para negociação;
 b.Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados;
 c.Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados.

148 | 185

A classificação e mensuração dos ativos financeiros depende dos resultados do teste SPPI (análise das características dos fluxos contratuais, para concluir se os mesmos correspondem unicamente a pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida) e do modelo de negócio.

Face à atividade da AdSA, a empresa apenas detém ativos financeiros pelo custo amortizado.

Um ativo financeiro é classificado na categoria de "Ativos financeiros pelo custo amortizado", quando são cumpridas as duas condições seguintes:

- i. É gerido com um modelo de negócio cujo objetivo é manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- ii. As condições contratuais dão origem a fluxos de caixa em datas específicas, que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante do capital em dívida (SPPI).

Nesta rubrica são classificados instrumentos de dívida, essencialmente aplicações em Instituições de Crédito e Crédito a clientes (acordos de regularização de dívida celebrados pelo prazo de cinco anos e contas a receber decorrentes da atividade operacional da empresa).

AVALIAÇÃO DO MODELO DE NEGÓCIO PARA A GESTÃO DE ATIVOS FINANCEIROS

Em relação à avaliação do modelo de negócio, não depende das intenções para um instrumento individual, mas sim para um conjunto de instrumentos, tendo em consideração a frequência, o valor, o calendário de vendas em exercícios anteriores, os motivos das referidas vendas e as expectativas em relação a vendas futuras. As vendas pouco frequentes ou pouco significativas, ou próximas do vencimento do ativo e as motivadas por aumentos do risco de crédito dos ativos financeiros ou para gerir o risco de concentração, entre outras, podem ser compatíveis com o modelo de deter ativos para receber fluxos de caixa contratuais.

AVALAIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DOS FLUXOS CONTRATUAIS DOS ATIVOS FINANCEIROS (SPPI)

Se um ativo financeiro contém uma cláusula contratual que pode modificar o calendário ou o valor dos fluxos de caixa contratuais (tais como cláusulas de amortização antecipada ou extensão da duração), a AdSA determina se os fluxos de caixa que serão gerados durante o período de vida do instrumento, devido ao exercício da referida cláusula contratual, são apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor do capital em dívida.

As condições contratuais dos ativos financeiros que, no momento do reconhecimento inicial, tenham um efeito sobre os fluxos de caixa ou dependam da ocorrência de eventos excecionais ou altamente improváveis (como a liquidação por parte do emissor) não impedem a sua classificação nas carteiras ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral.

RECONHECIMENTO INCIAL

No momento do reconhecimento inicial todos os instrumentos financeiros ativos são registados pelo seu justo valor. Para os instrumentos financeiros ativos que não são registados pelo justo valor através de resultados, o justo valor é ajustado adicionando ou subtraindo os custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Os custos de transação são definidos como gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou alienação de um ativo financeiro, que não teriam sido incorridos se a AdSA não tivesse efetuado a transação.

No entanto, as contas de clientes sem uma componente de financiamento significativa são inicialmente mensuradas pelo seu valor de transação, conforme definido na IFRS 15 - Réditos de contratos com os clientes.

149 | 185

MENSURAÇÃO SUBSEQUENTE

Após o seu reconhecimento inicial, a empresa valoriza os ativos financeiros pelo custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral ou ao justo valor através de resultados. Face à atividade, a AdSA apenas detém ativos financeiros pelo custo amortizado e ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral.

Os rendimentos e gastos de instrumentos financeiros ao custo amortizado são reconhecidas de acordo com os seguintes critérios:

- a) Os juros são registados em resultados, utilizando a taxa de juro efetiva da transação sobre o valor contabilístico bruto da transação (exceto no caso de ativos com imparidade, em que a taxa de juro é aplicada sobre o valor contabilístico líquido de imparidade);
- b) São reconhecidos impactos em gastos ou rendimentos do período, quando o instrumento financeiro é desreconhecido, ou quando são reconhecidas ou revertidas perdas de imparidade.

Quando os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro forem renegociados ou de outra forma modificados e a renegociação ou alteração não resulte no desreconhecimento do ativo financeiro, a AdSA recalcula o valor bruto do ativo bruto do ativo financeiro e reconhece um ganho ou uma perda decorrente da diferença face ao anterior custo amortizado em contrapartida de resultados. O valor bruto do ativo financeiro é recalculado como o valor atual dos fluxos de caixa contratuais renegociados ou modificados que são descontados à taxa de juro efetiva original do ativo.

Os saldos de clientes e outras contas a receber sem componente de financiamento correspondem a valores a receber pela venda de bens ou de serviços prestados pela empresa no curso normal das suas atividades ou correspondem a direitos a receber. São inicialmente registados ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. O custo amortizado destes ativos não difere do seu valor nominal ou do seu justo valor.

CRÉDITO ABATIDO AO ATIVO (WRITE-OFF)

A AdSA reconhece um crédito abatido ao ativo quando não tem expectativas razoáveis de recuperar um ativo na sua totalidade ou parcialmente. Este registo ocorre após todas as ações de recuperação desenvolvidas pela empresa se revelarem infrutíferas. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registadas em resultados.

IMPARIDADE DE ATIVOS FINANCEIROS

No que respeita aos saldos a receber reconhecidos nas rubricas "Clientes" e "Outros ativos", a AdSA aplica a abordagem simplificada permitida pela IFRS 9, de acordo com a qual as perdas de crédito estimadas são reconhecidas desde o reconhecimento inicial dos saldos a receber e por todo o período até à sua maturidade, considerando uma matriz de taxas de incumprimentos históricas para a maturidade dos saldos a receber, ajustada por estimativas prospetivas. As contas a receber foram agrupadas por segmento de negócio para efeitos da avaliação das perdas de crédito esperadas.

O risco de crédito das contas a receber é avaliado em cada data de relato, tendo em consideração o perfil de risco de crédito do cliente. A análise de risco de crédito é baseada na probabilidade de default anual e também tem em conta o perfil de risco de crédito do cliente. A probabilidade de incobrabilidade representa uma probabilidade de default anual que reflete a posição atual e projeções futuras tendo em conta fatores macroeconómicos, enquanto a perda na eventualidade de default representa a perda expectável quando o default ocorra.

As contas a receber são ajustadas em cada período de relato financeiro, tendo em conta as estimativas da Gestão relativamente ao risco de crédito, as quais podem ser diferentes das perdas por imparidade efetivamente incorridas.

As perdas de imparidade são determinadas pela diferença entre o valor recuperável e o valor de balanço do ativo financeiro e são registadas por contrapartida de resultados do exercício. O valor de balanço dos ativos financeiros é reduzido para o valor recuperável através da utilização de uma conta de imparidade.

150 | 185

Quando valores a receber de clientes ou a outros devedores que se encontrem vencidos, são objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados como vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

RECLASSIFICAÇÃO ENTRE CATEGORIAS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

De acordo com os requisitos do IFRS 9, a reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros apenas pode ocorrer no caso de a AdSA alterar o modelo de negócio para a gestão de uma categoria de ativos financeiros. Esta reclassificação seria efetuada de forma prospetiva a partir da data de reclassificação. De acordo com a abordagem do IFRS 9, geralmente as alterações no modelo de negócio ocorrem com pouca frequência.

POLÍTICA DE DESRECONHECIMENTO

Um ativo financeiro é total ou parcialmente desreconhecido quando os direitos contratuais sobre os fluxos de caixa desse ativo expiram ou quando são transferidos para um terceiro independente da entidade.

O tratamento contabilístico a aplicar às transferências de ativos depende do grau e da forma como se transferem para terceiros os riscos e benefícios associados à propriedade dos ativos:

- Se os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo financeiro, são substancialmente transferidos para terceiros (no caso de, entre outros, vendas incondicionais, vendas com acordo de recompra pelo justo valor na data de recompra, vendas de ativos financeiros com opção de compra ou venda adquirida emitida sem dinheiro e em securitizações de ativos nos quais o cedente não retém financiamento subordinado ou concede qualquer tipo de reforço de crédito aos novos detentores), este ativo é desreconhecido do balanço, reconhecendo-se simultaneamente qualquer direito ou obrigação retidos ou resultantes da transferência;
- Se os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo financeiro transferido são substancialmente retidos (no caso de, entre outros, vendas de ativos financeiros com acordo de recompra por um preço fixo ou pelo preço de venda mais a rentabilidade usual de um credor, os contratos de empréstimo de títulos em que o mutuário tem a obrigação de devolver os mesmos ou similares) não são desreconhecidos no balanço e continuam a ser valorizados com os mesmos critérios utilizados antes da transferência, sendo reconhecido em termos contabilísticos:
 - Um passivo financeiro associado por um valor igual à retribuição recebida, que é subsequentemente valorizada ao custo amortizado, a menos que cumpra os requisitos para ser classificado como outros passivos pelo justo valor através de resultados.
 - O rendimento do ativo financeiro transferido, mas não desreconhecido, e as despesas do novo passivo financeiro, sem compensação.
- Se os riscos e benefícios, inerentes a um ativo financeiro transferido, não forem substancialmente transferidos ou
 retidos (no caso de, entre outros, vendas de ativos financeiros com opção de compra ou de venda, securitizações
 em que o cedente assume financiamento subordinado ou outros tipos de melhoria de crédito para uma parte
 do ativo transferido), distingue-se entre
 - o Se a entidade cedente não retém o controlo do ativo financeiro transferido, ele é desreconhecido do balanço qualquer direito ou obrigação retida ou resultante da transferência é reconhecida.
 - o Se a entidade cedente retém o controlo do ativo financeiro transferido, continua a reconhecê-lo no balanço por um valor igual à sua exposição com as alterações de valor que possa ter e reconhece um passivo associado ao ativo financeiro transferido. O valor líquido do ativo transferido e do passivo associado será ao custo amortizado dos direitos e obrigações retidos, se o ativo for mensurado pelo custo amortizado, ou pelo justo valor dos direitos e obrigações retidos, se o ativo transferido for mensurado pelo justo valor.

151 | 185

9.2 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

IMPARIDADE E ATIVOS FINANCEIROS

As perdas por imparidade para clientes e outros ativos são calculadas de acordo com a perda esperada, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos. As estimativas relacionadas a avaliação de imparidade das contas a receber diferem de negócio para negócio.

À data de emissão das demonstrações financeiras da AdSA não é considerada como provável a existência de qualquer situação de imparidade nos ativos reportados, para além das perdas por imparidade reconhecidas nestas demonstrações financeiras. Se por efeito de alguma avaliação for evidenciado qualquer indício de imparidade, o respetivo valor de balanço do ativo será ajustado por contrapartida de resultados do ano. Além das incertezas acima mencionadas, existem ainda algumas áreas de julgamento cujo impacto se reflete nas demonstrações financeiras. Ainda que não seja expectável virem a provocar uma alteração material no exercício subsequente, poderão ainda assim levar a uma alteração de pressupostos ou de avaliação por parte da Administração.

9.3 DETALHE E MOVEIMENTO

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 o detalhe de Clientes é como segue:

Corrente	31.12.2024	31,12,2023
Clientes municípios	78 132	77 975
Clientes gerais	I 578 526	3 223 709
Clientes Gerais e Intragrupo - Estimativa de serviços a faturar	1 053 553	1 135 963
	2710212	4 437 647

A rubrica "Clientes gerais" corresponde a saldos a receber no âmbito da atividade de distribuição de água em "baixa", de abastecimento de água para consumo industrial, recolha e tratamento das águas residuais, receção e confinamento de resíduos industriais e das atividades não reguladas.

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 o detalhe do saldo a receber é como segue:

Corrente	31.12.2024	31.12.2023
Clientes gerais	17 667 602	16 539 832
Clientes Gerais e Intragrupo - Estimativa de serviços a faturar	1 053 553	3 201 751
Clientes gerais (perdas por imparidade)	-16 089 076	-15 381 911
	2 632 080	4 359 672

A rubrica "Clientes Gerais e Intragrupo – Estimativa de serviços a faturar" diz respeito à especialização de mínimos contratuais de um cliente industrial (em 2023) e à estimativa dos serviços a faturar de recolha e tratamento das águas residuais urbanas à empresa do Grupo Águas Públicas do Alentejo.

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 o detalhe do saldo a receber de Municípios apresenta o seguinte detalhe por natureza de dívida:

31.12.2024	31.12.2023
4 641 370	4 483 649
13 435	29 1 1 4
5 320 173	4 801 792
-9 896 845	-9 236 580
78 132	77 975

Em 31 de dezembro de 2024 o saldo a receber de Municípios, líquido das perdas por imparidade, apresenta o seguinte detalhe por antiguidade:

Corrente	Vencido até 2022	Vencido	2023	Vencido 2024	Total vencido	Não vencido	Total
Município de Santiago do Cacém	0		1 521	8 6 3 6	10 157	36 790	46 947
Município de Sines	0		0	0	0	31 185	31 185
	0		1 521	8 6 3 6	10 157	67 975	78 132

O movimento ocorrido na imparidade para clientes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foi como segue:

	31.12.2023		entos ta 25) U	tilizações	Reversões (Nota 25)	31.12.2024
Perdas por Imparidade - Municípios	-9 236 580	-	660 265	0	0	-9 896 845
Perdas por Imparidade - Clientes Gerais	-15 381 911	-	748 044	0	40 879	-16 089 07
Perdas por Imparidade - Outros ativos correntes (nota 10)	-3 335 952		0	0	0	-3 335 952
	-27 954 444	-1	408 309	0	40 879	-29 321 874
	31.12.2	022	Aumentos (Nota 25)	Utilizações	Reversões (Nota 25)	31.12.2023
Perdas por Imparidade - Municípios	-8 8	28 963	-629 634	222 017	0	-9 236 58
Perdas por Imparidade - Clientes Gerais	-13 3	7 363	-2 065 78	8 0	1 240	-15 381 911
Perdas por Imparidade - Clientes Gerais - (Outros ativos correntes)	-3 3	85 952	(0 0	0	-3 335 952
	-25 4	82 279	-2 695 42	3 222 017	1 240	-27 954 444

A AdSA efetuou uma análise ao risco de incobrabilidade e entendeu reconhecer perdas por imparidade sobre alguns dos saldos a receber de clientes e continuar a reforçar algumas destas rúbricas, em função da evolução dos pagamentos observada ao longo do ano, bem como de diversas ações judiciais pendentes.

10. OUTROS ATIVOS CORRENTES

10.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Para as políticas contabilísticas relativas aos outros ativos, consultar divulgações nas notas:

- o 9.1 Clientes
- o 16.1. Subsídios ao investimento

10.2 DETALHE DO MOVIMENTO

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 o detalhe de Outros ativos é como segue:

	31.12.2024	31.12.2023		
Outros devedores	3 485 56	3 489 609		
Empresas do Grupo (Nota 31)	0	20 000 000		
Acréscimos de rendimentos	26 534	3 0 1 6		
Gastos a Reconhecer	182 800	163 171		
Estado e outros entes públicos	713 077	243 643		
Perdas por Imparidade (Nota 9)	-3 335 952	-3 335 952		
	1 071 615	20 563 488		

Na rúbrica "Outros devedores" encontra-se registado o saldo relativo a volumes mínimos contratualizados com um cliente industrial, cujo processo judicial se encontra em curso, desde 2025, no montante de 3.335.952 euros, para o qual existe uma imparidade sobre a totalidade do saldo, registado na rubrica "Perdas por imparidade".

Na rúbrica "Empresas do Grupo" refere-se ao contrato de apoio de tesouraria efetuado em 2023 e que foi reembolsado no decurso do exercício de 2024. Na rúbrica "Gastos a reconhecer" encontra-se registado o diferimento da bonificação constante do Artigo 16.º do Decreto-lei n.º 171/2001, de 25 de maio.

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

	31.12.2024	31.12.2023
IVA a receber	713 077	243 643
Outros	0	0
Estado e outros entes públicos ativos	713 077	243 643

A fevereiro de 2025, a AdSA recebeu o montante de 528.506,07 euros, relativo a IVA a receber.

11. INVENTÁRIOS

11.1 POLÍTICAS CONTABÍSTICAS

Os inventários estão valorizados ao valor mais baixo entre o custo de aquisição (o qual inclui todas as despesas até à sua entrada em armazém) e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido resulta do preço de venda estimado no decurso da atividade normal da empresa, deduzido das despesas variáveis de venda. O método de custeio adotado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio.

11.2 DETALHE E MOVIMENTO

O detalhe dos inventários em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 é como segue:

	31.12.2024	31.12.2023
Materiais diversos	615 496	565 631
	615 496	565 631

A AdSA com vista a assegurar a exploração e gestão (operar e manter) do sistema constituído pelas infraestruturas concessionadas, necessárias à prestação de serviços aos utilizadores, dispõe de um armazém onde ficam acondicionadas todas as peças de manutenção, contadores, reagentes, fardamento, entre outros.

O movimento ocorrido nas matérias-primas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e o apuramento do gasto com mercadorias e matérias consumidas é como segue:

	31.12.2024	31.12.2023
Inventários Iniciais	565 631	593 602
Compras	408 735	319 413
Regularizações	-139 212	-98 783
Inventarios Finais	615 496	565 631
	219 658	248 600

12. CAIXA E OS SEUS EQUIVALENTES

12.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

O caixa e equivalentes de caixa incluem numerário, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até três meses e descobertos bancários (no caso da Demonstração dos Fluxos de Caixa), sem risco significativo de alteração de valor.

Os descobertos bancários são apresentados no balanço, no passivo corrente, na rubrica Empréstimos, os quais são também considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa.

12.2 DETALHE

O detalhe de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como segue:

	31.12.2024	31.12.2023		
Caixa	2 148	2 233		
Depositos à ordem	2 441 546	2 156 389		
Depósitos a prazo	19 000 000	5 000 000		
	21 443 693	7 158 622		

A 31 de dezembro de 2024 a AdSA constituiu duas aplicações financeiras, no montante total de 19.000.000 euros, com vencimento a 3 de janeiro de 2025.

13. CAPITAL PRÓPRIO

13.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

CLASSIFICAÇÃO

Um instrumento é classificado como instrumento de capital próprio:

- se não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro a uma outra entidade, ou de trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade em condições potencialmente desfavoráveis para o emitente;
- se o instrumento for ou puder ser liquidado nos instrumentos de capital próprio do próprio emitente, é um não derivado que não inclui qualquer obrigação contratual para o emitente de entregar um número variável dos seus próprios instrumentos de capital próprio, ou um derivado que será liquidado apenas pelo emitente trocando uma quantia fixa em dinheiro ou outro ativo financeiro por um número fixo dos seus próprios instrumentos de capital próprio.

CAPITAL

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

DIVIDENDOS

As distribuições efetuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

13.2 CAPITAL SOCIAL

O capital no montante de 1.000.000 euros é constituído por 200.000 ações de 5 euros cada e encontra-se integralmente realizado.

A AdSA tem como acionista único a Águas de Portugal, SGPS, S.A., com sede na Rua Visconde de Seabra, n.º 3, 1700 - 421 Lisboa, que detém uma participação correspondente a 100 % do capital.

156 | 185

13.3 RESULTADO LÍQUIDO POR AÇÃO

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o resultado líquido por ação é o seguinte:

	31.12.2024	31.12.2023
Resultado líquido do exercício	-1 863 489	1 157 744
Número médio de ações	200 000	200 000
Resultado por ação (básico e diluído)	-9,3	5,8

13.4 RESERVAS E OUTROS AJUSTAMENTOS

O detalhe das reservas e outros ajustamentos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 é como segue:

31.12.2024	31.12.2023	
200 000	200 000	
0	0	
200 000	200 000	
	0	

De acordo com o disposto nos Estatutos da empresa e no Código das Sociedades Comerciais, a Empresa é obrigada a transferir para a rubrica de reserva legal, incluída na rubrica "Outras reservas", no Capital Próprio, pelo menos, 5% do lucro líquido apurado em cada exercício até que esta atinja os 20% do capital social. A reserva legal não pode ser distribuída aos acionistas, podendo, contudo, em determinadas circunstâncias, ser utilizada para aumentos de capital ou para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas.

13.5 RESULTADOS TRANSITADOS

O movimento ocorrido em resultados transitados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foi como segue:

	31.12.2023	Resultado Liquido do Exercicio	Dividendos Distribuídos	31.12.2024
Resultados Transitados	32 889 313	I 157 744	-70 200	33 976 857
	32 889 313	1 157 744	-70 200	33 976 857

14. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

14.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

PROVISÕES

As provisões apenas são reconhecidas quando existe uma obrigação presente que resulte de eventos passados, para a liquidação da qual seja provável a necessidade de afetação de recursos internos e cujo montante possa ser estimado com fiabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a AdSA divulgará tal facto como um passivo contingente, salvo se a

avaliação da exigibilidade da saída de recursos para liquidação do mesmo seja considerada remota. Quando há um número elevado de obrigações similares, a probabilidade de gerar um exfluxo de recursos internos é determinada em conjunto. A provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de exfluxo de recursos internos relativamente a um elemento incluído na mesma classe de obrigações possa ser reduzida. As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Empresa é parte integrante da disposição de um contrato de acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar que excedem os benefícios económicos futuros derivados dos mesmos. As provisões são mensuradas ao valor presente, à data do balanço, da melhor estimativa do Conselho de Administração sobre o dispêndio necessário para liquidar a obrigação. A taxa de desconto usada para determinar o valor presente reflete a expectativa atual de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

PASSIVOS CONTINGENTES

Passivos contingentes correspondem a potenciais obrigações em resultado de acontecimentos passados e cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente no controlo da empresa. Podem ainda representar obrigações presentes em resultado de acontecimentos passados, que por não ser provável o pagamento de benefícios económicos ou não ser possível estimar o seu valor com fiabilidade, não são reconhecidas nas Demonstrações Financeiras. A AdSA procede à sua divulgação nas notas às contas, sempre que a probabilidade de desembolso futuro não é considerada remota. Procede ao seu reconhecimento ou constitui provisão, quando se torna provável o pagamento de benefícios económicos e o seu valor é passível de ser estimado com algum grau de fiabilidade.

ATIVOS CONTINGENTES

Ativos contingentes são potenciais ativos da empresa que resultam de acontecimentos passados, mas cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros, os quais não se encontram no seu controlo. A AdSA procede à sua divulgação nas notas às contas, quando se torna provável o recebimento de benefícios económicos futuros. Procede ao seu reconhecimento nas Demonstrações Financeiras quando se torna virtualmente certo o seu recebimento.

14.2ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A AdSA analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A AdSA é parte em diversos processos judiciais em curso para os quais, com base na opinião dos seus advogados, efetua um julgamento para determinar se deve ser registada uma provisão para essas contingências.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de exfluxo de recursos internos necessários para a liquidação das obrigações, poderá conduzir a ajustamentos significativos quer por variação daqueles pressupostos quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

Em agosto de 2021, através da assinatura da 2.ª Adenda ao Contrato de Concessão n.º 1/CPS/SD/2009, relativo à utilização dos Recursos Hídricos para a Captação de Águas Superficiais destinadas ao Abastecimento Publico e à Produção de Energia Hidroelétrica no Rio Sado e na Albufeira do Morgavel, passou para a AdSA a gestão, manutenção, monitorização e exploração da Barragem de aterro incluindo os órgãos de segurança (descarregador de superfície e descarga de fundo) assim como todas as responsabilidades existentes no Regulamento de Barragens, nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 344/2007, de 15 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 21/2018, de 28 de março, bem como todas as outras normas legais ou regulamentares sobre a matéria.



14.3 DETALHE E MOVIMENTO

O detalhe das provisões em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 é como segue:

31.12.2024	31.12.2023
61 075	21 000
1 891 455	1 847 118
0	0
I 952 530	1 868 1 18
	61 075 1 891 455 0

O movimento ocorrido nas provisões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foi como segue:

31.12.2023	Aumentos (Nota 24)	Reversões (Nota 24)	31.12.2024
21 000	40 075	0	61 075
1 847 118	44 337	0	1 891 455
1 868 1 18	84 412	0	1 952 530
31.12.2022	Aumentos (Nota 24)	Reversões (Nota 24)	31.12.2023
21 000	0	0	21 000
21 000 1 770 955			21 000 1 847 118
	21 000 1 847 118 1 868 118	31.12.2023 (Nota 24) 21 000 40 075 1 847 118 44 337 1 868 118 84 412 31.12.2022 Aumentos	31.12.2023 (Nota 24) (Nota 24) 21 000 40 075 0 1 847 118 44 337 0 1 868 118 84 412 0

No exercício de 2024, a AdSA reconheceu uma provisão relativa a uma contraordenação que se encontra em curso.

O montante registado na rúbrica "matérias ambientais" corresponde a provisões para fazer face à selagem e monitorização da célula de resíduos industriais não perigosos do RESIM (aterro), encontrando-se atualizada ao valor atual (Nota 28).

PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO

A AdSA faz uma avaliação cuidada dos seus riscos e contingências tendo, nessa sequência constituído provisões que, face aos riscos identificados e à probabilidade de materialização em passivos considera encontrarem-se adequadamente reconhecidas.

A correr em tribunal, e já devidamente contestadas, a empresa tem as seguintes ações interpostas por terceiros:

159 | 185

Tipo de Ação	Descrição da Ação	Valor da Ação	Valor da Probabilidade da Obrigação	Valor da Provisão Constituída na Contabilidade	Risco
	Ação contra a AdSA, pela IGAMAOT,	coima pode ir de			
Contraordenação	relativa a contraordenação ambiental na	24.000€ a	40 075	40 075	Provável
	ETAR. 5,000.000€				
	Ação contra a AdSA, pela IGAMAOT,	coima pode ir de			
Contraordenação	relativa a contraordenação ambiental na	2.000€ a	0	0	Possível
	ETAR.	36.000€			
		coima pode ir de			
		24.000€ a		0 Pos	
		144.000€			Possível
C		coima pode ir de	0		
Contraordenação		I2.000€ a	U		
	ETAR.	72.000€			
		coima pode ir de			
		200€ a 2.000€			
	Pedido formulado contra a AdSA, através				
Outros	de uma Ação de Requalificação de	231 509	0	0	Possível
	Categoria Profissional em Litisconsórcio.				

GARANTIAS

As responsabilidades por garantias bancárias prestadas pela AdSA demonstram-se como se segue:

		Boa Execução	Concessão da Exploração	Contratos Bens e Serv. e Outros	Expropriações e Onerações	Tribunais	31.12,2024
Águas de Santo André		40 000	688 770	312 735	9	181 326	1 222 831
	Total	40 000	688 770	312 735	•	181 326	1 222 831

15. ACRÉSCIMO DE GASTO DE INVESTIMENTO CONTRATUAL

15.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Ver política contabilística na nota 2.3.4.

15.2DETALHE E MOVIMENTO

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 o detalhe do acréscimo de gastos de investimento contratual é como segue:

	31.12.2024	31.12.2023
Acréscimos de gastos de investimento contratual	9 838 716 7 279	
	9 838 716	7 279 675

Jr/C

MOVIMENTO DO PERÍODO

O movimento ocorrido no acréscimo de gastos de investimento contratual no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e no exercício de 2023 é como segue:

	31.12.2023	Aumentos (Nota 23)	Diminuições	Transferências (Nota 5)	31.12.2024
Acréscimos de gastos de investimento contratual	7 279 675	3 008 065	0	-449 025	9 838 716
	7 279 675	3 008 065	0	-449 025	9 838 716
	31.12.2022	Aumentos (No ta 23)	Diminuições	Transferências (Nota 5)	31.12.2023
Acréscimos de gastos de investimento contratual	7 121 603	478 026	0	-319 954	7 279 675
	7 121 603	478 026	0	-319 954	7 279 675

O valor desta rubrica corresponde à aplicação da taxa de amortização sobre o investimento da concessão previsto, mas ainda não realizado. Em 2024, foi considerado um aumento de \in 21.422.189 no valor total de investimento da concessão. Este montante corresponde a um conjunto de investimentos adicionais que, ainda que não previstos na versão inicial do EVEF de 2001, foram autorizados e aprovados pela ERSAR e Concedente e já foram adjudicados a fornecedores. Este aumento no valor total de investimento da concessão explica a variação verificada nas adições registadas no período para Acréscimos de gastos de investimento contratual - \in 3.008.065 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (Nota 23).

O valor de € 449.025 (Nota 5), corresponde à transferência de amortizações futuras que estavam registadas no passivo da empresa e que foram transferidas para o ativo, devido à realização e conclusão de investimentos efetuados em 2024.

16. SUSBÍDIOS AO INVESTIMENTO

16.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Os subsídios relacionados com ativos (para investimentos) são reconhecidos quando existe uma segurança razoável que o subsídio será recebido e que a empresa cumprirá as obrigações inerentes ao seu recebimento. Os subsídios para investimento relativos à aquisição e/ou construção de ativos fixos tangíveis e/ou intangíveis são incluídos nos passivos nãocorrentes e são creditados na demonstração dos resultados com base no mesmo método da depreciação dos ativos subjacentes.

16.2DETALHE E MOVIMENTO

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 o detalhe dos subsídios ao investimento é como segue:

31.12.2024	31.12.2023
18 489 993	21 131 425
364 797	421 867
18 854 791	21 553 292
	18 489 993 364 797

161 | 185

	31.12.2023	Reconhecimento	Aumentos	Regularizações	31.12.2024
Integração de património	21 131 425	-2 641 431	0	0	18 489 993
Outros subsidios	421 867	-57 070	0	0	364 797
	21 553 292	-2 698 501	0	0	18 854 791
	31.12.2022	Reconhecimento	Aumentos	Regularizações	31.12.2023
Integração de património	23 772 856	-2 641 431	0	0	21 131 425
Outros subsidios	447 509	-55 642	30 000	0	421 867
	24 220 365	-2 697 073	30 000	0	21 553 292

O montante de € 2.641.431 subdivide-se no valor de € 2.066.350 relativo ao reconhecimento em rendimentos do exercício dos valores associados à integração de património e ao valor de € 575.081 diz respeito à integração da Barragem de Morgavel efetuada em 2021. O montante de € 57.070, dizem respeito à candidatura ao Programa Operacional Temático de Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR), com o código de operação n.º POSEUR-03-2012-FC-000018, para intervenções no subsistema de Águas Residuais, na ETAR de Ribeira dos Moinhos (€ 49.723) e ao protocolo celebrado com o Fundo Ambiental de comparticipação à renovação da frota verde do Grupo AdP (€ 7.347). Ainda relacionado com a renovação da frota verde está o montante de € 30.000.

17. FORNECEDORES E OUTROS PASSIVOS

17.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Incluem passivos a pagar por bens e serviços que a empresa adquiriu, no decurso normal da sua atividade. Os passivos são classificados como correntes se o pagamento se vencer no prazo de 12 meses ou menos, caso contrário, os passivos são classificados como não correntes.

Estes passivos são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, os passivos são mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efetiva. As dívidas a pagar fornecedores e outras dívidas a pagar a terceiros classificadas no momento inicial como correntes, são registadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

17.2 DETALHE

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 o detalhe de fornecedores e outros passivos é como segue:

	nota 31.12.20		31.12.2024		31.12.2023		
		Não corrente	Corrente	Total	Não corrente	Corrente	Total
Fornecedores							
- Fornecedores de investimento			1 277 111	1 277 111		961 546	961 546
- Fornecedores gerais	i)	2 504 500	830 042	3 334 542	2 882 506	669 191	3 55 697
Outras contas a pagar							
- Cauções de fomecedores			0	0		0	0
- Taxas municipais de saneamento e RSU	ii)		63 898	63 898		61 067	61 067
- Outros	iii)		500 930	500 930	_	533 473	533 473
Acréscimos de gastos e diferimentos							
- Férias e sub, de férias a pagar ao pessoal			398 952	398 952		382 957	382 957
- Serviços diversos prestados por fornecedores e não faturados	ív)		472 621	472 621		1 391 374	1 391 374
- Diferimentos	vi)		1 047 239	1 047 239		1 196 845	1 196 845
Credores por acréscimos de juros			-				
Estado e outros entes públicos	v)		501 535	50 535		719 604	719 604
		2 504 500	5 092 328	7 596 829	2 882 506	5 916 057	8 798 563

 i) O montante registado em Fornecedores gerais não corrente respeita a dívida a pagar à APA por integração do património.

- ii) Esta rubrica inclui taxas municipais a pagar pela AdSA à Câmara Municipal de Santiago do Cacém no âmbito dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU).
- iii) Na rubrica "Outros" está reconhecido o pagamento mensal ao INAG, atual APA, no montante de 39.904 euros (478.846 euros anuais) de acordo com o Artigo 6 do Decreto-Lei n.º 171/2001, de 25 de maio de 2001 e o EVEF anexo ao Contrato de Concessão.

iv) nesta rubrica estão reconhecidas as obrigações constantes no Decreto-Lei n.º 171/2001, de 25 de maio de 2001 e no Contrato de Concessão.

v) Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 a rubrica Estado e outros entes públicos tem o seguinte detalhe:

31.12.2024	31.12.2023
0	0
-30 014	-30 057
-59 923	-54 778
411 598	-634 769
0	0
-501 535	-719 604
	-501 535

vi) Em diferimentos estão reconhecidas as obrigações constantes no Decreto-Lei n.º 171/2001, de 25 de maio de 2001 e no Contrato de Concessão, designadamente com a atualização financeira do valor da renda.

163 | 185

- h

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA DO IFRS 9

Classificação dos ativos e passivos financeiros 31/12/2024	Ativos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros ao custo amortizado	Total de instrumentos financeiros
Outros ativos financeiros	729 967		729 967
Clientes e outros ativos	3 841 080		3 841 080
Caixa e seus equivalentes	21 443 693	2002	21 443 693
	26 014 740	0	26 014 740
Fornecedores e outros passivos não correntes	3	2 504 500	2 504 500
Fornecedores e outros passivos correntes	8	4 590 794	4 590 794
	0	7 095 294	7 095 294
	Ativos financeiros	Passivos	Total de

Classificação dos ativos e passivos financeiros 31/12/2023	Ativos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros ao custo amortizado	Total de instrumentos financeiros
Outros ativos financeiros	690 380	•	690 380
Clientes e outros ativos	25 518 122	-	25 518 122
Caixa e seus equivalentes	7 158 622	-	7 158 622
	33 367 124	0	33 367 124
Fornecedores e outros passivos não correntes		2 882 506	2 882 506
Fornecedores e outros passivos correntes	H	5 196 454	5 196 454
	0	8 078 959	8 078 959

19. RÉDITO DE CONTRATOS COM CLIENTES

19.1 POLÍTICAS CNTABILÍSTICAS

O Rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber, das transações realizadas com clientes no decurso normal da atividade da empresa. O Rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

A IFRS 15 prevê um modelo de cinco passos para a contabilização do rédito proveniente de contratos com clientes e requer que o rédito seja reconhecido por um valor que reflita a retribuição a que uma entidade espera ter direito em troca dos bens e/ou serviços que serão transferidos para o cliente. Os cinco passos previstos são: (1) identificar o contrato com o cliente, (2) identificar as obrigações de desempenho do contrato, (3) determinar o preço de transação, (4) alocar o preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (5) reconhecer os rendimentos quando a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho.

Na determinação do valor do rédito, a AdSA avalia para cada transação as obrigações de desempenho que assume perante os clientes, o preço da transação a afetar a cada obrigação de desempenho identificada na transação e a existência de condições de preço variáveis que podem originar acertos futuros ao valor do rédito registado, e para os quais o grupo efetua a sua melhor estimativa.

Na maioria das vendas de bens ou prestação de serviços efetuadas pela empresa, existe apenas uma obrigação de desempenho ("performance obligation"), pelo que o rédito é reconhecido de imediato, com a entrega dos bens (venda de água) ou da prestação do serviço (saneamento) ao cliente.

O rédito é determinado e reconhecido como segue:

164 | 185

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Atividade regulada - Serviços em "alta" - Saneamento

O rédito é reconhecido com base em (i) valores mínimos quando se verifiquem quebras de exclusivo do contrato de concessão; ou (ii) consumos, ou seja, o rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada e os consumos medidos e/ou estimados.

Atividade regulada - Serviços em "alta" - Tratamento e valorização de resíduos - indiferenciados

O rédito é reconhecido com base em consumos, ou seja, o rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada e os consumos medidos e/ou estimados.

Atividade regulada - Serviços em "baixa" e em "alta" - Abastecimento de Água

O rédito é reconhecido com base em consumos, ou seja, o rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada e os consumos medidos e/ou estimados.

Atividade não regulada

A tarifa encontra-se suportada num contrato estabelecido com o cliente, em que o preço do aluguer se encontra definido. O valor do contrato é reconhecido mensalmente no mês a que respeita a prestação do serviço.

VENDAS DE BENS

Atividade regulada - Serviços em "alta" – Abastecimento de água

O rédito é reconhecido com base em (i) valores mínimos quando se verifiquem quebras de exclusivo do contrato de concessão; ou (ii) consumos, ou seja, o rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada e os consumos medidos e/ou estimados.

Atividade regulada - Serviços em "baixa" - Abastecimento de água

O rédito é composto por duas componentes, uma fixa e outra variável. O rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada para cada escalão e os consumos medidos e/ou estimados nesse escalão (componente variável). A componente fixa corresponde à disponibilidade do serviço e está indexado à capacidade de débito do contador. O reconhecimento é efetuado em duodécimos.

19.2 DETALHE

O rédito de contratos com clientes em 31 de dezembro de 2024 e 2023 apresenta o seguinte detalhe:

· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	31.12.2024	31.12.2023
Vendas	5 177 127	6 980 429
Prestações de Serviço	5 608 933	9 319 312
	10 786 059	16 299 741

A diminuição das vendas e prestações de serviço, em 2024, é justificada essencialmente pela variação da atividade das principais indústrias da ZILS, pela crise geopolítica que se vive, assim como pela limitação existente relativamente à deposição de resíduos não perigosos.

165 | 185

20.GASTOS DAS VENDAS

A 31 de dezembro de 2024 e 2023 o gasto das vendas apresenta o seguinte detalhe:

	31.12.2024	31.12.2023
CMVMC - Matérias subsidiárias	219 658	248 600
Share Sheer Shares	219 658	248 600

O gasto das vendas compreende todos os custos de compra, de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e sua condição, designadamente contadores, material hidráulico, tubagem e outros.

21. FORNECIEMNTO E SERVIÇOS EXTERNOS

21.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Os gastos e perdas são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo (especialização do exercício).

Os subsídios à exploração são diferidos e reconhecidos na demonstração dos resultados consolidados no mesmo período dos gastos que pretendem compensar, e abatem diretamente à natureza do custo.

Trabalhos para a própria empresa, são os custos dos recursos diretamente atribuíveis aos ativos intangíveis e tangíveis durante a sua fase de desenvolvimento/construção, quando se conclui que os mesmos serão recuperados através da realização daqueles ativos. São particularmente relevantes os gastos com pessoal. São mensurados ao custo, sendo reconhecidos sem qualquer margem, com base em informação interna especialmente preparada para o efeito (custos internos) ou nos respetivos custos de compra adicionados de outras despesas a ela inerentes. Os gastos capitalizados são registados diretamente em balanço sem passarem pela demonstração dos resultados, e estão divulgados no anexo sempre que tal for aplicável.

21.2 DETALHE

A 31 de dezembro de 2024 e 2023 os fornecimentos e serviços externos têm o seguinte detalhe:

	31.12.2024	31.12.2023
Subcontratos	260 952	191 598
Trabalhos especializados	1 695 520	2 242 741
Energia	1 031 145	1 241 938
Comunicação	58 041	74 639
Conservação e Reparação	697 427	1 085 510
Rendas e Alugueres	340 430	298 838
Seguros	161 287	168 449
Limpeza, Higiène e Conforto	85 482	90 524
Segurança e Vigilância	43 848	27 340
Outros FSE's	610 913	1 135 774
Seca	109 314	683 178
COVID-19	0	0
Trabatho Temporáno	157 025	145 645
Correções relativas a exercícios anteriores		29 445
	4 985 044	6 586 797
FSE's capitalizados	-2 221	-1 833
	4 982 823	6 584 964

Os Fornecimentos e Serviços Externos de 2024 apresentam um decréscimo em relação ao período homólogo de €1.602.141, referentes a gastos em energia, ao tratamento de lamas para destino final adequado e à não aquisição de água à EDIA, justificado pela diminuição das vendas e prestações de serviços.

22. GASTOS COM PESSOAL

22.1 DETALHE

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 os gastos com pessoal têm o seguinte detalhe:

31.12.2024	31.12.2023
2 394 916	2 1 39 040
0	0
536 602	474 364
283 701	209 720
	97
-922	-353
3 214 297	2 824 743
	2 394 916 0 536 602 283 701 -922

Número médio de pessoal

	31.12.2024	31.12.2023
Órgãos sociais	3	3
Trabalhadores efetivos e outros	78	74
NUMBER OF STREET, STRE	81	77

Número total de pessoal

	31.12.2024	31.12.2023
Órgãos sociais	3	3
Trabalhadores efetivos e outros	81	80
	84	83

23. AMORTIZAÇÕES, DEPRECIAÇÕES E REVERSÕES DO EXERCÍCIO

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 as amortizações, depreciações e reversões têm o seguinte detalhe:

	31.12.2024	31.12.2023
Amortizações de ativos tangiveis (Nota 6)	26 184	17 261
Amortizações de atívos intangiveis (Nota 5)	9 759	9 759
Amortizações DUI (Nota 5)	4 149 244	4 1 22 798
Acréscimos de gastos de investimento contratual (Nota 15)	3 008 065	478 026
Amortizações de ativos IFRS-16 (Nota 7)	20 883	84 484
	7 214 136	4 712 329

167 | 185

(31

24. PROVISÕES E REVERSÕES DO EXERCÍCIO

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 as provisões e reversões têm o seguinte detalhe:

	31.12.2024	31.12.2023
Provisões para riscos e encargos	0	0
Provisões Outras	40 075	0
	40 075	0
Reversões de provisões para processos judiciais	0	0
Reversões de provisões Outras	0	0
	0	0
	-40 075	0

A AdSA efetuou uma análise ao risco de potenciais obrigações em resultado de acontecimentos passados e cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente no controlo da empresa, e entendeu reconhecer como provisão uma contraordenação que se encontra em curso.

25. PERDAS POR IMPARIDADE E REVERSÕES DO EXERCÍCIO

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 as perdas por imparidade e reversões do exercício têm o seguinte detalhe:

31.12.2024	31.12.2023
1 408 309	629 634
0	2 065 788
I 408 309	2 695 423
40 879	1 240
40 879	1 240
1 367 430	2 694 182
	i 408 309 0 i 408 309 40 879 40 879

26. OUTROS GASTOS E PERDAS OPERACIONAIS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 os outros gastos e perdas operacionais têm o seguinte detalhe:

	31.12.2024	31.12.2023
Impostos diretos e indiretos	267 833	407 637
Donativos	39 450	56 363
Outros gastos e perdas	53 346	46 453
Correções relativas a exercícios anteriores	0	191 104
	360 630	701 557

Mr (Age h

IMPOSTOS DIRETOS E INDIRETOS

	31.12.2024	31.12.2023
Imposto de selo	2 621	1 473
Taxas ERSAR	49 101	61 642
Taxa de Recursos Hídricos e de Gestão de Residuos	213 600	343 716
Outros impostos e taxas	2 512	806
	267 833	407 637

A variação nos impostos diretos e indiretos dizem respeito à Taxa de Recursos Hídricos pagos pela aquisição de água à EDIA.

27. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS OPERACIONAIS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 os outros rendimentos e ganhos operacionais têm o seguinte detalhe:

31.12.2024	31.12.2023
838 734	491 611
148 154	220 304
0	9 125
986 888	721 041
	838 734 148 154 0

A variação em rendimentos suplementares deve-se ao aumento da receção de lixiviados, atividade acessória que a AdSA presta.

28.GASTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 os gastos financeiros têm o seguinte detalhe:

	31.12.2024	31.12.2023
Juros suportados	100 841	978
Atualização financeira da provisão (Nota 14)	44 337	76 163
Correções de exercicios anteriores	0	0
Outros gastos financeiros (IFRS16)	1 962	2 070
and a second share it has	147 140	190 210

169 | 185

4

29. RENDIMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 os rendimentos financeiros têm o seguinte detalhe:

	31.12.2024	31.12.2023
Juros de mora	409 748	373 897
Juros obtidos - Depósitos bancários	51 151	8 057
Juros de Empresas do Grupo (Nota 31)	419 266	0
	880 164	381 954

A variação em juros de empresas do grupo deve-se ao apoio de tesouraria existente no ano de 2024 com a AdP SGPS.

30.IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

30.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A AdSA, residente em Portugal encontra-se sujeita à tributação em sede individual, por Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), com base na respetiva matéria coletável e às taxas de imposto aplicáveis.

A empresa é tributada à taxa de 21%, acrescida da taxa de derrama municipal até à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável. Adicionalmente, acresce a taxa da derrama estadual de 3% sobre o valor de lucro tributável que exceda os 1,5 milhões de EUR até ao limite de 7,5 milhões de EUR, de 5% sobre o valor de lucro tributável que exceda os 7,5 milhões de EUR até ao limite de 35 milhões de EUR, sendo aos montantes superiores aos 35 milhões de EUR aplicada uma taxa de 9%.

O imposto sobre o rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

A determinação do imposto sobre o rendimento requer determinadas interpretações. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios. Assim, a AdSA cumpre as orientações da IFRIC 23 – Incerteza sobre o Tratamento de Imposto sobre o Rendimento no que respeita à determinação do lucro tributável, das bases fiscais, dos prejuízos fiscais a reportar, dos créditos fiscais a usar e das taxas de imposto em cenários de incerteza quanto ao tratamento em sede de imposto sobre o rendimento, não tendo resultado da aplicação da mesma qualquer impacto material nas demonstrações financeiras.A empresa entende que das eventuais revisões das declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras que requeiram a constituição de qualquer provisão para impostos.

IMPOSTOS DIFERIDOS

Os impostos diferidos são reconhecidos sempre que se considerem existir diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras. O imposto diferido que surja pelo reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração de atividades empresariais, que à data da transação não afeta nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, não é registado. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão



disponíveis para utilização da diferença temporária ou quando se espera a reversão de um imposto diferido passivo para a mesma altura e com a mesma autoridade. São reconhecidos impostos diferidos ativos para todos os prejuízos recuperáveis na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada, à data do balanço e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos. As diferenças que possam advir de alterações expectáveis das taxas a que irão reverter as diferenças temporais tributáveis são consideradas na demonstração dos resultados.

São reconhecidos impostos diferidos em diferenças temporárias originadas por investimentos em subsidiárias e associadas, exceto quando a AdSA seja capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não se reverta no futuro previsível.

Os impostos diferidos são registados no resultado líquido ou em outras reservas consoante o registo da transação ou evento que lhes deu origem.

30.2 DETALHE DO MOVIMENTO

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo corresponde ao valor do IRC a receber referente aos anos de 2023 e 2024.

Não existem dívidas em mora para com as entidades fiscais.

A 31 de dezembro de 2024 e 2023 a carga fiscal registada apresenta o seguinte detalhe:

	31.12.2024	31.12.2023
Imposto sobre o rendimento do exercício	-189 191	-1 151 578
Excesso de estimativa para impostos	0	184 932
Insuficiência de estimativa para impostos	-62 226	0
	-251 417	-966 646
Imposto diferido	582 503	-18 832
	582 503	-18 832
	331 086	-985 478

A 31 de dezembro de 2024 e 2023, o imposto sobre o rendimento a recuperar, apresenta o seguinte detalhe:

31.12.2024	31.12.2023
-189 191	-1 151 578
957 723	1 323 531
82 812	128 479
109 865	2 490
961 209	302 922
	957 723 82 812 109 865

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto nos semestres findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como segue:

171 | 185

	2024	2023
Resultado antes de impostos (RAI)	-2 194 575	2 143 222
Taxa Imposto	21%	21%
	-460 861	450 077
Ajustamentos de transição	96 485	96 485
Insuficiência de estimativa de imposto	13 067	(
Amortizações não aceites	405 377	-112 239
Imparidades não aceites	178 993	566 039
Beneficios Fiscais	-88 473	-85 768
Outros	3 168	44 944
Imposto	147 757	959 537
Derrama Municipal	10 554	68 538
Derrama Estadual	0	92 07
Tributações autónomas	30 880	31 42
Total do imposto do exercício	189 191	1 151 578
Imposto diferido	-582 503	18 83
Imposto do exercicio	189 191	1 151 578
Excesso/Insufuiciência de estimativa	-62 226	i≊184-932
Taxa efetiva de imposto do exercício	8,62%	53,73%

O detalhe dos impostos diferidos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 e o movimento ocorrido no período é como segue:

	31.12.2024	31.12.2023
Imposto diferido ativo	4 206 291	3 841 384
Imposto diferido passivo	707 556	925 152
Imposto diferido líquido	3 498 735	2 916 232

A le Hr (ઝ

	31/12/2023	Correcções	Reversão dif amortiz	Correcção ajust transição difinv firmes	Reversão IDA provisões	Dotação	Utilização	31/12/2024
Taxa de IRC	21.00%	-1.00%	20.00%	20.00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%
Taxa de Derrama	4,17%	-2.17%	2.00%	2.00%	2.00%	2.00%	2,00%	2,00%
Activos por Impostos Diferidos								
Provisões								
Provisões - Clientes	0					2 2 16 990		2 216 990
Provisões - riscos e encargos	21000					40 075		61 075
S-TOTAL PROVISÕES	21000		0	0	0	2 257 065	0	2 278 065
IFRIC 12- (transição) - Investimento futuro	3 955 764		-993 835	-329 685		-65 201		2 567 044
IFRIC 12- (transição) - amortização contabilistica vs fiscal	149 303		-18 663					130 640
IFRIC 12- (exercicio) - Investimento contratual	11 135 688					3 008 065		14 143 754
S-TOTAL IFRIC 12	15 240 756		-1 012 498	-3 29 685	0	2 942 865	0	16 841 438
Base de incidência	15 261 756	15 261 756	-1 012 498	-3 29 685	0	5 199 930	0	19 119 503
IRC	3 204 969	-152 618	-202 500	-65 937	0	1 039 986	0	3 823 901
Derrama	636 415	-331 180	-20 250	-6 594	0	103 999	0	382 390
Imposto diferido ativo reconhecido	3 841 384	-483 798	-222 750	-72 531	0	1 143 985	0	4 206 291
Taxa de IRC	21,00%	-1.00%	20.00%	20,00%	20.00%	20,00%	20,00%	20.00%
Taxa de Derrama	4,17%	-2,17%	2,00%	2,00%	2.00%	2,00%	2.00%	2.00%
Passivos por impostos diferidos								
IFRIC 12- (transição) - Investimento futuro	3 675 615						-459 452	3 216 163
S-TOTAL	3 675 615		0	0	0	0	-459 452	3 216 163
Outros (detalhe outros em comentario)								
Base de incidência	3 675 615	3 675 615	0	0	0	0	-459 452	3 216 163
IRC	771879	-36 756	0	0	0	0	-91 890	643 233
Derrama	153 273	-79 761	0	0	0	0	-9 189	64 323
Imposto diferido passivo reconhecido	925 152	-116 517	0	0	0	0	-101 079	707 556

Conforme indicado na nota 30.1 a AdSA regista impostos diferidos sempre que se considerem existir diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras, sendo esta avaliação realizada anualmente e refletida nas respetivas contas.

31. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

31.1 PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 as partes relacionadas da AdSA com o Grupo AdP são as seguintes:

- o Acionista Única (Águas de Portugal, SGPS, S.A.)
- o Outras entidades do Grupo AdP (identificadas nos quadros seguintes).

F la 173 | 185 HI,

31.2 SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Ano 2024	AdP Valor, SA	EPAL, SA	Aguas Públicas do Alentejo, SA	Empresa mãe AdP SGPS, SA	Águas do Tejo Atlântico, SA	SIMDOURO , SA	Aguas da Região de Aveiro, SA
Rendimentos	0	1 188	189 619	419 266	149	0	149
Rédito (Nota 19)	-		189 470	-	-	-	
Outros Rendimentos e Ganhos (Nota 27)	-	1 188	149	419 266	149	0	149
Gastos	-3 243	-27 983	0	-252 893	149	-297	0
Gastos com pessoal (Nota 22)	-	-10 910	-	0	0		
Fornecimento e Serviços Externos (Nota 21)	-3 094	-16 627	-	-252 893		-	
Outros gastos (Nota 26)	-149	-446	-	-	149	-297	
Saldos			-	-	•	-	
Clientes (Nota 9)	-	-	894 257	-	-	-	
Outros ativos correntes (Nota 10)	-	743	-	-	-	0	149
Passivos	-88 563	-54 966	-5 130	-26 767	0	0	0
Fornecedores (Nota 17)	-87 256	-44 314	-	-18 373	-	-	
Diferimento de Gastos	-	-	-	-	-	-	
Acrescimos de Gastos (Nota 17)	-1 308	-10 652	-5 130	-8 394	-	-	0

Апо 2024	Águas do Norte, SA	Aguas do Alto Minho, SA	Aguas do Centro Litoral, SA	Aguas do Vate do Tejo, SA	Águas do Algarve, SA	AdP Energias, SA	Total
Rendimentos	96 102	149	149	24 604	297	63	731 669
Rédito (Nota 19)	95 954	-	-	24 604	-	-	310 027
Outros Rendimentos e Ganhos (Nota 27)	149	149	149		297	63	42 642
Gastos	0	149	0	0	-149	0	-284 267
Gastos com pessoal (Nota 22)						0	-10 910
Fornecimento e Serviços Externos (Nota 21)	-	-	•	-	-	-	-272 614
Outros gastos (Nota 26)		149	-		-149	-	-743
Saldos	-	-	-	-	-	-	0
Clientes (Nota 9)	27 670	149	-	38 393	-	-	960 469
Outros ativos correntes (Nota 10)	149	-	-		-	-	1 040
Passīvos	0	0	0	0	-149	0	-175 575
Fornecedores (Nota 17)			-	-	-	0	-149 942
Diferimento de Gastos	•		-	-	-	-	0
Acrescimos de Gastos (Nota 17)	0	-	0	-	-149	0	-25 632

AdP Valor, SA	EPAL, SA	Aguas Públicas do Alentejo, SA	AdP Energias, SA	Empresa mãe Aur porp,	Aguas do Tejo Atlântico,	SIMDOURO, SA
0	446	188 594	55	149	0	149
1.00	-	188 297	-	-	-	
-	446	297	55	149	-	149
-70 261	-41 861	0	0	-388 249	S 126	-149
-	-10 028	-	0	0	5 1 2 6	
-70 261	-31 536	-	-	-388 249	-	-
-	-297	•		-	-	-149
-	-	•	-	-	-	-
-	-	704 787	•	-	-	-
-	-	-	-	20 000 000	-	149
80 463	-34 177	-5 130	-22	-38 468	0	0
82 327			-12	-33 927		-
-		-	•	-	-	-
-1 864	-34 177	-5 130	-10	-4 542	-	-
	SA 0 -70 261 -70 261 - - -70 261 - - - - - - - - - - - - - - - - - - -	SA EPAL, SA 0 446 	SA Públicas do Alentejo, SA 0 446 188 594 - - 188 297 - 446 297 -70 261 -41 861 0 -70 261 -41 861 0 -70 261 -31 536 - -70 261 -31 536 - -70 261 -31 536 - -70 261 -31 536 - -70 261 -31 536 - -70 261 -31 536 - -70 261 -31 536 - -70 261 -31 536 - -70 261 -31 536 - -70 261 -31 536 - -70 261 -31 536 - -70 27 - - -70 27 - - -70 28 - - -70 38 - - -70 4787 - - -70 38 - - -70 4787 - -	SA Públicas do Alentejo, SA SA 0 446 188 594 55 - - 188 297 - - 446 297 55 -70 261 -41 861 0 0 - -10 028 - 0 - -10 028 - 0 -70 261 -31 536 - - - -297 - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - -	SA EPAL, SA Públicas do Alentejo, SA SA Aur 3073, Aur 3073, Alentejo, SA 0 446 188 594 55 149 - - 188 297 - - - 446 297 55 149 - - 188 297 - - - 446 297 55 149 - - 188 249 0 0 - - - - - - - 388 249 - - - - - - - - - 388 249 - <td>SA EPAL, SA Públicas do Alentejo, SA SA Aur Surs, Adántico, Atlá Atlántico, Atlántico, Atlántico, Atlántico, Atlántico, Atlántico</td>	SA EPAL, SA Públicas do Alentejo, SA SA Aur Surs, Adántico, Atlá Atlántico, Atlántico, Atlántico, Atlántico, Atlántico, Atlántico

MA Ma

174 | 185

Ano 2023	Aguas do Douro e Paiva, SA	Aguas da Região de Aveiro, SA	Águas do Norte, SA	Aguas do Alto Minho, SA	Aguas do Centro Litoral, SA	Aguas do Vale do Tejo, SA	AdP Internaciona I. SA	Total
Rendimentos	149	149	891	0	149	24 131	357	215 217
Rédito (Nota 19)	•	•	- 6 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1			24 131		212 429
Outros Rendimentos e Ganhos (Nota 27)	149	149	891		149		357	2 788
Gastos	-297	0	0	-149	0	0	0	-495 839
Gastos com pessoal (Nota 22)								-4 902
Fornecimento e Serviços Externos (Nota 21)					-			-490 046
Outros gastos (Nota 26)	-297			-149				-891
Saldos			-		-		-	0
Clientes (Nota 9)	•					24 131		728 918
Outros ativos correntes (Nota 10)	149			-	-		-	20 000 297
Passivos	0	-149	-149	0	-149	0	0	2 220
Fornecedores (Nota 17)		· · · ·			-		• • • •	48 388
Diferimento de Gastos							-	0
Acrescimos de Gastos (Nota 17)		-149	-149	-	-149			-46 168

32. INVESTIMENTO CONTRATUAL

A estimativa de compromissos financeiros assumidos pela AdSA não relevados na demonstração da posição financeira, decorrentes da celebração dos contratos de concessão relativamente a investimentos iniciais, renovação e expansão a efetuar no decorrer do período remanescente de concessão, apresenta-se do seguinte modo:

	Investimento contratual	investimento já efectuado	Investimento em curso	Investimento contratual não realizado- N	Investimento contratual não realizado (N+1)	Investimento contratual não realizado (N+2 N+5)	Investimento contratual não realizado (>N+5)
dezembro 2024 (EVEF 2001)	43 962 525	34 490 429	4 347 7 1 3	0	498 798	4 625 585	0
dezembro 2024 (Extra EVEF)	21 422 189	0	5 037 372	0	14 300 817	2 084 000	0
	65 384 714	34 490 429	9 385 085	0	14 799 615	6 709 585	0
	Investimento contratual	Investimento já efectuado	Investimento em curso	Investimento contratual não realizado- N	Investimento contratual não realizado (N+I)	investimento contratual não realizado (N+2 N+5)	investimento contratual não realizado (>N+5)
dezembro 2023	43 962 525	33 496 621	3 07 3 268	0	498 798	6 534 252	359 586
	43 962 525	33 496 621	3 073 268	0	498 798	6 534 252	359 586

Em 2024, a AdSA obteve aprovação do Concedente e contratualizou investimentos não previstos no EVEF em vigor, mas necessários ao equilíbrio da concessão, no montante global de 21.422.189 euros.

33. HONORÁRIOS DE AUDITORIA E REVISÃO LEGAL

Os honorários de Auditoria e de Revisão Legal de contas da AdSA em 31 de dezembro de 2024 foram os seguintes:

	ROC/Auditoria	Consultoria Fiscal	Outros Serviços	31.12.2024	
Deloitte & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.	9 735	-	•	9 735	
	9 735	Su- Andrewice		9 7 35	

Para o mandato de 2023-2025 (exercícios 2024 e 2025), e na sequência da Deliberação Social Unânime por Escrito de oito de maio de 2024, foi eleita a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Deloitte & Associados, SROC, S.A., como

175 | 185

Fiscal Único, representada por Ana Alexandra Dornelas Pinheiro, ROC n.º 1496, e pelo suplente, João Carlos Henriques Gomes Ferreira, ROC n.º 1129.

Em 2024 estão considerados oito meses (1.103,42 euros/mês) acrescidos das despesas, no montante de 908 euros, o que perfaz o montante anual de 9.735,36 euros.

34. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

A estimativa de compromissos financeiros assumidos pela AdSA não relevados no balanço, apresenta-se do seguinte modo:

a) Contrato de Concessão

Os investimentos reversíveis incluídos no EVEF perfazem € 35.180.215, que atualizados à taxa de inflação perfazem € 43.962.525, dos quais € 38.838.142 já se encontram realizados (DUI € 34.410.619, tangíveis € 79.810 e em curso € 4.347.713).

b) Contratos de Empreitada e Serviços

No que respeita às empreitadas de construção do Sistema explorado pela empresa, bem como outros serviços, foi celebrado todo um conjunto de contratos, que ascende a € 12.706.423, destacam-se os seguintes:

Fornecedor	Descrição	Valores Por Faturar (€)
Ecodeal - Gestão Integral de Residuos, SA	Gestão de Residuos do Sistema de Água Residual de Santo André	4 107 912
ACA - Alberto Couto Alves S.A.	Empreitada de Execução para a "Reabilitação do Canal de Ermidas"	539 489
	Aquisição de energia elétrica 2025	726 006
SUBMERCI - Construção e Urbanizações, Lda	Empreitada de Execução do "Reforço do Abastecimento de Água Potável à ZILS Norte	620 995
SUBMERCI - Construção e Urbanizações, Lda	Empreitada de Manutenção e Reparação de Roturas e Avarias na Rede de Distribuição de Água de Santo André	609 382
Grandalvo - Empresa de Trabalho Temporário,	Aquísição de serviços de trabalho temporário para AdSA	529 410
	Leasing Viaturas	231 918
SUBMERCI - Construção e Urbanizações, Lda	Empreitada de Manutenção e Reparação de Roturas e Avarias na Rede de Distribuição de Água de Santo André	230 306
FCC Environment Portugal, S.A.	Desmatação, Desarborização e Jardinagem nas Infraestruturas da	165 119
ADPN - Engenharia e Manutenção, Ida	Aquisição de Serviços de Fiscalização e Coordenação de Segurança em obra da Empreitada de Execução do Emissário da Petrogal á Bacia da ZIP 3 e Bacia de Retenção ZIP3	156 020
FCC Environment Portugal, S.A.	Prestação de Serviços de jardinagem e desmatação	134 697
Bondalti Chemicals, SA	Cloro liquido tambor	128 330
SADIBRITAS - Comercio e Transporte de Britas,	Aluguer de Equipamentos Mecánicos para o RESIM	124 091
BDO ENVIESTUDOS, S.A.	Serviços Externos de Segurança e Saŭde	123 240
Jomarlimpa - Sociedade de Limpezas, Lda	Prestação de serviços de Limpezas Industriais	113 128
C.T.G.A - Centro Tecnológico de Gestão Ambiental, Lda	Aquisição de Serviços para "Elaboração de Estudos e Projetos na área de intervenção da Águas de Santo André, S.A."	104 498
Arcos Combinados, Projetos, Geotecnia e Construções, S.A.	Aquisição de Serviços para "Trabalhos Geológico-Geotécnicos na Área de Concessão da Águas de Santo André"	104 058
ECOSERVIÇOS Group, LDA	Aquisição de Serviços de "Consultoria para Apoio no Processo de Remodelação de uma ETAR Industrial"	100 200
		9 848 800

35. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LOCAIS

Art.º 397º DO CÓDIGO DAS SOCIEDDADES COMERCIAIS

Relativamente aos seus administradores, a AdSA, não lhes concedeu quaisquer empréstimos ou créditos, não efetuou pagamentos por conta deles, não prestou garantias a obrigações por eles contraídas e não lhes facultou quaisquer adiantamentos a remunerações. Também não foram celebrados quaisquer contratos entre a sociedade e os seus administradores, diretamente ou por pessoa interposta.

Art.º 324º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

A AdSA, não possuiu quaisquer ações próprias e nem efetuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza.

Art.º 21º DO DECRETO-LEI N.º 411/91 DE 17 DE SETEMBRO

Declara-se que não existem dívidas em mora da Empresa ao Setor Público Estatal, nem à Segurança Social, e que os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2024, correspondem à retenção na fonte, descontos e contribuições, referentes a dezembro, e cujo pagamento se efetuará em janeiro do ano seguinte.

36. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Administração da Águas de Santo André, S.A., não tem conhecimento de qualquer evento subsequente com impacto significativo nas contas apresentadas.

37. OUTROS ASSUNTOS

Em 2024 a AdSA não solicitou adiamentos, reestruturações ou outro tipo de alterações aos compromissos quer sejam contratualizados ou não, com os seus credores e fornecedores, nem antecipa vir a solicitar.

O Conselho de Administração,

Francisco Maria Freitas de Morais Sarmento Ramalho (Presidente Executivo) Simone Ferreira Pio (Vice-Presidente Executiva) 1 Rui Miguel da Silva André (Vogal Executivo)

A Diretora Financeira

Ananca ma Branca Gabriela Malho Lima

O Contabilista Certificado

Maaise Isabe ReiDa almo

Marisa Isabel Pereira do Carmo

Vila Nova de Santo André, 19 de março de 2025

Deloitte & Associados, SROC S.A. Registo na OROC nº 43 Registo na CMVM nº 20161389 Av. Eng. Duarte Pacheco, 7 1070-100 Lisboa Portugal

Tel: +(351) 210 422 500 www.deloitte.pt

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Ao Acionista da Águas de Santo André, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi conferido, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da Águas de Santo André, S.A. ("Entidade"), relativos ao ano findo em 31 de dezembro de 2024, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos a evolução da atividade e os negócios da Entidade, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Entidade todas as informações e esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2024, as demonstrações dos resultados por naturezas e do rendimento integral, das variações no capital próprio e dos fluxos de caixa para o ano findo naquela data e o correspondente anexo, os quais foram preparados a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade, mantidos de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") tal como adotadas na União Europeia. Adicionalmente, procedemos a uma revisão do Relatório de Gestão do exercício de 2024, preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluída, e emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, que se dá aqui por integralmente reproduzida e que não inclui reservas e inclui um parágrafo de outras matérias.

Face ao exposto, somos de opinião que, tendo em consideração o descrito na secção "Outras matérias" da Certificação Legal das Contas, as demonstrações financeiras suprarreferidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Acionista.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Entidade o nosso apreço pela colaboração que nos prestaram.

Lisboa, 20 de março de 2025

Déloitte & Associados, SROC S.A. Representada por Ana Alexandra Dornelas Pinheiro, ROC Registo na OROC n.º 1496 Registo na CMVM n.º 20161106



"Deloitte", "nós" e "nossos" refere-se a uma ou mais firmas-membro e entidades relacionadas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"). A DTTL (também referida como "Deloitte Global") e cada uma das firmas-membro e entidades relacionadas são entidades legais separadas e independentes entre si e, consequentemente, para todos e quaisquer efeitos, não obrigam ou vinculam as demais. A DTTL e cada firma-membro da DTTL e respetivas entidades relacionadas são exclusivamente responsáveis pelos seus próprios atos e omissões não podendo ser responsabilizadas pelos atos e omissões das outras. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação, aceda a www.deloitte.com/pt/about.

A Deloitte é líder global na prestação de serviços de Audit & Assurance, Tax & Legal, Consulting | Technology & Transformation e Advisory | Strategy, Risk & Transactions a quase 90% da Fortune Global 500° entre milhares de empresas privadas. Os nossos profissionais apresentam resultados duradouros e mensuráveis, o que reforça a confiança pública nos mercados de capital, permitindo o sucesso dos nossos clientes e direcionando a uma economia mais forte, a uma sociedade mais equilativa e a um mundo mais sustentável. Com 180 anos de história, a Deloitte está presente em mais de 150 países e territórios. Saiba como as 460.000 pessoas da Deloitte criam um impacto relevante no mundo em www.deloitte.com.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula na CRC: 501776311 | Capital social: € 981.020,00 Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto

© 2025. Para informações, contacte Deloitte & Associados, SROC S.A.

Deloitte & Associados, SROC S.A. Registo na OROC nº 43 Registo na CMVM nº 20161389 Av. Eng. Duarte Pacheco, 7 1070-100 Lisboa Portugal

Tel: +(351) 210 427 500 www.deloitte.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Águas de Santo André, S.A. ("Entidade"), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 72.395.216 Euros e um total de capital próprio de 33.313.369 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 1.863.489 Euros), a demonstração dos resultados e do rendimento integral, a demonstração das variações do capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Águas de Santo André, S.A. em 31 de dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Outras matérias

As demonstrações financeiras da Entidade em 31 de dezembro de 2023 foram auditadas por outra Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, cuja Certificação Legal das Contas datada de 22 de março de 2024, não inclui reservas ou ênfases.





"Deloitte", "nós" e "nossos" refere-se a uma ou mais firmas-membro e entidades relacionadas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"). A DTTL (também referida como "Deloitte Global") e cada uma das firmas-membro e entidades relacionadas são entidades legais separadas e independentes entre si e, consequentemente, para todos e quaisquer efeitos, não obrigam ou vinculam as demais. A DTTL e cada firma-membro da DTTL e respetivas entidades relacionadas são exclusivamente responsáveis pelos seus próprios atos e omissões não podendo ser responsabilizadas pelos atos e omissões não podendo ser responsabilizadas pelos atos e omissões das outras. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação, aceda a www. deloitte.com/pt/about.

A Deloitte é líder global na prestação de serviços de Audit & Assurance, Tax & Legal, Consulting | Technology & Transformation e Advisory | Strategy, Risk & Transactions a quase 90% da Fortune Global 500° entre milhares de empresas privadas. Os nossos profissionais apresentam resultados duradouros e mensuráveis, o que reforça a confiança pública nos mercados de capital, permitindo o sucesso dos nossos clientes e direcionando a uma economia mais forte, a uma sociedade mais equitativa e a um mundo mais sustentável. Com 180 anos de história, a Deloitte está presente em mais de 150 países e territórios. Saiba como as 460.000 pessoas da Deloitte criam um impacto relevante no mundo em www.deloitte.com.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula na CRC: 501776311 | Capital social: € 981.020,00 Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto

© 2025. Para informações, contacte Deloitte & Associados, SROC S.A.

Deloitte & Associados, SROC S.A. Registo na OROC nº 43 Registo na CMVM nº 20161389

Página 2 de 3

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordocom as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias;
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamosos riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

Deloitte & Associados, SROC S.A. Registo na OROC nº 43 Registo na CMVM nº 20161389

Página 3 de 3

 comunicamos com o órgão de gestão, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante aauditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 20 de março de 2025

Deloitte & Associados, SROC S.A. Representada por Ana Alexandra Dornelas Pinheiro, ROC Registo na OROC n.º 1496 Registo na CMVM n.º 20161106



Águas de Santo André, S.A. Cerca da Água | Rua dos Cravos | 7500-130 Vila Nova de Santo André Telefone: 269 708 240 | www.adsa.pt | geral.adsa@adp.pt



Águas de Santo André, S.A. Cerca da Água | Rua dos Cravos | 7500-130 Vila Nova de Santo André Telefone: 269 708 240 <u>|www.adsa.pt | geral.adsa@adp.pt</u>



